

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SIDEMAR PRESOTTO NUNES

**INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS NAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

**CURITIBA
2012**

SIDEMAR PRESOTTO NUNES

**INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS NAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Floriani.

Co-orientadores: Prof. Dra. Claudia Job Schmitt e Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto.

**CURITIBA
2012**

N972i

Nunes, Sidemar Presotto.

Influências teóricas e políticas nas práticas educativas da Rede
Ecovida de Agroecologia / Sidemar Presotto Nunes. – Curitiba, 2012.
320 f. : il.

Orientador: Dimas Floriani

Co-orientador: Claudia Job Schmitt, Carlos Guilherme Adalberto
Mielitz Netto.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de
Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

1. Economia ambiental. 2. Ecologia agrícola - Movimentos. 3.
Educação popular. I. Universidade Federal do Paraná – Programa de
Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. II. Título.

CDD:363.7



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora composta pelos professores: Dimas Floriani (orientador UFPR), Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (UFRGS), Maria de Lourdes Bernartt (UTFPR), Marcos Antonio de Oliveira (UFSC), Everton Marcos Batistella (Vizali) (UFRRJ) após realizarem a arguição da tese de doutorado apresentada pelo candidato **Sidemar Presotto Nunes**, intitulada: "*Influências teóricas e políticas nas práticas educativas da Rede Ecovida de Agroecologia*" deliberaram pela Aprovação (X) Reprovação () Com menção: (X) Distinção () Louvor (). Tendo o candidato completado todos os requisitos necessários para receber o grau e o Diploma de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

OBS: considerar as orientações da Banca

Curitiba, 30 de março de 2012.

Prof. Dr. Dimas Floriani Dimas Floriani

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt Maria de Lourdes Bernartt

Prof. Dr. Marcos Antonio de Oliveira Marcos Antonio de Oliveira

Prof. Dr. Everton Marcos Batistella Everton M. BATISTELLA

AGRADECIMENTOS

Aos professores Dimas, Claudia e Mielitz pela orientação e co-orientação desta tese e pela liberdade teórica que me concederam.

Aos colegas da turma VIII do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Made), pelo comprometimento uns com os outros e pelos bons momentos que vivemos juntos.

Aos professores do Made, que, apesar das dificuldades institucionais, contribuíram para ampliar os horizontes.

Aos colegas do grupo de estudos sobre “A Questão Alimentar”, que posteriormente se dedicaram ao estudo da Rede Ecovida (Katya, Julian, Luciano, Filó), pela dedicação e comprometimento, apesar de minhas ausências e atrasos em função do trabalho e de residir distante de Curitiba.

À professora Ângela, que também me orientou no mestrado, pelo esforço para constituir e garantir o andamento do grupo de pesquisa em que esta tese se inseriu.

Ao Julian, por ter contribuído com muitos dos contatos necessários para a realização da pesquisa de campo.

Ao Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser), de Curitiba, que nos sete anos em que lá atuei me permitiu conhecer as organizações sociais do campo e a realidade agrária brasileira e latino-americana.

Aos amigos do Deser que, pela amizade e convivência, contribuíram para tornar o dia a dia melhor e com meu crescimento pessoal.

Aos professores Celso, Almir, Serinei e Solange, da UTFPR Câmpus Dois Vizinhos, com quem pude compartilhar a amizade, angústias pedagógicas e conhecimentos. Por meio deles gostaria de agradecer também aos demais servidores da universidade.

À direção da UTFPR câmpus Dois Vizinhos por ter me possibilitado concentrar as aulas de forma a garantir que eu pudesse assistir às aulas em Curitiba.

Ao Valdir Duarte e ao Marcos Antônio de Oliveira pela contribuição na concepção de algumas questões que orientaram este trabalho.

À Iara Aquino Henn pela contribuição na elaboração de ilustrações que ajudaram a explicar melhor o formato organizativo da Rede Ecovida.

Aos estudantes do grupo de estudos em Trabalho, Tecnologia e Meio Ambiente, da UTFPR Dois Vizinhos, que, pela indignação, dedicação e entusiasmo me possibilitam também continuar acreditando em um futuro melhor.

Aos entrevistados para esta pesquisa por terem dedicado parte de seu tempo para que esse trabalho pudesse ser desenvolvido, até mesmo em seus horários de descanso, à noite e nos finais de semana, bem como alojamento, alimentação e informações imprescindíveis.

Aos novos e velhos amigos, nominados e não nominados, que por seus compromissos políticos e intelectuais contribuíram para inspirar este trabalho.

Aos familiares por compreender minha ausência neste período em que me dediquei ao doutorado.

Para atingir e formular uma concepção de mundo é necessário estudar as obras daqueles que a formularam, mas deixar de lado as nuances e detalhes; é preciso esforçar-se para atingir o conjunto (Lefebvre).

(...) os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, necessitam também – hoje mais do que nunca – de uma elevada consciência das possibilidades objetivas do homem como ser prático, ou seja, uma verdadeira consciência da práxis (Adolfo Sanchez Vásquez).

O problema da possibilidade de atribuir-se ao pensamento humano uma verdade objetiva não é um problema teórico, mas sim um problema prático. É na prática onde o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a terrenalidade de seu pensamento. A disputa em torno da realidade ou da irrealidade de seu pensamento – isolado da prática – é um problema puramente escolástico (Marx).

(...) a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolásticas”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem as suas experiências e os seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade em seu conjunto e em todo indivíduo em relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (Gramsci).

Os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente as condições sociais, econômicas e políticas dessa sociedade [...]. Por isso mesmo, a justificação elaborada para a criação de movimentos educativos ou para a ampliação e/ou transformação dos sistemas existentes varia com as condições políticas, sociais e econômicas vividas naquele momento (Vanilda Paiva).

RESUMO

A Rede Ecovida de Agroecologia se define como parte do “movimento agroecológico” brasileiro e latino-americano. Foi constituída oficialmente em 1998, como tentativa de se contrapor a alguns aspectos da instrução normativa da agricultura orgânica, mas sua origem remonta à ação prática da Igreja Católica através da Teologia da Libertação, a partir dos anos 70; da aproximação com o marxismo – em grande parte através da referida teologia – e do surgimento de um movimento ambientalista que se desenvolveu no âmbito de algumas universidades brasileiras. Diante do avanço da modernização da agricultura brasileira, as ONGs que mais tarde contribuíram com a constituição da Rede Ecovida, colocavam-se, em sua maioria, como assessoria aos movimentos sociais do campo no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias que se apresentavam como alternativas ao processo hegemônico, além de contribuir com a organização política dos agricultores através da “educação popular”. As mudanças ocorridas no cenário econômico e político, destacadamente a mundialização do capital e a queda do socialismo, promoveu também profundas mudanças nas concepções e na prática política e educativa dos movimentos sociais do campo, embora de formas distintas. Com a autonomização dos movimentos sociais do campo, através da especialização destes em função de temas mais específicos (sindicalismo, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.), as referidas ONGs desenvolvem também certo grau de autonomia em relação aos movimentos e continuam a se contrapor ao “modelo de desenvolvimento da agricultura”, ao mesmo tempo em que propõem a organização de agricultores ecológicos, bem como de consumidores, através de uma nova forma organizativa (grupos de agricultores, conselhos de ética, núcleos etc.) que mantém a proposta de educação popular desenvolvida no período anterior, mas também incorpora as concepções que passam a ser assumidas pelo ambientalismo neste novo período. Como se propõe que a agroecologia também seja um processo educativo, articulado aos projetos de mudança social, cabe perguntar, no sentido de compreender suas contradições, quais são as bases teóricas e políticas desta proposta adotada pela Rede Ecovida e pelo movimento agroecológico. Ou seja, qual é a concepção de homem, sociedade, natureza, realidade, prática educativa, Estado etc. Amparado em pesquisa de campo e bibliográfica, partiu-se do estudo de sete dos vinte e sete núcleos da Rede atualmente existentes, localizados na região Sul do Brasil, bem como da inserção na Articulação Nacional de Agroecologia e no Movimento Agroecológico Latino-americano. A partir deste trabalho é possível afirmar que a prática educativa da Rede Ecovida corresponde a uma espécie de “educação popular ecológica” que se apoiou historicamente no “método Paulo Freire” de educação popular e a ele passou a associar um conjunto de concepções e autores próprios da agroecologia como base técnica de produção ou daqueles que propuseram sua articulação com uma prática política. Mudanças no contexto histórico alteraram o sujeito político da educação da Rede Ecovida, o que a obriga a revisar seu projeto histórico.

Palavras-chave: movimento agroecológico; ecologia popular; educação popular; setor agroalimentar; materialismo histórico.

ABSTRACT

The "Rede Ecovida de Agroecologia" is defined as part of "agroecological movement" Brazilian and Latin American. It was officially constituted in 1998 as an attempt to counteract some aspects of normative instruction of organic agriculture, but its origin goes back to the practical action of the Catholic Church through the "Teologia da Libertação", from the 70s, the rapprochement with Marxism - in largely through said theology - and the emergence of an environmental movement that developed in some universities. Faced with the advance of modernization of Brazilian agriculture, NGOs that later contributed to the establishment of Ecovida, put up, mostly as a consultant for social movements in relation to the development of technologies that were presented as alternatives to the hegemonic process, besides contributing to the political organization of farmers through "popular education". The changes in the economic and political scenario, notably the globalization of capital and the fall of socialism, also promoted profound changes in the concepts and practice of educational policy and social movements, although in different ways. With the autonomy of social movements through the specialization of these due to more specific themes (syndicalism, the Landless Workers Movement, Movement of People Affected by Dams etc.), These NGOs also develop some degree of autonomy in relation to movements and continue to oppose the "development model of agriculture", while proposing the organization of ecological farmers and consumers through a new organizational form (farmer groups, ethics committees, centers etc.). That keeps the proposal for popular education developed in the previous period, but also incorporates the concepts that are being assumed by environmentalism in this new period. How do you propose that agroecology is also an educational process, the articulated projects of social change, one wonders, in order to understand its contradictions, which are the theoretical basis of this proposal and policies adopted by Ecovida and the agroecological movement. That is, what is the conception of man, society, nature, reality, educational practice, etc. Supported in field research and literature, we started with the study of seven of the twenty-seven centers currently existing Network, located in southern Brazil and insertion into the Joint National Agroecology Agroecology Movement and Latin America. From this work we can say that the educational practice of Ecovida corresponds to a kind of "eco popular education" that historically relied on the "Paulo Freire Method" of popular education and he spent associate a set of concepts and authors in the agroecology as the technical basis of production or of those who proposed its relationship with political practice. Changes in historical context altered the political subject of education Ecovida, which requires review the historical project.

Keywords: agroecological movement, ecology popular, popular education, agri-food sector; historical materialism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronologia dos principais fatos e processos ocorridos na história dos movimentos sociais do campo na região Sul do Brasil e na política, economia e na agricultura (1960-2011).	146
Quadro 2 – Características da certificação participativa Ecovida.....	173
Quadro 3 - Informações sobre os núcleos da Rede Ecovida	187
Quadro 4 - Organizações sociais do campo presentes nos sete núcleos pesquisados conforme declaração dos entrevistados.....	197
Quadro 5 - Formas mais comuns de aproximação das organizações sociais aos núcleos da Rede Ecovida.....	198
Quadro 6 - Fóruns, articulações e redes locais, regionais, nacionais e internacionais os núcleos e a Rede se articulam nos âmbitos políticos, na comercialização e certificação	199
Quadro 7 - Pontos fortes da Rede Ecovida de Agroecologia	200
Quadro 8 - Pontos fracos/ fragilidades da Rede Ecovida de Agroecologia	201
Quadro 9 - Área das unidades produtivas cadastradas por núcleo da Rede Ecovida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fins de certificação participativa cadastrados até junho de 2011	202
Quadro 10 - Unidades produtivas cadastradas – até julho de 2011 - por núcleo da Rede Ecovida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fins de certificação participativa	206

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Características do sistema participativo da Rede Ecovida	259
Figura 2 – Mecanismos de controle conforme o nível organizativo	260
Figura 3 – Estrutura e dinâmica de funcionamento do núcleo Sudoeste do Paraná	261

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistas de acordo com o tipo de entrevistados, núcleo da Rede Ecovida, UF e municípios	86
Tabela 2 - Principais Redes/ Articulações em que as organizações do campo participam.....	148
Tabela 3 - Locais de comercialização e valores comercializados de produtos ecológicos pelas organizações integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia no ano de 2003	182

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Selo de conformidade orgânica do sistema participativo Ecovida.....	314
Anexo 2 - Número de agricultores certificados por sistemas participativos de garantia por país (IFOAM, 2010).....	314
Anexo 3 - Sistemas participativos de garantia (SPG) por país, número de agricultores e data de criação (IFOAM, 2010).....	316
Anexo 4 - Circuito Sul de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia – Mapa de Rotas (MAGNANTI, 2010).....	316
Anexo 5 – Princípios da Certificação Participativa (ARL, 2009, p. 63).....	317
Anexo 6 – Sistemas Participativos de Garantia conforme Meirelles (2007)	317
Anexo 7 - Ilustração utilizada pela Rede Ecovida de Agroecologia em materiais de divulgação (fotos do calendário sobre agrofloresta)	318
Anexo 8 – Cronologia da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil	318
Anexo 9 - Estrutura de um núcleo da Rede.....	319
Anexo 10 - Instâncias organizativas da Rede Ecovida de Agroecologia	320
Anexo 11 – A agroecologia como ciência multidisciplinar: exemplos de contribuição de outras ciências	320

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA: Associação Brasileira de Agroecologia
ABRA: Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACERT: Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres
AF: Agricultura Familiar
ANA: Articulação Nacional de Agroecologia
ANCOSOL: Associação Nacional das Cooperativas de Crédito Solidário
AOPA: Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APACO: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ASCOOPER: Associação das Cooperativas de Leite do Oeste Catarinense
AS-PTA: Assessoria e Serviço a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros
CAE: Centro Agroecológico
CAMP: Centro de Assessoria Multiprofissional
CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEB's: Comunidades Eclesiais de Base
CEDRAF: Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CEMEAR: Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais
CEPAGRI: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPO: Centro de Educação Popular
CESAP: Centro de Elaboraões, Assessoria e Elaboração de Projetos
CETAP: Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CLADES: Conselho Latino-americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CMS: Comissão dos Movimentos Sociais
CNA: Confederação Nacional da Agricultura
CNDRS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COMSOL: Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte de SC
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CONSAD: Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
ONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAFI: Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
COOPERHAF: Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
COPAVI: Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
CORLAC: Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos
CPAF: Campo Político da Agricultura Familiar
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CRAB: Comissão Regional de Atingidos por Barragem
CRABI: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRESOL: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
CUT: Central Unica dos Trabalhadores
DESER: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

DNTR/CUT: Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT
EBAA: Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ECOARAUCÁRIA: Associação das Famílias de Agricultores Experimentadores em Agroecologia no Bioma Floresta de Araucária
ECOVIDA: Rede Ecovida de Agroecologia
ENA: Encontro Nacional de Agroecologia
ERAA: Encontro Regional de Agricultura Alternativa
ESMA: Escola Sindical Margarida Alves
ETC GROUP: Grupo de Acción sobre Erosión, Tecnología y Concentración
FACES: Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário
FAF: Federação da Agricultura Familiar
FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN: Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar
FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAEP: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAESC: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina
FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF-Brasil: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil
FETRAFESC: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC
FETRAF-SUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FLO: *Fairtrade Labelling Organizations*
FMI: Fundo Monetário Internacional
FNMA: Fundo Nacional de Meio Ambiente
FSAF: Frente Sul da Agricultura Familiar
FUNBIO: Fundo Nacional de Biodiversidade
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA: Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
IICO: Comissão Interclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento
IN: Instrução Normativa
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens
MAELA: Movimento Agroecológico Latino-americano
MAPA: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA: Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC: Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONG: Organização Não Governamental
PAC: Política Agrícola Comum (União Européia)
PAD: Projeto Alternativo de Desenvolvimento
PGPAF: Programa de Garantia de preços da Agricultura Familiar
PIB: Produto Interno Bruto
PJ: Pastoral da Juventude
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR: Paraná

PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA: Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PROJETO TA: Projeto Tecnologias Alternativas
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção
PT: Partido dos Trabalhadores
REBRIP: Rede Brasileira para a Integração dos Povos
REDE TA-SUL: Rede Tecnologias Alternativas Sul
RS: Rio Grande do Sul
RURECO: Fundação para o Desenvolvimento Econômico e Rural do Centro-Oeste do PR
SC: Santa Catarina
SINTRAF 's: Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SISCLAF: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
SOCLA: Sociedade Científica Latino-americana
STR 's: Sindicatos de Trabalhadores Rurais
UNICAFES: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
VIANEI: Centro Vianei de Educação Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O CONTEXTO ATUAL E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	41
1.1 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, A LUTA DE CLASSES E A ECOLOGIA	42
1.1.1 O Capital como um sistema mundial	42
1.1.3 Estado, luta de classes e o lugar da política contra-hegemônica	54
1.1.3 Os custos sociais e ecológicos das formas atuais de produção sob a ótica da economia ambiental	62
1.2 APROXIMAÇÕES ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A EDUCAÇÃO POPULAR COM O MATERIALISMO HISTÓRICO	69
1.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	82
2 O SISTEMA AGROALIMENTAR ATUAL VOLTADO AO MERCADO E O LUGAR DOS PEQUENOS PRODUTORES E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	89
2.1 A PRETEXTO DE UMA CRISE ALIMENTAR	89
2.2 O PAPEL DETERMINANTE DA INDÚSTRIA E A INFLUÊNCIA CRESCENTE DO GRANDE VAREJO NA INTENSIFICAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	92
2.2.1 A Agroindústria e o Grande Varejo no Brasil.....	94
2.2.2 Dinâmicas de Concentração na Agropecuária	100
2.3 O LUGAR DA PEQUENA PRODUÇÃO E DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA NO BRASIL.....	111
2.4 A BUSCA DO CONSENSO E AS POLÍTICAS AOS PEQUENOS PRODUTORES NA ÓTICA DO “GANHAR TEMPO É POSSÍVEL”	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS AO CAPÍTULO	132
3 A GÊNESE E A PRÁTICA EDUCATIVA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	137
3.1 A GÊNESE DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	137
3.2 A BASE MATERIAL DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA REDE	149
3.2.1 O sindicalismo e os “agricultores familiares”	152
3.2.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.....	155
3.2.3 As ONGs	159
3.2.4 A Rede PTA e seus desdobramentos	164

3.2.5 A Rede Ecovida propriamente dita	167
3.3 A ESTRUTURA ATUAL E A PRÁTICA DE SETE NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA	184
3.4 AS PRÁTICAS E SUAS CONTRADIÇÕES	206
4 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	221
4.1 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA “EDUCAÇÃO POPULAR ECOLÓGICA”	221
4.1.1 As origens, os sentidos e o desenvolvimento da educação popular	222
4.1.2 A educação popular, a Teologia da Libertação e o “método Paulo Freire”	227
4.1.3 Os sujeitos políticos.....	235
4.1.4 Articulação entre o movimento ambientalista e os movimentos sociais	242
4.1.5 Apropriações e aproximações com o marxismo	248
4.2 DINÂMICA ORGANIZATIVA, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO	251
4.2.1 A Formação política na Rede Ecovida	252
4.2.2 O Sistema Participativo de Garantia - SPG.....	255
4.2.3 Cooperação.....	263
4.3 LIMITES ATUAIS DA PRÁTICA EDUCATIVA DA REDE ECOVIDA.....	265
4.3.1 A mudança da realidade e os novos sujeitos políticos	266
4.3.2 Formação política, política de financiamento e os limites dos SPGs.....	268
4.3.3 A concepção de Estado, a disputa de hegemonia e a predominância da agenda legislativa.....	271
4.3.4 Uma agenda dispersa na valorização das diversidades.....	274
CONSIDERAÇÕES FINAIS	282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	302
ANEXOS	314

INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas foram marcadas pela fragmentação da ação política de grande parte da esquerda mundial. Embora as bases dessa fragmentação tenham sido gestadas no período anterior, a queda do socialismo e a mundialização do capital foram fatores decisivos para que esse processo viesse a se consolidar. Como consequência, quase que se retirou de cena, ao menos temporariamente, as referências aos projetos sociais, o que modificou profundamente, por sua vez, o papel dos sindicatos e partidos em favor do que passou a se chamar de novos atores, organizados a partir de objetivos sociais e políticos mais específicos.

De lá para cá, grande parte desta esquerda passou a se contrapor às consequências que a mundialização do capital promoveu em diversos âmbitos da vida social: a) na forma de crítica às políticas que contribuíram para viabilizar a expansão do capital, chamadas de neoliberalismo; b) através da reivindicação de relações de poder mais horizontais – no âmbito do Estado e das próprias experiências político-organizativas; c) através da reivindicação do reconhecimento da diversidade de identidades sociais, das formas de conhecimento, dos tipos de relação sociedade-natureza e a “inclusão dos excluídos”; d) através do uso do método narrativo para valorizar os grupos sociais e as experiências. É neste contexto que se encontra o autodenominado movimento agroecológico, aqui estudado, que busca associar uma forma particular de relação sociedade-natureza aos aspectos antes referidos.

Este campo se organiza no âmbito continental através do Movimento Agroecológico Latino-Americano (Maela) e, no Brasil, através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A Rede Ecovida de Agroecologia, objeto deste estudo, contribuiu com o desenvolvimento do referido campo, do qual pode ser considerada representativa. Ao se identificar enquanto movimento, reforça-se a intenção de não ser simplesmente uma articulação que estimula o desenvolvimento de tecnologias de base ecológica, o que o termo agroecologia poderia sugerir, ou da busca por se afirmar em certos mercados, mas se propõe a atuar também no âmbito das estruturas políticas e sociais.

A Rede Ecovida de Agroecologia é uma articulação constituída por pequenos agricultores organizados em grupos, ONGs e cooperativas de consumidores. Possui atuação no Sul do Brasil e em parte do estado de São Paulo. A Rede foi constituída oficialmente em 1998 a partir, do ponto de vista dos fatores mais decisivos e imediatos, da experiência da Rede de Tecnologias Alternativas (Rede TA-Sul) e da busca por se contrapor à instrução normativa da agricultura orgânica, que à época se encontrava em formulação (REDE ECOVIDA, 2007) como uma resposta do país ao atendimento dos interesses comerciais por este tipo de produto em âmbito mundial. Naquele momento histórico a Rede discordava da necessidade de certificação como condição para que os alimentos orgânicos/agroecológicos¹ pudessem ser comercializados, ao que mais tarde passou a propor a possibilidade, posteriormente aceita, do reconhecimento da certificação realizada pelos próprios agricultores, consumidores e técnicos, na forma de declaração de conformidade orgânica.

A Rede Ecovida se propõe a “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (REDE ECOVIDA, 2007, p. 06) e a “ser parte nas lutas amplas de transformação social junto aos demais movimentos sociais, para uma sociedade justa e igualitária, ambientalmente sustentável e economicamente viável para todos” (MAGNANTI, 2010, p. 32). Verifica-se, portanto, que a Rede, como passará a ser chamada ao longo deste trabalho, procura articular a agroecologia a um projeto societal², reafirmando a intenção de ser movimento.

Do ponto de vista histórico, o campo político do qual a Rede Ecovida faz parte se constituiu a partir da ação decisiva da igreja, através da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. Além desta influência houve outras: o marxismo, na maioria das vezes indiretamente, já incorporada pela

¹ O primeiro termo se refere à denominação utilizada pela legislação nacional e internacional como forma de identificar diversos tipos de produção que não utilizam produtos químicos na produção e transformação dos alimentos ou utilizem somente aqueles aceitos pela própria legislação. O segundo termo é adotado pela Rede Ecovida, o Movimento Agroecológico Latino-americano e algumas sociedades científicas para designar um tipo específico de produção que leva em consideração as relações sociais e econômicas de produção, não somente a forma produtiva.

² Em algumas ONG's, as relações de gênero e juventude, por exemplo, apresentam-se como uma área de trabalho no âmbito da agroecologia. O mesmo ocorre com os grupos de trabalho da Rede Ecovida. Por este motivo é comum se verificar a afirmação de que relações sociais consideradas injustas, sob a ótica dos próprios membros da Rede, não seriam agroecológicas.

Teologia da Libertação, mas algumas vezes de forma autônoma; o movimento ambientalista oriundo principalmente das universidades, resultante de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que passaram a questionar os efeitos danosos das formas convencionais de produção e o impacto dos agrotóxicos à saúde humana e aos sistemas ecológicos. Deste último irá surgir um movimento estudantil que se apropria dos conhecimentos produzidos nas universidades e que posteriormente se lança na tentativa de demonstrar a viabilidade prática de uma agricultura sem o uso de agrotóxicos, denominando de agricultura alternativa (LUZZI, 2007). Estes estudantes egressos de cursos da área das ciências agrárias, principalmente da agronomia, se encontrariam, alguns imediatamente e outros mais tarde, sob distintos níveis de aproximação, com os primeiros (Teologia da Libertação).

A Teologia da Libertação, no Brasil e na América Latina, mas também em outros locais do mundo, contribuiu para constituir diversos movimentos e formas organizativas (LOWY, 2006). No Brasil ela influenciou, em função de sua concepção de articulação entre religiosidade e militância política, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros. É aí que os profissionais das ciências agrárias oriundos do movimento estudantil passariam a se inserir, em diálogo com as concepções e as formas organizativas que se desenvolveram no âmbito desta teologia, como assessoria direta ou indireta, neste último caso através de ONGs (SCHMITT, 1996). As ONGs passariam, a partir do início dos anos 90, a adquirir maior autonomia em relação às demais organizações sociais do campo³, encampando uma agenda própria acerca da educação popular e de uma agricultura alternativa, orgânica ou agroecológica.

No entanto, no âmbito da educação popular, resultado de uma relação entre a proposta da igreja e do marxismo, sempre houve distintos entendimentos acerca de como compreender a realidade, sobre a importância e a forma de acessar o conhecimento historicamente acumulado, bem como sobre o papel que a educação deveria ocupar, conforme descreveu Iasi (2006). Daí resulta que no âmbito daquilo que se convencionou chamar de educação popular havia distintas concepções.

³ Utiliza-se este termo para definir um conjunto heterogêneo de formas organizativas: movimentos sociais, sindicalismo, ONGs e cooperativismo.

A partir de meados dos anos 80, os movimentos sociais do campo passam a ganhar autonomia em relação à Teologia da Libertação e uns em relação aos outros. Enquanto o MST radicalizava sua ação política e sua política de formação, mais assentada no marxismo, o sindicalismo e as ONGs mantiveram uma relação mais próxima com a igreja. O sindicalismo, particularmente a partir do início dos anos 90, após a queda do socialismo soviético e a derrota da revolução nicaragüense, que marcou profundamente a Teologia da Libertação (LOWY, 2006), passaria a tratar de questões mais pragmáticas e as referências ao socialismo se tornariam cada vez mais escassas.

O sindicalismo começou a reivindicar políticas agrícolas “mais adequadas” para garantir a viabilidade econômica e social dos pequenos agricultores, que passaram a ser chamados de familiares: crédito, seguro agrícola, garantia de preços, compras governamentais etc. As ONGs, por sua vez, procuraram manter a educação popular na forma de assessoria às organizações sociais do campo, principalmente através de uma forma particular de se organizar: os grupos de agricultura ecológica. Estes grupos confeririam uma “identidade” à forma de atuação das ONGs que passariam a priorizar o seu trabalho com a agroecologia – já que algumas fizeram esta opção, outras fizeram parcialmente e outras, ainda, mantiveram-se como assessoria ao sindicalismo, principalmente (no Sul do Brasil as duas primeiras estimulariam a constituição da Rede Ecovida).

Diante de um novo contexto político-econômico, caracterizado pela mundialização do capital e sua política de expansão neoliberal, além da queda do socialismo, a educação popular passa a se tornar mais pragmática, escassa e empobrecida – isso no âmbito da CUT como um todo, não somente à sua fração ligada ao campo. Além do pragmatismo acerca da reivindicação de políticas específicas aos pequenos agricultores, reivindicou-se também a participação nos fóruns de consenso do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que se fez referência à necessidade de se desenvolver experiências concretas que indicassem a possibilidade de um novo desenvolvimento, no que se refere às formas organizativas, que pudessem demonstrar “independência” em relação às grandes agroindústrias, desenvolvessem formas produtivas ecologicamente mais adequadas, promovessem alguma forma de associativismo etc.

Embora o sindicalismo mantivesse, a partir dos anos 90, a proposta de uma organização assentada na base, na prática foram apenas as ONGs que conseguiram manter algum trabalho neste sentido, através dos grupos de agricultura ecológica. A idéia de uma educação popular permanece aí, mas com uma concepção distinta daquela concebida na fase anterior, pois se assentaria na busca por educar pela prática agroecológica, considerada não somente enquanto processo produtivo, mas pelo conjunto de ações que a ela se relacionam: certificação participativa, comercialização coletiva, troca de conhecimentos através de visitas e mutirões de trabalho etc. Se, de um lado, isso passa a garantir uma especificidade à ação das ONGs ligadas à agroecologia, que agora atrai parte do sindicalismo e do próprio MST, de outro lado, passa a se enfraquecer, particularmente a partir de meados dos anos 2000, após o esgotamento das campanhas contra a liberação dos produtos transgênicos na agricultura. A partir de então a agenda do movimento ecológico se concentra nos aspectos normativos da agricultura orgânica, que é o caso da Rede Ecovida, ou em uma agenda dispersa de reconhecimento da diversidade de identidades, esta última caracterizando quase toda a esquerda brasileira atualmente.

A concepção de Estado adotada pelas organizações sociais do campo é fundamental para compreender sua política, bem como do próprio movimento agroecológico⁴. Isso porque ela conduz diversas outras concepções acerca do caráter dos conflitos e lutas sociais. A Fetraf-Sul e o sistema sindical ligado à CUT, assim como o PT, por exemplo, que entendiam que a hegemonia seria alcançada através da conquista do Estado, a partir de onde se fortaleceria a sociedade civil para a disputa de classes, optou por apostar seus esforços quase que exclusivamente na via eleitoral.

As atividades desenvolvidas pela Rede (produção agroecológica, certificação participativa, estímulo às relações solidárias na produção e comercialização, valorização dos conhecimentos histórico-tradicionais dos agricultores) e a forma organizativa que adota (organização em grupos, núcleos,

⁴ Trata-se de uma relação indireta, pois não é institucional (Rede Ecovida – organização de representação), mas através de grupos de agricultores e pessoas que também pertencem a estas organizações. Na Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, onde a Rede Ecovida também participa, a representação é institucional, já que dela fazem parte também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

conselhos de ética), bem como a própria política de formação, busca se afirmar enquanto um processo educativo, colocando em movimento e preparando (auto-educando) seus membros para a ação prática/política⁵. No entanto, essa educação, como outra qualquer, assim como o conjunto de sua ação prática e política, é desenvolvida a partir de certa concepção de mundo, homem e natureza, onde se sustenta toda prática social.

O objetivo principal desta tese é identificar quais são os fundamentos teóricos e políticos que sustentam a noção de prática educativa da Rede Ecovida de Agroecologia, aqui considerada como representante do chamado (autodenominado) movimento agroecológico. Para tanto, coloca-se algumas questões: Qual é a gênese desse movimento? Quais são os fatores que contribuíram com o seu surgimento? Qual é a concepção de mundo, sociedade, homem, natureza, trabalho e realidade que dão sustentação a este movimento? Quais são as matrizes filosóficas e políticas que sustentam esse processo educativo? Que concepção de prática educativa este movimento possui? Qual é o sentido histórico-político atribuído à educação e aos processos educativos? Como articula a concepção de sociedade e natureza? Quais são as consequências destas concepções à formulação de um projeto educativo para a classe trabalhadora e aos pequenos agricultores e camponeses que vivem de seu trabalho? Procura-se, diante destas questões, compreender também porque surge este movimento neste momento histórico, bem como as possíveis consequências de suas concepções ao enfrentamento da questão agrária e ecológica atuais.

⁵ Diante da diversidade constitutiva e de objetivos, a Rede desenvolve sua política através de um conjunto de práticas comuns: desenvolver/apoiar experiências práticas de agroecologia, certificação participativa, comercialização em feiras livres, organização em grupos de agricultores. Outras práticas, ainda, são específicas de alguns núcleos, como o trabalho coletivo, mutirões, troca de dias de trabalho etc. Do ponto de vista da representação, no âmbito da sociedade civil, a Rede participa da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Movimento Agroecológico Latino-americano (Maela), Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). No âmbito do Estado, participa de conselhos de segurança alimentar e conselhos de desenvolvimento rural e territorial, nos diversos níveis.

A hipótese desta tese é que o “movimento agroecológico⁶” e, em particular a Rede Ecovida de Agroecologia, procura sustentar sua prática educativa, em função das condições históricas sob as quais se produziu, através de uma matriz baseada no que pode ser denominada de “educação popular ecológica”. Trata-se de uma adaptação dos fundamentos da educação popular e da Teologia da Libertação para as condições e necessidades de uma agricultura ecológica militante. Apesar da predominância destas matrizes, a “educação popular ecológica” da Rede Ecovida é conformada por distintas concepções de realidade, de sujeito histórico/político, de projeto político, de prática educativa etc., em grande parte em função das condições e contextos sobre as quais se produziram as experiências locais. Por estes motivos não há apenas uma compreensão acerca do problema agrário e agroecológico, bem como a possível solubilidade destes problemas no âmbito da sociedade do capital.

A construção do problema de pesquisa, aqui apresentado, parte, como em qualquer investigação, das concepções de realidade, homem, natureza, sociedade, trabalho e ciência do próprio autor. Ou seja, as questões tal como apresentadas não necessariamente se colocam entre as preocupações centrais dos membros da Rede Ecovida, mas foram construídas na relação entre a visão de mundo do autor e o contato que manteve com o campo de pesquisa, o que permitiu a construção do objeto.

Neste sentido, o primeiro capítulo procurará apresentar o contexto atual e os fundamentos teóricos e políticos onde as práticas educativas se desenvolvem. Para tanto se trata inicialmente da mundialização do capital, no âmbito de um processo histórico longo, mas com características próprias do momento recente, o que lhe

⁶ Além de movimento, o termo agroecologia também é adotado com outros sentidos. A Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), por exemplo, afirmam ser uma ciência. Essas sociedades se propõem a contribuir, através de suportes científicos, com a agroecologia como movimento social, representada pelo Maela (SOCLA, 2011) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), no caso do Brasil. Predomina a busca por afirmar a agroecologia como uma ciência multidisciplinar que, de acordo com Caporal, Costabeber e Paulus (2006), procurando apresentar uma idéia de conjunto, estrutura-se a partir de disciplinas das ciências sociais e naturais: biologia, ecologia, física, agronomia, sociologia, história, antropologia, educação, economia ecológica e comunicação (GONÇALVES, 2008, inclui ainda a geografia e a saúde). Destas disciplinas os autores retiram alguns conceitos que contribuiriam para constituir a agroecologia como ciência. Verifica-se que a forma proposta pelos autores é bastante diferente daquelas que deram origem a outras ciências, que partiram de um conjunto de leis e teorias, não de disciplinas, isso porque muitos conceitos, leis e teorias podem ser utilizadas por diversas disciplinas, tanto nas ciências sociais quanto nas ciências da natureza. Esse esquema explicativo revela uma base epistemológica fundada no holismo, já que pretende contemplar as diversas dimensões da realidade social e ecológica, sem definir ou apresentar aquilo que garante a unidade/totalidade. Essa forma de organizar a explicação se aproxima muito daquela utilizada pelos mediadores da Rede Ecovida e apresentados neste estudo.

confere uma particularidade; da luta de classes entendida em sua forma clássica, onde se apresenta conceitos políticos importantes para balizar a pesquisa, como sociedade civil, sociedade política, Estado, hegemonia, contra-hegemonia, etc.; e, por fim, a inserção da ecologia como questão social e política, apontando principalmente as controvérsias e contradições presentes em três abordagens principais da economia ambiental: a economia ambiental neoclássica, a economia ecológica e a ecologia marxista. Neste item se realiza uma análise especial da economia ecológica e de duas idéias principais nela presentes, a ecologia popular e a racionalidade ambiental, por se tratar de uma abordagem importante no “movimento ecológico” e na Rede Ecovida, bem como as controvérsias acerca da idéia de desenvolvimento sustentável, particularmente sobre sua imprecisão teórica e as apropriações políticas.

Se de um lado se reivindica políticas agrícolas mais adequadas, de outro lado esse campo estabelece uma crítica ao processo de globalização e às políticas neoliberais. De acordo com Ziegler (2008), a globalização se apresenta como proposta de universalização das riquezas e dos conhecimentos produzidos pela humanidade, ao mesmo tempo em que viabilizaria o acesso de todos ao mercado mundial. Cabe destacar, no entanto, conforme aponta o autor, que se trata de um termo ideológico, cunhado pelo poder dominante com o objetivo de não demonstrar que a verdadeira intenção é abrir mercado para as grandes corporações mundiais. O termo mundialização é mais adequado para descrever o processo em curso, já que não se impõe limites ao capital, particularmente ao financeiro, que circula pelas bolsas de valores do mundo durante 24 horas por dia, enquanto se coloca limites à livre circulação de pessoas, resultando em consequências desastrosas para os trabalhadores dos países pobres que arriscam a vida no intento de buscar melhorar suas condições sociais, trabalham por salários mais baixos, desenvolvem trabalhos mais desqualificados e convivem com a constante insegurança e oposição dos trabalhadores locais que acreditam que estão perdendo postos de trabalho. A crítica à globalização, por parte do movimento agroecológico, ocorre principalmente em função dos aspectos relacionados aos acordos resultantes da Organização Mundial do Comércio (OMC), que procuram afirmar as patentes intelectuais, inclusive sobre plantas utilizadas por comunidades tradicionais, bem como à política de redução das tarifas de importação, compras governamentais e outros subsídios nacionais diretos

e indiretos que implicariam na redução da competitividade dos pequenos produtores locais.

Na seção seguinte deste capítulo se aborda, ainda no intento de construir o objeto de pesquisa, a Teologia da Libertação no âmbito das organizações sociais do campo, bem como de suas origens e concepções epistemológicas e políticas, isso porque, conforme já se apresentou, influenciou decisivamente estas organizações sociais. A partir do momento em que os referenciais políticos desmoronaram, no início dos anos 90, essa forma de conceber a realidade levou à multiplicação das interpretações, bem como à pulverização da agenda política. De um lado, desenvolve-se uma crítica ao capitalismo mundializado, em particular sua política neoliberal, de outro lado, reivindica-se a democracia nas experiências organizativas e no Estado; a valorização da diversidade, dos conhecimentos tradicionais e dos tipos de relação sociedade-natureza etc.

Essa é uma característica não somente do movimento agroecológico, embora aí seja ainda mais destacado, mas do conjunto da esquerda brasileira e latino-americana no momento histórico atual, em função da forma como ocorrem as lutas de classes e concorrem as concepções divergentes de humanidade e sociedade. Isso porque se trata de um momento histórico em que o poder dominante assume ampla hegemonia pela combinação entre força e consentimento, viabilizado pela queda das experiências socialistas; pela mundialização e constante deslocalização do capital – o que ameaça constantemente os trabalhadores, sindicatos e até mesmo os próprios estados nacionais; pelo uso constante das diferentes formas de medo e ameaças (perda do emprego, violência, terrorismo) como forma de legitimar o uso da violência física e psicológica contra os trabalhadores; pela transformação do mercado como a esfera onde a política deveria ser resolvida, incluindo as chamadas questões ambientais.

As questões acima apresentadas influenciam diretamente as práticas educativas, já que elas se assentam sob determinadas bases filosóficas e políticas. Ou seja, elas determinam uma concepção de realidade e projeto político que deverá ser levado adiante por qualquer forma organizativa, incluindo o movimento agroecológico. Desta forma, não se procurará neste trabalho explicar detalhadamente como se desenvolvem determinadas ações educativas, até porque aqui se considera que é o conjunto das relações que educa, não somente as

atividades formativas ou escolares, que tradicionalmente são consideradas enquanto tal. Também porque a visão de educação em uma organização política como é o movimento agroecológico e a Rede Ecovida de Agroecologia, não se limita a uma ação escolar, mas tem como objetivo atingir a esfera política, até mesmo porque toda ação educativa é um ato político, apesar das especificidades da educação em relação à política (SAVIANI, 2008). Ou seja, trata-se de uma prática educativa que se propõe a promover transformações sociais, tal como apresentado no início deste trabalho.

Cabe destacar que as ações formativas, a instrumentalização teórica para a compreensão da realidade, visando posterior transformação, possui um papel muito importante, embora tenha perdido importância relativa no conjunto das formas organizativas atualmente – partidos, sindicatos, movimentos ecológicos etc. No lugar deste tipo de ação se prioriza ou até mesmo se substitui pelo desenvolvimento de ações práticas, como campanhas, por exemplo. Não que esse tipo de atividade não tenha importância do ponto de vista educativo, até porque é através da tentativa de mudar a realidade que, muitas vezes, permite-se identificar a necessidade de compreendê-la melhor, como afirmam Sanchez Vasquez (2007) e Kosik (2007), dentre outros, mas o que costuma ocorrer é a substituição de uma por outra, ou seja, da ação formativa pelo ativismo.

No âmbito do movimento agroecológico esta substituição é bastante evidente. Os “novos militantes” deste movimento costumam ser recrutados em função de relações pessoais ou através da identificação com a causa ou a formação em agroecologia, a partir do que passam a desenvolver um conjunto bastante amplo de atividades que estariam relacionadas com a agroecologia. Isso porque a concepção de agroecologia costuma ser demasiadamente ampla, propondo-se até mesmo a ser um projeto de sociedade ou a base epistemológica sob a qual passa a se compreender a realidade. Acerca desta última forma, as propostas de definir a agroecologia enquanto ciência permite estabelecer essa consideração, já que ela seria uma espécie de ciência das ciências. Diferentemente das concepções pós-modernas, que relativizam o papel da ciência, em função de sua intenção considerada frustrada com relação ao “projeto da modernidade”, essa idéia de agroecologia continua afirmando a importância da ciência, mas como uma espécie de junção de diferentes ciências com o conhecimento tradicional. Já na concepção

de agroecologia dos movimentos sociais, que também se apóia na anterior, costuma-se compreender a realidade e desenvolver uma estratégia política enquanto conceito organizador, conforme apresentado anteriormente. Na parte final do capítulo se apresentam os procedimentos metodológicos da pesquisa.

O objetivo do segundo capítulo é conhecer o sistema agroalimentar, compreender como ele está estruturado, como vem se desenvolvendo e em que sentido se desenvolve. Em seguida, interessa-nos saber como os pequenos produtores se inserem neste sistema, bem como, desde a perspectiva do capital, compreende-se o papel destes pequenos produtores. Por fim, analisa-se a pequena produção agroecológica e nela a inserção dos agricultores agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia enquanto tentativa de se afirmar diante do sistema do capital e seu processo metabólico.

Acerca do sistema agroalimentar cabe fazer algumas considerações introdutórias. Inicia-se o capítulo tratando-se da crise alimentar, aqui compreendida enquanto um processo estrutural, não meramente conjuntural. Em 2008 ganhou evidência a existência dessa crise em função da elevação dos preços dos produtos agrícolas no mundo todo, resultando em fome e diversas manifestações de movimentos sociais, principalmente na África e na América Central. Naquele momento a questão alimentar ganhou visibilidade ao que a mídia procurou tratar como se fosse um problema relacionado à queda da produção e a elevação do consumo mundial de alimentos, sem destacar outros aspectos.

A crise alimentar daquele ano evidenciou o caráter especulativo sobre os alimentos, já que o capital especulativo encontrou neste setor, em um ano de crise econômica, uma esfera de possível realização de lucros. Desta forma, os preços dos alimentos se elevaram, uma vez que a especulação provocava altas cada vez maiores sob a expectativa de uma crescente dos preços. De lá para cá os preços recuaram, mas ainda continuam elevados quando se leva em consideração as informações históricas. Este e outros fatores reforçam a existência de uma crise estrutural no setor de alimentos, não por falta de produção, já que, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o mundo produz a quantidade suficiente para alimentar 12 bilhões de pessoas com uma dieta de 2.700 calorias, quase o dobro da população mundial.

Se de um lado a produção é suficiente e sobrança, o que contraria as teses malthusianas, de outro lado, há, de acordo com a FAO (2008) e Ziegler (2008), 856 milhões de pessoas em situação de fome permanente e um número também crescente de pessoas obesas, uma contradição resultante do mesmo processo. Ocorre que os alimentos se afirmaram definitivamente enquanto mercadorias dentro da esfera da acumulação, o que possibilita que muitas pessoas passem fome em um mundo que produz alimentos em excesso. Além disso, as mudanças na esfera do trabalho, que resulta na necessidade de uma alimentação mais rápida, bem como a ação midiática acerca dos alimentos prontos e rápidos, provoca cada vez mais a industrialização dos alimentos, que, de acordo com Michael (2007), autor de “O Dilema do Onívoro”, leva ao consumo em excesso de sal, açúcares e gorduras, pois estes são amplamente utilizados como conservantes, para realçar o sabor ou como dispersantes.

Por detrás desse processo há uma indústria poderosa que concentra setores inteiros da produção. De acordo com a Secretaria Nacional do MST (2008), cerca de 40 grandes empresas controlam, subordinando empresas pequenas e medianas, todo o setor agroalimentar mundial. O controle se dá através da produção de insumos para a agricultura (agrotóxicos, fertilizantes, sementes, máquinas), a agroindustrialização (transformação dos produtos agrícolas e pecuários em produtos industrializados prontos para serem distribuídos – através da produção própria, com integração contratual com agricultores ou sem este tipo de integração), a distribuição dos alimentos em âmbito mundial na condição de grandes *traders* e a distribuição direta no varejo, destacadamente através de hipermercados. De acordo com Wilkinson (2002), não raras vezes as empresas que atuam nestes diversos setores (produção de insumos, agroindustrialização e distribuição) são as mesmas, além de que as principais ainda possuem atuação sinérgica em outros setores, como o farmacêutico-químico.

Nos últimos anos o Brasil vem se consolidando enquanto exportador de *commodities* agrícolas e minerais para diversos locais do mundo, mas especialmente para China, país que atualmente possui uma demanda crescente por estes tipos de produtos. Esse processo, aliado aos subsídios do estado brasileiro, através de financiamentos à juros baixos e isenção de impostos à exportação, como é o caso da Lei Kandir, contribuiu para promover a consolidação, inclusive através

da aquisição de grandes empresas estrangeiras, de algumas empresas de capital nacional no setor de alimentos e minerais. No setor de alimentos esse é o caso da JBS/Friboi e da *Brasil Foods*. Com o crescimento da produção agrícola e pecuária brasileira, estas empresas, mas também as produtoras de insumos e *traders*, beneficiaram-se muito através da ampliação de seus mercados e do controle a jusante e a montante das cadeias produtivas.

As agroindústrias, para se consolidarem enquanto tal, buscam uma constante redução dos custos operacionais de produção, como assistência técnica e transporte, o que contribui para exigir constante elevação da produção dos agricultores, promovendo concentração da produção. Isso acontece de forma contraditória ao objetivo de manter a produção entre os pequenos agricultores que não empregam trabalho assalariado, o que torna a produção mais barata, com a exigência de se elevar a produção e o capital constante necessário, o que muitas vezes acaba por suplantando a forma familiar de produção pela assalariada. Apesar desta contradição, o que se vê é uma tendência de elevação das escalas de produção, a redução do número de produtores e a concentração da produção.

Esse processo de concentração, num país como o Brasil, onde em algumas regiões predomina a pequena propriedade, em outras a grande e em outras ainda co-existe a grande e a pequena propriedade fundiária, acontece de forma bastante diversa na agricultura e na pecuária. Enquanto na pecuária intensiva confinada, como é o caso de aves e suínos, a elevação da produção ocorre através da ampliação das estruturas físicas, na produção de grãos e fibras, aqui entendida como agricultura, essa elevação da produção exige também, além da ampliação das estruturas físicas e maquinaria, a ampliação da área de terra para a produção. A produção pode ocorrer através da elevação da produtividade do solo, o que é uma busca constante e que continua acontecendo atualmente, dada as possibilidades de mudanças técnicas e pelo o uso de insumos agrícolas, mas essa elevação nunca ocorre como na pecuária intensiva confinada somente através deste mecanismo. Desta forma, na produção de grãos e fibras a concentração tende a ser mais lenta, haja vista que os produtores necessitam também adquirir áreas novas para tal, cujos preços atualmente se elevam em função do aumento da demanda.

Apesar da maior dificuldade, a concentração não deixa de ocorrer, seja através da compra de terras pelos grandes produtores ou empresas capitalistas,

seja através do arrendamento, como o que ocorre atualmente na produção da cana-de-açúcar e de soja. Há atualmente empresas agrícolas que exploram, no Brasil, em outros países da América Latina e na África, cerca de um milhão de hectares. Outra informação que evidencia esse processo de concentração é o fato de que 22 mil produtores, de um total de 5,1 milhões, produzem mais de 50% da produção nacional, enquanto cerca de 400 mil produzem 34%, cerca de 930 mil produzem 15% e os 3,8 milhões restantes produzem menos de 1%, de acordo com Alves e Rocha (2010). Embora a produção para consumo familiar tenda a não ser adequadamente dimensionada, mesmo assim os números revelam um alto nível de concentração.

Para os últimos, para quase 13 milhões de pessoas ocupadas, grande parte concentrada no nordeste brasileiro, as chances de se viabilizar enquanto produtores é muito baixa. Resta a possibilidade da produção como valor de uso, o que não é suficiente em uma condição de alta mercantilização das necessidades vitais e sociais, ou o emprego agrícola permanente ou temporário, que se reduziu enormemente e tende a continuar reduzindo em função do aumento da produtividade do trabalho viabilizada principalmente pela mecanização, particularmente do corte da cana-de-açúcar e a colheita do algodão. Dessa forma, os autores (Alves e Rocha) chegam a sugerir que as políticas assistencialistas devem garantir a permanência destas pessoas em seus locais tão somente enquanto exército industrial de reserva, enquanto que para os medianos, particularmente os 935 mil denominados de familiares, haveria necessidade de política agrícola, extensão rural e incentivo ao associativismo para viabilizá-los.

O estrato dos produtores denominados familiares “conquistou”, através de demandas sindicais encaminhadas ao governo e da sugestão dos organismos internacionais ligados à agricultura, particularmente a FAO, um instrumento de política agrícola que responde aos objetivos indicados pelos autores, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Desde a sua criação, em 1995, o programa ampliou o nível de alcance, mas indicou um teto, bastante próximo daquele mencionado por Alves e Rocha (2010), de cerca de um milhão de agricultores que se enquadram na categoria familiar. Apesar de que a reivindicação do programa, por parte das organizações sindicais, sugerisse a necessidade de alterar as formas produtivas, viabilizando a agroecologia, por exemplo, o que se

verificou na prática é que o crédito contribuiu, particularmente a partir das novas exigências do seguro agrícola do programa, para consolidar a ampliação do uso de agroquímicos na agricultura.

Desta forma, com a ampliação do uso de agroquímicos entre os agricultores considerados familiares, bem como a liberação da transgenia na agricultura, particularmente para a soja e o milho, como é o caso da realidade do Sul do Brasil, ampliou-se enormemente o uso de agroquímicos na agricultura, inclusive entre os pequenos agricultores. Do ponto de vista da saúde humana e ambiental, estudos recentes realizados pela Universidade Federal do Mato Grosso, bem como por outras, indicam os prejuízos deste processo, como é o caso da identificação de contaminação do leite materno entre todas as mães que amamentavam no município de Lucas do Rio Verde, inclusive por um metabólito do DDT, inseticida proibido há muitos anos no Brasil, conforme revelou o estudo de Palma (2011).

Essa ampliação do uso de agroquímicos e a liberação da transgenia, bem como outros fatores, como é o caso da alta dos preços das *commodities* agrícolas, o envelhecimento da população do campo e a redução da disponibilidade de força de trabalho temporária e permanente, particularmente na região Sul do país, acaba por provocar, contraditoriamente, a redução da produção e do número de produtores orgânicos ou agroecológicos nas regiões de atuação da Rede Ecovida de Agroecologia. A produção se mantém ou aumenta naqueles produtos cujo processo produtivo é menos mecanizado, como é o caso de hortaliças e algumas frutíferas, cujo valor médio social é mais elevado, mas dentre os demais tende a diminuir, particularmente entre os pequenos produtores, embora haja indicativos de que alguns grandes produtores brasileiros, assim como nos Estados Unidos, consolidam-se na produção orgânica enquanto um nicho de produção, aproveitando-se de uma tendência de crescimento do consumo deste tipo de produto no âmbito mundial.

Diante do atual contexto, de concentração e intensificação da produção agrícola brasileira e de diversos outros países da América Latina, a inviabilização econômica e social de um grande número de pequenos produtores, bem como das dificuldades da agricultura orgânica/agroecológica se afirmar dentre os pequenos produtores, o que poderia em tese contribuir para viabilizá-los, o estado brasileiro vem desenvolvendo uma série de políticas em prol do que chama de desenvolvimento local, territorial, sustentável, dentre outros adjetivos utilizados. Para

tanto se utiliza de fóruns de consenso, os quais prevêem a participação de representantes do Estado e da sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias para se atingir tal desenvolvimento.

Grande parte das organizações sociais do campo, quase todas, de onde se exclui apenas parte do MST, passou a participar destes fóruns, já que foram considerados pelo governo como um canal de concertação dos interesses e políticas existentes no âmbito do governo, bem como com vistas a articular ações, por vezes contraditórias, do ponto de vista de classe social, de objetivos comuns. Ocorre que este tipo de proposta se desenvolve exatamente em um momento em que a mundialização do capital promove constantes deslocalizações/ relocalizações, de acordo com Ziegler (2008), através da busca do capital em produzir naqueles locais onde o valor da força de trabalho e outros custos sejam mais baixos. Esses fóruns são constituídos em um momento em que muitas contradições acerca do uso dos recursos públicos é ocultada, pois, de acordo com Fatorelli (2011), em 2010 45% do orçamento público nacional foi destinado ao pagamento de serviços dos juros da dívida pública, em detrimento de 0,16% destinados à organização agrária e a reforma agrária.

Apesar disso, também por terem apoiado politicamente a eleição dos dois últimos governos, as organizações sociais do campo participam destes fóruns, onde estabelecem acordos que às vezes permitem alguns benefícios, mas que na maioria das vezes contribui para segurar ou mascarar as contradições existentes. Esse é o caso das ONGs ligadas à Rede Ecovida que participam de conselhos de desenvolvimento rural, territorial, segurança alimentar etc., nos diversos âmbitos do estado brasileiro, como tentativa de viabilizar o desenvolvimento da agroecologia, mas na maioria das vezes o consenso acaba por limitá-la.

Qual é a importância destas considerações ao objeto da pesquisa? O contexto social, político e teórico indica apenas a inviabilidade de qualquer ação no campo agrário ou agroecológico? Em primeiro lugar, acerca da primeira questão, o objetivo desta análise é tentar compreender o local onde o objeto desta pesquisa se localiza e onde procura se desenvolver. Em segundo lugar, busca-se confrontar esta compreensão da realidade com aquela que é realizada pela Rede Ecovida. Esta última possui uma grande importância, já que as práticas educativas são desenvolvidas a partir de uma concepção de realidade, que irá conduzir a uma

forma de apreendê-la e de educar. Em relação à segunda questão, não se trata de reduzir ou limitar as possibilidades daquilo que procura se desenvolver na prática como forma de confrontar e de se opor ao poder hegemônico e dominante, mas de encontrar as reais possibilidades disso ocorrer, o que se procura analisar ao longo deste trabalho.

Ocorre que no âmbito da Rede Ecovida não há apenas uma compreensão acerca do problema agrário e agroecológico, em particular sobre a solubilidade deste problema no âmbito do sistema do capital. Há o predomínio, no entanto, de uma visão de que o desenvolvimento da agroecologia depende de ajustes nas políticas agrícolas, pois esse seria o fator que limita o seu desenvolvimento. Ou seja, para que a agroecologia e a própria Rede Ecovida se desenvolvessem seria necessário uma adequação da política de financiamento, de assistência técnica e extensão rural, de estímulo ao associativismo, no desenvolvimento de mercados para estes produtos etc., de forma a que estes agricultores pudessem obter um resultado econômico satisfatório, igual ou superior aos agricultores que praticam a agricultura convencional – com o uso de agroquímicos. Costuma-se sugerir também a necessidade de uma política que permitisse que os agricultores considerados convencionais migrassem aos poucos para a produção agroecológica, viabilizando uma transição para a agroecologia, já que se considera que esta passagem implica em reduções temporárias nos volumes de produção, bem como a necessidade de um maior acompanhamento técnico.

Neste ponto ainda este movimento critica, através das articulações internacionais em que se insere, como é o caso do *ETC Group*, que se constitui como uma rede de pesquisadores que estudam os impactos sociais e ecológicos das novas tecnologias, como nanotecnologias, biologia sintética, geoengenharia, dentre outros. Trata-se de assuntos conhecidos por um grupo restrito de pessoas e cujas consequências sociais e ecológicas são pouco conhecidas e por este motivo se torna importante. As novas tecnologias resultam de acordos estabelecidos entre as maiores empresas mundiais de distintos setores, como química, biologia e informática, além de contarem com o apoio dos estados nacionais em investimentos em pesquisa e de um alto grau de complexidade científica envolvida, o que demonstra a importância e a necessidade de uma política de tradução destes conhecimentos ao conjunto da população.

Esse problema também ocorre quando o movimento agroecológico trata dos agrotóxicos e alimentos transgênicos com a intenção de comunicar com a sociedade. Nesse caso também se refere a interesses bastante poderosos, assuntos complexos e abstratos e de difícil tradutibilidade. Procura-se apresentar, na maioria das vezes, argumentos técnicos para justificar posições políticas, como a crítica ao processo de concentração do controle das tecnologias por um pequeno grupo de corporações internacionais. As corporações, por sua vez, utilizam e respondem somente os argumentos técnicos, omitindo os político-econômicos, o que é de se esperar. O fato é que no Brasil a problemática dos agrotóxicos ainda é pouco conhecida e publicizada, resultando que o nível de desconhecimento acerca dos possíveis problemas à saúde é geralmente muito alto, o que revela a importância de ações nesse sentido.

O consumo de alimentos orgânicos também se limita pela falta de conhecimento acerca dos riscos dos alimentos cultivados com agrotóxicos, além de um próprio valor mais alto dos alimentos orgânicos em relação aos demais. Os agricultores ecológicos reivindicam um ajuste do valor dos alimentos orgânicos em relação aos convencionais em função de que os últimos socializam os custos sociais de sua produção, enquanto que os primeiros internalizam estes custos, como propõe a economia ecológica, conforme Martínez-Alier (1994). Além deste fator, que é verdadeiro, há o fato de que os alimentos orgânicos necessitam ser certificados, o que implica no aumento do trabalho socialmente necessário para se desenvolver esta operação, resultando também em mais elevação do valor. Neste sentido é que o movimento ecológico reivindica um ajuste de cálculos e uma remuneração por parte do Estado, como forma de reduzir seu preço no mercado e elevar o consumo, tendo resultado atualmente apenas em um preço mais elevado nos alimentos comercializados através dos programas de compras governamentais para a alimentação escolar e assistência social.

No capítulo três se apresenta a gênese e a prática educativa da Rede Ecovida de Agroecologia. Os elementos mais importantes desta caracterização já foram apresentados na parte inicial desta introdução, particularmente quando se referiu ao processo histórico que deu origem, a partir da influência da Teologia da Libertação, a um conjunto de organizações sociais, que vão desde um movimento social do porte do MST, ao sindicalismo ligado à CUT e a um partido político. Como

se referiu anteriormente, isso foi produto de um período histórico específico e que estas organizações passaram a ganhar autonomia em relação à Teologia da Libertação e umas em relação às outras, embora se mantivessem no campo político da esquerda.

Neste capítulo se apresenta o contexto econômico e político mais geral e o contexto específico que levaram à constituição das organizações sociais do campo, ao mesmo tempo em que apresenta também alguns fatores que contribuíram para que ocorresse uma especialização destas organizações em função de temáticas ou de posições políticas. Ocorreu também, destacadamente a partir dos anos 90, a constituição de um grande número de outras formas organizativas, principalmente daquelas voltadas à organização econômica dos pequenos agricultores, através de cooperativas de crédito, industrialização, comercialização e serviços. Algumas destas cooperativas se defrontam com disputas internas que levaram à cisão. Outras formas de representação política também são constituídas a partir de então na tentativa de fortalecer ou redefinir o campo.

Embora a Rede Ecovida seja constituída por um número maior de organizações que se encontram sob sua área de influência ou por elas são influenciadas, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), optou-se por analisar a trajetória das três organizações sociais principais, conforme revelado pela pesquisa de campo: o sindicalismo cutista, o MST e as ONGs. A igreja, o Partido dos Trabalhadores e o movimento ambientalista são considerados transversais nesta análise, tendo em vista que influenciaram a todos e seu raio de ação não se limita ao campo, por este motivo não se dedica uma análise especial. Enquanto que o sindicalismo e o MST se encontram apenas no âmbito das relações políticas, embora muito mais em nível local do que institucionalmente, as ONGs são parte constituinte e foram determinantes para que a Rede Ecovida viesse a se constituir.

Em seguida, após a apresentação das três referidas organizações, passa-se a analisar a Rede Ecovida propriamente dita, enquanto uma forma organizativa própria. Nesse item trata-se dos aspectos históricos que promoveram seu surgimento, que foram destacadamente a elaboração de uma instrução normativa para os produtos orgânicos que indicava a necessidade de certificação por auditoria

externa e a experiência anterior das ONGs em uma rede de projetos de tecnologia alternativa, denominada Rede TA-Sul.

Nos documentos que apresentam os objetivos constitutivos da Rede se verifica uma diversidade bastante grande, uma tentativa de atuar em diferentes frentes. Isso se deve ao fato de que neles constam os propósitos e concepções das formas organizativas locais, como os núcleos da Rede e as ONG's, que foram inseridos na proposta institucional. São objetivos desde a identidade popular; responder à questões concretas no âmbito local, regional, nacional e internacional; desenvolver e multiplicar experiências de agroecologia; fomentar o intercâmbio; reconhecer e respaldar as famílias; lutar pela segurança e soberania alimentar; fortalecer o espírito de cooperação; lutar contra os transgênicos e a apropriação privada; construir e articular políticas; desenvolver materiais sobre a agroecologia e a educação do campo; ser parte nas lutas amplas de transformação social (MAGNANTI, 2010). À estes objetivos se somam um conjunto de princípios que por vezes se confundem com objetivos, a saber: contribuir para construir a sustentabilidade; recuperar e conservar a vida no planeta; ter a agroecologia como base para a sustentabilidade; articular-se em rede sem hierarquias; preservar as particularidades e seus processos organizativos; atuar junto à agricultura familiar e camponesa; fortalecer a economia popular e solidária; priorizar relações diretas com consumidores; opor-se a qualquer forma de exploração e opressão. O caderno de formação da Rede Ecovida (2007) apresenta de forma mais sintética os objetivos da Rede que são o desenvolvimento e multiplicação de iniciativas; estimular o trabalho associativo; disponibilizar informações; aproximar agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; desenvolver uma marca e um selo.

Embora não conste explicitamente dentre os objetivos acima apresentados a intenção de desenvolver uma prática educativa, este propósito é facilmente verificável. Alguns trabalhos desenvolvidos por membros fundadores da Rede Ecovida indicam este objetivo, como Magnanti (2010), Santos e Mayer (2008), Arl (2010), Meirelles (2007), dentre outros. O processo pedagógico é apresentado também enquanto característica da certificação participativa no Caderno de Formação (REDE ECOVIDA, 2008, p. 08), como um processo que deveria contribuir com as mudanças nos sistemas produtivos e sociais. Além disto, duas importantes

ONGs da Rede, a Assesoar e o Centro Vianeir de Educação Popular, possuem, ao lado da agroecologia, a educação do campo como uma área de atuação, uma adaptação da noção de educação popular. Diversos entrevistados para este trabalho também indicaram que se baseiam no método da educação popular.

Neste capítulo se faz ainda uma descrição da estrutura de sete núcleos da Rede Ecovida: Mauricio Burmester do Amaral, Libertação Camponesa e Sudoeste (PR), Agroflorestal (PR/SP); Planalto e Litoral Solidário (RS) e Planalto Serrano (SC). Estes núcleos foram escolhidos dentre os vinte e sete atualmente existentes pelo grupo de pesquisa do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde este trabalho se circunscreve, de forma a ser representativos das distintas realidades sociais, ambientais e político-organizativas da Rede Ecovida. Nestes núcleos estão presentes agricultores individuais com diferentes níveis de integração ao mercado; cooperativas com distintos formatos organizativos (individual e coletivo); diferentes formas de relação com a ONG de assessoria; diversidade de sistemas ecológicos e produtivos; distintas formas de cooperação etc. Para cada núcleo se apresenta uma caracterização da agricultura regional, do núcleo e da ONG de assessoria, além de uma caracterização breve dos agricultores que passaram a ser certificados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em seguida se apresenta as contradições das práticas educativas. Esta caracterização é útil para compreender melhor a realidade material sobre a qual se desenvolvem as práticas educativas da Rede Ecovida, cujas bases são analisadas no capítulo seguinte.

No capítulo quatro se apresenta as bases teóricas e políticas da prática educativa da Rede Ecovida de Agroecologia, enquanto representante do movimento agroecológico, bem como suas principais características. Apresenta-se o que se caracteriza como uma educação popular ecológica que passou a ser desenvolvida a partir da relação entre uma base técnica de produção, inicialmente definida como agricultura alternativa, e de uma prática militante fundada na Teologia da Libertação e na educação popular. No interior destas influências houve outras, mas estas predominam e foram determinantes na conformação da concepção de prática educativa no âmbito da Rede Ecovida, desde a forma de se conhecer quanto a de política. Isso significa que as ONGs que foram constituídas sob uma perspectiva estritamente ecológica passaram a assumir uma prática militante oriunda da

Teologia da Libertação e da educação popular a partir do momento em que se encontram com organizações sociais do campo e agricultores que foram influenciados por elas.

A ação da Teologia da Libertação ocorre diante de um período de longas ditaduras na América Latina, resultantes de uma intervenção planejada por parte dos Estados Unidos, através da Operação Condor, frente a ameaça do desenvolvimento do socialismo pela América Latina a partir da experiência cubana. É a partir daí, particularmente após o início dos anos 70, que setores da igreja passam a declarar a opção pelos pobres e a propor a necessidade de se atuar na realidade das pessoas e que para tanto seria necessário se utilizar os recursos das ciências sociais. De acordo com Dussel, Marx e o marxismo passam a ser adotados a partir da perspectiva da crítica social.

A atuação da igreja no incentivo à análise dos problemas reais, as desigualdades e as injustiças, através dos grupos reflexão e das Comunidades Eclesiais de Base, que se assentavam sobre o tripé ver-julgar-agir, contribuiriam para desenvolver uma metodologia de mobilização política. É a partir daí que a idéia de uma educação popular também se desenvolve. Os fundamentos dessa educação popular representavam uma tentativa de síntese de diferentes bases filosóficas, mas em grande parte fundada no existencialismo cristão. De acordo com Saviani (2008), esta educação popular se aproxima dos fundamentos pedagógicos da Escola Nova, que se coloca em oposição à pedagogia tradicional e se caracteriza pela não diretividade, pela valorização do esforço, pelo aprender a aprender etc., e que, apropriada em favor dos pobres resultaria em uma proposta equivalente a uma “Escola Nova Popular”, conforme definição do autor. Iasi (2007) concorda com a afirmação de Saviani, mas destaca que no âmbito da educação popular permanecia uma abordagem a partir da influência da igreja mais próxima da Escola Nova Popular e outra sob a influência do materialismo histórico.

Não é objetivo do capítulo analisar as possibilidades das redes, mas tão somente apresentar rapidamente o contexto em que se insere a Rede Ecovida no âmbito das perspectivas colocadas para este tipo de organização social. É importante destacar que muitas dessas redes, a exemplo da Ecovida, são chamadas e se posicionam sobre diversos temas em nome de um conjunto de organizações que a compõem, o que revela a necessidade de disporem de objetivos e metas muito

claros. A Rede Ecovida se posicionou enquanto Rede, e não enquanto ONGs ou grupos isolados, diante da legislação brasileira sobre a certificação de produtos orgânicos, acerca da política de crédito, acerca da legislação de sementes, acerca da transgenia, etc. Ou seja, considerando que a Rede Ecovida, assim como um conjunto de outras redes, não é tão somente um ponto de encontro, mas que se manifesta socialmente e politicamente.

Embora uma parte de sua pauta política possa ser assumida pelas ONGs ou pelas organizações sociais que a compõem, a Rede Ecovida, em particular, assume para si grande parte dessa responsabilidade, principalmente acerca de alguns temas. Esse é o caso dos temas listados anteriormente. Embora tenham sido as ONGs que a compõem que assumiram o desenvolvimento das campanhas, por exemplo, a Rede Ecovida e outras articulações em âmbito nacional só conquistaram alguns espaços quando se assumiam enquanto rede, não enquanto ONGs individualmente, o que revela o caráter político dessa forma organizativa. Ou seja, a Rede não se caracteriza como simplesmente um ponto de encontro de experiências em agroecologia, mas como uma articulação do “campo agroecológico”, como definem alguns de seus membros. O processo educativo da Rede Ecovida de Agroecologia é estudado a partir da perspectiva acima exposta, ou seja, de uma articulação que, embora não se caracterize como um partido ou um sindicato, conforme declarou um entrevistado, tem e deve ter um objetivo político que pretende conquistar.

Duas características predominaram no âmbito das organizações sociais do campo da região Sul do Brasil e foram determinantes na configuração de uma prática política e educativa. Primeiro: o pobre, o excluído e o oprimido como sujeitos políticos da história. Trata-se de uma definição realizada pela Teologia da Libertação, conforme apresenta Lowy (2007). Inicialmente estes também são os sujeitos da agroecologia, mas que aos poucos vão lhe redefinindo em torno de um “sujeito agroecológico” com características e interesses mais diversos.

Segundo, a educação popular (não diretiva, mais horizontal na relação entre educador e educando, mais subjetivista, que visa principalmente o aprender a aprender) e em oposição à pedagogia tradicional (diretiva, centrada no educador, conteudista e objetivista) forjada sob a influência do “método Paulo Freire”, conforme descreveu Saviani (2007), que se propunha a desenvolver a autonomia dos pobres,

oprimidos e excluídos. Essas duas características foram apropriadas praticamente no mesmo período histórico e contribuíram para que houvesse o desenvolvimento de diversas lutas sociais em um período em que a ditadura era o regime político da maior parte dos países da América Latina.

No que se refere à compreensão da condição histórica, trata-se de um aspecto pouco sistematizado no âmbito da Rede Ecovida. Predomina a crítica às tecnologias adotadas atualmente na agricultura e de como elas causam prejuízos ambientais e sociais. A análise da dinâmica do capital é mais secundária em relação ao significado das tecnologias. Isso não quer dizer que também não haja uma crítica ao sistema do capital, inclusive sobre suas formas atualmente mais avançadas, como as nanotecnologias aplicadas à agricultura.

A religiosidade é algo bastante presente nos núcleos da Rede Ecovida, seja porque algumas das experiências são apoiadas diretamente por organizações da igreja, como é o caso do CAPA, seja porque muitas lideranças foram formadas a partir da igreja, como as CEBs e a Teologia da Libertação. Em alguns núcleos a religiosidade, seja ela católica ou protestante, é ou foi a porta de entrada para se abordar a crítica ao modelo de desenvolvimento e o modelo tecnológico. Algumas vezes se trata de uma visão predominante do técnico ou do dirigente, outras vezes se trata de uma visão compartilhada pela maioria do grupo. A religiosidade é presente tanto na interpretação da realidade quanto na visão de futuro. Os núcleos ligados ao MST tendem a desenvolver uma análise mais crítica do sistema do capital e de compreender a dinâmica do sistema capitalista. Embora também influenciado pela igreja, o MST possui também uma política de formação muito mais definida em relação ao sindicalismo, por exemplo.

A Rede Ecovida, ao fazer a crítica ao intenso uso de agroquímicos na agricultura e ao propor uma agricultura fundada em novas bases, a agroecologia, trata de uma questão fundamental na sociedade atual, já que leva a público uma questão desconhecida para a maior parte da sociedade que se encontra alheia (alienada) a ela, pois desconhece as formas de produção atuais e os seus impactos sociais e ambientais. Conforme já se afirmou anteriormente, essa crítica se inicia ainda nos anos 60 e 70, mas que, com a intensificação do uso de agroquímicos, com o avanço da biotecnologia e com a preponderância da indústria sobre a agricultura, torna-se ainda mais atual. Vários autores, entre os quais Carson (1962),

ícone do movimento ambientalista mundial, trataram dos impactos dos agrotóxicos, bem como da persistência deles nos ciclos biogeoquímicos, resultando em problemas em longo prazo.

Neste sentido, Wilkinson (2002), também baseado em trabalho anterior desenvolvido com Goodmann e Sorj (2008 [1989]), apresenta como as grandes corporações introduzem as biotecnologias, realizam aquisições e fusões no sentido de manter o controle sobre a agricultura. Tornar público verdades conhecidas é, como dizia Gramsci, por si só já um ato importante. Isso se torna ainda mais importante porque o capital não coloca limites à acumulação, mesmo que para isso necessite avançar sobre os recursos naturais e, mais tarde, limitar o seu próprio desenvolvimento. Ou seja, não restam dúvidas acerca da relevância da crítica da Rede Ecovida acerca do problema dos agroquímicos. O que se pretende analisar é, em função de seu método e processo pedagógico, o potencial transformador que essa proposta pode carregar. O que se pretende investigar neste trabalho é a gênese deste movimento, bem como seus fundamentos epistemológicos e políticos, o que possibilitará indicar possibilidades e limites da prática educativa desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia.

1 O CONTEXTO ATUAL E OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

O capítulo tem como objetivo apresentar a construção do problema de pesquisa, aqui investigado, a partir do materialismo histórico. Para tanto, parte da análise do processo de mundialização do capital, a crise do socialismo real e a luta de classes no início do século – pois este é o contexto macro onde se desenvolve a proposta da Rede Ecovida de Agroecologia e do chamado movimento agroecológico como um todo. Logo após, apresenta a aproximação ao materialismo histórico pela Teologia da Libertação e a educação popular. Por fim, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa com vistas a esclarecer a trajetória que deu origem a este trabalho.

Entende-se aqui como mundialização o processo que levou a forma capital a todos os lugares do planeta, inclusive naqueles onde se desenvolveu a forma socialista por certo tempo, destacadamente na antiga União Soviética. É esta especificidade que permite falar em mundialização como um processo historicamente recente. O termo é usado por diversos autores, como Ianni (1995), Chesnais *et al* (2003), Antunes e Alves (2004), Mello (2000), dentre outros.

O processo de mundialização do capital veio acompanhado de uma reestruturação nas formas de produção, agora mais flexível em relação ao período anterior. Essa flexibilidade, cuja produção se orienta pela demanda e para nichos específicos, em função da segmentação do consumo, uma consequência e uma busca do momento atual da acumulação, trouxe grandes mudanças ao trabalho. Essas consequências, de acordo com Alves (s/d) e Antunes e Alves (2004), estendem-se também à própria organização dos trabalhadores enquanto classe.

As principais mudanças decorrentes da reestruturação produtiva foram, de acordo com os autores, a redução relativa do proletariado fabril em detrimento do crescimento do número de trabalhadores terceirizados e não estáveis. Além disso, a proporção de trabalhadores no setor comercial, que é onde que a mercadoria e o capital se realizam, aumentou bastante. Por estes e outros motivos, o trabalho se caracteriza pela heterogeneidade, complexificação e fragmentação.

Para Alves (2000, p. 68) “surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidades de subcontratação industrial e de “serviços” (vale dizer, um neoproletariado “pós-moderno” com estatutos sociais precários)”.

Conforme se indicou anteriormente, a Rede Ecovida de Agroecologia não passa isenta diante das transformações no contexto sócio-político, pois pertence a ele e nele que propõe a ser parte, junto aos demais movimentos sociais, nos processos de transformação social. Ou seja, ao se propor a ser parte nestes processos a Rede admite a possibilidade e a necessidade de que outras forças sociais se desenvolvam para que seu projeto político se consolide. Além disso, verifica-se que a questão ecológica passa a ser reivindicada por uma grande parte das organizações sindicais, particularmente de agricultores, mas não somente, já que buscam nela um ponto de encontro para sua prática política.

1.1 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, A LUTA DE CLASSES E A ECOLOGIA

1.1.1 O Capital como um sistema mundial

Nesta primeira seção procura-se compreender o contexto em que se localiza o objeto de pesquisa, indicando que a mundialização do capital e a queda do socialismo real trouxeram mudanças nos referenciais e alteraram profundamente as lutas políticas neste início de século. Procura-se apresentar, logo de início, que a mundialização do capital não é um processo recente, mas que se consolida atualmente, e que seus fundamentos já foram apresentados por Marx ao analisar o desenvolvimento deste modo de produção. Ou seja, é próprio da natureza do capital converter as coisas em mercadorias, bem como extrapolar todos os seus limites geográficos de forma a viabilizar a continuidade do processo de acumulação.

É neste sentido que Marx, em “O Capital”, afirma, já no primeiro capítulo, que a unidade básica para o entendimento da sociedade capitalista é a mercadoria.

Isso porque, nesta forma de organização social, as coisas são produzidas com a finalidade de se trocar, pois não satisfaz diretamente as necessidades de quem a produz. O autor afirma:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista apresenta-se como uma "imensa acumulação de mercadorias". (...) A mercadoria é, antes de tudo, um objeto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão. Não se trata tão pouco aqui de saber como são satisfeitas essas necessidades: imediatamente, se o objeto é um meio de subsistência, (objeto de consumo) indiretamente, se é um meio de produção. (...) Na nossa sociedade, a forma econômica mais geral e mais simples que se liga aos produtos do trabalho - a forma-mercadoria - é tão familiar a toda a gente que ninguém vê mal nisso (MARX, 1996, p.165)

No modo capitalista de produção, que determina também um tipo de relação social entre os homens, as coisas são produzidas para serem vendidas, com vistas a atender às necessidades de outros. As mercadorias, portanto, não interessam imediatamente para quem produz, pois não satisfazem suas necessidades, mas indiretamente, como valor de troca. Marx destaca que isso é tão comum que ninguém vê mal nisso, mas que é a forma mercadoria que define o caráter da sociedade capitalista atual. Além disso, todo o desenvolvimento das forças produtivas se assenta na busca por tornar a forma mercadoria cada vez mais universal, bem como reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, reduzindo seu valor médio social.

Como produto do trabalho humano, a mercadoria é uma categoria histórica, concebida de antemão para ser vendida no mercado e, para tanto, possui um valor de troca, por algo equivalente, em função da quantidade de trabalho socialmente necessário. Para quem a utiliza, por sua vez, a mercadoria possui valor de uso, pois satisfaz necessidades vitais e sociais. Para Marx, o modo de produção capitalista se distingue por duas características:

(...) primeiro, seus produtos são mercadorias. Produzir mercadorias não o distingue de outros modos de produção, mas a circunstância de seu produto ter, de maneira dominante e determinante, o caráter de mercadoria. Isto implica, de saída, que o próprio trabalhador se apresente apenas como vendedor de mercadoria e por conseguinte como assalariado livre, aparecendo o trabalho em geral como trabalho assalariado (...). A lei do valor opera aí como lei imanente, natural, cega ante os agentes particulares, e estabelece o equilíbrio social da produção em meio às flutuações eventuais desta. Além disso, a mercadoria, e mais ainda a mercadoria como

produto do capital, já traz implícitas a reificação dos caracteres sociais da produção e a subjetivação dos fundamentos materiais da produção, o que marca por inteiro o modo capitalista de produção. Segundo: o que distingue particularmente o modo capitalista de produção é a circunstância de a produção da mais-valia ser objetivo direto e causa determinante da produção. O capital produz essencialmente capital, e só o faz se produz mais valia. Ao estudar a mais-valia relativa e ainda a conversão da mais-valia em lucro, vimos que se ergue sobre essa base o modo de produção peculiar à era capitalista: forma particular do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, mas como forças do capital, autônomas ante o trabalhador e por isso em oposição direta ao desenvolvimento dele. A produção pelo valor e pela mais-valia, conforme também vimos, implica a tendência, sempre operante, para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, o valor dela, abaixo da média social vigente (MARX, 1991, livro III, p. 1007-1008).

A forma mercadoria ganhou tamanha força que passou a ser reconhecida como praticamente a única expressão da riqueza social, como, por exemplo, no cálculo do produto interno bruto. Ou seja, somente aquilo que é produzido com a finalidade de se trocar no mercado passa a ser considerado nas contas nacionais. Neste sentido, alguns esforços foram realizados no sentido de atribuir uma medida ao desenvolvimento humano, não necessariamente decorrente do crescimento, como é o caso do IDH.

Mészáros apresenta algumas características essenciais das sociedades capitalistas. Segundo ele, o capitalismo é aquela fase particular da produção de capital na qual:

1. a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante;
2. a força de trabalho em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria;
3. a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de extração da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma forma inerentemente econômica;
5. a mais valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica (MESZAROS, 2002, p. 1028).

Marx afirma que o capital se caracteriza pelo controle dos meios de produção por uma parcela específica da população em detrimento de uma grande maioria que não possui, configurando-se dessa forma em uma relação social. Ao se tratar de uma relação social, não se limita a uma esfera estritamente econômica, já que resulta em implicações políticas e ideológicas dentro dessa forma específica de reprodução da vida. Embora a base econômica seja determinante das formas políticas e ideológicas, no entanto não se trata de uma relação determinista, já que estas esferas se encontram em constante relação, conflitos e redefinição, conforme demonstrou o autor. Afirma também que se trata de um sistema de produção historicamente determinado, portanto, não natural:

(...) o processo capitalista de produção é forma historicamente determinada do processo social de produção. Este abrange a produção das condições materiais da vida humana e ao mesmo tempo é processo que se desenvolve dentro de relações de produção específicas, histórico-econômicas, produzindo e reproduzindo essas relações de produção e, por conseguinte, os agentes desse processo, no contexto deles: as condições materiais de existência e as relações recíprocas, isto é, a forma econômica particular de sociedade que lhes corresponde. É que o conjunto das relações que os agentes da produção, produzindo dentro delas, mantém entre si e com a natureza constitui justamente a sociedade, considerada em sua estrutura econômica. Como todos os anteriores, o processo capitalista de produção se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida. Aquelas condições e estas relações são, de um lado, requisitos prévios, e, de outro lado, resultados e criações do processo capitalista de produção; este as produz e reproduz (MARX, 1991[1894], livro III, p. 940).

Diferentes produtores de uma mesma mercadoria, sob o capitalismo, que possuem diferentes tempos individuais de produção (diferentes produtividades do trabalho – em função de técnicas e habilidades) se enfrentam no mercado, o que gera diferentes resultados para cada um deles, promovendo a diferenciação social. Em busca da redução do valor, através da redução do tempo de trabalho, gera-se o incremento da produtividade do trabalho, promove-se a divisão social do trabalho e a especialização em atividades produtivas (na agricultura se promove o monocultivo entre produtores e regiões produtoras). Ao lado da lei do valor operam as leis de oferta e demanda, regulando os preços, para os quais o valor é a base, de forma que os preços flutuam próximo do valor, em condição de concorrência livre, não monopólica (PIERRI, 2008). A isso é que Marx irá denominar de caráter social da produção:

(...) No regime capitalista de produção, a massa dos produtores diretos enfrenta o caráter social da respectiva produção na forma de severa autoridade reguladora e de mecanismo completamente organizado segundo uma ordem hierárquica, mas, os detentores dessa autoridade não são mais, como nas formas antigas de produção, os dominadores políticos e teocráticos. Ao revés, entre os portadores dessa autoridade, os capitalistas que se enfrentam apenas como possuidores de mercadorias, reina a mais completa anarquia, e em meio dela a coesão social da produção se impõe como lei natural de extremo poder, oposta ao livre arbítrio do indivíduo (MARX, 1991, livro III, p. 1008-1009).

O autor afirma também que o capital não é uma coisa em si, que existe de forma independente, mas se configura em uma relação social de produção presente em um momento histórico particular. Caracteriza-se pela monopolização dos meios de produção por uma parte da sociedade que, encontrando-se nesta condição, obriga outra parte desta sociedade se submeter aos primeiros através da venda da força de trabalho como forma de atender suas necessidades. Produzido pelos trabalhadores, o capital se converte em uma potência autônoma, que os submete. É neste sentido que Marx afirma:

(...) o capital não é coisa, mas determinada relação social de produção, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, e essa relação se configura numa coisa e lhe dá caráter social específico. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção convertidos em capital, os quais em si não são capital como o ouro ou a prata em si, tampouco são moeda. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e condições da atividade da força de trabalho os quais se tornam autônomos em oposição à força de trabalho viva e, em virtude dessa oposição, se personificam no capital. O capital são os produtos gerados pelos trabalhadores e convertidos em potências autônomas dominando e comprando os produtores, e mais ainda são as forças sociais e a forma de trabalho com elas conexas, as quais fazem frente aos trabalhadores como se fossem propriedades do produto deles. Temos aí, portanto, determinada forma social, envolvida numa névoa mística, de um dos fatores de um processo social de produção fabricado pela história (MARX, 1991[1894], livro III, p. 936).

O caráter social da produção resultará em contínuas mudanças nas formas de se produzir, alterando-a profundamente. De acordo com Pierri (2008), o desenvolvimento da capitalista promove:

- a) O desenvolvimento da divisão social do trabalho em termos internacional, regional, setores, sub-setores, quanto à diversidade de produtos, etc.
- b) Intensifica o ritmo e a forma do desenvolvimento das forças produtivas;

c) Desigualando produtores mercantis simples, levando à formação das classes próprias do capitalismo (capitalistas e assalariados), que continuam se desigualando, o que se expressa em diferentes graus de acumulação.

d) Promove a acumulação extensiva, que é o avanço sobre espaços, recursos e população não incorporados ainda ao mercado. As consequências deste processo são a depredação dos recursos naturais, a transformação de populações em consumidores, produtores mercantis, desempregados, assalariados e a promoção de migrações e perda de diversidade cultural.

e) Promove a acumulação intensiva, que é a potencialização do capital, aumentando a sua produtividade através de novas tecnologias e processos de trabalho etc.

f) Resulta em consequências sobre o próprio capital: uma tendência ao monopólio através da centralização e concentração de capital e crises.

g) Quanto ao trabalho, promove instabilidade salarial e de emprego, além de crescente desemprego.

No momento histórico atual as forças produtivas se encontram em um nível de desenvolvimento bastante elevado, o que permitiria que o homem trabalhasse menos e desenvolvesse suas capacidades no tempo livre, no entanto, essa possibilidade passa a ser negada. Isso porque com o aumento da produtividade do trabalho, que objetiva reduzir o valor para obter uma taxa de lucro acima da média e ganhar a concorrência, o capital procura apenas reduzir o tempo de trabalho para produzir cada unidade de mercadoria e não a quantidade de trabalho realizada por cada trabalhador.

Além destas, uma série de consequências resultam da forma mercadoria na sociedade capitalista, fundada na propriedade privada: alienação do trabalho e da natureza, fetichização das relações sociais de produção, reificação das relações sociais e das próprias mercadorias. Ao mesmo tempo em que o capitalismo, ao subordinar as formas de produção pré-capitalistas, criou condições para o trabalho livre no lugar do trabalho escravo e servil e desenvolveu as forças produtivas, criou também todas essas consequências, não somente econômicas, já que atingem o conjunto das relações sociais. Para Marx, o capitalista é o capital personificado, exercendo no processo de produção apenas a função de representante do capital, no correspondente “processo social de produção extrai dos produtores diretos, ou

seja, dos trabalhadores, determinada quantidade de trabalho excedente, de graça, trabalho excedente que, na essência, ainda é obtido por coerção, por mais que pareça resultar de uma livre estipulação contratual” (MARX, 1991[1894], livro III, p. 940-1).

Uma característica do capitalismo atual é a sua fase monopolística, já prevista por Marx, ao que Lênin denominou de imperialismo. Atualmente, um pequeno número de grandes empresas controla a produção industrial mundial nos principais setores. Em função do controle que exercem, estas empresas determinam as formas de produção e os níveis tecnológicos de forma a elevar seus lucros e a eliminar a concorrência. A maior parte destas empresas tem sua origem na Europa e Estados Unidos, no entanto, algumas se originaram fora dos países de capitalismo central. Dentre as empresas brasileiras que entraram para este rol, todas atuam no setor de *commodities* agrícolas ou minerais, como é o caso da JBS/Friboi (carne bovina), *Brasil Foods* (frangos, suínos e derivados) e Vale (minério), beneficiando-se das condições que o país apresenta em termos de recursos naturais, mas também da política desenvolvida nos últimos anos pelo governo brasileiro para consolidá-las nesta condição.

Estudo recente, desenvolvido por Vitali *et al* (2011), revelou o quão centralizado o capital se encontra atualmente, haja vista que as maiores corporações mundiais possuem participação cruzada em cerca de outras vinte. Para os autores, 147 destas corporações, a grande maioria bancos que possuem ações em empresas do setor produtivo, controla a maior parte da economia mundial atualmente. Os resultados deste estudo confirmam que de fato há uma dominância financeira e especulativa sobre o conjunto da economia. Dessa dominância resulta que a política econômica dos estados nacionais passa a ser orientada para atender os interesses deste tipo de capital, que no caso do Brasil é realizado através de um conselho formado majoritariamente por assessores de bancos, fundos de investimento e consultores de mercado que definem as taxas de juros e a política cambial (FATORELLI, 2011). Lênin, ainda no início do século passado, afirmava que o imperialismo se constituía a partir da junção do capital bancário com o industrial.

Além do monopólio e da dominância financeira, outra característica do capitalismo atual é a obsolescência planejada, desenvolvida há quase um século, mas que se consolida atualmente. Consiste na produção de bens programados para

durarem pouco, com o objetivo de se tornarem tecnicamente, esteticamente ou socialmente obsoletos. Os autores burgueses costumam chamá-la de destruição criativa, por considerarem como um processo necessário à acumulação capitalista, pois reduziria o ciclo de rotação do capital. O fato é que na sociedade da mercadoria, em que a produção social é orientada pela acumulação, não para a satisfação das necessidades sociais, a obsolescência programada consolida este objetivo. Desta forma, o trabalho passa a ser desenvolvido para viabilizar o processo de acumulação e para tanto as pessoas trabalham mais para produzir coisas que se tornam obsoletas, tudo isso em nome do crescimento. Ocorre que em função da obsolescência planejada uma parte cada vez maior da natureza é transformada em bens de consumo descartáveis, sem resultar em melhoria das condições de vida.

Para Gomes (2008), o processo econômico se constitui a partir das fases da atividade econômica que formam um movimento contínuo e repetido: a produção, a circulação e o consumo. Para o autor, a produção desempenha o papel principal, por determinar as características dos bens de consumo, no entanto, as fases não se constituem em processos paralelos que resultam de operações interdependentes e dependentes dos modos de produção existentes em determinadas épocas e regiões. O autor afirma também que o capital tende a se centralizar e a concentrar. A concentração é resultante do acúmulo de mais-valia, já a centralização resulta da aquisição e fusão entre capitais. Para o autor:

A concentração do capital consiste no aumento do volume do capital resultante da transformação em capital de parte da mais-valia. A capitalização da mais-valia permite a utilização produtiva e serve de base para ampliar as dimensões da produção, incrementar a produtividade e aumentar o lucro dos capitalistas. (...) A centralização do capital consiste no crescimento do volume do capital através da união de vários capitais num só ou pela absorção dum por outro. Por este processo os capitalistas redistribuem entre si os capitais já acumulados, particularidade que reflecte as relações que se estabelecem entre os próprios capitalistas. Com a centralização, certos proprietários de meios de produção arruinam-se ou são absorvidos por outros. A centralização do capital dá-se do seguinte modo: a constituição de grandes sociedades; a fusão das empresas existentes noutras maiores; o sistema bancário, onde são depositados fundos livres que se transformam em poderoso capital, utilizado pelas empresas sob a forma de crédito. (...) Uma das formas de centralização do capital é a sociedade por acções. Na medida em que se desenvolve a produção e a acumulação capitalista, desenvolve-se também a concorrência e o crédito, que constituem as duas alavancas mais poderosas da centralização. A luta concorrencial é conduzida pelo embaraçamento das mercadorias ou pela alteração da qualidade, e depende da produtividade do trabalho e da intensidade da produção. Nesta luta os capitais maiores batem os menores. Estes se vêm forçados a ocorrer apenas às esferas de

produção das quais a grande indústria não se interessou ou apenas se apoderou esporadicamente. A concentração do capital e a consequente centralização dão lugar a que o trabalho assalariado e os meios de produção se juntem em grandes empresas, se intensifiquem os contrastes sociais e acentuem os antagonismos entre classes sociais (GOMES, 2008, p. 220-1).

Concentração e centralização são processos distintos, conforme demonstrado pelo autor, mas que na prática aparecem juntos, pois contribuem para ampliar o domínio do grande capital. O setor agroalimentar segue, apesar de particularidades, a dinâmica ocorrida na economia de uma forma geral, o que se evidencia pelo crescimento do valor e da participação das vendas das principais agroindústrias no mercado nacional e internacional e do crescimento do valor de vendas e da participação do chamado grande varejo ou hipermercados.

Os anos 80 ficaram marcados pela redução do crescimento econômico mundial e brasileiro, caindo a menos da metade das décadas anteriores. Assim, o capitalismo procurou, a partir do final da referida década e início da década seguinte, recuperar o crescimento e a taxa de lucro auferida em anos anteriores, forjando um rápido processo de redução do custo da força de trabalho através da busca por reduzir os direitos sociais e de reestruturar a produção através, principalmente, da terceirização e do deslocamento industrial, principalmente para a China, que atualmente passa a ser considerada a “fábrica do mundo”. Além dos direitos sociais, a pressão sobre os Estados foram no sentido de que esses criassem condições para garantir os investimentos privados (via um novo marco legal, investimentos públicos e a privatização de empresas estatais – normatizados através do Consenso de Washington) para que o processo de acumulação, controlado por grandes empresas mundiais, pudesse tomar um novo fôlego.

Junto com a redução do crescimento econômico ocorreu na década seguinte (anos 90) um novo processo de centralização do capital produtivo através da constituição de grandes empresas mundiais. Esse processo ocorreu através de aquisições e fusões. Na agricultura isso foi muito intenso, pois um pequeno grupo de grandes empresas passou a controlar setores quase completos da produção. A Monsanto, por exemplo, uma das maiores empresas mundiais do setor de agrotóxicos e sementes, constitui-se a partir de aquisições e fusões de outras 34 grandes empresas, somente nos anos 90 (WILKINSON & CASTELLI, 2000).

Com a constituição de grandes empresas inseridas em diversas partes do mundo, outra característica do capitalismo dessa época é o aprofundamento da desterritorialização da produção. Em busca da redução do custo da força de trabalho, as etapas da produção de uma mesma mercadoria se dão em diferentes lugares do mundo, ora utilizando-se dos mais avançados processos tecnológicos de produção, ora reavivando formas antigas de produção, como o trabalho domiciliar terceirizado. Esse processo também ficou conhecido como reestruturação produtiva, pois modificou a natureza da produção em série, característica do fordismo. Em virtude da reestruturação produtiva, o momento atual também é marcado por transformações no mundo do trabalho. A terceirização e as novas formas de remuneração do trabalho dificultam a organização dos trabalhadores, porque estão mais dispersos, permanecem menos tempo em seus trabalhos, competem entre si por remuneração e vagas de trabalho (OLIVEIRA, 2005).

A acumulação flexível caracteriza-se por um processo de intensificação da terceirização das etapas produtivas, nos diversos setores da economia; empresas enxutas em termos de estrutura produtiva e do número de trabalhadores assalariados; desregulamentação das relações de trabalho; produção mediante demanda em lugar da produção em massa; alta volatilidade dos capitais, que podem ser alternados entre as atividades produtivas e a especulação financeira, aonde render maiores lucros (HARVEY, 2005). Em virtude dessa nova relação contratual, os trabalhadores tendem a ficar sem os direitos sociais do trabalho (férias, 13º salário, seguro desemprego, hora extra, etc.), pois se trataria de uma relação jurídica entre iguais (empresa-empresa) e não entre trabalhador e empresa. Muitas cooperativas de prestação de serviços acabam por cumprir essa mesma função, deixando os trabalhadores sem qualquer proteção social e permitindo que as empresas reduzam os gastos com encargos sociais.

A terceirização das etapas produtivas permite, ao grande capital, reduzir os custos com encargos sociais do trabalho e os riscos macroeconômicos do capital. Esse processo interfere também na subjetividade do trabalhador, já que permite desenvolver a idéia de que o "negócio próprio" é dependente dos esforços do "empreendedor", embora este esteja subordinado às metas das grandes empresas. Esses trabalhadores possuem, muitas vezes, um pequeno capital próprio com o qual respondem às demandas de grandes empresas, tanto da indústria quanto dos

serviços. O estímulo aos pequenos negócios passou a ser corrente nos últimos anos e deriva, em grande medida, dessa reconfiguração no processo de acumulação. Na agricultura, entretanto, a terceirização vem acontecendo há mais tempo, como na produção de aves, suínos, fumo, entre outros, pois ocorre desde o final do século XIX, conforme demonstrou Kautsky (1982).

Em que pese o processo de complexificação das formas de trabalho, novas ocupações são geradas e outras são modificadas com a incorporação de novas tecnologias, podendo ocorrer a simplificação na maioria das etapas de trabalho e uma complexificação em outras. Na indústria, por exemplo, a implantação de novas tecnologias de produção, de um lado, permite tornar uma parte dos trabalhadores em operadores de máquinas altamente sofisticadas, mas facilmente treinados, e de outro lado, demandar profissionais altamente qualificados em sistemas gerenciais. A automação do sistema bancário, além da evidente redução no número de empregos, modificou o perfil dos trabalhadores. A maior parte do pessoal de atendimento ao público deixou de existir e surgiram novos profissionais que orientam investimentos em setores específicos. Apesar de que a agricultura utilize menos trabalho assalariado que outros setores da economia, o trabalho na agricultura também se modificou com a introdução de tecnologias e máquinas, seja substituindo os trabalhadores, seja transformando a natureza do trabalho.

Para Harvey (2005), os avanços tecnológicos das últimas décadas contribuíram para promover uma espécie de “compressão tempo-espço”, haja vista que ampliou enormemente a velocidade das trocas de informação, mercadorias e da própria cultura. Para o autor, considerando esse aumento da velocidade das trocas, “o planeta vem reduzindo seu tamanho”. Informações são transmitidas ao mundo todo quase que em tempo real, mercadorias circulam de um continente a outro ainda durante o processo produtivo e os produtos culturais são distribuídos e copiados com muita rapidez. Esse processo, descrito por Harvey (2005), vem permitindo a constituição de “novas identidades sociais”, deslocadas do espaço em que se circunscrevem, colocando dificuldades à pesquisa social e à organização política.

Em termos culturais verifica-se, atualmente, uma hibridização entre o local e o global. Ou seja, os traços da globalização se encontram nos mais diversos e longínquos lugares, expressos principalmente pela oferta de mercadorias cujas marcas são globalmente conhecidas. A oferta de mercadorias produzidas em

diferentes locais do mundo, o avanço das comunicações e dos transportes e a “mercantilização dos produtos culturais” têm promovido rápidas mudanças na cultura e nos “modos de vida”, inclusive e até mais rapidamente no meio rural. No entanto, isso não significa que o global, representado pela cultura e pelas mercadorias, tenha substituído o local, mas o que ocorre é uma hibridização. O que praticamente não há mais é o local isento das interferências do global.

Já a agricultura mundial passou, a partir da segunda guerra mundial, por uma série de transformações decorrentes do processo de modernização, conhecida como Revolução Verde. A modernização consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. O processo iniciado naquela época continuou se desenvolvendo ao longo do tempo, mas, com as transformações na economia de uma forma geral, pode-se afirmar que uma nova fase na agricultura se coloca a partir do início dos anos 90. Alguns elementos permitem caracterizá-la:

- 1) Continuidade do processo de modernização da agricultura que, além do aumento da oferta e do barateamento dos alimentos, provocou o aumento da produtividade do trabalho e da terra; a redução da população ocupada na agricultura; contaminação dos alimentos por agroquímicos e desequilíbrio ecológico.

- 2) Apesar da redução da importância da agricultura na composição do Produto Interno Bruto (PIB), os países mais desenvolvidos não abrem mão dos subsídios e da manutenção da política agrícola (PAC na Europa, *Farm Bill* nos EUA), gerando prejuízos à agricultura dos demais países.

- 3) Os problemas sociais resultantes do “desemprego tecnológico” da agricultura se intensificaram com a redução do crescimento econômico e com a queda do nível de emprego urbano.

- 4) Ocorreu um processo de concentração do poder de controle do setor em mãos de um pequeno número de grandes indústrias nacionais e transnacionais. Inseridas no mercado mundial e dotadas de grandes logísticas, essas empresas realocam suas unidades produtivas com vistas a obter os menores custos de produção possíveis. Visando atingir suas metas, estabelecem contratos de produção com agricultores, o que tem contribuído para garantir uma maior competitividade destas no mercado mundial.

5) Ao lado da concentração do controle por parte das grandes agroindústrias, as grandes redes varejistas vêm ampliando o poder de controle da distribuição. Essas grandes redes vêm ampliando a fatia do mercado que controlam. No Brasil, estima-se que respondam atualmente por aproximadamente 50%.

6) Por fim, nesses últimos anos, a produção de agrocombustíveis passou a ser estimulada em nível internacional em prol da diversificação da matriz energética, como forma de enfrentar a redução dos níveis de petróleo e do aquecimento provocado pela emissão de gás carbônico na atmosfera. É muito provável que esse processo colocará uma nova dinâmica à agricultura brasileira, reforçando o papel da agricultura enquanto produtora de energia. Se de um lado poderá gerar benefícios econômicos e alguns benefícios ambientais, problemas sociais (como conflitos fundiários, por exemplo) e problemas ambientais decorrentes de uma maior pressão sobre os recursos naturais brasileiros poderão se intensificar.

Essas mudanças na economia, na política, na ideologia, na cultura e em cada uma das atividades econômicas em particular (na agricultura inclusive), colocaram um novo contexto aos movimentos sociais, modificando seus referenciais. Então, o que fazer diante do fracasso das experiências socialistas e da ameaça de perdas econômicas e políticas sob o novo capitalismo, chamado de neoliberalismo, agora sem seu principal inimigo? Como evitar o desemprego crescente, a perda de direitos sociais, a precarização das condições de trabalho, o aumento do controle das grandes empresas sobre a agricultura e os riscos sobre a saúde e o meio ambiente decorrentes do regime de acumulação e do modelo tecnológico? Como reconstruir os referenciais políticos-ideológicos quando se afirma que as ideologias acabaram? Na seção seguinte estas questões são abordadas a partir da perspectiva do Estado, da luta de classes e do lugar da política contra-hegemônica.

1.1.3 Estado, luta de classes e o lugar da política contra-hegemônica

A tendência à manutenção do regime exige que se cultive nos cidadãos (ou nos vassalos) os sentimentos conservadores, isto é, a idéia de que a destruição das bases “constitucionais” equivale ao caos, à anarquia, à selvageria, ao desaparecimento da cultura e da civilização; numa palavra, à volta ao estado selvagem. Para alcançar este resultado, trabalham não apenas a auto-organização da escola, mas também o regime escolar como

um conjunto, e toda a política governamental, toda a organização da existência. Vejam por que, apesar da presença de tantas condições econômicas exigindo a evolução social nos países capitalistas, é tão difícil mudar a ordem material estabelecida e a psicologia conservadora das massas (PISTRAK, 2000, pp.171-172 *apud* TITTON 2008, p. 10).

No que se refere à política e à ideologia sob o capitalismo atual, o socialismo, enquanto forma de organização da vida social, entrou em crise nos anos 90, pois a maioria das experiências internacionais não conseguiu superar o “metabolismo social do capital” e foram então absorvidas pelo capitalismo. Apesar das contradições que possuía, a União Soviética representou, até o final dos anos 80, um possível contraponto à ordem capitalista. Esse referencial praticamente se desfez nos anos 90 com a queda do muro de Berlim e da maioria das experiências socialistas. Assim, criou-se a sensação de que as lutas sociais passariam pela conquista da democracia, a alternativa mais viável para se atingir a emancipação coletiva. Para Cattani, o capitalismo vive um peculiar momento de glória. A vitória sobre o seu principal inimigo externo, após 70 anos de enfrentamento, permitiu-lhe impor os princípios do mercado como referencial obrigatório para todas as dimensões da vida social. “Em menos de uma década, foram solapadas as bases materiais que poderiam viabilizar os ideais de autonomia e de emancipação coletivas e intensificaram-se as tentativas de criminalizar as utopias libertárias” (CATTANI, 1996, p.9).

Ribeiro (2008), afirma que o fim da União Soviética (1989-1991) rearranjou o sistema mundial e abriu o caminho para a consolidação de diferentes ideologias e utopias de alcance global. Na década de 1990, dois discursos relacionados tornaram-se hegemônicos: desenvolvimento sustentável e globalização. O autor afirma ainda que a “exposição da obsolescência dos discursos hegemônicos é sempre necessária a fim de ir além deles” (RIBEIRO, 2008, p. 117).

Para Francis Fukuyama (2006), autor de “*O Fim da História e o último Homem*”, o desenvolvimento em escala mundial seguiria apenas um sentido: a proliferação e a hegemonia da democracia liberal, uma espécie de norteamericanização do mundo. Para o autor, o desenvolvimento individual não mais dependeria da bagagem histórico-cultural e econômica de seus antepassados. Para os indivíduos, em particular, a história teria mesmo chegado ao fim, já que as oportunidades seriam tantas e estariam dadas as condições para que todos se

desenvolvessem de forma independente em relação ao que seu passado lhes reservou.

Outra abordagem para a idéia de fim da história seria o fato de que a democracia liberal teria sido capaz de solapar e incorporar todas as demais formas de organização social. Esse seria um dos motivos pelo qual atualmente nada mais seria contraditório, já que tudo estaria implícito na idéia de democracia e faria parte do jogo democrático. Assim, vencidos o socialismo e os governos autoritários, não haveria mais chances de se desenvolver formas de organização social distintas da democracia liberal, seja porque ela seria capaz de superá-las, seja porque a sociedade deveria eliminar essas outras formas. Entretanto, a conotação mais usual é de “fim da história” como sinônimo de “fim das ideologias”, indicando que, com a queda do socialismo, as ideologias teriam chegado ao fim, não a história.

Para Bourdieu, “a essência do neoliberalismo consiste em colocar em prática, sem medir quaisquer conseqüências, um programa de destruição de todas as estruturas coletivas que atuem como obstáculo à lógica de um mercado puro, dirigido pelos interesses financeiros e voltado para a obtenção de benefícios e lucros individuais de curto prazo. Assim, o enfraquecimento do Estado, dos sindicatos, das associações, dos laços comunitários, etc., abriria caminho para a realização da utopia neoliberal de um mundo de exploração sem limites” (BOURDIEU, 1998, p. 159).

Nesta parte do trabalho se procura compreender a relação entre hegemonia, contra-hegemonia e os respectivos processos pedagógicos. Isso porque, de acordo com Pistrak (2000) e Freitas (2008), toda hegemonia também é uma relação pedagógica, já que educa as pessoas para aceitarem a ordem social. Ou seja, as relações sociais até então aqui apresentadas se mantêm também a partir de um princípio educativo. Não se pode esquecer, no entanto, que há um permanente diálogo entre as duas esferas, de forma a não autonomizar o processo pedagógico ou as relações culturais, nos termos de Gramsci, do local onde essas relações ocorrem, que é o modo capitalista, que se orienta pela acumulação, atualmente em sua fase monopolista.

A contra-hegemonia, por sua vez, embora compartilhando da mesma base material de reprodução das relações sociais, procura afirmar uma relação pedagógica qualitativamente diferente da primeira, mas também fundada em um

processo pedagógico que educa e articula seus membros. Como se verá adiante, para Gramsci o sujeito privilegiado da contra-hegemonia é o partido, que deve ter, dentre outros objetivos, articular o alto e o baixo a partir de um projeto unitário. Apesar da Rede Ecovida de Agroecologia não ser um partido, embora seja um agente político, considera-se que os conceitos formulados por Gramsci (sociedade civil e sociedade política, bloco histórico, intelectual orgânico, intelectual coletivo, pequena e grande política, guerra de movimento e de posição, hegemonia e contra-hegemonia, processo pedagógico) contribuem para compreendê-la, pois a Rede também tem entre seus propósitos articular diferentes níveis e educar a partir de seu processo organizativo, conforme descrito por Santos e Mayer (2008). Cabe destacar, portanto, que se fará um esforço para se adotar categorias que Gramsci desenvolveu para outro contexto e com outro propósito, mesmo assim úteis à compreensão do problema deste estudo.

O conceito gramsciano de Estado guiará sua concepção de revolução, partido e hegemonia. Para Gramsci, de acordo com Freitas (2009):

O Estado não se restringia apenas à sociedade política, mas também era composto pela sociedade civil. Trilhando suas reflexões por essa concepção é que ampliará o espaço de atuação do partido e, em certos momentos, priorizará a atuação deste na sociedade civil e não no Estado propriamente dito (sociedade política). Observando a dimensão que a sociedade civil havia conquistado nos países ocidentais, Gramsci afirmará que não é possível, nesses países, a conquista do Estado sem uma prévia conquista de hegemonia no campo da sociedade civil. Por isso, para ele, o partido proletário e revolucionário deve atuar cotidianamente nos espaços de contradição existentes nesse campo, disputando com a cultura burguesa, que é hegemônica na sociedade capitalista. Nesse aspecto, desenvolve sua teoria sobre a guerra de posição e a guerra de movimento (FREITAS, 2009, p. 123).

Na sociedade civil se encontram os aparelhos privados de hegemonia, as trincheiras da sociedade burguesa. Para Gramsci essa era, à sua época, uma particularidade das sociedades ocidentais. Enquanto nas sociedades orientais essas trincheiras não existiam e era possível conquistar a hegemonia através da conquista do Estado, no Ocidente havia necessidades de se constituir instituições que se opusessem às instituições da sociedade burguesa, constituindo-se em um duplo poder, a única forma de se tornar dominante e dirigente. As trincheiras da sociedade burguesa atual são as escolas, os jornais, a TV, os *Rotarys*, etc. O carnaval e o futebol cumprem também esse papel, não enquanto trincheira tradicional, mas pelo

fato de funcionar como amálgama, por criar uma idéia de proximidade social e de unidade em seu entorno, o que serve para amortecer as pressões sociais.

É importante destacar que esta análise não desconsidera que a coesão social na sociedade burguesa é mantida não somente pelo convencimento, mas também pela força. No que se refere ao uso da força privada, ela se constitui em mais um de seus domínios, uma das trincheiras ou casamatas da sociedade civil. Ou seja, Gramsci amplia o conceito de Estado, que não se reduz à sociedade política, mas que se estende aos aparatos privados de hegemonia. Trata-se de um conceito fundamental ao entendimento do pensamento gramsciano.

O Estado (e suas instituições privadas de hegemonia) e o trabalho educam os humanos, o primeiro através da ideologia e do uso da força e o segundo pelo fato de que o comprador controla a força de trabalho conforme seus interesses e, também, pelo fato de que a venda da força de trabalho é a única opção para aqueles que não são proprietários de meios de produção. É daí que se origina a idéia de princípio educativo do trabalho, no entanto, de um trabalho alienado, controlado pelo comprador da força de trabalho ou desenvolvido para a produção de mercadorias. A “desalienação” do trabalho e o alcance da liberdade seriam conquistados também se considerando o trabalho como princípio educativo e do estabelecimento de um novo princípio educativo, em sentido amplo, considerando que não é somente a escola que educa, mas as relações sociais.

No que se refere à política, Gramsci divide-a em pequena e grande política. A primeira estaria ligada com a “política do dia-a-dia”, cuja atenção se volta ao atendimento das questões mais imediatas, como os conflitos, melhorias das condições e remuneração do trabalho, as questões parlamentares. Como trata de questões dentro da ordem estabelecida, a classe dominante pretende mantê-la dentro destes limites.

A grande política, por sua vez, é aquela que compreende “as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 1976e, p. 159, *apud* RAMOS JUNIOR, 2007, p. 46). A luta pela hegemonia é um processo de luta contra o Estado burguês e, ao mesmo tempo, de construção de um novo Estado (proletário). Neste sentido é que Gramsci afirma que “é preciso que o próprio poder passe para os trabalhadores, mas estes nunca o poderão ter até que

se iludam de podê-lo conquistar e exercer através dos órgãos do Estado burguês” (GRAMSCI, 1977, p. 297 apud RAMOS JR, 2007, p. 46). Para Lênin, o Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes (LÊNIN, 1983).

Laurell, em concordância com Gramsci, afirma que *“La posibilidad de una clase de hegemonizar la sociedad depende, entre otras cosas, de su capacidad de construir un proyecto histórico, que contempla la organización y el desarrollo del conjunto de las actividades sociales y no sólo la satisfacción de sus intereses economicocorporativos particulares”* (LAURELL, 1983). Essa idéia está em consonância com o conceito de bloco histórico, formulado por Gramsci. O bloco histórico é a capacidade de articular, mesmo que momentaneamente e até contraditoriamente, interesses contrários aos da elite dominante. Desta forma, a elite dominante poderá deixar de ser dominante, o que abre as perspectivas para o bloco histórico e a contra-hegemonia.

Neste sentido, os intelectuais cumprem um importante papel, não pelas qualidades individuais, como se costuma considerar, mas pela função diretiva e organizativa, tornando-se agentes de uma vontade coletiva. (...) “no partido político os elementos de um grupo social econômico supera este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional” (GRAMSCI, 1989, p. 49-50 apud RAMOS JR, 2007, p. 53). Os intelectuais são orgânicos quando cumprem a essa função diante de uma classe social emergente determinante no modo de produção, conferindo-lhe homogeneidade e consciência. Os intelectuais tradicionais são aqueles que no passado foram orgânicos em relação a uma classe, como os padres em relação à nobreza no feudalismo, por exemplo, e que com o “desaparecimento da nobreza se tornam mais ou menos independentes/autônomos. Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz” (GRAMSCI, 1989, p. 35 apud RAMOS JUNIOR, 2007, p. 54).

É neste sentido que Gramsci considera que os intelectuais isolados são “Comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental

dominante à vida social (...). 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem” (GRAMSCI, 1989, p. 42).

O conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, “como algo que opera não apenas sob a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p. 3). A hegemonia é, portanto, “capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. Nesse sentido, pode-se dizer que a hegemonia do proletariado realiza-se na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia” (GRUPPI, 1978, p.5).

Para Gramsci, de acordo com Gruppi:

(...) a revolução democrática, ainda que nos limites burgueses, precisamente porque dá ao proletariado desenvolver suas próprias lutas, é também aquela que, em um certo ponto, faz com que as massas entendam que a democracia continua a ser, para os trabalhadores, limitada e formal enquanto persistir a propriedade privada dos meios de produção. É o próprio desenvolvimento da democracia que põe em discussão a propriedade privada dos meios de produção, como um obstáculo a uma afirmação real da democracia, a uma afirmação que, para as massas populares, não possui apenas um caráter formal (GRUPPI, 1978, p. 9).

Gramsci concebe a sociedade como um todo unitário e orgânico, explicado certamente a partir da base econômica e das relações de produção e de troca, mas “não inteiramente redutível à base econômica”. Isso permite a Gramsci, assim como permite a Lênin, fundar o conceito de hegemonia. Para Lênin, é claro o valor do conceito de formação econômico-social, que considera a sociedade em toda a sua complexidade, embora a explicando através das relações de produção e de troca. Se toda a sociedade fosse reduzida à base econômica, não existiria mais lugar para a iniciativa política e, portanto, para a hegemonia (GRUPPI, 1978, p. 31-32). O autor afirma ainda que para Lênin “a estrutura é apenas o esqueleto; sem ele, nada compreenderíamos da sociedade; mas se nos mantivermos no esqueleto, perderemos a compreensão do organismo em seu conjunto” (GRUPPI, 1978, p. 27).

A hegemonia é, portanto, a “capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe (GRUPPI, 1978, p. 70). Para o autor, uma classe é

hegemônica, dirigente e dominante, quando consegue articular um conjunto heterogêneo de forças. “A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo” (GRUPPI, 1978, p. 59).

Para Freitas (2008), a questão educativa em Gramsci deve ser compreendida em relação com os aspectos mais gerais de seu pensamento e que o processo educativo extrapola a formação escolar e até mesmo a formação político-partidária. O autor afirma ainda que “isto fica claro em sua reflexão sobre o papel dos intelectuais, onde os conceitua amplamente sem vinculá-los diretamente à formação acadêmica, partidária ou qualquer outra instituição” (FREITAS, 2008).

O trabalhador dirigente de uma liga, se é um dirigente capaz, mesmo que seja analfabeto ou semi-analfabeto, é um intelectual, na medida que é um dirigente, um educador de massa, um organizador (GRUPPI, 1978, p. 82). O que ele (Gramsci) propõe, por conseguinte, é uma nova relação cultura-massas, intelectuais-massas; o que ele propõe não é uma cultura de classe, isolada em si mesma, que se contraponha como bloco estanque a outra cultura, mas sim a visão de uma nova hegemonia cultural que se constrói na relação crítica com a cultura tradicional, com a assimilação de suas contribuições, com a conquista de novas aquisições, no quadro de uma concepção de mundo (GRUPPI, 1978, p. 88).

Para Gramsci, as coisas se passam de modo exatamente contrário: para ele, uma cultura é “subalterna” precisamente enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classe não consciente de si. Com efeito, Gramsci sublinha como tal cultura é heterogênea, como nela convive a influência da classe dominante, detritos de cultura de civilizações precedentes, ao mesmo tempo em que sugestões provenientes da condição da classe oprimida (GRUPPI, 1978, p. 91).

Na mesma medida em que as classes sociais concorrem entre si para se apropriar do Estado, também competem – e Gramsci deseja identificar esse processo e torná-lo consciente – pela influência na sociedade civil. Nesse passo, o projeto político das classes subalternas deve visar a separação de determinados aparatos ideológicos da sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção. Ademais, as instituições sociais existentes não se originaram, em sua totalidade, do domínio burguês, sendo possível fazer a listagem de um elenco inumerável de contra-instituições, como o partido político operário, por exemplo.

Igualmente o são – ou podem ser – um teatro nacional-popular, uma escola de formação de quadros sindicais, o sindicato autônomo do Estado etc, bem como todas as outras resultantes da criatividade popular e operária (VIANNA, 1978, p. XIII).

A Rede Ecovida de Agroecologia procura constituir instituições autônomas ao Estado, ao mesmo tempo em que participa dele. Possui também seus próprios intelectuais orgânicos que contribuem para constituir uma visão comum sobre o que a Rede é, o que deve fazer, como deve se educar etc. Para isso independe se estes intelectuais possuem formação acadêmica ou não, o que importa é que tenham capacidade de dirigir. É por este motivo que a discussão acima apresentada é útil à compreensão do objeto de estudo deste trabalho.

Na seção seguinte se apresenta os custos sociais e ecológicos do sistema capitalista e o surgimento da economia ambiental. A crítica a estes custos é bastante evidente na Rede Ecovida e nas organizações que dela fazem parte, mas as teorias econômicas sobre este tema não são explicitamente claras. Busca-se compreender este aspecto nos fundamentos da economia ambiental neoclássica, na economia ecológica e na ecologia marxista, que são as três linhas de pensamento que tratam desta relação entre custos sociais e ecológicos e economia. Esta discussão é importante porque possui relação direta com a luta de classes, hegemonia e contra-hegemonia.

1.1.3 Os custos sociais e ecológicos das formas atuais de produção sob a ótica da economia ambiental

Para Hobsbawm (2011, p. 20): duas coisas, com certeza, nunca perderam relevância para os nossos dias: a visão que Marx tinha do capitalismo como “sistema econômico historicamente temporário e a análise que fez de seu *modus operandi* — continuamente expansionista e concentrador, gerador de crises e autotransformador”. Além de não se tratar de um sistema econômico natural e eterno, do ponto de vista histórico, o caráter expansionista do capitalismo promove crises de curto, médio e longo prazo e ambos os processos contribuem para que

esteja em constante busca por recuperar ou ampliar a taxa de lucro através da redução do valor de suas mercadorias. Hobsbawm (2011) afirma que:

(...) a expansão espetacular da economia global ameaçou o meio ambiente, tornou-se urgente a necessidade de controlar o crescimento econômico desenfreado. Há um óbvio conflito entre a necessidade de reverter ou de pelo menos controlar o impacto de nossa economia sobre a biosfera e os imperativos de um mercado capitalista: crescimento máximo e contínuo na busca do lucro. Esse é o calcanhar de Aquiles do capitalismo. (HOBSBAWM, 2011, p. 21).

A Rede Ecovida de Agroecologia, bem como o conjunto da sociedade identifica atualmente os limites ecológicos do sistema econômico atual. Montibeller-Filho (2008) afirma se tratar de um fenômeno mundial e que nos Estados Unidos, inclusive, apesar das posições até então contrárias do governo à adesão ao Protocolo de Kyoto, cerca de 40 milhões de pessoas afirmavam fazer doações à “causas ambientais”. No entanto, em que pese esta constatação, os limites ecológicos do sistema econômico são interpretados sob diferentes perspectivas teóricas, mas que atualmente são apresentados sob a idéia de desenvolvimento sustentável.

Para Montibeller-Filho (2008), a noção de desenvolvimento sustentável, amplamente adotada no mundo todo a partir do final do século passado, configura-se a partir de um padrão normativo acerca do que é ser sustentável. Trata-se de uma noção almejada também pelo conjunto da sociedade, sendo impossível encontrar posições politicamente importantes, no conjunto da sociedade humana, que sejam contrárias. É pelo fato de se tratar de um termo impreciso que ele é amplamente adotado. Por este motivo é, conforme descreveu Ribeiro (2008), um objetivo politicamente amplo e aparentemente unificador, mas que contribuiu particularmente a partir da Conferência Rio-92, para consolidar o processo de controle do poder econômico e político global.

Há que manter em mente que as últimas décadas do século XX, além de presenciarem o capitalismo flexível com a hegemonia do setor “eletrônico-informático”, presenciaram também o fim do “socialismo real”. Dificilmente existiria uma noção ou uma ideologia/utopia, como gosto de dizer, que fosse tão emblemática deste período quanto a de “desenvolvimento sustentável”. Ela propiciou a permanência de um período histórico universalista, mas que mantivesse as demandas localistas, ante o enfraquecimento do grande guarda-chuva socialista, do discurso dos que pretendem um mundo com mais justiça social, menos violência e destruição. Propiciou, igualmente, uma aliança entre capitalistas/gerentes iluminados e radicais/militantes

reformados, um meio de campo que possibilitou a inserção, no mundo do planejamento, de demandas antes consideradas externas aos interesses das agências administradoras da expansão capitalista. Porém, mais de dez anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), que colocou no mapa-múndi o ideal do desenvolvimento sustentável, prevalece cada vez mais a interpretação que a Rio-92 foi uma oportunidade para poderosos atores transnacionais, como agências multilaterais e corporações transnacionais, darem um passo adiante no controle do poder econômico e político global. O ambientalismo empresarial e a administração global centralizada são expressões da força da globalização, autoritárias e exclusionárias, vinculadas à expansão do capital transnacional (RIBEIRO, 2008, pp. 20-21).

O autor destaca que a própria noção de desenvolvimento é um dos discursos mais inclusivos utilizados no senso comum e na literatura especializada. Afirmar também que, por este motivo, ninguém se colocaria contra tal noção, embora implique na substituição de outros conceitos adotados até então e com maior capacidade de explicar o caráter expansionista do capital, como acumulação. Para Ribeiro (2008):

Desenvolvimento é um dos discursos mais inclusivos no senso comum e na literatura especializada. Sua importância para a organização de relações sociais, políticas e econômicas fez com que os antropólogos o considerassem como “uma das idéias básicas da cultura européia ocidental moderna” (DAHL, GUDRUN E HJORT, 1984, p. 165-6), “algo como uma religião secular”, inquestionada, já que “se opor a ela é uma heresia quase sempre severamente punida” (MAYBURY-LEWIS, 1990). A amplitude e as múltiplas facetas do desenvolvimento são o que permite suas muitas apropriações e leituras frequentemente divergentes. A plasticidade do discurso sobre o desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade e continuidade; ele está “sempre em processo de transformação, de cumprir promessas”. A variação das apropriações da idéia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reformá-la expressam-se nos numerosos adjetivos que formam parte da sua história: industrial, capitalista, para dentro, para fora, comunitário, desigual, dependente, sustentável, humano. Essas variações e tensões refletem não apenas as experiências históricas acumuladas por diferentes grupos de poder em suas lutas por hegemonia internamente ao campo do desenvolvimento, mas também diferentes momentos de integração do sistema capitalista mundial (RIBEIRO, 2008, p. 118).

Furtado (1978) afirma que ao usar o termo desenvolvimento, em vez de acumulação ou expansão, conotações indesejadas são evitadas, como “a diferença de poder entre as unidades do sistema (internamente ou entre Estados-nação) em termos econômicos, políticos ou militares; evita-se também a percepção de que desenvolvimento é uma expressão simples de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação” (FURTADO, 1978, p. 77 *apud* RIBEIRO, 2008b, p. 118-9). Ou seja, a noção de desenvolvimento tem sido a base

sob a qual as propostas de consenso se desenvolvem atualmente, ocultando as contradições nela presentes.

Ribeiro (2008b) destaca ainda que mais recentemente, a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, a idéia de desenvolvimento sustentável passou a incorporar os relacionamentos sociedade-natureza que, para autor, manifesta os interesses típicos de classes médias urbanas, protestantes, em países como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. “Nesse sentido, termos como “etnodesenvolvimento” inventados para se referirem a modelos indígenas de desenvolvimento ou a modelos alternativos que poderiam respeitar valores e culturas locais, são oxímoros. Eles indubitavelmente refletem aspirações legítimas, mas se localizam na linha fina paradoxal da aceitação do desenvolvimento como uma categoria universal” (RIBEIRO, 2008b, p. 119). De acordo com Floriani (2004):

Esse modelo combina um sistema de funcionamento cujas escalas espaço-temporais remetem ao universal (global) e ao local (particular). Essa combinação é contraditória, no mesmo sentido que o é o Sistema-Mundo, como expressão da complexidade de um sistema que se expande, mas que hierarquiza os seus elementos, em base à lógica de funcionamento do capital e às suas atuais agendas (financeirização, guerras, contestação à ordem vigente, balcanização do desenvolvimento). Por exemplo, a UE (União Européia) constitui uma tentativa de criar um cordão sanitário que a isole da barbarização da invasão de hordas pertencentes a outros espaços em tempos da globalização (FLORIANI, 2004, p. 14).

Pode-se afirmar, portanto, que a noção de desenvolvimento, ao substituir o conceito de acumulação e outros conceitos que revelam as contradições no âmbito do capitalismo, revela o interesse hegemônico por manter a ordem do capital. No Brasil essa busca é facilmente verificável, inclusive e principalmente no âmbito da questão agrária que, sob o auspício da elite dominante nacional e das chamadas organizações multilaterais, que, embora sob aparentes contradições, passaram a adotar diversos adjetivos ao termo desenvolvimento, antes de qualquer possibilidade de questioná-lo. Assim é que se desenvolvem os fóruns de consenso, que é como este trabalho denomina, como os conselhos presentes nos diversos âmbitos (desde o municipal até o nacional), como desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, desenvolvimento local, etc. (OLIVEIRA, 2008). A intenção destes fóruns é forjar o consenso e atribuir ao local a responsabilidade por responder pelos problemas que não podem ser atribuídos a este nível, já que resultam das relações capitalistas de produção.

De acordo com Montibeller-Filho (2008), no âmbito da economia ambiental há três vertentes de pensamento. Para a economia ambiental neoclássica, os problemas sociais e ambientais são derivados de falhas de mercado e se constituem em resultados indesejados que tendem a ser resolvidos de forma natural ou induzidos. Para a economia ecológica, o mercado absorve somente parcialmente os custos sociais e ambientais, desde que pressionados pela sociedade, pelos movimentos sociais, através da política. A sustentabilidade seria atingida, portanto, através da passagem da racionalidade econômica à racionalidade ambiental, conforme definido por Leff, ou por uma ecologia popular na definição de Martínez-Alier. Para uma terceira vertente de pensamento, a economia ecomarxista, os custos sociais e ambientais são próprios do moderno sistema produtor de mercadorias capitalista, não podendo deixar de gerá-lo sob pena de aprofundar a tendência à queda da taxa de lucro, o que afetaria profundamente o processo de acumulação.

A maior parte do movimento ambientalista se situa teoricamente no âmbito da economia ecológica. De acordo com Stelling (1995 *apud* Montibeller-Filho, 2008), uma política econômico-ecológica se pautaria em síntese pelos seguintes objetivos:

- a) em considerar a natureza (ou os recursos naturais) riqueza real e primária. Real e primária no sentido de que sua existência na forma natural é valor – e não apenas valor imputado. Esta riqueza aparece de duas formas, a saber, pelo estoque ou fonte recursos e pela capacidade e habilidade da natureza para assimilar e reciclar lixo e rejeitos produzidos pela sociedade;
- b) em utilizar recursos naturais renováveis e não renováveis em taxas não superiores à produtividade sustentável dos sistemas naturais;
- c) em minimizar o uso de energia e materiais e a produção e os rejeitos de poluição;
- d) em considerar todo custo ambiental inerente à extração, produção, consumo e disposição de materiais;
- e) em promover, em relação ao produto, pela ordem: sua duração máxima em termos físicos e tecnológicos; seu reuso (nova utilização do produto sem passar por transformação); conserto e reciclagem de materiais usados;
- f) em minimizar a produção de lixo tóxico e reciclá-lo em sistemas fechados;
- e, finalmente,
- g) priorizar a utilização de recursos locais para atender as necessidades locais (STERLLING, 1995 *apud* MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 133-134).

Os princípios de uma economia ecológica costumam se associar à idéia de uma ecologia popular, conforme definido por Martínez-Alier (1994), uma das principais referências no âmbito desta perspectiva teórico-política. O autor defende que os segmentos pobres da população ao lutar para garantir suas condições de sobrevivência, através dos conflitos sociais com conteúdo ecológico, é quem

efetivamente contribui para proteger o meio ambiente. O autor apresenta diversos exemplos de movimentos que se caracterizam como movimentos ecológicos em função de lutarem pela garantia das necessidades ecológicas da vida: energia, água e ar limpos, espaço para morar etc., mantendo os recursos naturais fora do sistema de mercado, o que seria essencial do ponto de vista ecológico. O ecologismo popular poderia ser caracterizado também pelas associações e sindicatos que lutam em defesa do meio natural, ao mesmo tempo em que buscam mudanças sociais e melhorias das condições de vida.

Ainda no âmbito da economia ecológica se situa a perspectiva de racionalidade ambiental de Enrique Leff, uma nova racionalidade produtiva. O autor toma da economia a idéia de racionalidade e da ecologia o critério ambiental. Esta racionalidade estaria fundada no conceito de produtividade ecotecnológica, uma forma de manejar de forma integrada os recursos produtivos ecológico, tecnológico e cultural. Enquanto a produtividade tecnológica seria medida em termos de eficiência mecânica e termodinâmica, a eficiência cultural seria medida segundo os critérios que poderiam ser adotados pelas próprias comunidades.

Montibeller-Filho afirma que a proposta de Martínez-Alier, de um ecologismo popular, e de Leff, de uma racionalidade ambiental, são limitadas. Isso porque as propostas dos dois expoentes da economia ecológica se limitam às possibilidades de se aplicarem à pequenos grupos sociais, situados à margem do mercado, à rigor. Além disto, trata-se de atividades essencialmente vinculadas a atividades básicas de sobrevivência e até próprias do setor primário da economia. Por se tratar de propostas que se colocam à margem da economia de mercado não respondem à problemática ambiental colocada pelo capitalismo, caracterizando-se como ações marginais no âmbito do sistema de produção.

O fato de não indicar adequadamente a natureza da lógica capitalista de acumulação, pode levá-la a indicar a ampliação do mercado como forma de resolver os problemas ecológicos, ou seja, de mais mercado, o que lhe aproximaria da perspectiva da economia ambiental neoclássica. A perspectiva da economia neoclássica é adotada pela Federação dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), de quem a Rede Ecovida é crítica, mas com quem mantém algumas relações institucionais, particularmente a partir do momento em que a Federação passou a reconhecer os sistemas participativos de garantia.

Diferentemente da economia ambiental neoclássica, que procura atribuir um valor monetário à natureza destruída ou poluída, considerando um preço de mercado fictício, já que não são mercadorias, a economia ecológica não considera este cálculo adequado. Por este motivo Martínez-Alier (1994) propõe que se apresentem os dados brutos acerca do volume de recursos que foram retirados para a produção em função de considerar que não há possibilidades de se chegar a um indicador representativo destas perdas, bem como o que poderia representar para as gerações futuras, pois não se saberia suas preferências ou necessidades.

No âmbito do ecomarxismo ou economia ambiental marxista, James O'Connor apresenta a tese da segunda contradição do capitalismo. Para o autor, a primeira contradição clássica é a oposição capital-trabalho, conforme amplamente descrito por Marx, que resulta também na contradição entre valor e mais-valia, entre capital constante e capital variável, promovendo crises pela tendência de queda do poder de compra dos trabalhadores e a tendência em se privilegiar o capital constante em detrimento do capital variável, representado na forma salário. Para o autor, a segunda contradição fundamental do capitalismo é o fato dele se desenvolver sob uma base que não foi produzida enquanto mercadoria, como as infra-estruturas públicas, o espaço urbano, o meio ambiente em sua forma natural, ou seja, entre o funcionamento da economia e as suas condições externas de produção, os custos sociais (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Para o autor, na visão dos ecomarxistas os custos sociais (ou custos externos) são inerentes ao processo de produção capitalista, já que a produção de mercadorias requer não-mercadorias. Os custos sociais derivam do fato de que produz custos externos que o conjunto da sociedade suporta, independente da vontade dos indivíduos em particular. O mercado e o não-mercado são nesta perspectiva elementos essenciais do processo de acumulação capitalista. Marx já diria que as duas fontes de onde emana toda a riqueza são a terra e o trabalho.

Ainda no âmbito de uma crítica ambiental marxista, Serfatti (2003) destaca como a economia ambiental neoclássica procura responder ao problema, transformando-a em uma esfera de investimento rentável:

A novidade introduzida na nova fase do capitalismo não é a pilhagem da natureza, nem mesmo sua aceleração (que é evidente). Ela se encontra nas respostas “originais” que o capital financeiro lhe dá. O “esgotamento da natureza” (segundo uma fórmula de Marx) torna-se, a partir de então, uma

esfera de investimento rentável para o capital. A natureza não é utilizada somente como “fator de produção” nos processos produtivos. Sua capitalização, através dos direitos a poluir, constitui uma peça da reprodução das relações sociais. Isso vai muito além da fabricação de um capital fictício, no sentido de um fenômeno que se localiza no interior do ciclo D-D’ (SERFATI, 2003. p. 103).

Por este motivo é que alguns temas ocuparam a chamada agenda ambiental nos últimos anos, bem como seus “antídotos”: mecanismos de desenvolvimento limpo, sequestro de carbono, etc. Da forma como são tratados, sob a ótica da economia ambiental neoclássica, não se abandona a perspectiva da acumulação, o que é evidenciado pelo fato que a obsolescência programada nunca entrou nesta agenda, revelando que não se procurou tratar das causas destes problemas, mas somente da forma de mitigá-los.

A Rede Ecovida de Agroecologia localiza sua prática política e educativa a partir da ecologia e de uma concepção de prática social desenvolvida sob o amparo da Teologia da Libertação e da educação popular que se apropriaram de alguns aspectos do marxismo, objeto de análise da próxima seção.

1.2 APROXIMAÇÕES ENTRE A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A EDUCAÇÃO POPULAR COM O MATERIALISMO HISTÓRICO

Para Lowy (2006), nem o surto revolucionário na América Central nem a constituição de novos movimentos operários no Brasil não podem ser compreendidos sem a consideração de um fenômeno novo e inesperado “a radicalização de amplos setores cristãos e a sua atração pelo marxismo” (LOWY, 2006, p. 58). Ao abrir-se para o mundo moderno, após o Concílio Vaticano II, mediante uma abertura liberal, a igreja não pode evitar os conflitos sociais que sacodem o mundo. De acordo com o autor, neste contexto que muitos cristãos, no início, intelectuais, principalmente teólogos, jesuítas, especialistas leigos, estudantes – foram atraídos para a proposta marxista.

O materialismo histórico (ou marxismo)

As bases do materialismo histórico foram constituídas, de acordo com Oliveira (2008), inicialmente por Marx e Engels e posteriormente por um amplo conjunto de intelectuais denominados marxistas (Lênin, Gramsci, Lukács, Kosik, Lefebvre, entre outros). No âmbito do marxismo se destacam três aspectos principais, definidores desta filosofia: a) a concepção de homem e sua formação – a ontologia; b) a concepção de realidade; c) a forma de captar a realidade – o conhecimento. É com base nestes aspectos que o materialismo histórico dialético se define diante de outras filosofias.

O materialismo histórico dialético se desenvolve em meados do século XIX em oposição ao idealismo. Constitui-se como tentativa de superar a dialética idealista de Hegel dominante na Europa na época de Marx e Engels, bem como dos chamados neohegelianos, destacadamente Feuerbach, de quem Marx também se afirma herdeiro. Marx procurou encontrar na dialética idealista de Hegel uma determinação para o pensamento, de forma a não cair na circularidade da determinação das ideias.

O idealismo concebe os objetos reais como manifestações de essências imateriais e abstratas (LEFEBVRE, 1979) em que a ideia precede a matéria. Na busca por encontrar uma realidade terrena para o pensamento, Marx busca nas condições concretas e históricas a sua determinação, de forma que passa a afirmar que a consciência é determinada pela realidade. Para o autor, os indivíduos fazem história (assim como pensam, planejam), mas fazem sob determinadas condições históricas, não como querem. A realidade passa a ter uma determinação concreta.

Para Marx os homens se diferenciam dos animais pelo trabalho. De acordo com Andery et al (2006) é através do trabalho que os homens produzem sua existência, mediando sua relação com a natureza externa, ao mesmo tempo em que se produzem e se modificam através dele. O trabalho ocupa, portanto, papel central na produção da existência humana e na ontologia do ser social. Para Marx (*apud* Foster, 2005), “o trabalho é, antes de qualquer coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza” (MARX *apud* FOSTER, 2005, p. 221). Isso porque põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias

necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera a sua própria natureza. O processo de trabalho é a condição universal da interação simbólica entre o homem e a natureza, a condição da existência humana imposta pela natureza.

Diferentemente dos animais, o trabalho para o homem é uma atividade que se modifica historicamente. Essa modificação ocorre em função de que ele objetiva sua ação de forma planejada, ou seja, o trabalho ganha materialidade inicialmente no pensamento antes de ser objetivado. No entanto, essa objetivação se dá a partir do conhecimento acumulado, não como ser individual, mas como ser social. Ou seja, não se trata de uma objetivação simples de ideias. O marxismo, portanto, de acordo com Sanchez Vásquez (2006), não elimina a subjetividade do processo de conhecimento ou do processo de produção da existência humana, ao que chama de subjetivação-objetivação. É desta forma que Marx e Engels atribuem uma existência terrena ao pensamento, retirando-o da circularidade das ideias, conforme definia Hegel.

Outro conceito fundamental ao marxismo é o par dialética/contradição. De acordo com Sanchez Vásquez (2006), a contradição é definida pelo seu oposto, o ser e o não ser. Ou seja, uma coisa se define em seu oposto, sem o qual não existe. Esses opostos se encontram em permanente luta, a partir do que se definem constantemente. Ou seja, a realidade não é fixa, mas movimento e é a contradição que cria a possibilidade do movimento.

Para o materialismo histórico a realidade existe antes e independente da consciência humana. A ideia é a capacidade de representar a realidade no pensamento e se constitui em prática sensorial do mundo material na mente humana. A realidade para o marxismo é dada pelos determinantes históricos, particulares e universais, presentes em algo. Particularidade e universalidade compõem, portanto, a realidade, mas não a realidade imediata, o concreto sensível. O concreto é, portanto, síntese de múltiplas determinações, unidade na diversidade, conforme afirma Marx:

O concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação (...). Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se encontra em si mesmo, se aprofunda em

si mesmo, enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas esse não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto pensado (MARX, 1987 [1859], p. 16-17).

Marx concorda com Hegel, de acordo com Iasi (2011), acerca da forma como o pensamento se apropria do concreto. O objetivo maior de Marx é se contrapor à concepção idealista de Hegel. Para isso, Marx afirma haver na dialética entre concreto e pensamento uma determinação do concreto. O concreto imediato (sensorial) passa a ser uma representação caótica do todo. Apesar de ser um ponto de partida ele aparece no pensamento como ponto de chegada e por este motivo se manteria caótico, descontínuo, fragmentado. Esse concreto imediato é apropriado pelo pensamento de forma a elevar do abstrato ao concreto. Desta forma, de acordo com Iasi (2011), faz com que o processo se passe no campo da abstração, da lógica, levando à ilusão hegeliana de que o pensamento poderia se produzir a si mesmo. “Existe assim uma nítida diferenciação entre dois processos interligados, mas distintos: o do conhecimento e o da gênese do concreto (IASI, 2011, p. 167).

A lógica formal busca o entendimento, a separação entre forma e conteúdo enquanto etapa da abstração. Busca com isso também dar forma, isolar, classificar, hierarquizar. Para Lefebvre (1979), a lógica formal é um dos momentos da razão. Tem como uma de suas características o princípio da identidade ou o princípio do terceiro excluído, em que uma afirmação não pode ser verdadeira ou falsa ao mesmo tempo. Ou seja, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. De acordo com o autor, a lógica formal tende a absolutizar e excluir os opostos; perceber unilateralmente a relação causa-efeito; adotar a ideia de evolução/progresso, em que tudo tende para o melhor. Caracteriza-se também pela ideia de progressão linear, em etapas regulares; em afirmar a ideia de harmonia e ordem, tanto na natureza quanto na sociedade, já que tudo teria uma finalidade; apresenta juízo valorativo (bem e mal; melhor e pior).

A lógica dialética, por sua vez, é a lógica do movimento e da contradição, tal como expressa na frase de Heráclito “Ninguém se banha no mesmo rio duas vezes”. Possui seis princípios: o movimento ou a lei do devir, unidade de contrários (contradição), totalidade, o princípio da necessidade ou dos fins sem finalidade, a relação quantidade/qualidade e a lei dos saltos, a superação – a negação da negação.

Para Lessa & Tonet (2008), o argumento utilizado pelas filosofias conservadoras é que há uma essência humana que torna os homens individualistas e que esta essência, por ser imutável, não pode ser alterada no curso da história. Para os autores, essa resposta permanece desde o filósofo nazista Heidegger, passando pelas elaborações filosóficas mais sofisticadas como as de Habermas, Arendt, Bobbio e Rawls, que concebem a vida social como uma luta entre sujeitos individualistas mesquinhos movidos pelo desejo de acumular propriedades. Para Heidegger, de acordo com os autores, a luta é a dimensão autêntica da existência humana. Já para Habermas, Arendt, Bobbio e Rawls, o capitalismo, a democracia burguesa e o mercado são formas insuperáveis daquilo que chamam de forma civilizada da sociabilidade. Todos estes autores, cada qual à sua forma, apresentam a mesma resposta acerca da possibilidade de uma sociedade tal como proposta por Marx, comunista e emancipada (LESSA & TONET, 2008).

Marx responde esta questão de uma forma radicalmente diferente. Para o autor, não há uma essência humana mesquinha e imutável. O autor se apoia na história para afirmar que os homens são individualistas porque a sociedade burguesa os fez assim e não porque sejam bons ou ruins por natureza. Como se trata de uma relação social construída pelos homens, seria possível aboli-la e construir uma sociedade emancipada, comunista.

Tratando da realidade e da totalidade sob o capitalismo, Gruppi (1978, p. 98-99) afirma que é necessário enfrentar as contradições reais da sociedade e superar as abstrações e os fatos imediatos. Para o autor a ciência é necessária à burguesia, mas a partir do positivismo, que se limita aos fatos imediatos, sem apresentar as contradições, destacando também a necessidade de se estudar os processos sociais no seu desenvolvimento histórico. Para o autor:

Quando o capitalismo se desenvolve, não é mais possível transferir para a abstração da filosofia especulativa as contradições reais da sociedade. É preciso partir dos fatos. Mas superar os fatos imediatos significa revelar o mecanismo da exploração capitalista, as bases de classe dos princípios que a burguesia apresenta como universais. Por um lado, a burguesia tem necessidade dos fatos, da ciência, da verificação precisa das coisas, fundamento do desenvolvimento científico e tecnológico. Mas não pode extrair deles as conseqüências críticas mais gerais, elevar-se – a partir do fato, da técnica e do trabalho, dados em sua imediatez – ao que está por trás do trabalho, isto é, às relações sociais. Parte da mercadoria e de seu valor. Não chega à explicação de que o valor da mercadoria não é um valor misterioso que a mercadoria tem em si mesma – o fetichismo da mercadoria do qual fala Marx -, mas o resultado de determinadas relações

sociais, que devem ser enxergadas por trás da aparência da relação mercantil e, portanto, explicadas em suas conexões dialéticas. A burguesia, que não pode ser mais idealista, tem necessidade do positivismo enquanto concepção que se mantém presa à imediatez do fato e não supera criticamente. A sociologia, que nasce com o positivismo, estuda a sociedade assim como se estuda a natureza. Mas não ao modo de Marx, que estuda os processos sociais como processos naturais, na medida em que pretende indicar leis que possuam o caráter objetivo das leis naturais, porém com o objetivo de explicar, ao mesmo tempo, o modo como tais leis caracterizam uma determinada função econômico-social e não são leis “eternas” da economia. O positivismo estuda a sociedade como um organismo dominado por leis imutáveis, similar à natureza. Desse modo, desaparece a possibilidade da revolução (GRUPPI, 1978, p. 98-99).

O positivismo idealista, ao não considerar a historicidade e a totalidade dos fatos, naturaliza os processos sociais dentro de um quadro que não indica a possibilidade de sua superação. É neste sentido que o positivismo serve à ordem burguesa, assim como outras formas de idealismo (o platonismo, o empirismo, o neopositivismo e a fenomenologia existencialista), conforme demonstrado por Oliveira (2008).

O materialismo, por sua vez, procura compreender a realidade como um todo articulado, uma totalidade, não limitando os fatos à sua imediatez (GRUPPI, 1977; KOSIK, 2007). É desta forma que o materialismo oferece condições para estudar os processos sociais com vistas a indicar suas contradições e as possibilidades de sua superação. No entanto, a superação, para o materialismo, não se trata de uma superação das ideias, mas da realidade prática, através de sua transformação.

No âmbito do capitalismo a contradição principal é encontrada na relação antagônica entre capital e trabalho. O capital é, portanto, a forma sob a qual se organiza a produção (base econômica) da sociedade atual e que determina (sem ser determinista), o conjunto de leis (direito), as formas de se tomar decisões (política) e as formas de se justificar socialmente (ideologia). Embora a ideologia burguesa seja dominante, a sociedade é caracterizada por permanentes conflitos e lutas, que redefinem dialeticamente a prática das lutas de classes, abrindo possibilidades para a superação do modo de produção atual.

O materialismo se opõe também ao que se costumou convencionar de pós-modernismo, que advoga, dentre outras coisas, que a realidade é incognoscível. Para o materialismo, tal tendência já existiu em outros momentos históricos, particularmente naqueles de grandes crises sociais, como na transição do século

XIX para o século XX, conforme apontado por Oliveira (2008). Para este autor, ao afirmar a impossibilidade de se conhecer, o pós-modernismo afirma politicamente a ordem burguesa, já que para ela não interessa que a realidade seja apresentada como um todo contraditório.

É neste sentido que se procura encontrar os conflitos e as lutas de classes que possam indicar esta possibilidade de superação. Neste sentido também, o trabalho é uma categoria fundamental para análise, pois ele é fundante da sociedade em que vivemos e a superação do atual modo de produção somente poderá se atingir quando se superar também o trabalho alienado. Tonet (2011) indica que a questão do trabalho e sua desalienação deveria ser a preocupação central, no entanto, essa centralidade tem sido remetida à política e não ao trabalho.

Cabe destacar também que a alienação do trabalho deve ser considerada a partir das possibilidades do momento histórico, não a partir de uma essência humana, conforme destacada por Sánchez Vasquez (2007). Ou seja, em cada momento histórico há um nível de desenvolvimento das forças produtivas, assim como uma proporção da produção que se destina ao valor de troca e ao valor de uso, um nível de divisão social do trabalho e, daí decorrente, um tipo de relação com a natureza ou um tipo de relação sócio-metabólica. É com base nestas relações que a alienação deve ser considerada, a partir das possibilidades humanas daquele período histórico.

A Teologia da Libertação procurou fundar uma prática educativa a partir da tentativa de juntar distintas filosofias, como o existencialismo e o marxismo. Desta forma a igreja procurou constituir uma prática militante a partir de um novo sujeito histórico: os pobres, excluídos e oprimidos. O marxismo passa a ser adotado, de acordo com Dussel (2006) como crítica social.

A aproximação da Teologia da Libertação com o Marxismo

Para Lowy (2006) a Teologia da Libertação é um produto de um momento histórico. “É a expressão particular de um movimento social criado pelo envolvimento de cristãos em associações de bairro, sindicatos, movimentos estudantis, ligas camponesas, centros de educação popular, partidos políticos de esquerda e

organizações revolucionárias” (LOWY, 2006, p. 59). Para o autor esse movimento surgiu ainda no início dos anos 60, já com engajamento do padre Camilo Torres na revolução cubana, antes mesmo da Teologia da Libertação se desenvolver no início dos anos 70. A Teologia da Libertação, no entanto, ao oferecer ao movimento legitimidade e uma doutrina, favoreceu o seu desenvolvimento.

A Teologia da Libertação, de acordo com Lowy, ganha consistência com a publicação de “Teologia da Libertação – perspectivas”, de Gustavo Gutiérrez, padre peruano e ex-estudante das universidades católicas de Louvain e Lyon. Isso ocorre a partir do momento em que os teólogos mais avançados se encontram insatisfeitos com a teologia do desenvolvimento, no fim da década de 60. Nesta obra Gutiérrez propõe algumas idéias controvertidas, mas que, para Lowy, estavam destinadas a ter eco considerável. Influenciado pelo marxismo, o autor passa a se referir aos escritos de Mariátegui, marxista peruano dos anos 20-30, além de Ernst Bloch e de outros teóricos da dependência. O autor já não vê mais os pobres como objeto de pena ou caridade, mas como sujeitos da própria libertação. Ao rejeitar o desenvolvimentismo, que “se tornou sinônimo de reformismo e modernização”, de medidas que apenas aprofundavam a dependência, o teólogo peruano proclama uma posição mais radical do que as propostas dos partidos comunistas latino-americanos desse período:

Apenas uma destruição radical do presente estado de coisas, uma transformação profunda das relações de propriedade, a tomada do poder pela classe explorada, uma revolução social acabarão com essa dependência. Apenas elas permitirão a transição para uma sociedade diferente, uma sociedade socialista (GUTIERREZ, 1971, p. 22-23 *apud* LOWY, 2006, p. 59).

Em 1972 aconteceu no Chile o primeiro encontro continental “Cristãos pelo Socialismo”, um movimento ecumênico que uniu católicos e protestantes, levando à uma tentativa de síntese entre marxismo e cristianismo, que logo sofreu a interdição da hierarquia da igreja chilena. A resolução final do encontro proclamou a adesão dos cristãos ao socialismo, afirmando que o verdadeiro ato de fé seria a luta pela libertação diante da opressão, propondo também a união de partidos e organizações como instrumentos de luta da classe trabalhadora (LOWY, 2006).

Após o trabalho de Gutierrez e de Hugo Assmann, outros teólogos passaram a se agregar à Teologia da Libertação enquanto formuladores, incluindo os irmãos

Boff (Leonardo e Clodovis) e Frei Beto, no Brasil. A partir de então esta teologia se tornou influente nas comunidades eclesiais de base e em setores significativos da igreja, o que provocou a reação do Vaticano e a declaração do cardeal Ratzinger da Teologia da Libertação como uma nova heresia, baseada no uso indiscriminado de conceitos marxistas (LOWY, 2006). Para o autor, as comunidades de base enriqueceram o movimento, pois trouxe sensibilidade moral e na experiência de trabalho na base uma urgência utópica. O que atraía os cristãos para o marxismo não era apenas o valor científico como análise da sociedade, mas sua oposição ética à injustiça capitalista, além da proposta socialista.

Outros autores, no entanto, como o teólogo da libertação Enrique Dussel, que apresenta um texto no livro publicado por Lowy, demonstra uma perspectiva diferente em relação a esta teologia, parecendo se tratar de uma perspectiva muito mais oportunista. É neste sentido que Dussel (2006) declara que não se propunha aceitar o marxismo de forma integral, muito menos a sua proposta de filosofia, materialista dialética, até porque ela vai contra a filosofia da igreja, mas de adotar um Marx como crítico social, acima de qualquer outra perspectiva. O autor ainda afirma que, respondendo às críticas da direita, que a igreja foi mais oportuna, pois se antecipou ao se aproximar de um movimento que percebia estar nascendo naquela época.

Para Lowy, mais do que a queda da União Soviética no período 1989-91, duramente sentido pelos blocos favoráveis, foi a derrota sandinista que teve maiores consequências para as forças de esquerda em todo o continente, acompanhada de acordos de paz e de garantias democráticas. Somam-se a estes fatores as dificuldades apresentadas em Cuba, em função do bloqueio estadunidense, mas também pela falta de democratização do regime e de algumas práticas autoritárias. Tudo isto colocou muitas dúvidas sobre as esquerdas latino-americanas, levando muitos intelectuais ou dirigentes de esquerda a proclamarem o fim do período aberto pela revolução cubana e o início de uma época de “consenso democrático”, nos quadros da economia capitalista.

No entanto, apesar disto, nos anos que se seguiram vê-se o surgimento de novas formas de luta, como a dos índios Chiapas, armados, através do zapatismo, que se inspira na Teologia da Libertação. Surge também movimentos de luta pela terra em diversos países, que inclusive se radicalizaram neste período, apesar do

enfraquecimento do conjunto das esquerdas latino-americanas. É neste sentido que Lowy (2006) destaca a autonomização do MST no Brasil em relação à Igreja, já nos anos 80:

Destes, o mais importante e bem-organizado – mas não o único, posto que movimentos similares existem também no Paraguai, Equador, Peru, México, Guatemala etc. – é sem dúvida o MST. Também ele, como tantos outros movimentos radicais na América Latina, tem sua origem no cristianismo da libertação, mais precisamente nas comunidades de base e na Pastoral da Terra. Mas a partir dos anos 80, o MST se autonomizou em relação à Igreja e incorporou elementos importantes do marxismo em sua análise da estrutura rural brasileira e em seu programa agrário de inspiração socialista. Pela sua combatividade, sua “mística”, seus métodos de luta pouco convencionais e sua oposição intransigente às políticas neoliberais dos sucessivos governos brasileiros, o MST conquistou a simpatia não só de uma parte significativa dos camponeses sem terra, mas também da população pobre urbana e da opinião pública em geral, e aparece cada vez mais como a ponta avançada da luta pela transformação social no Brasil (LOWY, 2006, p. 63).

O MST se tornou, nos anos que se seguiram, no movimento de maior expressão no Brasil e na América Latina, pois conseguiu articular um conjunto amplo de apoiadores. Mesmo sendo a principal referência, nos anos 2000 o movimento volta a se enfraquecer. Neste período surge o Fórum Social Mundial, inicialmente realizado na cidade de Porto Alegre, constituindo-se em uma tentativa de articular os principais movimentos de luta contra a globalização neoliberal, uma tentativa também de ser uma articulação ampla e pluralista, uma espécie de movimento dos movimentos, conforme Lowy. A partir de então passaram a se encontrar todos os anos em Fóruns mundiais, regionais, nacionais ou locais, um conjunto de articulações que se colocavam contra a globalização neoliberal.

O Fórum Social Mundial passou a defender, a partir de então, o respeito à diversidade, a valorizar as identidades, a reivindicar o aprofundamento da democracia e a se contrapor à globalização neoliberal. Propõe também novas relações de poder, mais horizontais, tanto no âmbito das experiências quanto do Estado. Propõe também uma nova governabilidade das alternativas de esquerda, com o surgimento de novos atores, em particular as ONGs e as redes – o próprio Fórum se propõe a ser uma grande rede – em lugar dos partidos e sindicatos.

A pauta política apresentada pelo Fórum se aproxima do multiculturalismo, um movimento filosófico e político que adquire bastante importância no período atual. Cabe destacar que algumas das origens desta proposta já se encontravam em

movimentos anteriores, até mesmo no âmbito da própria Teologia da Libertação, que ao modificarem seus referenciais políticos anteriores, passam a desenvolver novos referenciais ou se apropriam de referenciais já existentes.

No que se refere à Teologia da Libertação, em particular, este movimento passou a perder espaço no âmbito da Igreja Católica para outras tendências que também procuraram se aproximar do povo, mas claramente a partir de uma perspectiva muito mais conservadora. Neste momento é que o movimento carismático, o *Opus Dei*, dentre outras tendências, passam a ganhar força e o apoio dos setores da sociedade mais conservadores, na própria mídia. Além disso, ganham força também as igrejas evangélicas com suas propostas de salvação e sucesso individual, com sua ética de tipo individualista e que remonta à ética protestante descrita por Weber presente no surgimento do capitalismo.

Em que pese esse contexto, interessa aqui apresentar a proposta pedagógica da Teologia da Libertação. Além de definir o pobre, o oprimido e o excluído como sujeito histórico, esta teologia propõe uma nova forma de conceber a educação, resultando em uma proposta de educação popular. Para Saviani (1991), em *Escola e Democracia*, a passagem da pedagogia tradicional à Escola Nova representou uma profunda mudança na forma de conceber a educação no Brasil. Essa passagem deslocou o eixo da questão pedagógica do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não diretivismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada nas ciências da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental, baseada particularmente nas contribuições da biologia e da psicologia. Para o autor, em síntese, passou-se a uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender (SAVIANI, 1991, p. 20-21).

O escolanovismo, de acordo com Iasi (2011), partiria da contraposição à pedagogia tradicional em função de seus aspectos autoritários e nos resultados mais amplos na estrutura escolar. Acabou-se por gerar com isso um senso comum no qual a pedagogia nova seria portadora de todas as virtudes, enquanto a tradicional seria portadora de todos os defeitos. Gerou-se também a idéia de que a única forma

de se contrapor à concepção tradicional era assumindo os princípios da escola nova e seus embasamentos liberais.

De acordo com Iasi (2011), no campo da educação popular há uma dupla herança: a formação política praticada pelos partidos de esquerda, fundamentalmente o Partido Comunista e a concepção de educação de base popular no interior da Igreja Católica. No primeiro caso a educação é concebida como a passagem a um conhecimento científico e universalmente válido, já no segundo caso deveria partir da vida imediata de uma comunidade, com base no tripé “ver, julgar e agir”.

Na intenção de se negar o tradicional, uma parte daquilo que passaria a ser considerado o novo (o escolanovismo) passa a ser incorporado pela educação popular de base cristã, que passou a se colocar contra todos os tipos de verticalismo e autoritarismo pedagógico, ao mesmo tempo em que resvala para o basismo em prol do sempre bom conhecimento do povo. No entanto, ainda ao mesmo tempo, esses grupos desenvolvem, de acordo com Iasi, uma preocupação com a mediação das técnicas e da linguagem, o que proporcionou resultados positivos tanto na organização quanto na motivação política. É necessário destacar que esta posição é tomada por uma fração da Igreja Católica que se identifica com a educação popular através do movimento de Comunidades Eclesiais de Base – CEB's.

A importância desse setor da Igreja Católica afeito à educação popular pode ser comprovada pela influência direta que os educadores cristãos possuem nas práticas desse tipo de educação e também na posição antiverticalistas, na prioridade do aprender a aprender, na importância atribuída aos conhecimentos populares, entre outros aspectos. Houve nos últimos anos, no entanto, para Iasi, uma busca destes educadores em superar os desvios basistas e a relativização exagerada do conhecimento humano acumulado. Era necessário, portanto, partir da negação da pedagogia tradicional, mas também estar atento aos riscos da pedagogia do espontâneo, às concessões aos princípios liberais do escolanovismo, que “acabavam por reduzir a concepção metodológica ao uso de técnicas participativas e que levavam, no limite, à reprodução do senso comum encontrado nos diferentes grupos populares” (IASI, 2011, p. 159).

Diante deste problema a educação popular procura encontrar no método dialético do conhecimento o seu próprio método, tomando como partido a prática,

passando pelo conhecimento historicamente acumulado (teoria), chegando novamente na prática. Como prática inicial se considera a realidade do trabalhador, enquanto sujeito histórico, não simplesmente o resgate de sua realidade imediata. O objetivo era, por um lado, não cair em uma polarização mecânica de forma a não negar o trabalhador concreto e seu conhecimento ou, de outro lado, partindo deste relativizar ou relegar o conhecimento acumulado. Esse foi o esforço realizado no Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (IASI, 2011).

É desta forma que a realidade concreta passa a ser a matéria-prima, o ponto de partida efetivo de uma atividade de formação onde se busca superar as aparências. A atividade de formação passa a ser o momento de encontro entre vida e teoria e o esforço pedagógico se expressa na busca por traduzir a teoria em vida e vivenciá-la. Desta forma se traduz a teoria através de mediações que a tornem apreensível e que apresentem significado ao grupo. O conhecimento passa a ser algo novo que é incorporado ao conhecimento do trabalhador, a partir do que passa a ser recriado e adaptado ao novo contexto (IASI, 2011).

Iasi destaca que nos últimos anos os processos de formação se tornaram utilitaristas diante da busca de sindicatos e partidos. Para o autor, há uma cobrança, que só na aparência é positiva, de integração prática e de resultados concretos, tanto na ação sindical, partidária ou popular. O que na verdade se busca são mais filiados, uma melhor campanha salarial, uma melhor organização, cujas respostas nem sempre se situam no âmbito da formação, já que estão relacionados a outros determinantes históricos. Para Iasi, o produto da formação é algo mais complexo de ser medido no curto prazo como seria o gosto da consciência sindical imediatista. O produto deveria ser medido na qualidade efetiva da ação militante diante das deformações da prática da organização, a socialização de valores e preocupações, no número de quadros com capacidade de elaboração crítica. Por este motivo o produto de um processo formativo no âmbito da educação popular deveria ser medido no longo prazo, não exatamente nos resultados preconizados por uma busca utilitarista.

Não se pretende com isso não afirmar o vínculo entre formação e organização. Pelo contrário, os processos formativos devem buscar a organização política e a prática militante. Para Iasi (2011), o que preocupa é que na tentativa de buscar uma relação entre prática formativa e organização por vezes a educação

popular acaba por perder sua especificidade. Ou seja, a educação se torna um meio com o qual se busca atingir apenas determinados fins pragmáticos. Dessa forma ela se preocupa em dar respostas imediatas e concretas e desta forma pouco acumula no sentido de se atingir patamares críticos mais elevados, no sentido de se identificar as especificidades das lutas de cada momento histórico.

O eixo pedagógico da educação popular fundada na Teologia da Libertação se mantém no conjunto das práticas educativas das organizações sociais do campo constituídas sob a influência desta teologia: o não diretivismo, o aprender a aprender, a valorização das subjetividades, a espontaneidade etc., conforme demonstrado por Saviani (2008). No entanto, diferentemente da Escola Nova, a educação popular redefine o sujeito desta educação, que não é o estudante, mas o pobre, o excluído e o oprimido.

Este é um dos resultados do presente trabalho, cuja elaboração se iniciou no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Desta forma, na seção seguinte se apresentam os passos metodológicos que contribuíram com a construção do objeto desta pesquisa.

1.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O presente trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa comum desenvolvido no âmbito do programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, que tem como objetivo estudar a questão e crises alimentar, energética e da biodiversidade. À época, a partir de meados de 2008, o grupo de professores e doutorandos do programa consideravam haver uma crise que se estendia a estas três esferas sócio-ambientais e que era necessário compreendê-las na articulação que estabeleciam entre os diversos âmbitos, do local ao global, e, da mesma forma, as alternativas ou contra-hegemonias que a elas se estabeleciam.

Mais especificamente, este trabalho se inseriu no primeiro grupo, que tratou de estudar a questão alimentar a partir de uma instituição comum: a Rede Ecovida de Agroecologia, uma articulação que reúne agricultores, técnicos e consumidores em torno da agroecologia no Sul do Brasil. Foi com base no tema e instituição

comuns, que objetivavam o trabalho interdisciplinar, que as questões e os objetos de pesquisa passaram a ser formulados e desenvolvidos. Inicialmente o grupo desenvolveu um estudo sobre a questão alimentar, cuja importância se evidenciou com a crise manifestada pela alta dos preços dos produtos agrícolas ocorrida em 2008 e, posteriormente, um levantamento sobre a estrutura dos núcleos da Rede Ecovida, durante o VII Encontro Ampliado da Rede, realizado em novembro de 2009, em Ipê (RS), e uma pesquisa de campo em sete núcleos da Rede Ecovida. Essas pesquisas, desenvolvidas a partir de um projeto coletivo do referido grupo, tinham como objetivo conhecer a Rede Ecovida, sua história, estrutura organizativa, suas estratégias, etc., de forma a levantar informações de interesse comum aos doutorandos e permitir a troca de conhecimentos entre os pesquisadores, bem como formular ou reformular os problemas individuais de pesquisa, concomitante e após a elaboração do relatório das primeiras etapas.

Este trabalho de pesquisa integra um projeto coletivo elaborado por um grupo de professores e doutorandos da turma VIII do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. As atividades realizadas pelo grupo de pesquisa se iniciaram em novembro de 2008 a partir de estudo sobre a questão alimentar, que resultou na elaboração de um relatório de pesquisa concluído em março de 2009. Além deste, outros dois relatórios foram elaborados no âmbito do programa de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento, sendo que um tratou dos aspectos relacionados às questões da governança e outro sobre biodiversidade.

A partir de então, as atividades consistiram na elaboração de um projeto de pesquisa coletivo que contemplasse as indagações dos três grupos. O título do referido projeto é “Lógicas e estratégias de produção, consumo e gestão/governança nas questões alimentar, energética e da biodiversidade”, onde se definiu a questão central de pesquisa: Quais relações se estabelecem entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas no âmbito das práticas de produção e consumo, dos processos de elaboração e implementação de políticas socioambientais e quais suas implicações na reprodução social das populações e na conservação ambiental?

Com a conclusão do projeto coletivo, que procurou contemplar os interesses de pesquisa de todo o grupo que compõe a turma VIII do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, além dos professores participantes do Programa, voltou-se, mais uma vez, aos três pequenos grupos para elaboração de

projetos de pesquisa. Assim, a partir de agosto de 2009, redefiniram-se os interesses, temáticas e membros das equipes. Formaram-se, a partir daí, três grupos, sendo que o primeiro definiu pelo estudo da Rede Ecovida de Agroecologia; o segundo definiu pelo estudo das práticas socioambientais em ambientes costeiros e o terceiro definiu por estudar as questões relacionadas à certificação socioambiental e a gestão de grandes projetos na área energética.

A Rede Ecovida se apresentou como possibilidade real de articular as questões que vinham sendo definidas pelo grupo, pois nela se encontram aspectos/características que permitem articular à problemática geral. Isso não quer dizer que a Rede materialize totalmente a idéia de alternatividade e de contra-hegemonia, mas nela se encontram práticas e propósitos, embora evidentemente imersos em contradições, extremamente ricos ao desenvolvimento teórico.

A questão do grupo em que este projeto se inscreve é: Em que medida as ações da Rede Ecovida de Agroecologia – de apropriação da natureza, produção agroalimentar, comercialização, consumo, certificação, institucionalização e cooperação – se constituem em alternativas socioambientais ao modelo hegemônico, redefinindo relações entre o global e o local, no sentido de afirmar novas formas de desenvolvimento, soberania e segurança alimentar e novas formas de organização social?

A pesquisa, desenvolvida em conjunto com o referido grupo de pesquisa do doutorado em meio ambiente e desenvolvimento da UFPR, foi realizada em duas fases. Na primeira fase houve uma aproximação ao objeto de pesquisa a partir da participação no 7º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, em Ipê (RS), em novembro de 2009, quando se realizou uma rápida caracterização dos núcleos da Rede: número de grupos de agricultores, organizações de consumidores, ONG de assessoria, estrutura organizativa, gestão (coordenação e conselho de ética), tempo de existência, formas de cooperação, canais de comercialização, pontos fortes, etc. O grupo possuía como meta entrevistar pelo menos um coordenador de todos os 24 núcleos da Rede, mas não foi possível entrevistar quatro (não foram entrevistados também os representantes dos dois núcleos cuja constituição foi aprovada somente na assembléia final realizada no último dia do encontro). As informações obtidas durante a primeira fase da pesquisa coletiva

foram tabuladas e incorporadas ao projeto coletivo apresentado ao programa de doutorado em novembro de 2009.

A segunda fase consistiu em visitas e entrevistas à membros de sete núcleos da Rede (26 agricultores(as), 13 técnicos e coordenadores de núcleos e 1 representante de organizações de consumidores) realizadas entre janeiro e março de 2010. Para a seleção destes núcleos considerou-se a necessidade de se contemplar a diversidade social e econômica dos núcleos que compõem a Rede e os interesses das questões constantes nos projetos de tese dos cinco doutorandos do grupo⁷. Para esta fase foram elaborados três roteiros de entrevistas, sendo um para cada um dos referidos tipos de entrevistados. Além disto, houve a possibilidade de se participar, na condição de observadores, em dois eventos organizados pelos núcleos, sendo um em Passo Fundo (RS) e outro em Barra do Turvo (SP). Para esta etapa a meta era que todos participassem em todas as visitas, mas que na prática não foi possível.

Os sete núcleos selecionados para se realizar um aprofundamento dos dados foram os seguintes: Maurício Burmeister do Amaral (PR), Agroflorestal (PR), Libertação camponesa (PR), Sudoeste (PR), Planalto serrano (SC), Planalto (RS) e Litoral Solidário (RS). Além da observação, para realização do estudo prospectivo nestes núcleos, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, buscando levantar informações junto aos diferentes grupos sociais que integram a Rede Ecovida, agricultores, técnicos, dirigentes e consumidores. Esse trabalho foi desenvolvido entre janeiro e abril de 2010. O quadro a seguir apresenta a distribuição das entrevistas.

⁷ Os doutorandos são: Almir Sandro Rodrigues (Filó), Julian Casarino Perez, Katya Isaguirre, Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa, Sidemar Presotto Nunes. Em 2010, com a entrada da primeira turma do mestrado e a nova turma do doutorado, outros pesquisadores se agregaram ao grupo, que é coordenado pela professora Angela Duarte Damasceno Ferreira. Compõem o grupo também os seguintes professores: Alfio Brandenburg, Celina Wisniewski, Eleusis Ronconi Nazareno e Myrian del Vecchio.

Tabela 1 - Número de entrevistas de acordo com o tipo de entrevistados, núcleo da Rede Ecovida, UF e municípios

	Núcleo	UF	Municípios entrevistas	Entrevistas Agricultores	Entrevistas mediadores (coordenadores e técnicos)
1	Maurício Burmeister do Amaral	PR	Campo Magro, Castro, Lapa, Cerro Azul, Curitiba	10	2
2	Libertação Camponesa	PR	Paranacity	2	2
3	Planalto RS	RS	Passo Fundo, Santo Antonio do Palma, São Domingos do Sul	2	2
4	Litoral Solidário	RS	Torres, Dom Pedro de Alcântara e Três Cacheiras	3	2
5	Agroflorestal	SP, PR	Barra do Turvo, Adrianópolis	3	2
6	Planalto Serrano	SC	Lages, Anita Garibaldi, Otacílio Costa	3	1
7	Sudoeste	PR	Francisco Beltrão	3	2
	Total			26	14

Fonte: pesquisa de campo (2010)

A maior parte das entrevistas foi gravada em arquivos de áudio e disponibilizada aos membros do grupo. As informações coletadas através dos roteiros foram tabuladas e também disponibilizadas. Por fim, elaborou-se um relatório descritivo com os resultados obtidos nesta fase, finalizado em agosto de 2010.

A terceira fase da pesquisa, específica deste trabalho, que procurou compreender a Rede Ecovida na perspectiva da contra-hegemonia, ainda, no entanto, sem ter clareza das categorias de análise, foi desenvolvida através da participação em fóruns em que a Rede Ecovida participa: o encontro do Movimento Agroecológico Latino-americano (Maela), realizado entre 10 e 14 de agosto de 2010, em Assunção, Paraguai, do qual participaram cerca 90 pessoas de 20 países; e o encontro da coordenação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizado no Rio de Janeiro em novembro/dezembro de 2010. A participação nestes dois eventos contribuiu para compreender a relação que a Rede possui com os referidos fóruns, a compreensão acerca da agroecologia que se utiliza, a influência da Rede Ecovida nos fóruns, etc. Tinha-se como objetivo participar em um evento da Federação dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), no entanto, isto não se realizou, mas também não comprometeu a análise em função da Rede não

participar de forma orgânica deste movimento e também porque a federação disponibiliza em sua página na Internet um amplo material sobre a certificação participativa, bem como relatórios dos principais eventos realizados e que contaram com a presença da Rede Ecovida.

Participou-se, portanto, na condição de observador, em 6 eventos: VII Encontro Ampliado da Rede Ecovida, realizado em novembro de 2009; em um encontro do núcleo Planalto (RS), realizado em janeiro de 2010; em uma assembléia da cooperativa Cooperafloresta, realizada em julho de 2010; VII Encontro do Movimento Agroecológico Latino-americano, realizado em agosto de 2010; em uma reunião da coordenação da Articulação Nacional de Agroecologia, realizada em novembro/dezembro de 2010; na festa Regional das Sementes, realizada em Realeza (PR) em agosto de 2011. Além destes eventos, o autor deste trabalho também acompanhou agricultores e feiras ecológicas do núcleo Sudoeste do Paraná.

Na quarta fase da pesquisa foram desenvolvidas oito novas entrevistas, sendo sete com membros da Rede Ecovida e um do Maela, no sentido de elucidar novas questões sobre o processo pedagógico. As fases anteriores contribuíram para levantar este tipo de informação, no entanto, pelo fato do problema de pesquisa não se encontrar adequadamente formulado alguns aspectos deixaram de ser observados. Além de se realizar novas entrevistas com base em questões específicas, procurou-se coletar novos materiais e também observar as práticas desenvolvidas pela Rede Ecovida e seus membros, particularmente sobre o sentido pedagógico destas práticas.

Para responder aos objetivos da pesquisa, foram consultados:

- Os materiais (artigos, cartilhas e outros documentos de divulgação) produzidos e disponibilizados na página da própria Rede, das ONG's que a compõem, da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), do Movimento Agroecológico Latino-americano (Maela) e da Federação internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), de instituições que compõem a ANA e outros sites na Internet.
- Consulta a trabalhos acadêmicos realizados sobre a Rede Ecovida e seus membros disponíveis no site das universidades brasileiras e em outros sites na Internet;

- Consulta ao relatório, questionários e arquivos de áudio realizados pelo grupo de pesquisa em sete núcleos da Rede Ecovida, totalizando 40 entrevistas com coordenadores, técnicos e agricultores que possuem níveis diferenciados de envolvimento com as atividades da Rede;
- Consulta ao levantamento realizado pelo grupo de pesquisa sobre os núcleos da Rede;
- Consulta às anotações do Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, realizado em novembro de 2009 em Ipê (RS);
- Consulta às anotações da Plenária de Núcleos da Rede Ecovida realizada em março de 2010 em Guarapuava (PR);
- Consulta ao relatório que resultou da participação na Assembléia Geral do Maela, realizado em agosto de 2010, em Assunção, Paraguai;
- Consulta ao relatório que resultou da participação na reunião da Articulação Nacional de Agroecologia, realizado nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 2010, no Rio de Janeiro.
- Entrevistas realizadas com informantes-chave (coordenadores e ex-coordenadores da Rede Ecovida e do Maela).

As informações colhidas para a pesquisa foram analisadas considerando o método exposto. É importante considerar que o problema de pesquisa tal como apresentado foi uma construção que levou um longo tempo. Isso porque o objeto de pesquisa não é uma coisa dada que se apresenta ao pesquisador, mas que necessita ser construído na relação entre a teoria e a experiência. Além disto, procurou-se compreender o objeto em sua totalidade.

Na seção a seguir se apresenta o sistema agroalimentar voltado ao mercado e o lugar dos pequenos produtores e da produção agroecológica. Essa análise é importante porque a Rede Ecovida de Agroecologia desenvolve sua prática educativa a partir de pequenos agricultores que produzem alimentos ecológicos para o consumo e para o mercado. O capítulo permitirá compreender o sistema agroalimentar e as contradições nele encontradas.

2 O SISTEMA AGROALIMENTAR ATUAL VOLTADO AO MERCADO E O LUGAR DOS PEQUENOS PRODUTORES E DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Este capítulo apresentará a situação atual do setor agroalimentar, que é onde a Rede Ecovida localiza sua prática educativa e a partir de onde se organiza politicamente. Além de apresentar a referida situação, procura-se também apresentar como a Rede interpreta a realidade material do setor aonde atua: sobre o desenvolvimento do setor e os processos que guiam este desenvolvimento, sobre o papel das tecnologias, sobre o papel das políticas e o caráter do Estado etc.

2.1 A PRETEXTO DE UMA CRISE ALIMENTAR

A alta mundial dos preços; diversas manifestações contra a fome ocorridas a partir de fevereiro de 2008; a limitação das exportações de trigo pela Argentina e de arroz pelo Brasil e uma possível limitação do consumo de arroz nos Estados Unidos foram algumas evidências da existência de uma crise alimentar em 2008, cujas manifestações se prolongam até os dias atuais. Diferentemente das análises que consideram a crise como algo momentâneo, neste trabalho e na análise do grupo de pesquisa do doutorado, trata-se de uma crise estrutural, ou seja, que é parte da lógica do sistema do capital.

De acordo com Magdof & Tokar (2010, p. 10-11), a extraordinária alta dos preços dos alimentos em 2008, alterando a tendência de baixa verificada ao longo de décadas, foi liderada pelos seguintes fatores:

- Estabilização da oferta mundial de alimentos, a partir dos anos 80, tanto para alimentos quanto para animais, e um decréscimo dos estoques mundiais nos anos anteriores à 2008;
- Incremento do uso de milho e soja para a produção de carne, com a duplicação do consumo per capita mundial de carne entre 1960 e 2007. Noventa e cinco por cento das calorias são perdidas neste processo de transformação de grãos e soja em carne;

- decréscimo da produção de alimentos associados com a adoção de políticas, pelos países pobres, orientadas sob o paradigma neoliberal do “livre mercado” para a produção e a distribuição, incrementando a vulnerabilidade internacional pela necessidade destes países importarem alimentos;
- ampla “descamponização”, parcialmente causadas pelas reformas neoliberais, como parte dos ajustes estruturais indicados pelo FMI, que forçaram que pequenos produtores ficassem sem terras e fossem residir em favelas, onde um sexto da humanidade vive atualmente;
- incremento da concentração de propriedade ou controle das empresas em todos os aspectos da produção, desde sementes, pesticidas e fertilizantes até o processamento e o varejo;
- recentes causas da crise estão relacionadas com o amplo uso de milho, soja e óleo de palma na produção de agrocombustíveis. Cerca de um terço de toda a produção de milho dos Estados Unidos em 2008 foi destinada à produção de etanol para combustão de automóveis;
- em 2008 houve grandes quebras de safra, quando o arroz e o trigo foram devastados pela seca;
- adicionalmente, houve uma especulação financeira sem precedentes no mundo das commodities, forçando a alta dos preços (MAGDOF & TOKAR, 2010, p. 10-11).

Magdof e Tokar (2010, p. 14-15) indicam que muitas tendências apresentadas no *“Monthly Review Press Book”* em *“Hungry for Profit: the agribusiness threat to farmers, food and Environment”* (2000) continuam válidas nos dias de hoje:

- a disrupção no ciclo dos nutrientes com o crescimento do capitalismo sobre a agricultura iniciado no século 19 e na direção da larga-escala, promovendo facilidades na produção animal no século 20;
- danos ecológicos causados pela química, combustíveis fósseis pelas práticas agrícolas intensivas;
- grande e extensiva consolidação vertical e horizontal na entrada e no processamento dos setores do sistema agroalimentar;
- produtores incrementam trabalho e trabalhadores para o agronegócio, frequentemente sobre contrato de integração na produção de carnes para as corporações;

- a relação das sementes geneticamente modificadas na consolidação do controle das corporações sobre as práticas agrícolas em geral;
- dificuldades encontradas pelos países do terceiro mundo em disposições da OMC;
- migrações em massa de camponeses do terceiro mundo para favelas urbanas, onde encontram poucos empregos disponíveis;
- a extensão da fome em meio a abundância nos Estados Unidos, com muitas organizações contra a fome se concentrando nas consequências imediatas, deixando a questão mais profunda da pobreza sem solução;
- a importância da reforma agrária e de eliminar ou reduzir a dependência comercial de pesticidas e fertilizantes;
- a emergência de organizações nos EUA e no mundo que não estão satisfeitos com o sistema e estão trabalhando para desenvolver novas soluções para alimentação das comunidades e proteção da terra.

Os aspectos acima relacionados permitem afirmar que a crise alimentar não se resume a um fato conjuntural, já que amplas transformações ocorreram no setor nos últimos anos. Além destes fatores ainda há outros que indicam limites das formas atuais de produção de alimentos no mundo. O estudo de Michael (2007) revelou que o processo de industrialização dos alimentos vem provocando o uso excessivo de sal, açúcar e gorduras vegetais como conservantes, para realçar o sabor ou como dispersantes. Para o autor, o conceito do que é alimento foi modificado radicalmente com a industrialização. O alto nível de consumo destes elementos através dos alimentos industrializados contribui para provocar a obesidade e as doenças cardiovasculares, além de diversas outras.

Os alimentos agroecológicos têm sido incentivados em função dos riscos resultantes do consumo de alimentos cultivados com o uso de agrotóxicos e industrializados. A Rede Ecovida utiliza destas informações com vistas a divulgar o trabalho que desenvolve e a ajudar os agricultores a ela associados na comercialização de seus produtos. No entanto, se de um lado o aumento do consumo de alimentos agroecológicos aparece como resposta aos problemas decorrentes da produção convencional e industrializada, por outro lado a indústria goza de amplo domínio sobre as informações recebidas pelos consumidores acerca da alimentação. Com o espaço que possui nos meios de comunicação consegue

manter e ampliar o volume o número de produtos industrializados. Esse papel determinante da indústria será analisado a seguir.

2.2 O PAPEL DETERMINANTE DA INDÚSTRIA E A INFLUÊNCIA CRESCENTE DO GRANDE VAREJO NA INTENSIFICAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A concentração e a centralização dos meios de produção e da própria produção em um número cada vez menor de proprietários é uma característica do sistema capitalista. O setor agroalimentar segue, apesar de algumas particularidades, a dinâmica em curso na economia no conjunto dos setores econômicos, o que se evidencia, por um lado, pelo crescimento do valor e da participação das vendas das principais agroindústrias no mercado nacional e internacional e do crescimento das vendas e da participação do grande varejo ou hipermercados. Por outro lado, na fase agrícola da produção, a concentração também ocorre, principalmente entre as atividades em que a produtividade do trabalho se eleva mais rapidamente, via mecanização, e nas atividades que são menos dependentes do uso do solo para ampliação da produção, como é o caso da produção animal em sistemas de confinamento. Apesar da existência de algumas políticas específicas para os pequenos produtores, as políticas desenvolvidas no País nos últimos anos tiveram como objetivo principal consolidar a produção destinada às exportações, através do crédito subsidiado para produtores e indústrias e isenções fiscais.

Em virtude da divisão do trabalho, a agricultura tende a perder participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos anos, conforme já descrevera Kautsky (1899). Isso porque a separação/especialização das etapas do trabalho permite que se produzam novas mercadorias e serviços e em maiores quantidades. Na agricultura, uma parte do trabalho que era realizada pelos agricultores passa a ser realizada em outros setores (indústria ou serviços). As conseqüências desse processo, no que se refere à concentração dos meios de produção e renda e do nível de emprego, são diversas.

Na agricultura, as máquinas, os insumos e as novas técnicas de produção elevam a produtividade do trabalho, permitindo que um número cada vez menor de pessoas produzam a mesma (ou maior) quantidade de mercadorias, como acontece no caso da suinocultura no Brasil. Nos últimos anos, embora a produção tenha se elevado, houve redução no número de produtores de suínos, por exemplo. Isso não significa que em outros setores do “agronegócio da suinocultura” o número de empregos não tenha se mantido (ou aumentado), mas na agricultura diminuiu, mesmo em um sistema em que predomina a chamada produção familiar.

O agro brasileiro se afirmou, a partir de meados dos anos 90, como o setor responsável por garantir saldos positivos na balança comercial do País, garantindo que outros setores da economia pudessem importar e também assegurar o capital externo e suas remessas aos países de origem. Sendo assim, um conjunto de iniciativas públicas foi desenvolvido para garantir a ampliação das exportações brasileiras de produtos agrícolas, como a isenção de ICMS pela Lei Kandir, a elevação do crédito rural com juros controlados, a retomada de alguns instrumentos de política de apoio à comercialização, constantes renegociações de dívidas agrícolas, dentre outros.

Desta forma, a última década ficou marcada por um rápido aumento do volume produzido, praticamente dobrando entre os produtos de exportação mais importantes, viabilizado também por certa ampliação do consumo interno, como é o caso do frango. No período entre os dois últimos censos agropecuários (1996/2006), o saldo da balança comercial do agronegócio passou de aproximadamente US\$ 9 bilhões para US\$ 35 bilhões (JANK et al, 2007), e o consumo per capita de alguns produtos elevou-se bastante, embora de outros tenha se reduzido.

Nesse mesmo período houve, beneficiadas pelo processo de abertura comercial e de retirada dos estados nacionais do papel de reguladores de estoques, um processo mundial de concentração e centralização agroindustrial, através de fusões e aquisições, formando grandes empresas que passaram a controlar setores inteiros ou ramos de cadeias produtivas. Em virtude de responder por um alto percentual da produção ou da comercialização total de certos produtos, ou até mesmo monopolizar, estas empresas conseguem exercer um grande controle dos processos produtivos adotados na agricultura. Esse é o caso de grandes agroindústrias e de hipermercados que estabelecem preços, exigem padrões de

qualidade, forjam o consumo de novos produtos através do *marketing*, etc., e de indústrias de insumos agrícolas que praticamente monopolizam a oferta destes insumos ou, ainda, de *traders* que controlam o comércio mundial de grãos. Como gigantes do setor, estas empresas acabaram contribuindo também para recolocar o País no comércio mundial e promover o aumento e a concentração da produção agropecuária.

Embora aqui se trate do processo de concentração no setor agroalimentar brasileiro, de acordo com Gomes (2008), a concentração e a centralização de capitais são manifestações presentes no sistema do capital. Desse processo resulta também na concentração e centralização dos sistemas agroindustriais e do varejo, mas também, embora mediante distintas dinâmicas, na fase agrícola da produção. O processo de concentração e centralização pode ser verificado através das listas anuais do valor de mercado e de vendas destas empresas divulgadas por revistas especializadas, a exemplo da “*Financial Times Global 500*”. O crescimento destas empresas costuma se encontrar bem acima do crescimento da economia mundial. O valor de mercado das empresas do Global 500 (500 maiores empresas do mundo) aumentou 50 por cento entre 2009 e 2010, passando de 15,617 trilhões para US\$ 23,5 trilhões (FINANCIAL TIMES, 2011). Embora estas empresas atuem em diversos setores da economia, é importante destacar que, como objetivo principal é a obtenção de lucros, elas não se restringem ao setor de atuação de origem, mas procuram diversificar os investimentos. A elevação dos agrocombustíveis ao *status* de energia limpa, contribuiu para que muitas empresas de diversos outros setores passassem a investir na produção de cana-de-açúcar e soja, por exemplo.

2.2.1 A Agroindústria e o Grande Varejo no Brasil

Nos sistemas agroindustriais a concentração produtiva se verifica através da ampliação do controle da produção por parte das grandes empresas na maioria das atividades econômicas. As empresas mais importantes, que possuem atuação mundial, embora possam concentrar a produção em alguns locais, utilizam-se de aquisições e fusões para se fortalecerem, fazer frente à concorrência e controlar o mercado.

Acompanhando esse processo, vem ocorrendo no Brasil, a partir do início e meados dos anos 90, um processo de concentração do poder de controle do setor por um pequeno número de grandes indústrias nacionais e transnacionais. Inseridas no mercado mundial, essas empresas realocam suas unidades produtivas com vistas a obter os menores custos de produção possíveis. Trata-se de um processo que levou também à junção de empresas que atuavam em setores distintos da economia, como na agricultura e na indústria farmacêutica:

O primeiro movimento de aquisições aconteceu - segundo consta no relatório de pesquisa intitulado Inovações Biotecnológicas e a Indústria de Sementes, coordenado por José Maia Silveira - por três principais motivos: empresas farmacêuticas procuravam diversificar seus negócios; empresas baseadas no comércio de *commodities* procuraram diversificar suas atividades e usavam a indústria de sementes como fonte de informação para sua atividade principal; e empresas agroquímicas viram possibilidades de crescimento com a biotecnologia. Com isso, surgiram as primeiras grandes empresas como a Cargill, a Ciba-Geigy, a ICI, a Dekalb, a Rhône Poulenc, a Sandoz e a Upjohn. O segundo, que acontece a partir de 1994, é ainda mais radical do que o outro movimento e leva à formação de grupos de empresas ainda maiores. Nessa etapa, consolidam-se os oito maiores grupos de empresas na área de sementes. Entre elas está a Monsanto, que adquire 34 outras empresas, a Aventis, que adquire 18, a DowAgro Science, que adquire 13, e a Syngenta, formada pela união da Novartis (que adquiriu 18 empresas) e da AstraZeneca (formada pela junção de mais 13 empresas). Entre essas companhias produtoras de sementes que foram objeto de aquisição estão algumas brasileiras. A Monsanto adquiriu cinco empresas brasileiras - entre elas a Agrocere, maior empresa de capital nacional privado do setor -, a DowAgro Science, cinco e a Aventis, quatro (COMCIENCIA, 2002).

Essas empresas possuem unidades ou subsidiárias em diversos países, permitindo-lhes facilidades para a inserção de seus produtos no mercado mundial, bem como para a redefinição dos locais de produção economicamente mais vantajosos. Em virtude do poder econômico que possuem, conseguem influenciar a política econômica de muitos países, como o que vem acontecendo em relação à soja e o milho transgênicos, em que a Monsanto jogou muitos esforços para garantir a liberação do uso da tecnologia por ela produzida.

Se de um lado tem aumentado a concentração e o controle do setor por um pequeno número de grandes agroindústrias, de outro lado, tem aumentado a concentração do setor varejista através das redes de hipermercados (Wal-Mart, Carrefour etc). Essa concentração do setor varejista acontece também em outros setores, não somente nos alimentos. Atualmente, no Brasil, aproximadamente 50% dos alimentos consumidos no país são comercializados através dessas grandes

redes de supermercados, cuja participação vem crescendo ano a ano. Em diversos países esse percentual é ainda maior e nos Estados Unidos chega à 90%. Para Wilkinson (2002):

(...) houve uma internacionalização paralela do varejo, liderada pelos gigantes europeus – Carrefour, Metro, Ahold – mas seguida de perto pela Wal-Mart, que se acelerou acentuadamente nos anos 1990. A Wal-Mart talvez seja um caso especial, dada a importância de itens não alimentares, mas as empresas líderes do varejo, acima mencionadas, estão começando a superar suas congêneres na indústria alimentar. Os 10 maiores varejistas tinham um faturamento médio de US\$ 45 bilhões, em 2000, contra US\$ 23 bilhões para o setor alimentar e de bebidas. A concentração no varejo avança em forma frenética e previsões apontam para uma redução ainda maior no número de atores globais. Nos países recém-industrializados e em desenvolvimento, os atores globais de varejo precisam, em primeiro lugar, se impor, promovendo o domínio do modelo de supermercado, para em seguida confrontar competidores nacionais e regionais. Uma vez consolidados, eles começam a exercer uma pressão nos líderes da indústria alimentar similar àquela exercida nos países industrializados (WILKINSON, 2002, p. 154-155).

Devido à importância econômica dessas grandes redes varejistas em termos de participação no volume global de alimentos comercializados diretamente aos consumidores, elas têm ampliado seus lucros em relação aos lucros totais da cadeia e obrigam os setores à jusante se ajustarem às suas demandas, tanto no que se refere à escala quanto ao tipo e aos processos utilizados na produção e na industrialização. Fica claro, portanto, a capacidade de controle por parte das grandes agroindústrias e, cada vez mais, por parte das grandes redes varejistas. No entanto, mesmo considerando o discurso atual de que tudo teria que se ajustar às necessidades e os desejos dos consumidores, o que isso pode significar para modificar o padrão de consumo⁸ é uma questão complexa. Para Oliveira (2008):

⁸ (...) “novos conhecimentos sobre as vantagens para a saúde de certos produtos tradicionais podem levar categorias inteiras de produtos a assumir o *status* de produtos substitutos dos alimentos funcionais. Isto parece ser uma estratégia atualmente adotada por empresas líderes fortemente identificadas com cadeias de commodities agora associadas a vantagens específicas para a saúde. Os principais exemplos neste caso seriam: a Quaker e seus produtos de aveia para reduzir colesterol, a Heinz e o licopeno nos tomates contra câncer e a General Mills e os grãos integrais contra doenças de coração. Estamos aqui lidando com uma reivindicação geral para toda uma gama de produtos que dá vantagens comparativas a certas firmas em seus mercados tradicionais. De fato, as diferentes respostas dos líderes da indústria alimentar podem ser relacionadas com o impacto da ciência nutricional na imagem de saúde de seus produtos principais. À medida que novos conhecimentos reposicionarem as cadeias tradicionais de commodities negativa ou positivamente em relação aos atuais valores nutricionais, as empresas líderes adotarão estratégias de marketing e de desenvolvimento de produto baseadas em reivindicações de qualidades específicas ou gerais dos alimentos para a saúde. Contudo, tomando em consideração a pressão para uma segmentação contínua do mercado, é provável que, a médio ou longo prazo, as empresas que foram forçadas a

(...) Empresas que se localizam nos Estados Unidos ou Europa instalam-se ou transferem suas plantas para o Brasil para poder produzir a um custo inferior ao que produziria nestes países e exportar sua produção para seus novos mercados. Isso vem ocorrendo nos setores de leite, atualmente comandado por empresas mundiais (Parmalat – Itália, Nestlé – Suíça, Danone – França); carnes, comandadas, entre outras, pela francesa Doux ou pela ítalo-argentina Chapecó; café, cuja dinâmica hoje é dada pelas norte-americanas Kraft Foods, Sara Lee e StarBucks, pela suíça Nestlé e pela alemã/israelense EliteStrauss; soja, pelas norte-americanas Bunge, Cargill e ADM e pela francesa Louis Dreyfus e fumo, pela Souza Cruz, controlada pela britânica BAT – *British American Tobacco* e pela norte-americana Philip Morris (OLIVEIRA, 2008, p. 31-32).

Nos dois últimos anos, no Brasil, as operações mais importantes foram a fusão entre a Sadia e a Perdigão, que resultou na constituição da *Brasil Foods*. De acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) “nos mercados de peru temperado congelado, chester e tender de frango a concentração entre a Sadia e a Perdigão atinge entre 80% e 90%. Em carnes processadas para consumo a frio o domínio seria de 90% a 100%. Em lasanhas e pratos prontos congelados esse patamar seria de 80% a 90%. Em pizzas congeladas o domínio de mercado da Sadia e da Perdigão ficaria entre 60% e 70%. Em hamburgueres e carne bovina e de frango congeladas seria de 70% a 80%” (VALOR ECONÔMICO 2011 *apud* MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2011). Além dessa fusão, destacou-se a consolidação do grupo JBS/Friboi a partir da aquisição da norte-americana *Swift*, tornando-se a maior empresa mundial do setor de carne bovina.

No varejo, as principais transações foram as aquisições/fusões entre o Grupo Pão-de-Açúcar (maior do varejo de alimentos), o Ponto Frio e as Casas Bahia (maior do varejo de eletroeletrônicos), como forma de fazer frente à expansão do norte-americano Wal Mart e do francês Carrefour, que também figuravam, junto com o Pão-de-Açúcar, na lista das três maiores redes de hipermercados em atuação no País. O *Wal Mart* e o *Carrefour* se encontravam em expansão no País através da aquisição de diversas outras redes de supermercados e hipermercados, o que poderia tornar uma ameaça às empresas brasileiras, já que os primeiros possuem atuação mundial e valor de vendas e mercado muito superiores. Atualmente, em

termos de valor de vendas, o Wal Mart é a maior empresa do mundo, faturando U\$ 421 bilhões em 2010 e empregando 2,1 milhões de trabalhadores.

A Wal-Mart é a empresa no mundo com maior volume de vendas anual, cifrando-se em 2010 nos 421 mil milhões [bilhões] de dólares e tem uma capitalização bolsista de cerca 185 mil milhões [bilhões]. Ela domina o mercado do retalho [varejo] americano e encontra-se em expansão internacional acelerada. A sua grande dimensão em comparação com os seus concorrentes atribui-lhe vantagens competitivas na definição da sua estrutura de custos, desde termos mais favoráveis nos produtos que adquire para colocar nas suas prateleiras, como também nos custos dos alugueres de longo prazo de lojas, e acordos de distribuição (ROQUE & VIEIRA, 2011).

No âmbito do segmento industrial, também ocorre a concentração dos sub-setores sementes, fertilizantes e agrotóxicos. O setor é controlado basicamente por empresas estrangeiras que passaram a adquirir empresas nacionais a partir do início dos anos 90, a exemplo da Monsanto. Nos anos seguintes novas aquisições foram realizadas. Cargill, Bunge e ADM respondem, no Brasil, pela venda de fertilizantes, a aquisição da safra de grãos (diretamente dos grandes produtores do Centro-Oeste e indiretamente dos pequenos e médios produtores, através das cooperativas e empresas cerealistas), pela produção de óleos vegetais e pela exportação de grãos, fazendo parte de um grupo reduzido de empresas que controlam o setor agroalimentar mundial. Atualmente o controle do setor agroalimentar é exercido por um número reduzido de empresas:

Existem no mundo cerca de 40 grandes empresas transnacionais com sede nos Estados Unidos e na Europa, que subordinando outras empresas medianas, controlam toda a produção e o comércio agrícola do mundo. Entre elas destacam-se: BUNGE, MONSANTO, CARGILL, CONTINENTAL GRAIN, ADM (Archer Daniels Midland), DREYFUS, QUARKER OATS, Unilever, Nestlé, Sygenta, Bayer, Basf, Coca-cola, Pepsi-cola, Banisco, Kellogg, Ralston Purina, Philip Morris, British American Tobacco, Protec & Gamble, Parmalat, Danone, CONAGRA, Noble Group, Marubeni, Dupont. Essas empresas controlam os insumos agrícolas (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, e também o comércio da produção agrícola no mundo). Entre as empresas de fertilizantes químicos também houve um processo de concentração e centralização. Ou seja, parte das empresas do comércio agrícola também passou a controlar a produção de fertilizantes. As maiores empresas de fertilizantes são: Potash corp., Yara (Noruega) Sinochem, Mosaic, ICL (Israel) K + S (Alemanha) Bunge, Cargill (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2008).

No âmbito deste processo e estimuladas pelo papel que os produtos alimentares e outras *commodities* ocupam na balança comercial brasileira, algumas empresas brasileiras se consolidaram nacionalmente e internacionalmente. Esse é o caso das agroindústrias de carnes que se beneficiaram com as isenções de impostos à exportação, instrumentos de políticas agrícolas, disponibilidade de recursos naturais e custo mais baixo da força de trabalho. O mesmo processo também ocorreu em outras atividades, como na fumicultura. De uma forma geral estas agroindústrias realizam a contratualização com pequenos produtores, do qual se beneficiam, mas há uma tendência, em função da busca por parte destas empresas em reduzir os custos operacionais, em concentrar a produção entre produtores cada vez maiores, o que acaba por promover o trabalho assalariado.

A agricultura brasileira de pequena escala tem garantido uma maior competitividade nas exportações brasileiras de fumo, aves, suínos e outros produtos. No entanto, isso tem contribuído também para gerar uma maior competitividade às grandes indústrias desses setores, que tem aumentado a produção no país com vistas a atender, em grande parte, as exportações. Uma análise dos resultados econômicos do “ranking das 500 maiores empresas do agronegócio” do anuário 2007/08 da Revista Exame, permite concluir que a Souza Cruz, por exemplo, cuja produção de fumo é produzida totalmente de forma contratualizada com AF’s, apresentou o 3º maior lucro do setor em 2006, uma das maiores rentabilidades/ taxa de lucro (atrás somente de algumas usinas de álcool) e um dos mais altos valores de venda (240%) em relação ao patrimônio líquido (REVISTA EXAME, 2007). Isso porque essas empresas não necessitam imobilizar recursos com a aquisição de terras e nem investir em capital na produção, mesmo que pequeno; não necessitam pagar direitos trabalhistas e horas-extras, pois o trabalho na produção segue os ciclos naturais, não a jornada de trabalho. Além disso, há uma vantagem técnica em terceirizar e pulverizar territorialmente a produção, pois isso permite reduzir os riscos de contaminação sanitária. Em função disso o Brasil ampliou bastante a produção e a exportação dos três produtos acima citados a partir do início dos anos 90. No entanto, em virtude de diferentes evoluções da produtividade do trabalho, o número de produtores de fumo aumentou, enquanto que o de suinocultores e de avicultores caiu praticamente à metade.

Dentre as atividades em que a integração é mais importante, há aproximadamente 193 mil agricultores integrados na fumicultura (AFUBRA, 2007), aproximadamente 80 mil na avicultura e na suinocultura e em torno de 300 mil na produção de leite (incluindo a integração parcial). Por outro lado, entretanto, o aumento da importância decorre para além do aumento do número de integrados, como é o caso do aumento da escala de produção exigida dos integrados produtores de leite e carne, por exemplo. Os agricultores respondem às demandas das empresas com trabalho e um pequeno capital próprios⁹. As empresas determinam a quantidade a ser produzida, o volume e o tempo de produção e as tecnologias que são utilizadas.

Em função da participação que possuem no controle do mercado, o grande varejo passou a ocupar um papel importante na definição das formas de produzir, obrigando inclusive as agroindústrias a se ajustarem às metas que estabelecem e, ainda muito mais, aos agricultores que lá comercializam seus produtos diretamente, particularmente hortaliças e frutíferas. Esse é o caso de uma parte dos agricultores que participam da Rede Ecovida de Agroecologia, cuja concentração da produção também ocorre, mesmo que mediante distintas dinâmicas.

2.2.2 Dinâmicas de Concentração na Agropecuária

Na agricultura, ao que se pode considerar como um sub-setor do setor agroalimentar, os processos de concentração também ocorrem, no entanto, através de dinâmicas distintas. Dentre as atividades que pouco necessitam da terra como base de produção, como é o caso da produção animal confinada, o processo segue de forma mais rápida, já que, dentre outras coisas, não necessita imobilizar capital com a aquisição de terras para ampliar a produção e pelo processo de integração privilegiar a concentração para reduzir seus custos operacionais. Já nas atividades que necessitam do solo como base da ampliação da produção, o processo de

⁹ De acordo com Ferreira (1995), “a tipologia estabelecida por MIGHELL e JONES (1963) foi utilizada por quase todos os autores que estudaram a agricultura contratual. Ali se distinguem três níveis de transferência de funções produtivas e de gestão da agricultura para a agroindústria: a) contratos de compra e venda; b) contratos de transferência parcial; c) contratos de transferência plena” (FERREIRA, 1995, p. 88).

concentração é um pouco mais lento. Também, neste caso, encontram-se atividades que não são totalmente integradas às agroindústrias.

Em que pesem as políticas específicas que propunham o contrário, a produção agrícola propriamente dita também segue em processos de concentração, embora, como já se mencionou, sob dinâmicas distintas. Dentre os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil em 2006, conforme o censo agropecuário (IBGE, 2010), pouco mais de 22 mil respondia por mais da metade do valor bruto da produção, de acordo com Alves & Rocha (2010). Ou seja, embora o número de estabelecimentos seja elevado, a concentração da produção continua ocorrendo. Em algumas atividades econômicas a produção, em função de razões históricas, já se iniciou grande, como na produção de laranja e cana-de-açúcar no Sudeste ou da soja no Centro-Oeste. Dentre as demais atividades, em algumas a produtividade do trabalho se elevou mais, o que vem favorecendo a concentração. Este é o caso das atividades animais confinadas, como é a avicultura e a suinocultura, cuja tendência passa a se estender à bovinocultura de leite também. Nestas atividades as escalas de produção vêm se elevando, provocando a redução de produtores e a concentração dos produtores. Noutras, a produtividade do trabalho se elevou pouco, como é o caso da fumicultura, por exemplo, e a concentração produtiva ocorreu pouco, embora o controle industrial seja muito concentrado.

Considera-se, de início, que a produção agropecuária brasileira é realizada principalmente por produtores (pequenos ou grandes), que em sua maioria não pagam arrendamento, ou seja, dispõem de área de terras próprias (herdadas, compradas ou posse). Não que não ocorra arrendamento, no entanto, ele não é predominante, apesar de indicações de que possa vir a adquirir importância através da constituição de grandes grupos de investimento, particularmente na soja e cana-de-açúcar.

No Brasil é pouco comum encontrar a separação clássica entre proprietários fundiários e capitalistas, já que ele se encontra fundido na mesma figura do proprietário fundiário-capitalista, embora essa separação ocorra na vizinha Argentina, por exemplo. Diante disto, pode-se afirmar que a produção agropecuária brasileira é realizada predominantemente por produtores que, além da necessidade de investir em capital constante e variável, também necessitam dispor da

propriedade de terras que, embora inicialmente não seja capital, ao final das contas acaba por se converter nele.

O grau de concentração das atividades agropecuárias e florestais, particularmente daquelas mais extensivas no uso da terra, desenvolve-se a partir de uma estrutura agrária de origem sob a qual passa a se assentar, posteriormente, o uso tipicamente capitalista. Em cada região do País, verificam-se distintas formas de combinação entre pequenas e grandes propriedades fundiárias, variando entre o predomínio de pequenos, passando pela combinação entre pequenos e grandes, até o predomínio ou até mesmo a exclusividade de grandes. O grau de concentração original é dado pelas condições históricas da ocupação e da posterior apropriação privada das terras de cada lugar, das disputas locais ocorridas em função da afirmação do tipo predominante da propriedade privada da terra (tornando-a mais ou menos concentrada) e do próprio processo de desenvolvimento capitalista que tende a viabilizar alguns e inviabilizar outros enquanto proprietários dos meios de produção, resultando em concentração. Essas questões históricas são relativamente bem tratadas pela literatura disponível. Nesse sentido, “Os camponeses e a política no Brasil” (1981), de José de Souza Martins, é uma das mais importantes obras de referência.

No Brasil colonial, embora sob o predomínio da grande propriedade fundiária, desenvolveu-se um campesinato, nos interstícios da grande propriedade, que a servia com a prestação de serviços. Em uma segunda etapa, a partir de 1824, alemães e italianos passaram a ingressar no País sob o incentivo governamental. No Sul eles se tornaram pequenos proprietários que passaram a se dirigir, assim que não havia mais área disponível para seus filhos, em direção ao Centro-Oeste do País, onde se tornaram grandes proprietários fundiários e promoveram outra estrutura fundiária naquela região. Os que se dirigiram ao Sudeste se desenvolveram no regime de colonato e como forma auxiliar ao desenvolvimento da grande propriedade, o que alimentou a idéia de que o País, em função das similitudes, teria passado por um regime feudal ou semi-feudal. Mais tarde estes colonos e seus filhos passariam a se constituir, juntamente com os migrantes nordestinos, na população que constituiria os grandes centros urbanos do país (São Paulo e Rio de Janeiro).

A literatura disponível é menos abundante no que se refere ao processo que resultou, já de início, em uma estrutura de produção bastante concentrada nas atividades e em que não são totalmente mecanizadas ou pelo menos são bastante dependentes do trabalho manual direto em sua fase agropecuária (o trabalho manual está presente em outras fases, na fabricação dos meios de produção, como máquinas e insumos). Esse é o caso, por exemplo, da produção florestal e de laranja. A concentração de terras que permitiu a constituição de grandes áreas atualmente pertencentes às grandes empresas madeireiras e de papel e celulose resultou da disputa com camponeses que foram derrotados por meio da força física e jurídica, permitindo que estas empresas no início explorassem a floresta natural existente e mais tarde, sob subsídios públicos, implantassem florestas cultivadas no lugar daquelas que foram postas a baixo e comercializadas. Um dos poucos lugares que este intento não foi possível de se consumir foi na região Sudoeste do Paraná, já que, em função da extrema crueldade a que os camponeses foram submetidos, resultou em uma revolta popular que se tornou vitoriosa.

Diferentemente destes dois exemplos, a atividade canavieira se inicia em um período anterior, ainda na época colonial, e inicia com grandes extensões em função de condições históricas já bem conhecidas e que limitaram o acesso à terra e ao comércio mundial a um grupo restrito de produtores que pertenciam ou mantinham relações com a colônia portuguesa. No entanto, atualmente, esta atividade está passando por importantes modificações com a introdução da colheita mecanizada, mas mantém a estrutura fundiária concentrada. A produção de café, por sua vez, embora introduzida como atividade de exportação e produzida por grandes proprietários, passou, em função das crises que encontrou, particularmente a partir da quebra de 1929, a se desenvolver também no âmbito dos pequenos proprietários. De outro lado, a produção de algodão, que se reduziu a níveis extremamente baixos a partir da abertura comercial realizada a partir do início dos anos 90, voltou a ser produzida, a partir do final da mesma década, entre os grandes proprietários do Centro-Oeste do País, viabilizado pela mecanização da colheita, incentivos fiscais e a mecanização da colheita.

Atividades intensivas *versus* extensivas quanto ao uso da terra

A necessidade de se dispor de terras para a produção agropecuária é bastante variável, ao que se pode considerar que algumas atividades são intensivas e outras são extensivas quanto ao seu uso. Na produção de grãos, por exemplo, o uso é extensivo, pois há uma relação bastante direta entre a ampliação da produção e da área necessária para tal ampliação. Embora a elevação ou redução da produtividade do solo possa alterar um pouco esta equação, através do uso de fertilizantes, de forma geral ela continua válida. Neste caso, a produção é bastante dependente da necessidade de solos férteis, o que também possibilita a renda fundiária diferencial, e o solo é a condição básica para a produção.

Já na produção animal em sistema de confinamento, o solo é meramente um local para a construção e a instalação dos galpões e que independe da fertilidade original. Como de uma forma geral os produtores dispõem de uma área de terra bem superior àquela necessária para a instalação dos galpões, onde desenvolvem outras atividades produtivas ou simplesmente não utilizam, se houver necessidades de ampliar o número de galpões, isso poderá ser realizado com bastante facilidade, ou pelo menos a disponibilidade de terreno tende a não ser um problema. Ou se houver necessidades de se adquirir nova área para esta ampliação, o preço pago por esta área tende ser proporcionalmente pequeno em relação ao investimento realizado, pois o preço dos terrenos agrícolas, apesar de uma tendência de elevação e de variar bastante em função da localização e da fertilidade natural, ainda é bem menor do que os terrenos urbanos. No entanto, ainda assim, embora proporcionalmente diferente e também variável em função da localização, no meio urbano isso também tende a ocorrer. (A legislação ambiental em vigor define que o produtor disponha de área suficiente para aplicar os dejetos animais, no entanto, pode também disponibilizar de áreas de terceiros para realizar esta operação, o que, em função de que os produtores agrícolas necessitam fertilizar suas terras em virtude da perda provocada pelos cultivos, acaba por não se constituir uma grande restrição à concentração da produção animal em sistema de confinamento).

No caso da produção de animais em sistema confinado, cabe destacar que há uma separação entre as etapas produtivas (produção de grãos para alimentar os animais e a produção animal propriamente dita), o que permite que a etapa da produção confinada, pelas condições apresentadas, possa se concentrar mais, no

entanto, trata-se de sistemas dependentes entre si, já que o desenvolvimento de uma é condição para o desenvolvimento da outra. Isso ocorre porque a produção confinada é dependente da produção de grãos (soja e milho, principalmente) para que a produção animal possa passar do sistema extensivo ao intensivo.

Outro fator que colabora para que a produção animal passe do sistema extensivo ao intensivo e aumente o grau de concentração é a busca constante, por parte das agroindústrias integradoras, que são o elo dinâmico das cadeias produtivas, já que controlam e determinam a produção, a redução de seus custos operacionais com logística, transporte, assistência técnica. Neste sentido, as agroindústrias privilegiam os produtores maiores, através do pagamento de um preço mais elevado, estabelecem metas para o aumento constante da produção – o que resulta na exclusão dos produtores que não atingem tais metas – privilegiam os produtores localizados nas proximidades da indústria, o que contribui para concentrar geograficamente a produção até o ponto que não venha a interferir no grau de risco sanitário. O privilegiamento, por parte da indústria, para produtores maiores como forma de reduzir os custos operacionais é uma constante na agropecuária, mas ainda mais destacada nas atividades integradas contratualmente à indústria e que implicam na transferência plena da produção e a adoção das formas produtivas definidas pelas indústrias.

Isto dado, pode-se afirmar que nas atividades intensivas no uso da terra, os produtores investem grande parte do capital em bens imóveis (e facilmente reproduzíveis), mas que podem se tornar tecnologicamente defasados muito rapidamente. Nas atividades da pecuária intensiva confinada, por exemplo, segue-se uma lógica muito próxima da industrial, já que, de posse de mais capital, para elevar a produção há necessidades apenas de ampliar as estruturas produtivas, como novos e mais modernos galpões para produção de aves e suínos. Se não houvesse impedimentos sanitários e ambientais, toda a produção nacional poderia ser concentrada por um único produtor em um único local geograficamente contínuo. Marx destaca o caráter específico da propriedade e do preço da terra:

Na pequena agricultura, o preço da terra, forma e resultado da propriedade privada do solo, constitui entrave à produção. Também na agricultura em larga escala e na grande propriedade fundiária explorada pelos métodos capitalistas, a propriedade constitui entrave, pois limita o arrendatário nos investimentos produtivos que em última instância não o beneficiem e sim o dono da terra. Em ambas as formas, em vez de se cultivar consciente e

racionalmente a terra, como propriedade perpétua e coletiva, condição inalienável da existência e da reprodução das gerações que se sucedem, o que existe é a exploração que desperdiça as forças do solo, e, além disso, essa exploração não depende do nível atingido pelo desenvolvimento social, e sim das condições fortuitas e variáveis dos produtores particulares. Isso acontece com a pequena propriedade, por carência de meios e conhecimentos científicos para aplicar a produtividade social do trabalho; com a grande propriedade, em virtude de a exploração desses meios se destinar ao enriquecimento mais rápido possível do arrendatário e do proprietário; e com ambas, por dependerem do preço do mercado. (MARX, 1991, livro III, p. 930).

Com a redução do valor, viabilizada pelo aumento da produtividade média do trabalho, os produtores que não conseguiram efetuar esta redução se vêem obrigados a abandonar a atividade e frequentemente nada ou pouco recebem do capital que investiram na atividade, já que ele é imóvel e rapidamente pode se tornar tecnologicamente defasado. Isto permite que os produtores que seguem na atividade, pois conseguiram reduzir o valor e atingir a reprodução ampliada do capital, façam novos investimentos sem a necessidade de adquirir o capital investido, na forma de terras, galpões, pelos produtores que não atingiram o nível de reprodução ampliada e se viram obrigados a deixar a atividade produtiva (não conseguem ou pouco conseguem reaver o capital investido e são obrigados a buscar novas atividades produtivas ou a abandonar a agricultura). Estas características da produção agropecuária intensiva permite que a concentração da produção possa avançar rapidamente.

Nas atividades agrícolas extensivas, a maior parte do capital se encontra investido em bens móveis (máquinas e equipamentos) e em terras (que, embora seja imóvel, é irreprodutível-monopolizável). Aos produtores que não atingiram o nível de reprodução ampliada do capital, ainda dispõem, caso ainda disponham de suas terras, de possibilidades de se obter ganhos com a renda fundiária ou vender suas terras para terceiros e ainda vender alguns de seus equipamentos e máquinas. Para Marx:

Um dos males específicos da pequena agricultura ligada à propriedade livre da terra decorre de o agricultor desembolsar capital para comprar terra (o mesmo se estende à forma intermediária em que o grande fazendeiro primeiro desembolsa capital para comprar terra (o mesmo se estende à forma intermediária em que o grande fazendeiro primeiro desembolsa capital para comprar a terra, e depois para cultivá-la como seu próprio arrendatário). Com a mobilidade assumida pela terra na condição de mera mercadoria, aumentam as transferências de propriedade, e desse modo em toda geração nova, em toda partilha entre herdeiros, a terra por ele

comprada. O preço da terra constitui aí elemento predominante dos falsos custos de produção individuais ou do preço de custo do produto para o produtor individual. (MARX, 1991, livro III, p. 924).

Há também algumas atividades que, em termos do grau de dependência do uso de terras, localizam-se em um nível intermediário, ao que podemos chamar de atividades semi-extensivas. Este é o caso da produção de hortaliças e frutíferas que, embora necessitem do solo tanto quanto as atividades extensivas, são menos dependentes do solo e algumas delas podem ser desenvolvidas até mesmo sem o uso do solo, como é o caso da hidroponia utilizada para o plantio de algumas espécies olerícolas. Cabe considerar, no entanto, que afora a hidroponia, o grande diferencial no que está se chamando de atividades semi-extensivas está o menor grau de desenvolvimento da produtividade do trabalho em relação às extensivas. De uma forma geral, a produção de olerícolas e frutíferas são baseadas principalmente no trabalho manual, no entanto, algumas atividades são mais mecanizadas, como é o caso da batata inglesa, ou apenas algumas etapas possam ser mecanizadas (pulverização de frutíferas e de olerícolas, arranquio de batata inglesa e cenoura, por exemplo) em detrimento de outras etapas que continuam quase que exclusivamente manuais.

Enquanto atividade pecuária, mas distinta da avicultura e da suinocultura, a bovinocultura de leite se encontra em uma situação intermediária em termos de grau de uso da terra. Inicialmente ela era desenvolvida de forma quase que extensiva, mas atualmente vem crescendo, no Brasil, a produção intensiva ou semi-extensiva, já que os animais podem ser criados em sistemas confinados ou semi-confinados. A bovinocultura de corte, tradicionalmente desenvolvida na forma de pecuária extensiva, por proprietários de grandes extensões de terra, também vem passando por modificações através do desenvolvimento do semi-confinamento, no entanto, a produção não se fraciona e continua concentrada.

A concentração dos meios de produção, portanto, é uma tendência no âmbito do desenvolvimento capitalista, conforme descreveu Marx (1996). Essa tendência é facilmente verificada atualmente em praticamente todos os setores da atividade econômica. A constituição de grandes empresas com atuação mundial, que se tornam, a partir de aquisições e fusões, cada vez maiores, é uma evidência bastante reconhecida deste processo. Ao mesmo tempo em que se constituem estas grandes empresas, um grande número de outras entram em processos de

insolvência, destituindo uma parcela da população dos meios de produção e incorporando-a a massa de trabalhadores assalariados.

Pode-se afirmar, portanto, que no sub-setor agrícola, distintos graus de concentração estão relacionados com o tipo de atividade e da dependência que ela possui em ampliar a área de terras para elevar a produção (intensividade ou extensividade). Isto faz com que a concentração seja mais lenta nas atividades que dependem da ampliação da área para ampliação da produção.

Diante da especulação sobre os alimentos e do incremento da necessidade de produtos primários em países que atualmente se encontra em alto nível de crescimento, outra tendência atual é a constituição de empresas que atuam na produção agrícola. Além do favorecimento à constituição de grandes empresas, esse processo tem contribuído para favorecer o investimento de grandes empresas e grupos de investimentos privados e por empresas estatais. Trata-se de empresas que cultivam 400 mil hectares ou mais, em um ou mais países, como, por exemplo, os grupos argentinos *Los Grobo* e *El Tejar*, o grupo brasileiro Bom Futuro, a *Louis Dreyfus Commodities*, a SLC Agrícola. Esse processo já se verificava na produção de cana-de-açúcar e no reflorestamento, onde as áreas já superavam os limites acima indicados, mas se trata de algo mais recente em outras atividades agrícolas, como é a produção de grãos. As notícias abaixo dão conta de exemplificar este processo:

O grupo [El Tejar] possui uma forma de empreender diferenciada, pois não investe na aquisição de áreas e de maquinário, apenas arrenda a terra e terceiriza os serviços. O cultivo da soja, bem como do milho, trigo e girassol, já foi estendido para outros três países: Argentina, Uruguai e Bolívia. No total são aproximadamente 170 mil/ha de área plantada na América do Sul, com 120 mil/ha na Argentina, 30 mil/ha no Uruguai, 17 mil/ha no Brasil e 7 mil/ha na Bolívia. A meta do grupo é atingir 200 mil/ha de área plantada até 2010. Para 2020 o objetivo é chegar a 400 mil/ha (Diário de Cuiabá. **Argentinos dobram área plantada de soja no MT.** Acesso em: 27 abr. 2011).

O principal grupo agrícola da China, *Heilongjiang Beidahuang Nongken Group*, anunciou nesta segunda-feira que adquirirá ou arrendará 200 mil hectares de cultivo em países latino-americanos como o Brasil, assim como em Rússia, Filipinas, Austrália e Zimbábue, informou o jornal oficial “China Daily” (QUERENCIA HOJE, 15/03/2011).

En noviembre de 2007, el conglomerado japonés Mitsui compró 100.000 hectáreas de tierras agrícolas en Brasil —el equivalente al 2% de la superficie cultivada de Japón— para la producción de soja. Las tierras están en Bahía, Minas Gerais y Maranhão. Mitsui compró la tierra a través del 25% de su participación en Multigrain SA, el comerciante de granos brasileño que formalmente cerró el trato. Los otros dueños de Multigrain SA

son CHS Inc, una empresa estadounidense de energía y alimentos, y PMG Trading of Brasil (MURESU, 2009).

Diferentemente das teses que propunham que o capital não penetrava na agricultura em função dos ciclos naturais se constituírem como impeditivos, os investimentos atuais, bem como o longo processo de subsunção da agricultura ao capital, indicaram o contrário. Atualmente, em função do alto nível de incorporação de trabalho acumulado, através do uso de tecnologias e insumos agrícolas, alguns grupos de investimentos vêem a possibilidade de se desenvolver, ao mesmo tempo em que levam a cabo tal iniciativa, a formação de grandes empresas agrícolas que possuem vantagens na aquisição de insumos, na terceirização das atividades produtivas e na comercialização da produção. Este é o caso do grupo argentino *Los Grobo* que possui a seguinte visão sobre o desenvolvimento agrícola:

No futuro, a agricultura será ainda mais especializada. O processo da agricultura está ficando cada vez mais parecido a uma linha de montagem de um automóvel, com a aplicação de ferramentas especializadas. Hoje o produtor agrícola coordena o processo contratando, por exemplo, John Deere e Monsanto, mas o produtor agropecuário constitui apenas uma parte deste processo. Pode agregar valor coordenando bem, no entanto, é preciso também considerar mais detidamente a porcentagem de plantio, a fertilização, o regime de rotação de culturas e as condições do mercado. Isto serve bem para a terceirização. Por exemplo, contratar o serviço de um terceiro com equipamentos e conhecimentos especializados, atualizados. É ali onde encaixa a *Los Grobo* — como empresa de serviços (*LOS GROBO*, 2010 *apud* BELL & SCOTT, 2011).

Embora o Censo Agropecuário não torne públicas estas informações é facilmente verificável o processo de concentração na produção de animais confinados (sistema em que os animais recebem toda a alimentação diretamente no cocho). Na avicultura, os galpões, há cerca de 20 anos, possuíam cerca de 600 m² costumavam alojar cerca de 6 mil frangos e ocupavam o trabalho de uma ou duas pessoas. Com o aumento da composição orgânica do capital e do aumento da produtividade do trabalho, atualmente os modelos preconizados que tendem a se estabelecer nos próximos anos, possuem cerca de 5.200m² e capacidade para alojar entre 80 e 90 mil aves. Assim, em função do crescimento do capital constante, a atividade avícola antes desempenhada por pequenos produtores passa a ser desempenhada por pequenos, médios ou grandes capitalistas que empregam trabalho assalariado.

Embora na região Sul do País o emprego de trabalho assalariado na agricultura não seja predominante, os novos investimentos indicam consolidar essa tendência. Na região Centro-Oeste estão em desenvolvimento grandes empreendimentos com cerca de 300 galpões de aves e que exigem a necessidade de aproximadamente o mesmo número de trabalhadores assalariados. Na suinocultura, isso também ocorre. Em uma comunidade do município de Dois Vizinhos (PR), por exemplo, 80 agricultores alojavam, até o final dos anos 80, para o consumo familiar e também para o mercado, cerca de 30 ou 40 suínos ou mais durante todo o ano. Atualmente, há apenas dois produtores, que se especializaram na produção de leitões que são recriados e terminados na região Oeste do estado, um dos quais possui cerca de 2 mil matrizes produtoras que produzem cerca de 44 mil leitões anualmente. Essa tendência ocorre em todo o município e em toda a região. Aqui o trabalho assalariado começa aparecer como uma constante.

Diante deste contexto cabe perguntar qual é o lugar da pequena produção agrícola e agroecológica. Este será o objeto de análise da próxima seção.

2.3 O LUGAR DA PEQUENA PRODUÇÃO E DA PRODUÇÃO ECOLÓGICA NO BRASIL

Qual é o lugar dos pequenos agricultores no agro brasileiro? Neste sentido, Alves & Rocha (2010) apresentam a perspectiva predominante sob a ótica do capital. Para os autores, para o pequeno grupo de 423.689 que respondem por 84,89% do valor da produção faz-se necessário políticas agrícolas e renegociação de dívidas. A fração seguinte, “975.974 estabelecimentos (18,86% do total) produziram entre dois e dez salários mínimos mensais (exclusive) – salário da época do censo – e geraram 11,08% de valor da produção. São candidatos às políticas específicas, que se assentam na hipótese de que há soluções, na agricultura, para o problema da renda, tais como crédito rural, extensão rural, associativismo e cooperativismo, compra pelo governo do excedente, entre outras tantas” (ALVES & ROCHA, 2010, p. 276). Sobre os demais estabelecimentos agrícolas, em consonância com o lugar atribuído a estes pelo pensamento hegemônico sob a ótica do capital, os autores afirmam a idéia de que ganhar tempo é possível, retratado no próprio título do artigo, ou seja, de que há necessidades de políticas específicas para que se mantenham no campo por algum tempo. Para os autores:

Restam 3.775.826 estabelecimentos, que devem abrigar cerca de 11,3 milhões de pessoas (três por estabelecimento). A solução do problema da renda somente por meio da agricultura não irá funcionar. Esta renda precisa ser complementada por: Programa Bolsa Família, aposentadoria rural, Bolsa Escola, transporte rural e urbano – para facilitar o estudo dos filhos e o emprego urbano de membros da família –, simplificação das leis trabalhistas – para o emprego em tempo parcial na agricultura – e estímulo ao agronegócio – porque ele tem grande potencial para gerar empregos temporários. É aqui que se precisa ganhar tempo, de modo que as cidades adquiram capacidade para abrigar parte desta população. Note-se, ainda, que metade deste contingente reside no Nordeste (ALVES & ROCHA, 2010, p. 276).

É importante destacar que esta visão de que o campo é parte do exército de reserva de trabalhadores é parte também do que hegemonicamente se pensa para o campo brasileiro, embora nem sempre isto esteja claro nos documentos produzidos pelos governos nacionais e pelas chamadas instituições multilaterais que ocupam

importante papel na formulação destas políticas, como o Banco Mundial. É neste contexto que os agricultores ligados à Rede Ecovida se colocam, ou seja, de tentar afirmar, ao mesmo tempo, a viabilidade dos pequenos produtores e a viabilidade da agroecologia. Pode-se afirmar que a grande maioria dos agricultores que pertencem à Rede Ecovida de Agroecologia se encontra no segundo grupo, conforme classificação dos autores Alves e Rocha.

A noção de agricultura familiar se institucionalizou e se hegemonizou no Brasil frente à outras noções e conceitos que procuram definir o “homem do campo”. A noção de agricultura familiar, embora não seja precisa e unânime, e de temas em prol do desenvolvimento rural com base nesta forma social de produção agrícola, têm sido amplamente adotados, a partir de meados dos anos 90, nos discursos e nos projetos de organizações sociais do campo, organizações multilaterais e por praticamente todos os níveis dos governos brasileiros em suas políticas. A utilização da noção de agricultura familiar provocou uma substituição, mesmo que parcial, das definições de trabalhador rural, pequeno agricultor, camponês e outras adotadas até então.

No Brasil, para a definição da noção de AF foram adotados vários aspectos normativos: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar. O estudo FAO/INCRA (2000) agregou também o tamanho da área do estabelecimento agrícola, variável de acordo com a região do país, identificando que havia 4,1 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, correspondendo à 85% do total. Esse e outros estudos afirmariam que a AF era dotada de características sociais que poderiam colocá-la no centro de um projeto de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, pois era mais eficiente do ponto de vista econômico, em função de uma maior rentabilidade por unidade de área e mais eficiente do ponto de vista social, pois gerava a maior parte das ocupações e empregos no meio rural. Ao longo do tempo procurou-se afirmar também que a AF era mais eficiente do ponto de vista ambiental, pois era dotada de uma racionalidade que prezava por um maior cuidado com os recursos naturais. Além disso, na noção de agricultura familiar procurou-se ressaltar a idéia de cooperação, pois não se limitaria ao caráter produtivo do conceito de pequena produção¹⁰.

¹⁰ “A expressão “pequena produção” ou “pequenos agricultores” revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista incompleta e não desenvolvida. Ou seja, os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo, como são

Com base no exposto, verifica-se, portanto, que longe de procurar identificar um estado, a noção procura apresentar o devir, um *locus* ideal de um agricultor mais independente em relação ao capital e à integração agroindustrial (NEVES, 2006).

Em termos de configuração de pautas de conduta segundo valores éticos e responsabilidade social, o projetado agricultor familiar é, de fato, um agente em construção: antes de tudo político, de modo a se tornar econômica ou produtivamente autônomo. Os mentores da redefinição do Pronaf, no documento em questão, preconizaram a retomada de posição do desejado agricultor frente às alternativas de inserção no mercado. Advogaram a constituição de vínculos mercantis em mercados cujas relações não acentuassem os riscos de apropriação abusiva de excedentes e de expropriação. O mercado interno (local ou regional) foi então concebido como mais propício às estratégias de controle da concorrência, especialmente as praticadas pelas empresas que se apresentam sob monopólios. Nesses termos, os atributos que configuram a categoria sócio-econômica projetam a construção de paradigmas para a ação estatal e para os investimentos dos que buscam o reconhecimento social sob tal condição de afiliação (NEVES, 2006, p. 22).

Essa noção foi produto de um esforço teórico e político que produziu grande impacto tanto no meio político quanto no meio universitário. Isso porque, conforme afirma Neves (2006), a noção ganhou consagração também nos estudos das ciências sociais. No entanto, a autora questiona a dimensão dos significados que foram associados:

Nos campos de estudo das ciências sociais e de construção de projetos agrônômicos que se constituíram ao final do século passado na sociedade brasileira, o termo agricultura familiar talvez raramente se fizesse presente. Os termos de designação recorrentes eram pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes, camponês. Termos diferentes estavam associados a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho, pressupostos concebidos segundo a lógica da produção industrial. Em certos textos, tangencialmente, os autores que reconheciam termos de designação aproximada estavam geralmente referidos a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores americanos e europeus. Estes eram diferenciados por critérios de utilização da força de trabalho e modo de gestão da produção social, classificados pela *family farm* ou reconhecidos como *family farmer*, isto é, pela identificação do produtor segundo o tipo de unidade de produção. Todavia, a partir da última década do século passado, o termo agricultura

explorados fazem parte do proletariado agrícola e portanto são uma classe com “potencial de luta” para a transformação da sociedade. Já a expressão “agricultura familiar” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. Por isso, acreditamos no papel da agricultura familiar tanto para a luta pela transformação da sociedade, como na manutenção dos agricultores familiares como forma de organização produtiva dentro da nova sociedade que queremos construir” (DESER/FETRAF-SUL, 2002, p. 12-13).

familiar ganhou tal ordem de consagração que, para reconhecer a importância do fenômeno social, tornam-se necessários exercícios exegéticos de interpretação dos significados a ele associados (NEVES, 2006, p. 1).

Em meados dos anos 90, quando a noção de agricultura familiar passou a ser adotada, destacava-se a hegemonia do MST nas questões rurais brasileiras e na luta pela reforma agrária; a luta por políticas agrícolas diferenciadas em virtude da concorrência dos produtos agrícolas importados do Mercosul e de outros blocos econômicos; o desenvolvimento de estudos universitários sobre a importância da produção familiar; a decisão política da FAO e do BIRD (NEVES, 2006) em promover políticas de geração de renda e “alívio da pobreza” nos países de capitalismo subdesenvolvido; a disseminação da idéia da eficiência do pequeno negócio e o crescimento dos partidos de esquerda em termos de ocupação de espaços políticos. É diante deste contexto que se afirma politicamente esta noção, que também passa a encontrar eco, logo imediatamente, nos projetos de pesquisa desenvolvidos nas universidades brasileiras.

Na literatura da sociologia rural brasileira contemporânea, a noção de agricultura familiar colocou-se em substituição à categorias de análise utilizadas até meados dos anos 80. Cabe assinalar que esta categoria tem sido objeto de muitos trabalhos que procuram mostrar, em estudos empíricos, como se exprime, em um espaço e um tempo específicos, as singularidades que permitem tê-la como uma categoria sociológica e a diversidade interna que implica em tomá-la como um ponto de partida da pesquisa social rural. Entretanto, Wanderley (1999) faz um alerta quanto ao uso da agricultura familiar enquanto categoria analítica¹¹. Para a autora:

A agricultura familiar não é uma categoria recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade social diferenciada (WANDERLEY, 1999).

¹¹ A categoria “produção familiar” foi tratada por autores como: Graziano da Silva et al. (1986), Neves (1988), Wanderley (1988), Kageyama e Bergamasco (1988) e persistiu por longo tempo enquanto categoria analítica de relevância acadêmica, mas contou com pouca apropriação pelos movimentos sociais (PICOLOTTO & DIESEL, 2006, p. 3).

Favaretto e Bittencourt (1999) afirmam que no meio sindical a noção de agricultura familiar passou a ser utilizada a partir de 1993 durante a 1ª Plenária Nacional do DNTR/CUT. Para os autores, a idéia contribuiu também para re-significar as lutas e projetos sociais para o campo brasileiro:

A adoção do termo agricultura familiar para designar o público prioritário do sindicalismo rural tem como marco a 1ª Plenária Nacional do DNTR/CUT, realizada em 1993. A partir daí, esse segmento, assim definido, passa a ocupar a centralidade dos processos de negociação e mobilização, principalmente a partir da edição dos Gritos da Terra Brasil (manifestações anuais que acabaram por se transformar numa espécie de data-base dos agricultores e que eram organizados, em suas primeiras versões, conjuntamente com a Contag, MST e demais organizações do campo). Posteriormente, no congresso da Contag de 1995, quando ocorreu a filiação à CUT, também as teses apresentadas pela CUT/Rural foram vitoriosas, fazendo com que a opção pela agricultura familiar viesse a renovar as bandeiras de luta da Contag (FAVARETO & BITTENCOURT, 1999, p. 370).

A noção de agricultura familiar foi incorporada até mesmo na sigla de diversas organizações sociais, culminando, em 2005, na criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil) e da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Contribuiu para redefinir a base social dos sindicatos do meio rural, recolocar conflitos no meio sindical e no campo político, criar e fortalecer organizações específicas, desenvolver políticas específicas, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, nas ciências sociais e econômicas, para delimitar o objeto da pesquisa social.

A noção de agricultura familiar, bem como sua legitimação inicial, provocou reações do lado de organizações de grandes produtores rurais (como a Confederação Nacional da Agricultura, CNA) e do lado do MST. A primeira afirma que a agricultura familiar não é tecnicamente superior às grandes propriedades e por isso não poderia merecer certos privilégios da parte das políticas públicas e que todos os agricultores deveriam ser tratados da mesma forma, inclusive do ponto de vista da representação política. A CNA, por exemplo, estruturou um departamento da pequena propriedade rural e as entidades patronais desenvolvem ações (cursos, principalmente) voltados aos pequenos agricultores, tomando, inclusive, algumas bandeiras que seriam das organizações da agricultura familiar, como as pequenas

agroindústrias familiares. O MST, por sua vez, passou a rejeitar a noção de agricultura familiar por considerá-la despolitizante, em virtude de incorporar apenas uma parcela dos trabalhadores do campo no Brasil, desconsiderando os mais pobres e favorecendo os que já possuem algum acesso à terra¹².

Atualmente, o MST define-se pelos agricultores Sem-Terra (incluindo aí parcela dos desempregados e pobres urbanos), reivindica a reforma agrária e políticas para os agricultores assentados. Adota mais comumente o termo camponês, mas alguns líderes ou em determinados fóruns utiliza o termo agricultura familiar. Já o movimento dos assentados da reforma agrária, dos quais o MST esteve à frente, verifica-se outra denominação, a de pequenos agricultores, representado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que reúne as federações estaduais da agricultura (patronais), por diversas vezes tem criticado o privilegiamento da agricultura familiar, procurando desqualificar a importância atribuída a este segmento pelo estudo FAO/INCRA (2000), questionando a metodologia adotada e desenvolvendo outro estudo (CNA/FGV, 2004), em que afirma que a agricultura familiar beneficiada pelos critérios do Pronaf possui um nível de importância econômica menor da considerada pelo estudo FAO/INCRA. A Confederação, que possui um departamento que trata da pequena propriedade, diz-se no direito de representar todos os agricultores e que não se deveria criar oposição entre familiares e patronais. Coloca-se contrária à reforma agrária e adota um discurso único em prol do agronegócio, já que este garantiria alimentos, empregos e saldos positivos à balança comercial brasileira.

Apesar de uma aparente homogeneidade do que seria a agricultura familiar no Brasil, verificou-se, logo de início, que havia necessidades de tratar os

¹² Para Bernardo Mançano Fernandes, “na década de 1990, surgiu uma nova corrente teórica a respeito do problema agrário. Essa corrente, denominada de Paradigma do Capitalismo Agrário (Abramovay, 1992), procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo. Esse paradigma teve uma força política extraordinária. Além de criar novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa; ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista, gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura e contribuiu para a criação de novos movimentos camponeses, denominados de movimentos de agricultores familiares, como por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), vinculada à Central Única dos trabalhadores (CUT)” (FERNANDES, 2003, p.36).

agricultores familiares de forma diferenciada, já que se tratava de um grupo social heterogêneo no que se refere ao nível de integração no mercado; ao nível de renda; às formas de acesso à terra (proprietário, arrendatário, posseiros, quanto ao tamanho da área, etc); às especificidades regionais; às origens sociais (colonizador, indígena, quilombola, pescador, etc.); à cultura decorrente dos aspectos anteriores, etc. Essa necessidade passou a ser verificada através do Estado¹³ e também pelas organizações representativas que desejavam manifestar suas identidades, mas trata-se de algo ainda conflituoso e não resolvido.

Se a idéia de trabalhador rural era ampla, a de agricultura familiar também é, pois deixou de incorporar somente os assalariados rurais. De outro lado, quilombolas, indígenas, extrativistas, entre outros, passaram a ser considerados agricultores familiares pelas políticas públicas dos governos estaduais e do governo federal. Além deles, incorporaram-se os agricultores com áreas de terra maiores, podendo chegar a quatro ou seis módulos fiscais, dependendo do caso, contra um módulo fiscal adotado na definição de trabalhador rural. A constituição de um Conselho Nacional de Comunidades Tradicionais ajuda a revelar a busca por apresentar as identidades específicas em virtude da generalidade da noção de agricultura familiar. Para Torrens (2006):

Diversos segmentos sociais existentes no meio rural brasileiro não se percebem dentro dessa categoria de análise: por mais que mantenham uma profunda relação com a terra e dependam do uso e manejo dos recursos naturais, ribeirinhos, extrativistas (seringueiros, quebradeiras de côco, castanheiros), artesãos, pescadores artesanais, quilombolas, dentre outras formas de identidade social que se consolidaram ao longo desse período não se identificaram na categoria “agricultura familiar” e consideram necessário definir uma nova denominação que os inclua conceitual e politicamente (TORRENS, 2006, p. 8).

A delimitação entre trabalhadores e empregadores rurais sempre teve na categoria trabalho (trabalho formal) uma grande importância, contribuindo para, entre outras coisas, a definição da escolha da filiação sindical. Outro critério é o

¹³ Os programas de assentamentos rurais, que atenderam, segundo números do governo federal, mais de 900 mil famílias, contribuíram para recriar a “pequena propriedade” ou a “agricultura familiar”. Além da reforma agrária *stricto sensu*, mediante desapropriação, desenvolveu-se o financiamento para aquisição de terras para agricultores sem ou com pouca terra, elevando o número de famílias que tiveram acesso à terra. A partir do desenvolvimento de políticas específicas (agrícola e agrária) destinadas aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, criou-se um ministério específico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Alguns estados brasileiros reproduziram a estrutura federal criando Secretarias da Agricultura Familiar.

tamanho da propriedade, que não pode exceder certo número de módulos regionais. Isso sempre foi motivo de muita polêmica no interior do movimento sindical, principalmente entre a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em que cada uma reivindicava o direito de cobrar a contribuição sindical. Considerando a importância da categoria trabalho, verifica-se, portanto, que a noção de agricultura familiar, que recentemente contribuiu para reorientar a ação das organizações sociais do campo e do Estado, não seria completamente nova, embora ainda não se adotasse essa terminologia.

Pode-se afirmar que a noção de agricultura familiar¹⁴ é tomada a partir de seus aspectos externos e empíricos, pois encobre distintas relações sociais de produção. Entretanto, trata-se de uma noção, a exemplo de várias outras, como camponês e trabalhador rural, por exemplo, em que a preocupação quanto aos objetivos políticos sobressaiu em relação às preocupações teóricas que dessem conta da relação com a sociedade como um todo e de seu desenvolvimento histórico. É parte, portanto, das lutas sociais mais imediatas colocadas no atual contexto social, conforme afirma Silva (2006):

Ao lançar-se na conquista das “massas” rurais, a partir dos anos 40, o PCB transpôs mecanicamente para o meio rural brasileiro o linguajar adotado pela III Internacional e retomado por seu secretariado latino-americano. Assim, como fundamento nas experiências soviéticas, européia e da América espanhola, fez-se simplesmente a tradução do termo “paysan” ou “campesino” para “camponês”, um vocábulo que em português não tinha correspondência nem ressonância no meio rural brasileiro. De Norte a Sul do país havia todo um mosaico de termos regionais para designar o “homem do campo”. Foi o advento das ligas camponesas e seu sucesso, sobretudo no nordeste sob o comando de Francisco Julião, que contribuiu para popularizar o termo camponês, que passou a significar “aquele que luta pela reforma agrária”, conferindo uma conotação nitidamente política à categoria. No Sul do país, o termo “camponês” continuou restrito à utilização dos iniciados no sindicalismo de esquerda, notadamente aos militantes comunistas (SILVA, 2006, p. 28).

Cabe ressaltar que há diversas resistências quanto ao uso da noção de agricultura familiar como categoria sociológica. A primeira e a mais importante delas,

¹⁴ Com vistas a resolver uma parte da complexidade presente na idéia de gestão e trabalho familiar, que seria uma das principais características da agricultura familiar, mas que permite incluir agricultores cujo capital e produção permitem caracterizá-los como grandes produtores, embora familiares, Brandenburg (1998) e Ferreira (1995) adotam a noção de pequena agricultura familiar. Ela indica um recorte naquilo que se entende por agricultura familiar.

já levantada por Lênin (1980 [1902], p. 17) no início do século XX, refere-se ao fato de que as mediações econômicas da agricultura não se limitam às unidades produtivas em si. Para o autor, não bastava analisar se a propriedade fundiária estava se fragmentando ou se concentrando, se predominavam as pequenas ou grandes unidades de produção com diferentes níveis de emprego assalariado, mas devia-se considerar também a evolução de capital e do emprego assalariado no âmbito das pequenas unidades produtivas¹⁵. Kautsky (1982 [1899]) afirmava também que os camponeses se ocupavam de ofícios acessórios (não agrícolas) e que a indústria modificava as formas de produzir do camponês, submetendo-os a ela. Esse seria o caso da produção integrada entre agricultores e indústria, em que os agricultores respondem, com capital e trabalho próprios, às exigências da indústria.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, como guarda-chuva das políticas para os genericamente denominados agricultores familiares brasileiros, desenvolveu novos instrumentos de apoio ao crédito, como o seguro (Proagro e Pronaf Mais) e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Outros instrumentos, ainda, embora importantes e inovadores, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tornaram-se, face o volume de recursos e a articulação entre os instrumentos de política, menos relevantes. Além da ampliação do volume de recursos disponíveis em termos absolutos, embora não de forma relativa - ao crescimento do crédito aos não pronafianos, a mudança mais importante no Pronaf foi o Proagro, que estendeu o acesso ao seguro à quase totalidade dos agricultores que acessam o crédito.

A importância do Proagro se deve à mudança que ele introduziu na política de crédito, pois, para assegurar a produção agropecuária, passou a exigir, além do plantio dentro do zoneamento agrícola, a adoção de tecnologias consideradas “adequadas” e “necessárias” para que o crédito pudesse ser assegurado pelo Pronaf caso houvesse perdas na produção ocasionadas por eventos climáticos. Desta forma, o Pronaf, que preconizava, desde sua concepção, por parte das organizações de representação, que o crédito deveria ser utilizado de acordo com as necessidades de cada agricultor e viabilizar a adoção de distintas tecnologias de

¹⁵ Lênin afirmava que “a produção agrícola fundada no trabalho familiar é uma expressão oca e vazia de sentido, que mais contribuiu para atrapalhar do que ajudar para compreender as relações sociais de produção no campo” (Lênin, 1980, p. 17).

produção, passou a inverter esta lógica. Isso porque os bancos, sob o pretexto de evitar desvios no uso do crédito, passaram a exigir que os agricultores adotassem pacotes tecnológicos para cada cultivo agrícola, através da aquisição de insumos considerados necessários para se garantir a produção (principalmente inseticidas e fungicidas, sem mesmo saber se haveria ou não necessidades de utilizá-los). Além disto, em muitos lugares a maior parte do valor do financiamento (cerca de 70%), passou a ser repassado pelos bancos diretamente aos vendedores de insumos e apenas a menor parte sob a gestão dos agricultores, para contratar serviços de máquinas agrícolas e outros serviços.

Neste ínterim, a maior parte dos projetos de crédito passou a ser elaborado e acompanhado por técnicos lotados em empresas de vendas de insumos, que passaram a se beneficiar do percentual destinado à assistência técnica (2% sobre o valor financiado), ao mesmo tempo em que garantiam suas vendas. Ou seja, de um lado a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) afirma a necessidade de se incentivar a agroecologia e promover a redução do uso de insumos agrícolas, de outro lado, o financiamento da ATER atrelada à venda de insumos e a adoção do pacote tecnológico exigido pelo Proagro estimulam a intensificação do uso de agrotóxicos. É claro que se tratou de uma correlação de forças bastante desproporcional que, somados aos fatores anteriormente mencionados, particularmente do lugar da agricultura na economia brasileira, foi bastante favorável à segunda alternativa.

Essa correlação de forças desproporcional, que também se soma à liberação definitiva dos produtos agrícolas transgênicos no Brasil, inicialmente da soja e posteriormente do milho, viabilizou um crescimento exponencial da ATER privada, particularmente daquela ligada às vendas de insumos. As empresas passaram a contratar novos técnicos de nível médio e superior em lugar dos vendedores, já que estes, com salário bastante similar, passaram a viabilizar a política das empresas de insumos em incrementar as vendas. Além disto, uma série de novas empresas surgiram, quase todas ligadas à vendas, em detrimento das empresas de planejamento agrícola que não vendem. Em alguns destes municípios o número destas empresas chegou a dobrar em um período de somente cinco anos.

A cultura da soja, agora predominantemente transgênica, em função do monocultivo e da maior suscetibilidade à doenças, passou a exigir, além de maior

aplicação de glifosato, uma constante ampliação do uso de inseticidas e fungicidas. Agricultores que nunca aplicaram fungicidas hoje costumam fazer quatro aplicações ou mais. No período compreendido entre 1995 e 2005, os gastos com agrotóxicos no Brasil aumentaram, de acordo com o Ministério da Agricultura, 176%, enquanto que os gastos com fungicidas aumentaram 380%. De lá para cá essa tendência se manteve.

Com a predominância da ATER vinculada à vendas e o sucateamento de alguns órgãos públicos de pesquisa e ATER, algumas técnicas de controle biológico, a exemplo do baculovírus, altamente eficiente no controle da lagarta da soja, até então amplamente adotado no estado do Paraná, praticamente deixou de ser adotado. No lugar dele se passou utilizar inseticidas químicos, alguns altamente tóxicos e persistentes no ambiente, outros já proibidos em muitos países, como nos Estados Unidos e Europa. Ao mesmo tempo, a soja transgênica foi, aos poucos, mediante contaminação das lavouras de grãos e sementes, através do uso compartilhado de máquinas, principalmente, promovendo a redução da área cultivada com soja orgânica, como o que ocorreu na região de Capanema e Planalto, no Paraná, e de Constantina e Tenente Portela, no Rio Grande do Sul.

Neste quadro de análise é que se desenvolve e se fortalece a ATER ligada à vendas de insumos, caráter também assumido por muitas cooperativas agropecuárias, de uma forma geral bastante atreladas às indústrias produtoras destes mesmos insumos, que muito se beneficiaram com a ampliação de suas vendas. Cabe destacar que este é o arranjo organizativo, em que as grandes indústrias costumam utilizar a figura dos representantes comerciais que negociam com empresas de insumos e cooperativas, principalmente em função desta região ser constituída por pequenos produtores. No entanto, onde há a presença de grandes produtores, o arranjo organizativo tende a ser diferente, já que as indústrias de insumos, assim como também ocorre com as *traders*, negociam diretamente com os agricultores.

No que se refere às agroindústrias integradoras, que possuem equipes técnicas próprias e não necessitariam promover vendas, há uma busca constante por reduzir seus custos operacionais com logística, transporte, assistência técnica. Neste sentido, as agroindústrias privilegiam os produtores maiores através do pagamento de um preço mais elevado, estabelecem metas para o aumento

constante da produção – o que resulta na exclusão dos produtores que não atingem tais metas, privilegiam os produtores localizados nas proximidades da indústria - o que contribui para concentrar geograficamente a produção até o ponto que não venha a interferir no grau de risco sanitário. O privilegiamento, por parte da indústria, para produtores maiores como forma de reduzir os custos operacionais é uma constante na agropecuária, mas ainda mais destacada nas atividades integradas contratualmente à indústria e que implicam na transferência plena da produção e a adoção das formas produtivas definidas pelas indústrias.

Diante disto, a ATER desenvolvida pelos órgãos públicos, proporcionalmente cada vez menores e com poucos recursos para custear suas atividades ou sem o amparo de políticas governamentais que organizam sua ação, passa a procurar um papel para si (nenhum dos estados da região Sul possui atualmente um grande projeto como foram os convênios com o Banco Mundial que focalizavam a conservação de solos e a redução da pobreza). Os órgãos estaduais de ATER tendem a desenvolver convênios com órgãos municipais, principalmente, como ocorre tipicamente no estado do Paraná, ou com empresas, garantindo, desta forma, uma estrutura mínima para continuar existindo. As prefeituras, por sua vez, passaram a concentrar a atividade de suas equipes técnicas na fiscalização da sanidade animal, realizando o controle de abates de animais e campanhas de vacinação contra doenças que são exigidas no momento da exportação, como é o caso da febre aftosa. Na relação com as empresas, tendem a facilitar o processo de integração com indústrias naqueles setores que isso ainda não ocorre, identificando e organizando os possíveis produtores e prestando-lhes alguma assistência técnica.

Na região Sul do Brasil, o acesso ao crédito era realizado pelos pequenos agricultores durante os anos 70 e 80, o que abriu as portas para o desenvolvimento da modernização agrícola, embora isso tenha praticamente deixado de ocorrer a partir de meados dos anos 80 até meados dos anos 90. No início dos anos 90 as políticas agrícolas de uma forma geral foram desmontadas e a maioria dos agricultores não possuía acesso a políticas públicas. A partir de meados dos anos 90 é que as políticas para a agricultura voltam a ser reestruturadas, particularmente o crédito, e é quando também se constitui o Pronaf. No entanto, ainda hoje, o crédito ocupa a centralidade no âmbito das políticas agrícolas no país, o que também ocorre

no Pronaf, já que o Proagro e o seguro de preços estão diretamente vinculados ao crédito.

Além da cobrança da FAO, conforme definido no documento “Diretrizes de Política Agrária” (1994), houve os Gritos da Terra Brasil, encampados pelo MST, Contag e DNTR/CUT que pautaram a necessidade de políticas específicas para os pequenos agricultores. O programa permitiu que uma parcela dos agricultores pudesse acessar recursos públicos, no entanto, sem modificar significativamente a lógica de desenvolvimento do capitalismo no campo, pelo contrário, contribui até mesmo para aprofundá-la. É isso que se verifica atualmente com os recursos de crédito do Pronaf: eles estão contribuindo para desenvolver o uso de agroquímicos e maquinaria na agricultura, beneficiando diretamente o grande capital.

A noção de agricultura familiar contribuiu, por um lado, para democratizar o acesso ao crédito agrícola, pois afirmou essa categoria social, no entanto, por outro lado, foi altamente despolitizante, já que procurou destacar a viabilidade dos pequenos agricultores sob o capital e, por conseqüência, a solubilidade do problema agrário. A noção de trabalhador rural destacava que os pequenos agricultores se encontravam em situação semelhante aos trabalhadores que não possuíam meios de produção, já a noção de agricultura familiar procurou distanciá-los, a ponto de que quase todo mundo passasse a ser chamado de agricultor familiar e se tornasse público do Pronaf. Ou seja, a noção de agricultura familiar serviu para obscurecer como se desenvolvia a questão agrária no país, justamente em um momento em que o grande capital passou a controlar a agricultura através de suas indústrias, evidenciada pelo alto grau de controle que estas empresas passaram a exercer a partir das diversas aquisições e fusões que fizeram. Ou seja, enquanto se reivindicava políticas agrícolas específicas para esse grupo social, o grande capital se avançava sobre a agricultura e promovia a inviabilidade de muitos,

A necessidade de políticas que atendessem os pequenos agricultores. Destacava-se a concorrência que o Mercosul provocaria sobre estes agricultores e que estas políticas seria uma forma de evitar os danos que esta abertura comercial provocaria. Afirmava-se também a necessidade de se desenvolver uma política de crédito que viabilizasse os pequenos agricultores, que não promovesse a degradação ambiental, que promovesse o desenvolvimento de sistemas agrícolas ambientalmente sustentáveis, etc. Com frequência se faziam críticas ao pacote

tecnológico da revolução verde (que resultou na industrialização da agricultura através do uso de máquinas e insumos agrícolas), seus impactos sociais, destacadamente a inviabilidade dos pequenos agricultores e a promoção do êxodo rural, bem como os impactos ambientais e à saúde que ele promoveu. Uma nova política de crédito deveria promover a viabilidade dos pequenos agricultores e, para tanto, deveria se adequar às suas realidades. Deslocava, portanto, a questão da viabilidade enquanto um problema do desenvolvimento do capital para um problema de inadequação da política de crédito. Cabe destacar, no entanto, que essa idéia não era tão presente no MST, mas era bastante presente na Contag e na Fetraf.

O MST sempre foi mais crítico acerca do desenvolvimento do capitalismo no campo e por este motivo não apostou tanto nas políticas agrícolas como forma de resolver a questão agrária, até porque a demanda principal de seu público era o acesso à terra, antes de tudo. Já a Fetraf e a Contag, que entendiam que o problema agrário brasileiro poderia se resolver através da democratização do acesso à políticas, passaram a apostar quase todas as fichas nesta pauta. Desde meados dos anos 90 até os dias de hoje, a Fetraf e a Contag continuam insistindo nessa perspectiva, acreditando que é a falta ou a inadequação das políticas que provoca a inviabilidade dos pequenos produtores agrícolas do país.

O Pronaf tem contribuído para a expansão do agronegócio, entendido como o desenvolvimento do capitalismo no campo, não como oposição entre pequena e grande produção. Atualmente os recursos do Pronaf na região Sul do país tem permitido um amplo desenvolvimento dos volumes do uso de agroquímicos, principalmente porque o Proagro passou a exigir o pacote tecnológico. Sem o uso deste pacote, os agricultores correm o risco de não se beneficiarem do Proagro caso ocorram perdas de safra em função de problemas climáticos. Boa parte dos bancos repassa a maior parte do crédito do Pronaf dos agricultores diretamente para as empresas vendedoras de insumos agrícolas, beneficiando-as diretamente e, ao mesmo tempo, afirmando sua relação bancária com estas empresas. No caso da cultura da soja, estes agricultores recebem, além de sementes e adubos químicos, fungicidas para 3 ou 4 aplicações e inseticidas para 3 ou 4 aplicações, logo no início da safra, sem saber se haverá necessidade de se utilizar esses produtos. Caso não haja necessidades, estes agricultores nem sequer podem devolver estes produtos

para a empresa que comercializou, o que tem feito que muitos agricultores apliquem sem haver necessidades ou em doses muito acima daquelas que seria necessário.

Se de um lado melhorou a interlocução com as organizações sociais do campo, o que contribui para o aperfeiçoamento da política, de outro lado, contribui para criar a idéia que o problema agrário no país se dividia em dois, em dois mundos que quase não se tocavam e que cada um poderia se desenvolver sem limitar o desenvolvimento do outro, o que não é verdade. Atualmente se volta a colocar em cena a necessidade de se pensar o desenvolvimento do campo como um processo único, embora contraditório, particularmente a partir da constatação da impossibilidade da coexistência de dois desenvolvimentos.

O caso dos transgênicos é emblemático, pois essa tecnologia deixou claro que é praticamente impossível se desenvolver a agroecologia, por um lado, e a transgenia, por outro. A transgenia limitou o desenvolvimento da agroecologia e até mesmo provocou a redução do número de agricultores e da produção da soja orgânica, por exemplo. Aí, como forma de propor uma solução para o impasse, cria-se uma legislação que regulamenta a produção orgânica, supondo que ela ficaria protegida, ao invés de regulamentar a transgenia, que foi liberada e passou a contaminar. É claro que em certos momentos históricos possa ser importante tratar os diferentes em função de suas especificidades, mas o erro é considerar que estes diferentes se encontram em mundos que não se tocam, que o atendimento dos interesses de uns não afetará em nada as possibilidades do desenvolvimento de outros.

O Pronaf é uma política que se capilarizou bastante e praticamente universalizou o crédito agrícola, particularmente entre os agricultores mais inseridos no mercado. O crédito do Pronaf barateou o custo que os agricultores possuíam com o crédito quando comparado àqueles tomados de empresas e cooperativas e pagos com a próxima safra. Além disto, a política contou com o apoio quase que irrestrito das organizações sociais do campo, particularmente da Contag e da Fetraf-Sul, o que contribuiu para que se tornasse uma quase unanimidade. Em seguida, o Pronaf incorporou outros instrumentos que contribuiu para afirmá-lo, como o Proagro e o seguro de preços. No entanto, esses dois últimos instrumentos contribuíram para provocar uma virada quase que irreversível no programa, pois aliou o crédito ao pacote tecnológico do agronegócio, uma forma bastante diversa daquela quando se

propunha a formulação de um programa que viabilizasse os agricultores, atendesse suas necessidades, que não os obrigasse a adotar o pacote tecnológico, que promovesse o desenvolvimento de uma agricultura de baixo impacto ao meio ambiente e a própria agroecologia.

Considerando que o campo brasileiro é constituído a partir de contradições sociais que não se limitam a ele, pois resultam das relações sociais de produção do conjunto da sociedade, a partir daí é que se define o carácter das intervenções governamentais. É neste sentido que se desenvolve um conjunto de políticas através dos governos nacionais e organismos multilaterais com o propósito de promover o consenso entre os representantes do grande capital, do governo e dos trabalhadores, objeto de análise da próxima seção.

2.4 A BUSCA DO CONSENSO E AS POLÍTICAS AOS PEQUENOS PRODUTORES NA ÓTICA DO “GANHAR TEMPO É POSSÍVEL”

Se de um lado as organizações sociais passaram a adotar algumas idéias como parte da concepção de Estado, espaço público e desenvolvimento, de outro lado, o Estado brasileiro, apoiado financeiramente e tecnicamente por organizações multilaterais passou a utilizar idéias muito semelhantes. Assim, o governo brasileiro lançou em 1999 um documento intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural¹⁶”. Apesar de as mudanças no título e em parte do conteúdo devido às críticas recebidas dos movimentos sociais e de parte dos intelectuais favoráveis à reforma agrária através da distribuição de terras, o conteúdo do documento não sofreu muitas alterações (ALENTEJANO, 2000). O próprio título do documento indica que se pretendia que a agricultura familiar e a reforma agrária pudessem vir a ser promotoras do desenvolvimento local.

¹⁶ A redução da oferta de trabalho nos grandes centros tem transformado o rural em uma espécie de colchão dos problemas sociais, mas o avanço das comunicações e dos transportes também tem contribuído para modificar a natureza do rural, ampliando a população de residentes. Com isso, a relação com a terra também começa a se modificar, embora não no mesmo nível que atualmente se encontra em países de capitalismo desenvolvido, como em alguns países europeus.

Em linhas gerais, por parte dos movimentos sociais, a idéia de desenvolvimento local, também presente no Projeto Alternativo de Desenvolvimento, apresenta-se como uma tentativa de se contrapor ao global (NAVARRO, 2001), ao que passou ser representado pela globalização econômica e, principalmente, pela constituição de grandes empresas mundiais que vem promovendo a centralização do capital. Assim, propõe-se a constituição de mercados locais (regionais ou municipais), aonde os laços de solidariedade e proximidade poderiam ser preservados. De outro lado, o local também manifesta a idéia de se contrapor à centralização do poder político, representando a possibilidade de se desenvolver políticas mais adequadas à esse âmbito e uma maior horizontalização do poder.

A idéia de desenvolvimento local se defronta com algumas contradições. Muitas vezes, as mercadorias são produzidas nos mais longínquos lugares e chegam a um preço mais baixo que as produzidas no local, obrigando os agricultores a venderem seus produtos com base nesses preços, exceto quando se destina a nichos mais específicos. Outra idéia utilizada é de que os moradores do meio urbano poderiam ser solidários, em virtude das relações de proximidade e da idéia de que poderia haver uma contraposição coletiva à centralização do capital.

A idéia de valorização do local também iniciou com o questionamento à falta de preocupação de governos e de políticas públicas com as especificidades de determinados locais, questionando o centralismo do sistema federativo. A primeira consideração a se fazer acerca do caso brasileiro é a grande diferença que há entre os municípios no que se refere à população, à arrecadação e ao peso político. Enquanto alguns municípios possuem população de aproximadamente mil habitantes, São Paulo, por exemplo, possui 12 milhões, ou seja, 12 mil vezes mais e superior à maioria dos estados brasileiros. É claro que o peso político da capital paulista, além do econômico, coloca-a em outro patamar na relação com o Estado-Nação.

Já a idéia de desenvolvimento local utilizada pelas organizações multilaterais tende a apresentar outro sentido. Isso porque o objetivo não seria combater a centralização do capital, mas permitir inserir o local, através de sua sinergia e competitividade, no mercado mundial. Em 2000, o Banco Mundial no

Brasil¹⁷ divulgou um relatório com o título “Do Confronto à Colaboração”, afirmando que as “organizações da sociedade civil”, adotada no sentido amplo, e o Banco Mundial poderiam colaborar ao invés de se confrontar. As organizações multilaterais (FMI, Banco Mundial, FAO) passaram a adotar esse lema a partir do final dos anos 90, pois vêem na sociedade civil a possibilidade de firmar parcerias favoráveis a ambas, através da participação social, do apoio “à projetos populares de inclusão social, do combate à pobreza, apoio ao desenvolvimento local e apoio à agricultura familiar”. Em virtude da abordagem que adotam, as organizações multilaterais acreditam que as organizações da sociedade civil podem assumir o papel de colaboracionistas ao invés de questionadoras e contra-hegemônicas.

A própria legitimidade da agricultura familiar, adquirida pela idéia de sua viabilidade econômica e social, corroborada por estudos e pesquisas realizados por universidades e órgãos públicos, com o apoio de organizações internacionais, foi motivadora desta postura de colaboração que os governos e as organizações multilaterais passaram a adotar. No caso específico do Brasil, o estudo FAO/INCRA (2000) denominado “Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto”, realizado a partir de dados do Censo Agropecuário 1995/96, do IBGE, indicou que os estabelecimentos agrícolas em que a gestão era predominantemente familiar e dispunham de terras dentro de uma área máxima regional, geravam mais renda por unidade de área e eram responsáveis pela maior parte do pessoal ocupado na agricultura. Esses foram alguns dos motivos que fizeram com que se propagasse a idéia de que a agricultura familiar deveria ser estimulada. Passou-se, também, a adotar a idéia de que a agricultura familiar, por tais características, poderia ser a promotora do desenvolvimento e do desenvolvimento rural e local brasileiro¹⁸.

O governo brasileiro, face ao problema agrário existente e o dilema agricultores sem-terra versus latifúndio, “resolveu” o problema criando duas esferas:

¹⁷ Isso não ocorreu somente no Brasil. Em diversos países da América Latina, da África e da Ásia, a idéia de integrar a AF, o campesinato ou populações tribais como parceiros na promoção do desenvolvimento local foi retomada nos anos 90, remodelando as propostas de desenvolvimento de comunidades que foram centrais nas políticas internacionais de desenvolvimento durante os anos 60. Uma consulta aos sites da FAO (www.fao.org) e do Banco Mundial (www.worldbank.org) contribui para identificar essa afirmativa.

¹⁸ A noção de agricultura familiar permitiu também o surgimento de outros temas ou pelo menos esses ganharam um novo sentido. As noções de Desenvolvimento Local, desenvolvimento rural, território, capital social e pluriatividade foram alguns desses temas que ganharam espaço. A FAO, o Banco Mundial, o BID, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Governo Federal (NEAD) estimularam projetos que abordaram esses “novos temas”. Teoricamente, essas noções se articulariam com a noção de agricultura familiar e, por conta disso, vários projetos, governamentais e não governamentais, têm sido desenvolvidos a partir dessa concepção.

o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cada qual trata de uma parte da realidade social. O governo Lula, por sua vez, manteve a mesma estrutura herdada do governo Fernando Henrique e não enfrentou a questão. Pode-se afirmar que idéias amplas como as acima mencionadas contribuem para facilitar o aparente consenso, como já se referiu. Assim, várias questões não são enfrentadas e para isso criam-se novas estruturas, no sentido de buscar uma convivência das diferenças, criando a idéia de que há processos distintos em curso e que nenhum é hegemônico.

Em função disso, verifica-se uma tendência dos governos em tentar criar um aparente consenso entre as organizações sociais rurais, o governo e os intelectuais. Verifica-se que quando algumas idéias são desenvolvidas em um âmbito do governo, por exemplo, logo em seguida são adotadas em outros meios. Não poucas vezes são idéias muito gerais e até vazias de sentido. As organizações sociais tendem, muitas vezes, a adotar os mesmos termos quando elaboram seus projetos, referendando-se em idéias mais ou menos consensuais, especialmente quando esses projetos são apresentados ao financiamento público¹⁹. O Documento-Base da I Plenária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF), ocorrida entre os dias 3 e 5 de março de 2006, pode ser tomado como exemplo da busca de consenso a partir de idéias bastante genéricas:

Valorizar os espaços locais e territoriais na construção de *pactos sociais* que ampliem a capacidade de negociação, articulação e realização de iniciativas promotoras de uma estratégia sustentável de desenvolvimento que favoreça os atores sociais interessados nessa ação (MDA/CONDRAF, 2006, p. 14).

(...) o turismo rural, a comercialização de produtos regionais, a utilização de bens culturais como alimentos, danças, músicas e o comércio de produtos étnicos apresentam distintas formas de atividades não-agrícolas a serem *utilizadas com criatividade no desenvolvimento sustentável* (MDA/CONDRAF, 2006, p. 15).

As duas diretrizes apresentadas pelo CONDRAF procuram, devido à sua generalidade, contemplar todos os setores ligados ao meio rural. Como participantes

¹⁹ Em certa ocasião, como exemplo disso, o autor do presente trabalho, ao apresentar um projeto de pesquisa de um grupo de estudos da Universidade a um órgão do governo federal, foi questionado por um técnico desse órgão do porque de não se utilizar uma nova idéia que estaria mais “na moda” do que a que o grupo de estudos estava utilizando. Verifica-se, portanto, que os financiadores possuem uma grande capacidade de “popularizar” certas noções em detrimento de outras.

do referido conselho e de suas diversas câmaras técnicas, as organizações sociais do campo não passam isentas da influência de diversas ideias que são expostas. Isso porque elas passam a orientar o financiamento público e por isso ganham ainda mais adesão. Esse é um dos limites da ideia de participação e da aposta feita pelas organizações sociais do campo em relação à esse tema.

Apesar de as diversas apropriações que se possa fazer dela, a noção de território é uma das ideias que procura criar consenso. Frequentemente utiliza-se a ideia de que promoveria o desenvolvimento rural e que seria capaz de combater a pobreza rural. Abramovay (2003), autor que juntamente com Veiga (2003), contribuiu para influenciar setores do governo brasileiro na adoção da ideia de território e desenvolvimento territorial, afirma que:

É nos territórios — urbanos ou rurais — que podem ser implantadas políticas voltadas a mobilizar as energias necessárias a que a pobreza seja significativamente reduzida, por meio do fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte. A vitória sobre a pobreza depende, antes de tudo, do aumento das capacidades produtivas e da inserção em mercados dinâmicos e competitivos dos milhões de famílias cuja reprodução social se origina em seu trabalho “por conta própria”. O alargamento dos horizontes contidos nesta proposição só pode vir de uma política nacional que estimule a ampliação dos vínculos sociais localizados dos que hoje estão em situação de pobreza e este é o sentido maior da noção de desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2003, p. 1)

A perspectiva acima exposta é bastante questionável, já que considera que a competitividade seria um atributo dependente da reunião de forças sociais que encontrariam suas vantagens comparativas em “mercados dinâmicos e competitivos”. Além da competitividade não ser nenhuma garantia de redução da pobreza, desconsideram-se as mediações econômicas que ocorrem em escala mundial, particularmente a relevância atual de uma economia dinamizada pelo fluxo de capitais e das diferentes capacidades de investimento em ciência e tecnologia. Não que essa perspectiva considere que a ciência e tecnologia não sejam importantes, mas por considerar que esses territórios seriam competitivos, cada um ao seu jeito e à sua forma, de disputar recursos do Estado para a realização de tais investimentos. Outro problema diz respeito ao sentido do trabalho por conta própria e do empreendedorismo atualmente. Para Bourdieu (1998) e Harvey (2005), trata-se de uma ideia estimulada em função da terceirização produtiva que vem promovendo a precarização das condições de trabalho em todo o mundo.

Entretanto, apesar de as diversas apropriações da idéia de território, essa perspectiva tem encontrado ressonância no governo e nas organizações sociais brasileiras. Em termos de governo federal, apesar da existência de um Ministério da Integração Nacional, que se encarregaria de tratar dos problemas do desenvolvimento regional, criou-se a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicando a tentativa de tratar da agricultura em uma perspectiva de desenvolvimento territorial. Do ponto de vista normativo, chama-se de território um conjunto variável de municípios (de 4 ou 5 a mais de 40) que possuem certas características sócio-econômicas em comum.

Embora participem de conselhos de desenvolvimento territorial e recebam recursos públicos provenientes dessa rubrica, as organizações sociais do campo não possuem uma avaliação profunda sobre o significado da idéia de desenvolvimento territorial. De um lado tendem a valorizar alguns aspectos dessa idéia, pelo fato dela forçar a integração entre as organizações e movimentos sociais (CPAF, MST, MAB, por exemplo) e de tratar de forma integrada as questões relacionadas ao desenvolvimento de uma região, mas, de outro lado, tendem a criticar a possibilidade de “concertar” interesses completamente distintos e de atores que nem sequer se encontram e nem se interessam por aquele lugar. Apesar disso, a maioria das organizações sociais da Rede Ecovida, conforme já se afirmou, participa de conselhos e fóruns de desenvolvimento territorial, principalmente em virtude de corroborar com a idéia de participação como parte do processo de desenvolvimento, dos recursos públicos que são disponibilizados através desses fóruns e ao fato de que quase todos os conselheiros estarem ligados ao meio rural, o que garante certo alinhamento, mas também disputas.

Em função dos conflitos de classe, a importância que os fóruns de consenso tomam atualmente é evidenciada pela parcela do orçamento da união destinado ao pagamento da classe rentista e a redução do valor do salário mínimo em relação à evolução do PIB per capita. Atualmente mais de 44% do orçamento público da união foi gasto com o pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida em 2010 (FATORELLI, 2011). De acordo com o Dieese (2011), a evolução do PIB per capita cresceu cerca de 400% entre 1940 e 2004 enquanto que o salário mínimo caiu à menos da metade do PIB per capita da época. O Dieese indica também que o salário mínimo atual corresponde à cerca de ¼ do salário mínimo da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS AO CAPÍTULO

O trabalho agrícola, particularmente dos pequenos agricultores, não tem sido objeto de estudo e, por sua vez, a alienação deste tipo de trabalho também não é estudada. Como, neste caso, pode ser desenvolvido pelos pequenos agricultores, parte-se do pressuposto que o trabalho agrícola não obedece às mesmas formas de alienação do urbano ou industrial. De fato são diferentes, pois a jornada de trabalho se distingue e o controle sobre o trabalho, na maioria das vezes, embora não seja sempre, é realizado pelo pequeno agricultor, proprietário de alguns meios de produção. No entanto, o setor agroalimentar se encontra cada vez mais subordinado aos interesses do capital agroindustrial, o que obriga os agricultores atender às demandas e seguir as formas produtivas definidas pela indústria.

Além disso, há uma busca constante, por parte do capital agroindustrial, por reduzir os custos operacionais. Desta forma, procura-se reduzir os custos com logística, assistência técnica e outros custos a partir da concentração da produção. Este processo tem promovido a concentração do capital na agricultura, resultando em um número cada vez menor de agricultores integrados e na exclusão dos produtores menores, particularmente na produção de animais confinados (suínos e aves).

O aumento da produção e da produtividade do trabalho faz algumas vezes surgir o trabalho assalariado na agricultura, mas em outras vezes ele permanece como familiar. Apesar disso, o aumento da produtividade do trabalho, viabilizado pelo desenvolvimento das forças produtivas, faz reduzir o número de pessoas que trabalham ou se ocupam em atividades agrícolas. De acordo com o IBGE, no período compreendido entre os dois últimos censos agropecuários (1996-2006), o número de pessoas ocupadas no campo reduziu em mais de um milhão, apesar do grande crescimento da produção neste mesmo período.

As tendências de desenvolvimento do trabalho assalariado ou do trabalho familiar não é o que define a especificidade de um tipo de desenvolvimento da agricultura sob o capital. É necessário se verificar, conforme afirmava Lênin em “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América” (1981 [1902]), a composição orgânica do capital. Ou seja, há uma tendência de crescimento do

capital constante e variável, embora isso não resulte imediatamente na separação capital-trabalho.

Essa especificidade da agricultura, dessa separação não ocorrer no mesmo nível do que no setor industrial, é condicionado principalmente pela sazonalidade do trabalho agrícola, que na produção de grãos se concentra em determinadas épocas do ano, e pelo fato de a terra ser, diferentemente da indústria, um recurso monopolizável-irreprodutível. Este último aspecto limita a concentração em virtude de que para aumentar a produção o capitalista necessita também adquirir mais terras ou elevar a produtividade das suas. Se tiver que adquirir enfrenta o limite da tendência de elevação de seu preço. Isso, no entanto, não tem sido um limite naquelas atividades em que a elevação da produção não se encontra condicionada à necessidade de ampliar a área cultivada, como é o caso da produção animal em sistema de confinamento, principalmente de aves e suínos. Neste caso, a elevação da produção vem acompanhada de um aumento da participação do trabalho assalariado.

O fato de a terra ser um recurso monopolizável e irreprodutível limita a concentração, mas não impede. A concentração ocorre através da tendência de elevação da área média, tanto em regiões caracterizadas pelo predomínio de grandes proprietários, quanto em regiões sob o predomínio de pequenos. No primeiro caso, os grandes proprietários compram ou arrendam as terras de pequenos ou médios para formar uma área contínua sob um único domínio agrícola, gozando das vantagens técnicas e econômicas de ser grande, o que contribui para viabilizar o trabalho assalariado. Isso ocorre na produção de grãos e cana-de-açúcar no Centro-Oeste e Sudeste brasileiros, mas também no Norte e Nordeste. Nas regiões onde predominam os pequenos proprietários, há uma tendência dos produtores medianos adquirirem as terras dos menores e ampliar a área sob seu domínio, assim como no primeiro caso, mas normalmente sem viabilizar o trabalho assalariado, mantendo-o como familiar em função da ampliação do grau de mecanização. Isso ocorre principalmente no Sul do Brasil e se constituiu numa característica da agricultura dos Estados Unidos, mas também da União Européia, conforme destacou Lamarche *et al* (1993; 1998).

No Brasil essa concentração da produção foi recentemente demonstrada por Rocha e Alves (2010). Os autores concluíram, com base no Censo Agropecuário do

IBGE (2006), que cerca de 22 mil agricultores, 0,5% dos 5,1 milhão de estabelecimentos agropecuários existentes no país, produzem mais de 50% da produção nacional.

A produção de animais confinados possibilita um trabalho mais regular ao longo do ano, já que nestas atividades o trabalho é desenvolvido diariamente. O aumento da composição orgânica de capital nestas atividades vem promovendo a substituição dos pequenos proprietários por médios e grandes, viabilizando, a partir de então, o trabalho assalariado. Na suinocultura este processo se encontra bastante consolidado, já que a maior parte dos produtores contrata força de trabalho. Na avicultura este processo começa a se consolidar.

Em que pesem os distintos tipos de desenvolvimento verificados no campo brasileiro, sob o domínio da grande ou da pequena exploração, com ou sem o uso de trabalho assalariado, verifica-se um aumento bastante elevado das forças produtivas na maior parte das atividades agrícolas, resultando em aumento da produtividade do trabalho e redução do número de pessoas ocupadas na agricultura. Além disto, a agricultura passa a se afirmar, cada vez mais, como produtora de valor de troca em detrimento da redução da proporção da produção como valor de uso. Isso não significa que a agricultura não produza mais como valor de uso, como o que ocorre em outros setores econômicos, mas que a importância desta produção se reduz.

O trabalho agrícola, desta forma, passa por uma transformação bastante grande, já que a agricultura é predominantemente produtora de valores de troca e segue um ritmo de desenvolvimento capitaneado pela indústria. Sendo assim, o trabalho agrícola também se modifica profundamente. Isso porque o aumento da produtividade do trabalho não resulta em redução da jornada individual do agricultor ou do trabalhador assalariado, mas segue uma tendência de redução da quantidade de trabalho vivo, como em outros setores econômicos, já que não se encontra isolada da lógica de desenvolvimento do conjunto da sociedade. Embora não se assemelhe a uma linha de produção industrial, a divisão social do trabalho leva o trabalhador agrícola, principalmente se ele for um trabalhador assalariado, a desenvolver algumas atividades específicas no âmbito do sistema de produção em que está inserido, não se distinguindo totalmente.

Neste sentido, o trabalhador assalariado, que não possui os meios de produção e nem o controle sob o seu trabalho, desenvolve um trabalho que o aliena, já que não possibilita o desenvolvimento de suas capacidades enquanto ser humano, naquilo que poderia ser seu tempo livre, e também não possui a compreensão total do processo de produção em que está inserido. O pequeno proprietário, por sua vez, também não tem a compreensão total do processo de produção em que se insere, já que se encontra subordinado ao capital industrial, que define como deve produzir. Além disso, o fato de suas forças produtivas serem menos desenvolvidas normalmente o obriga a trabalhar mais para se viabilizar na atividade econômica enquanto pequeno proprietário-capitalista, já que produz com um valor individual acima do valor médio social.

Ou seja, do ponto de vista da alienação, tanto o trabalhador assalariado quanto o pequeno proprietário se encontram em condições semelhantes, embora o pequeno agricultor, enquanto proprietário de alguns meios de produção, não separa totalmente a unidade de produção da família e os negócios do convívio familiar, condição que não se apresenta ao trabalhador assalariado. Este último tende a ver seu trabalho como um trabalhador qualquer de quem necessita vender sua força de trabalho para atender suas necessidades vitais e sociais. Já o pequeno proprietário acredita na possibilidade de se afirmar enquanto pequeno ou médio capitalista, mesmo sabendo que se encontra ou subordinado diretamente à indústria ou ao desenvolvimento das forças de produtivas, ambas limitando sua possibilidade de ascensão.

Do ponto de vista político-ideológico, o pequeno agricultor tende a se colocar em oposição ao trabalhador assalariado, temporário ou permanente, pelos motivos expostos. Na atual fase de centralização do capital, interessa à grande burguesia preservar o sentimento da possibilidade de ascensão econômica e social presente nos pequenos proprietários, com quem poderá contar politicamente. Desta forma, a inviabilidade deste tipo de produção passa a ser remetida quase que exclusivamente às políticas desenvolvidas pelo Estado, que seriam inadequadas, e não em função do tipo de desenvolvimento que não permite que grande parte dos pequenos agricultores não consiga se viabilizar.

É diante deste contexto atual que se encontra a Rede Ecovida e sua proposta educativa. Neste capítulo se destacou o estágio atual do desenvolvimento

da agricultura brasileira e alguns dos elementos históricos que contribuíram para tal. Na seção seguinte se apresenta a gênese da Rede diante do contexto em que se produziu e desenvolveu um tipo de prática política e educativa como forma de se contrapor aos aspectos negativos da modernização conservadora da agricultura brasileira. Como não é possível compreendê-la por si só, fora deste contexto que a produziu, destacam-se os aspectos que aqui se considera os que mais influenciaram nesta articulação, que se assentou em uma concepção de prática política e educativa que deu origem a um conjunto de organizações sociais do campo do Sul do Brasil.

3 A GÊNESE E A PRÁTICA EDUCATIVA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

A Rede existe enquanto tal em função das experiências concretas que existiam antes da constituição dela. A articulação das experiências concretas permite que elas tenham um *upgrade* pela capacidade de se conhecerem melhor. Também tem a capacidade de se apresentar melhor na sociedade. Tem como objetivo, portanto, potencializar, dar visibilidade, explorar mais as experiências pelo intercâmbio. Ao conhecer outras experiências, permite explorar os potenciais da família e do grupo. A Rede é razoavelmente ouvida, como na aprovação da nova legislação (Membro da coordenação da Rede Ecovida, entrevista, janeiro de 2010).

O capítulo três tem como objetivo compreender a Rede Ecovida, sua gênese e as bases materiais da produção e reprodução de suas práticas. No que se refere às origens, procura-se apresentar as diversas influências constitutivas, particularmente a igreja – através das comunidades eclesiais de base, o movimento ambientalista, o sindicalismo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3.1 A GÊNESE DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Duas décadas de ditadura (1964-1985) deixaram profundas marcas nos movimentos sociais brasileiros. Logo de início, o governo militar tratou de engavetar o projeto de reforma agrária do governo João Goulart e colocou um projeto de modernização da agricultura como alternativa, pois se pressupunha que, com o estímulo do estado nacional via crédito, pesquisa e assistência técnica; a utilização de máquinas, insumos e tecnologias resolveria o problema da produção e criaria condições para o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico (SCHULTZ, 1965). Iniciou-se, assim, a chamada “Revolução Verde” no Brasil, também conhecida como modernização conservadora, que contribuiu para promover o aumento da produção agrícola, o êxodo rural, a urbanização e a constituição das grandes cidades brasileiras.

Nos anos seguintes, o regime militar tratou de intensificar a repressão às oposições ao regime e interviu nos sindicatos. Os sindicatos perderam as condições

de fazer oposição, tornaram-se dependentes do repasse de recursos governamentais e passaram a executar atividades assistencialistas aos seus associados, tornando-se, efetivamente, um braço do Estado brasileiro (RODRIGUES, 2004). Além disso, o Ato Institucional nº 05, de 1968, aumentou o controle sobre os movimentos de oposições.

Nesse contexto, setores da Igreja Católica passaram a abrigar os movimentos de oposição. A Igreja, através da Teologia da Libertação e das pastorais (Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude e Pastoral Operária, principalmente), exerceu grande influência nos movimentos sociais brasileiros durante esse período. Assim, contribuiu para imprimir, nas lideranças e nos movimentos sociais que se formavam, tanto no meio rural quanto no urbano, a idéia de participação da base, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). No meio rural, frutos desse processo, formaram-se o sindicalismo rural Cutista (Fetraf-Sul, atualmente), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), diversas ONG's, entre outros²⁰.

Apesar dos distintos caminhos que viriam a se tomar nos anos seguintes, pode-se afirmar que os movimentos sociais do campo tiveram em setores da Igreja Católica o mesmo berço político, conforme demonstra Schmitt (1996). Para a autora:

Neste primeiro momento, a luta dos sem-terra, a luta dos pequenos agricultores, a organização das mulheres e dos jovens, apareciam como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era "uma nova sociedade" (...) Em meados dos anos 80, na região do Alto Uruguai, no Norte do Rio Grande do Sul, os jovens egressos dos cursos de lideranças da Pastoral da Juventude optavam formalmente por atuar na luta pela terra, no movimento dos atingidos por barragens ou movimento sindical (SCHMITT, 1996, p. 194).

Além da idéia de participação da base, que pressupunha dar condições ao empoderamento político, o Encontro de Medellin²¹, ainda nos anos 60, definiria uma

²⁰ Os movimentos que se formavam nessa época carregavam uma influência da igreja, que propunha a participação da base, e outra marxista, a partir da qual se fazia a interpretação da realidade social e econômica. A estrutura dos cursos de formação de lideranças durante os anos 80 ajuda a revelar essas duas influências.

²¹ Atribui-se, normalmente, a opção pelos pobres ao Encontro de Puebla, realizado em 1978. Conforme César Sanson, em entrevista concedida ao autor em 28 de junho de 2007, no Encontro de

outra opção política que marcaria profundamente a igreja e os movimentos que aí surgiriam: a opção pelos pobres. Vários autores reconheceram a importância dessa opção, mas também alguns limites dela. Martins (2000), destaca que houve uma redução do conceito de pobreza, que passou a ser definido pelo acesso à renda. Para o autor, desconsideraram-se outras dimensões da pobreza, não tratando da própria forma como ela é produzida e de outras dimensões que ela possui. Almeida (1992), analisando o sindicalismo rural, destaca alguns aspectos da ideologia religiosa presente nessa opção. Para o autor:

(...) a solidariedade religiosa e o compromisso pastoral, enquanto motivação para a participação sindical, são limitados quando seus portadores não são economicamente beneficiados pela prática sindical, enquanto a instituição passa a refletir distinções e contradições sociais que implicam dilemas e conflitos organizacionais. Isso evidencia, ainda, o confronto entre a concepção de organização sindical elaborada pela igreja, que homogeneiza os trabalhadores na categoria “pobres”, e a realidade contraditória do conjunto dos trabalhadores rurais, revelando interesses distintos e opostos a serem representados (ALMEIDA, 1992, p. 157).

As contradições sociais apresentadas por Almeida, além de outros motivos sobre os quais se tratará mais adiante, contribuíram para que os movimentos sociais do campo que foram gestados no espaço da igreja, que pressupunha o trabalho de base e a opção pelos pobres, comesçassem a se autonomizar. Assim, no início dos anos 80, vários movimentos começaram a surgir e a ganhar vida política própria. O quadro a seguir apresenta os principais fatos e processos que marcaram os movimentos sociais do campo, bem como os momentos políticos que contribuíram à conformação de um campo político em que a Rede Ecovida de Agroecologia se insere.

Os anos 80 foram marcados pela redução do crescimento econômico mundial, o que intensificou os problemas sociais resultantes do “desemprego tecnológico” da agricultura. Enquanto o capitalismo procurou reestruturar-se frente à redução do crescimento econômico, através de um ajuste no regime de acumulação e de uma nova ideologia, os movimentos sociais questionavam o modelo de desenvolvimento, afirmando que ele provocava crises econômicas e sociais. Esse

Medelin, realizado em finais dos anos 60, já se havia feito essa opção e que Puebla apenas o reforçou. Esse último ganhou maior visibilidade no Brasil em função de que um novo contexto político estava sendo colocado com o enfraquecimento do regime militar e do fortalecimento das formas de oposição ao regime.

processo ocorria ao mesmo tempo em que o socialismo soviético, o principal referencial ideológico de muitos movimentos sociais, embora com certas críticas, se enfraquecia e chegou ao seu fim em 1989. No Brasil, esse período foi marcado para um regime político que passou a ser chamado de democrático, caracterizado pela existência de eleições diretas para todas as esferas do executivo e do legislativo, que prezava pela participação social, trazendo a sensação de que uma nova fase de organização social poderia estar em curso, superando a fase de repressão política e a própria crise de referenciais ideológicos.

Assim, pressupunha-se que a democracia e a participação social criariam condições para que a riqueza social fosse melhor distribuída. Se essa opção poderia ter críticas entre os grupos de esquerda, a queda do Muro de Berlim e o fim do socialismo soviético acabariam por confirmá-la. Isso contribuiu para estabelecer a aposta por ganhos sociais através da participação política que se criou através da democracia. Em 1994, no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República adotou-se a idéia de “Revolução Democrática”. Trata-se de um fato importante em virtude de que uma grande parte das pessoas que compõem esse campo político se encontrava e se encontram filiados ao partido, influenciando decisivamente nas opções políticas dessas organizações. Para Amaral (2003):

A idéia de Revolução Democrática é fruto de discussões realizadas dentro do PT a partir de seu 1º Congresso, ocorrido em dezembro de 1991. Naquela ocasião, o partido se propunha a realizar a “atualização do seu projeto histórico, fruto de 11 anos de luta pela democracia e pela igualdade social”. Nas resoluções aprovadas no Congresso, volta-se a condenar as experiências do socialismo real e da social-democracia. Sobre o primeiro, o partido afirma “o socialismo real teve como resultado global uma verdadeira contra-revolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e a concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante (AMARAL, 2003, p. 113).

Assim, passou-se a apostar na participação social, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro abria canais de interlocução, principalmente via conselhos tripartites. Participando desses espaços, as organizações passaram a se comprometer com certas metas e acordos. O repasse de recursos públicos através de projetos, mais facilitados agora em relação ao período anterior, de certa forma

obrigaria as organizações a dialogar mais com os órgãos do Estado e com as ideologias nele presentes²². Com relação a esse tema, Schmitt (1996) afirma que:

Em decorrência da crise vivida pelo setor público na área social, torna-se cada vez mais difícil, para o movimento sindical, obter, a partir da luta reivindicativa, resultados econômicos para os agricultores. Na ótica do colono, a transformação do sindicato assistencialista, que presta atendimento médico e odontológico, em um sindicato “combativo”, que fiscaliza e reivindica, não consegue se refletir em benefícios concretos, pelo menos no plano imediato. A resposta dada pela maioria dos dirigentes sindicais do campo combativo será a manutenção de uma estrutura híbrida, onde os momentos de luta coexistem com a rotina de atendimento individualizado no balcão do sindicato (SCHMITT, 1996, p. 209-210).

Entre as organizações sociais do campo houve, nos anos 90, um rompimento político, mesmo que não completo, entre a Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT). O último compunha com a Contag entre 1995 e 1997, fazendo parte de sua direção. Com o rompimento, constituiu-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC (Fetrafesc), em 1997, dando suporte à criação da Fetraf-Sul em 2001²³. O Grito da Terra Brasil, que era realizado pela Contag, MST e o DNTR/CUT, atualmente é realizado somente pela Contag, pois o MST e a Fetraf (antigo DNTR) criaram espaços próprios de luta e reivindicação. Essa cisão ocorreu em virtude de diferenças em termos de projeto político e em função da busca pela constituição de espaços próprios e maior autonomia.

Atualmente, a Contag define-se pelos agricultores familiares e pelos trabalhadores rurais, utilizando as duas terminologias, e reivindica políticas agrícolas e política salarial. Já a Fetraf-Sul define-se pelos agricultores familiares e reivindica, principalmente, política agrícola e participa em processos de negociação com governos e agroindústrias. Tanto a Fetraf-Sul quanto a Contag também falam de reforma agrária, mas, verifica-se que não se pretende incluir os pobres e

²² Apesar disso, diversas alternativas geradas pelos movimentos sociais do meio rural contribuíram para garantir melhores resultados em termos de reprodução social e, também, para um maior protagonismo por parte dos agricultores envolvidos.

²³ Nesse mesmo período constituíram-se, a partir do sindicalismo rural cutista, outras duas federações: as Federações da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul e de São Paulo (FAF-MS e FAF-SP). Nos anos seguintes, como resultado da articulação do DNTR/CUT e impulsionada pela Fetraf-Sul, criaram-se Fetraf's em diversos estados brasileiros, culminando, em 2005, com a criação da Fetraf-Brasil.

desempregados urbanos que o MST inclui. Entretanto, a reforma agrária tende a ocupar um espaço um pouco maior na pauta da Contag de que na pauta da Fetraf-Sul, embora vários sindicatos da Fetraf-Sul tenham organizado ocupações de terras e ambas sejam favoráveis ao crédito fundiário. Isso porque se criou uma disputa em torno da luta pela terra, em que o MST atualmente é hegemônico. Assim, o sindicalismo e outros movimentos vêm-se diante da necessidade de tratar do tema sem cair no vácuo gerado pelo MST.

No meio sindical, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (Fetraf-Sul), utiliza-se do estudo FAO/INCRA (2000) para ressaltar a oposição entre agricultura familiar e patronal, pois a primeira garantiria a maior parte dos alimentos básicos e seria capaz de gerar maior valor bruto de produção por unidade de área. Por isso, sua luta política consiste na busca de política agrícola e políticas sociais que garantam o fortalecimento da agricultura familiar. A Fetraf diz se diferenciar da Contag por ser mais combativa e promover um sindicalismo independente, renovado e a partir da base social. No entanto, a Contag e as Fetag's questionam a organização da Fetraf-Sul em sua base sindical e a especificidade da agricultura familiar:

(...) deve ser garantido na prática o princípio da unidade sindical, por categoria e base territorial, e de que a estrutura Confederativa da Contag (Contag-Fetag-STRs) é a legítima representante da categoria dos trabalhadores rurais de uma forma geral, abarcando os assalariados, proprietários, parceiros, meeiros e arrendatários, que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, não tendo que se falar em especificidade que foi o argumento usado pelos pretensos criadores do sindicalismo da agricultura familiar (FETAG/RS, fevereiro de 2007, p. 4).

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que participa da coordenação da Via Campesina, articulação internacional, a contradição fundamental se localiza na concentração demasiada da propriedade fundiária no Brasil. Se, de um lado, a Fetraf-Sul e Contag afirmam que a direção do trabalho é uma categoria importante, para o MST, de outro lado, ela não possui o mesmo nível de importância, pois seria necessário focar no ponto fundamental do conflito, a propriedade fundiária concentrada. Entretanto, mesmo assim, nos últimos anos o movimento tem levantado outras bandeiras, como a agroecologia e oposição aos

produtos transgênicos, como formas de se fazer a oposição à centralização do capital.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que reúne as federações estaduais da agricultura (patronais), por diversas vezes tem criticado o privilegiamento da agricultura familiar, procurando desqualificar a importância atribuída a este segmento pelo estudo FAO/INCRA (2000), questionando a metodologia adotada e desenvolvendo outro estudo, em que afirma que a agricultura familiar beneficiada pelos critérios do Pronaf possui um nível de importância econômica menor da considerada pelo estudo FAO/INCRA. A Confederação, que possui um departamento que trata da pequena propriedade, diz-se no direito de representar todos os agricultores e que não se deveria criar oposição entre familiares e patronais. Coloca-se contrária à reforma agrária e adota um discurso único em prol do agronegócio, já que este garantiria alimentos, empregos e saldos positivos à balança comercial brasileira.

No âmbito dessas disputas, constitui-se no Brasil, nos últimos anos, o campo político da agricultura familiar (CPAF), formado por organizações do campo (sindicalismo, cooperativismo e ONGs). Sua qualificação como tal tem muita vinculação com o esforço teórico e político de universidades que acabaram forjando ao Estado a denominação de agricultura familiar para se contrapor à agricultura patronal. O desenvolvimento de políticas públicas específicas a esse grupo social, estimuladas por organizações multilaterais, como a FAO e o Banco Mundial, contribuiu definitivamente para afirmá-lo.

Essa nova identidade “agricultura familiar” pareceu garantir/ consolidar, ao menos temporariamente, um campo político que se percebia em oposição ao agronegócio (utilizado para designar as grandes propriedades agrícolas e as grandes empresas do setor) e que se encontrava, de certa forma, à sombra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em oposição ao sindicalismo do Sistema Contag. Isso porque o MST se fortaleceu muito entre meados dos anos 80 e 90, tomando a cena política no que se refere às questões rurais brasileiras. A noção de agricultura familiar contribuiu, portanto, juntamente com a constituição de políticas específicas, para dar “um lugar ao sol” a essas organizações sociais desse campo.

No período compreendido entre 1999 e 2001/02, essas organizações, que passaram a se definir pela agricultura familiar, articularam-se através da Frente Sul da Agricultura Familiar, com o objetivo de se fortalecer politicamente. Além disso, buscavam afirmar a própria identidade “agricultura familiar” que à época estava começando a ganhar respaldo político. Mesmo que esse Fórum tenha sido desarticulado apenas três anos após, por motivos que serão discutidos mais adiante, essas organizações mantêm relações políticas estreitas, ora no âmbito regional (Sul do Brasil), ora no âmbito local (município, microrregião).

O quadro a seguir apresenta uma cronologia dos principais fatos e processos ocorridos na história dos movimentos sociais do campo na região Sul do Brasil. Apresentam-se, também os fatos políticos e econômicos que mais interferiram na economia, na política e na agricultura brasileira, cujos reflexos se estendem ao objeto da presente pesquisa.

Ano/ Período	Movimentos sociais do campo da região Sul	Política, economia e agricultura
1963/65	Criação da Contag (1963/64) e das Fetag's no Sul (Fetaep, Fetaesc e Fetag-RS)	Reforma Agrária é colocada em pauta Elaboração Plano Nacional de Reforma Agrária Estatuto do Trabalhador Rural Estatuto da Terra Regime Militar (1964) Início do processo de modernização da agricultura
1966/77	Constituição da Assesoar (1966) – mais antiga ONG do campo da AF Sindicalismo sob intervenção Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) Comissão Pastoral da Terra – CPT (1975) Constituição da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)	Ato Institucional nº 5 (AI-5) – ofensiva aos partidos e movimentos de esquerda Investimentos públicos em infra-estrutura Estruturação de instrumentos de política agrícola (assistência técnica, pesquisa e extensão rural) Altas taxas de subsídio ao crédito rural Êxodo Rural/ formação das grandes cidades Crescimento econômico alto (até 1973/74).
1978/82	Sindicalismo ABC Paulista/ “Novo Sindicalismo” (1978) Primeiros Sindicatos “Novo Sindicalismo Rural” (1978) Articulação Sindical Sul (1981/82)	Enfraquecimento do poder Militar Redução do crescimento econômico Fortalecimento dos grupos de oposição ao regime militar
1983/85	CUT (1983) MST (1985) Constituição do Instituto Vianei (1983) e Camp (1984) Movimentos Ecológicos/ EBAA's e ERAA's.	Baixo crescimento econômico Campanha “Diretas Já” Eleições diretas para os governos estaduais Redução da oferta de financiamento público à agricultura Início da Nova República
1986/89	Constituição de diversas ONG's (Rureco, Deser, Cepagri, Esma, Ativação) Criação da CRAB (RS e SC)/ CRABI (PR) e MAB Criação do MMA (SC)/ MMTR (RS) Fortalecimento do MST	Baixo crescimento econômico Taxa de inflação elevada Promulgação da Constituição Federal (1988) e “reabertura democrática” Conquistas previdenciárias aos segurados especiais Consenso de Washington (1989)
1990/92	Constituição do Fórum Sul dos Rurais da CUT (1991/92) Adoção da ideia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento (1992, 2º Congresso do DETR-RS, Erechim) Discussões sobre “organização da produção” Adoção do termo “Agricultura Familiar” (1992 – estudo Deser/Assesoar).	Queda do Muro de Berlim, fim da União Soviética (1989/91) e do “socialismo real” Derrota de Lula e eleição de Collor à presidência da República (1989) Intensificação do processo de abertura comercial Desmonte dos instrumentos de política agrícola Encontro das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Eco 92/Rio 92)
1993/97	Seminário “Crédito de Investimento – uma luta que vale milhões de vidas”/ Categorização da AF com base no Censo Agropecuário (Deser/ Fórum Sul dos Rurais da CUT, 1993) Filiação da Contag à CUT (1995) Composição entre o DNTR/CUT e Contag (1995/97) e dos DETR's com as Fetag's no Sul (exceto em SC) Realização dos “Gritos da Terra” (CUT, Contag, MST – 1995/97) Início da criação de agentes econômicos da AF (Cresol, Crehnor, desestatização da Corlac) Criação do MPA (a partir de cisão no DETR-RS e aproximação ao MST, 1996) MPA conquista Pronaf C e se consolida. Criação da Fetrafesc (1997)	Plano Real (1994) Início da retomada da política de crédito rural Estudo “Diretrizes de política Agrária” (FAO, 1994) Programa Petista adota a ideia de Revolução Democrática Criação do Provap (1994) e Pronaf (1995) Início Governo FHC (1995) Criação do Procerá (1993) e do Pronera (1997/98) destinados aos assentamentos da R.A Privatização de empresas estatais Força Sindical apóia política de privatização CUT procura se “reinventar” frente à Força Sindical, a política de privatização e da redução da oferta de empregos. Aprofundamento da concentração agroindustrial
1998/00	Constituição da Frente Sul da AF (1999) Constituição da Rede Ecovida de Agroecologia	2º Governo Fernando Henrique (1999) Lançamento dos programas de “Novo Mundo

Ano/ Período	Movimentos sociais do campo da região Sul	Política, economia e agricultura
	(1998) Projeto Terra Solidária (1999) MST adere à agroecologia Instrução Normativa da Agricultura Orgânica (IN007)	Rural” apoiados pelo Banco Mundial Estímulo aos conselhos tripartites Deslocamento industrial e início do “Fenômeno China” Fim do Procer/ incorporação ao Pronaf Criação do MDA
2001/02	Constituição da Fetraf-Sul (2001) Fetraf-Sul realiza Caravana da AF com Lula (2001) Desativação da Frente Sul da AF (2001/02) Ampliação dos agentes econômicos da AF (Cresol, Corlac) e constituição de novos (Sisclaf, Ascooper, Coopafi, Cooperhaf) I Encontro Nacional de Agroecologia (RJ)	Ameaça de crise econômica no Brasil Impopularidade da política econômica de FHC I Fórum Social Mundial Eleição de Lula à presidência da República sob apoio de setores de centro-esquerda. Adoção da idéia de Desenvolvimento Territorial pelo CNDRS/ MDA
2003/11	Jornada de Agroecologia do PR (MST, Fetraf-Sul, CPT, ONG's) Constituição da CMS (2003) Constituição do Fórum Nacional de Reforma Agrária Criação do Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) para tratar da legislação nacional Cisão do Sistema Cresol (PR e SC; SC e RS - 2004) Criação da Unicafes (2005) Criação da Fetraf-Brasil (2005) CUT procura nova conciliação entre os rurais (Contag e Fetraf's, 2004/05). Constituição da Via Campesina no Brasil Encontros Sementes Crioulas em Anchieta – SC (ONG's, Fetraf-Sul, MST, MPA, CPT) II Encontro Nacional de Agroecologia (Recife – 2006) Cresol Baser (PR e SC) aproxima-se da Contag e das federações no PR e SC (Fetaep e Fetaesc) Expansão do Cooperativismo de crédito para a região Sudeste do Brasil e ampliação no Sul Encontro Nacional de Diálogos e Convergências (Salvador – 2011)	Início do Governo Lula (composição de centro-esquerda) Sindicalistas ocupam cargos no governo federal Manutenção da política econômica Enfraquecimento dos movimentos sociais Novos instrumentos de política agrícola para a AF (PGPAF, Proagro, Proagro Mais, PAA, etc.) Criação do Conselho Nacional de Comunidades Tradicionais Estímulo governamental aos agrocombustíveis. Início de grandes investimentos para a produção de álcool e biodiesel Início da comercialização de créditos de Carbono na BM&F Brasil. Discussão sobre política nacional para remuneração de serviços ambientais Reformulação do Código Florestal prevendo um afrouxamento da legislação ambiental Crescimento econômico brasileiro sustentado pelo preço internacional elevado das <i>commodities</i> agrícolas e minerais Algumas empresas brasileiras do setor agroindustrial e mineral se consolidam entre as maiores do mundo Início do Governo Dilma com ampliação do leque de alianças políticas

Quadro 1 – Cronologia dos principais fatos e processos ocorridos na história dos movimentos sociais do campo na região Sul do Brasil e na política, economia e na agricultura (1960-2011).

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Ferreira (1987), Schmitt (1996), Bittencourt & Favareto (1999), Bonato (2003), Schmitt *et al* (2003), Zanella (2004), Coletti (2005), Nunes (2007) e entrevistas. Elaboração: Nunes (2007).

Verifica-se, através do quadro acima, que no último decênio se amplia o número e a importância das organizações econômicas do campo político aqui estudado, através das formas cooperativas, ao mesmo tempo em que aumenta também o número de políticas destinadas ao segmento social denominado de familiar. Esse período consolida e afirma as demandas postuladas por este campo no período anterior, particularmente nos anos 90, quando o sindicalismo define sua agenda em relação à necessidade de políticas que poderiam garantir a viabilidade econômica dos pequenos agricultores. Além disso, reivindica-se também a

“participação cidadã” nas estruturas do Estado brasileiro, na execução de políticas públicas e no âmbito das próprias experiências organizativas.

O sindicalismo rural cutista da região Sul, atualmente representado pela Fetraf-Sul, passou, a partir de 1992, a adotar a idéia de Desenvolvimento Alternativo, que consolida os objetivos políticos deste sindicalismo neste período. O Documento Final do V Encontro da Agricultura Familiar, organizado pela Frente Sul da Agricultura Familiar, conhecido como Documento de Chapecó, revela que a idéia de Projeto de Desenvolvimento Alternativo estava presente também naquele encontro realizado em 2002. Fruto dessa articulação (FSAF), algumas organizações passaram a adotar o “Projeto Alternativo de Desenvolvimento” explicitamente em seus objetivos institucionais, mas outras utilizam em algumas situações mais específicas ou utilizam as idéias que caracterizariam o PAD, conforme descrito no documento de Chapecó e em documentos da Frente Sul, em que uma parte das organizações do campo político estudado se articulou entre 1999 e 2001. A Frente Sul se constituiu em:

(...) uma articulação de organizações da agricultura familiar da região Sul. Fizeram parte da Frente Sul: STR's, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF's), cooperativas de crédito com interação solidária (Cresol), cooperativas de produção da agricultura familiar, cooperativas de serviços de atuação na agricultura, diversas ONG's e pastorais. A coordenação foi desenvolvida principalmente pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT e pelo Sistema Cresol. A unidade da Frente Sul da Agricultura Familiar se deu pela construção de uma pauta e agenda comum, principalmente de negociação junto ao governo federal e na construção da identidade da agricultura familiar. A Frente Sul cumpriu um papel de articulação, representação e de fortalecimento das organizações no período de 1999 a 2001, tendo coordenado a realização do IV e V Encontro da agricultura familiar e III e IV Encontros da Juventude Rural, realizados em 2000 e 2001, tornando-se, desta forma, um dos principais atores da agricultura familiar no período. A desarticulação da Frente Sul ocorreu principalmente pela falta de unidade em torno de que tipo de estrutura deveria se organizar para representar politicamente a agricultura familiar, tendo se acirrado as divergências a partir da fundação da Fetraf-Sul/CUT em março de 2001 (COLETTI, 2005, p. 48).

De acordo com Bonato (2003), de um lado a Frente Sul ganhou visibilidade política, de outro lado, uma série de fatos ocorridos à época garantiu o fortalecimento das organizações individualmente. Para a Fetraf-Sul foi o Projeto Terra Solidária e a Caravana da Agricultura Familiar com Lula, ocorrida em 2001;

para o Sistema Cresol foi a rápida expansão, inclusive para os estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul; a Corlac se fortaleceu “enfrentando com ousadia as multinacionais do leite (em especial, a Parmalat), avançou rapidamente tanto do ponto de vista político como econômico, promovendo a articulação e expansão de cooperativas singulares em várias microrregiões do estado” (BONATO, 2003, p. 19). Nesse período, a Rede Ecovida se fortaleceu através do processo que levou à criação da Instrução Normativa (nacional) da agricultura orgânica e em virtude de sua inovadora metodologia de trabalho. Conclui-se, portanto, que os diversos atores ganharam visibilidade e começaram a se especializar em torno de suas temáticas específicas, de outro lado, diferentes concepções sobre o espaço que cada organização ocuparia politicamente nessa articulação (Frente Sul), bem como os espaços políticos dos indivíduos que compunham, foram decisivos para desarticular a Frente Sul. Para a maioria dos entrevistados, no entanto, o fator que mais pesou na desarticulação da Frente Sul foi a opção da Fetraf-Sul em realizar sozinha a Caravana da Agricultura Familiar, pois isso abalou a relação política com as demais organizações do campo, que já não estavam muito sólidas.

As organizações sociais do campo participam também em algumas redes/ articulações em nível nacional e internacional. O número destas articulações é bastante amplo, mas as mais importantes são apresentadas na tabela abaixo. Essa síntese foi elaborada principalmente a partir de trabalho anterior (NUNES, 2007) e atualizada a partir da pesquisa de campo realizada para este trabalho.

Tabela 2 - Principais Redes/ Articulações em que as organizações do campo participam

Organização Social	Principais Redes/ Articulações que participam
Sindicalismo (Fetraf-Sul)	FETRAF-Brasil/CUT, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, Rebrip, ANA, Articulação Soja, Unicafe
Cooperativas de transformação e comercialização	Unicafe, Fórum Sul do Leite
Cooperativas Crédito	Unicafe, Ancosol
Cooperativas Habitação	Unicafe
ONG's	Ecovida, Abong, Rebrip, Maela, FLO, Fórum Nacional pela Reforma Agrária, Faces, ANA
MST	Via Campesina, ANA, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
MPA	Via Campesina, ANA, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
Rede Ecovida	Maela, FBSAN, ANA, Fórum Latino-americano de SPG's

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevistas e consulta documental.

Em alguns espaços de articulação, como a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), participam o sindicalismo, cooperativas de crédito e cooperativas de transformação e comercialização. Em outros espaços, no entanto, em virtude da natureza da articulação ou da opção política, apenas uma ou outra organização social participa (ANCOSOL, por exemplo), conforme se verifica através da tabela acima. Na articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é onde participam o maior número de organizações sociais do campo dentre as listadas, ou seja, é o fórum que atualmente mais congrega interesses, já que dela fazem parte ONGs, sindicalismo, MST, MPA e a própria Rede Ecovida.

As opções políticas das organizações sociais do campo dependem também, embora não exclusivamente, da base material de produção e reprodução social de quem a compõe. É nesse sentido que na seção a seguir se analisa o local a partir de onde se produz e reproduz as práticas da Rede Ecovida, ou seja, as características das organizações sociais do campo com quem se relaciona atualmente. Procurou-se afirmar, desde o início deste trabalho que a Rede Ecovida não pode ser compreendida em si própria, mas a partir do conjunto de relações historicamente desenvolvidas e que deu origem ao que aqui se denomina de organizações sociais do campo. Isso porque a prática educativa e política da Rede Ecovida de Agroecologia é moldada a partir de uma concepção de educação popular que é compartilhada pelo conjunto das organizações sociais do campo, a partir de onde se desenvolveu, e com quem seus membros ainda mantêm relações, embora possam predominar as relações pessoais ou locais em detrimento das relações institucionais. A seção seguinte procura apresentar a base material historicamente desenvolvida no conjunto destas relações, bem como as atuais.

3.2 A BASE MATERIAL DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA REDE

O contexto anteriormente exposto orientou, de forma mais ou menos consciente, a ação política das organizações sociais do campo, ou ao menos teve que ser considerado. As opções que o sindicalismo faria diante de um quadro político desfavorável ao enfrentamento interferiram nas opções de outras

organizações e movimentos sociais brasileiros. Embora com certas distinções, em virtude de que os impactos da desregulação trabalhista não atingiam o meio rural no mesmo nível que o meio urbano, as opções feitas pelo sindicalismo Cutista, ao qual a Fetraf-Sul se filia, interferiu também no conjunto das organizações sociais do campo.

A partir do início dos anos 90, o Brasil viveu o processo de abertura comercial e adotou os preceitos do Consenso de Washington²⁴. O governo brasileiro daquela época, Fernando Collor de Melo, investiu nesse sentido e o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade à esse processo. Nesse ínterim, a Força Sindical, na época a segunda maior central sindical, apoiou o processo de privatização de empresas estatais com a condição de que os trabalhadores pudessem participar de seu controle acionário. Criava-se, assim, um novo contexto político, já que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a principal central sindical, que se opunha ao processo de privatização, começava aos poucos ficar sem voz diante da sociedade brasileira e dos trabalhadores que representava, reduzindo sua capacidade de mobilização.

O deslocamento industrial para locais com menor valor da força de trabalho (China, por exemplo), o fechamento de postos de trabalho e a ameaça de perda de direitos sociais através de uma possível reforma trabalhista, colocaram as centrais sindicais na defensiva, conforme afirma Ridenti (2006). Isso porque, o objetivo

²⁴ O Consenso de Washington, de 1989, é um marco político importante nesse sentido, pois as diretrizes apresentadas no documento do encontro ainda servem como guia à atuação das agências multilaterais (FMI, OMC). "Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. E quem cunhou a expressão *"Consenso de Washington"*, através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais: 1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) Taxa de câmbio competitiva; 6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) Privatização, com a venda de empresas estatais; 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Propriedade intelectual" (NEGRÃO, 1998, p. 41-42).

sindical desse período passou a ser não a busca de novas conquistas aos trabalhadores, mas evitar perder as conquistas do período anterior.

Costa (1995), citado por Tumolo (2002), afirma que uma das respostas às ameaças às organizações representativas dos trabalhadores tem sido a busca da negociação, como é o caso da CUT. Para o autor:

Nos últimos anos, delineou-se, articulou-se e estruturou-se na CUT uma compreensão de que a solução para a crise capitalista será encontrada no sindicalismo de negociação, na participação dentro da ordem dominante. Assim, a CUT procurou dirigir suas lutas para a maior distribuição de renda e melhoria para os trabalhadores, não colocando como horizonte a supressão da sociedade de classes. (...) A ação ofensiva e destacada da CUT encontra-se obstaculizada pela opção reformista de privilegiar as negociações tripartites e as câmaras setoriais, limitando-se à conquista de reformas na ordem capitalista. Essa compreensão, majoritária na CUT, é responsável pela gradativa substituição das mobilizações e greves por entendimentos com o patronato, levando ao defensismo e à perda de sua representatividade política e ideológica, como um dos instrumentos de transformação revolucionária da sociedade (COSTA, 1995, p. 240 apud TUMOLO, 2002).

Considerando as opções do sindicalismo em procurar a negociação com o governo e empresários, criaram-se diversos conselhos, cujo objetivo seria a concertação de interesses, conforme afirmou Luiz Marinho, ex-presidente da CUT (sd). Para Costa (1995), tratou-se de uma tendência já seguida em diversos países europeus em que os sindicatos tiveram que ceder em relação aos direitos sociais, como na Alemanha a partir do início dos anos 90.

Devido às particularidades de sua luta e da opção de suas lideranças, o MST foi um dos poucos movimentos sociais brasileiros que resistiu à idéia de negociação e participação em fóruns tripartites que buscassem articular interesses de trabalhadores, empresários e governos. Ao contrário dos demais movimentos, o MST continuou adotando as mesmas orientações teóricas e a defesa do socialismo, apesar das transformações na economia e na política com a queda da União Soviética. Isso contribuiu para que o movimento se distanciasse das organizações sociais com quem tinha relações políticas, como o sindicalismo cutista, passando a articular um grupo dos que não partilhavam das mesmas posições políticas²⁵.

²⁵ Apesar de não participar de fóruns de negociação, o MST também recebe apoio financeiro de governos à realização de vários de seus projetos.

A seção seguinte tem como objetivo apresentar como o sindicalismo cutista se desenvolve no campo no Sul do Brasil com a proposta de ser combativo, ligando-se ao movimento nacional surgido no final dos anos 70. No entanto, esse sindicalismo se define a partir daquilo que passou a se chamar de agricultores familiares, o público prioritário de sua política sindical, procurando se diferenciar do sindicalismo até então existente e que se definia pelos trabalhadores rurais. Seu desenvolvimento histórico, no entanto, acompanha em grande parte os rumos que o sindicalismo brasileiro foi tomando nas décadas a seguir, em particular acerca do caráter da luta de classes, da concepção de Estado e sociedade civil, destacando-se a constante busca por resultados econômicos imediatos em detrimento da busca pela superação da sociedade do capital.

3.2.1 O sindicalismo e os “agricultores familiares”

O processo que deu origem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) iniciou-se no final dos anos 70 e início dos anos 80, através das oposições sindicais que deram origem ao chamado “novo sindicalismo” e, em seguida, à CUT. Propunha-se fazer um sindicalismo classista e de lutas, desatrelado da estrutura do Estado, que não se justificasse apenas através do assistencialismo aos seus associados e que fosse organizado e tivesse a voz da base social. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), organizadas através da Teologia da Libertação, da Igreja Católica, teve forte influência na conformação desse tipo de ação, influenciando a gênese de diversos movimentos sociais brasileiros criados à época.

Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais conquistados na região Sul no final dos anos 70 foram Erechim, Chapecó e Francisco Beltrão (BONATO, 2003). A partir de então, com as oposições sindicais, organizou-se um processo que levou à criação da Articulação Sindical Sul²⁶, do Fórum Sul dos Rurais da CUT, do Departamento Nacional e dos Departamentos Estaduais dos Rurais da CUT e, por

²⁶ Tratava-se de uma articulação ampla aonde participavam movimentos sociais do campo estimulados pelas Comunidades Eclesiais de Base, entre os quais o sindicalismo ligado à CUT e o MST.

fim, dando origem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul).

A retomada das lutas sociais no meio rural, no final dos anos 70, coincide com o ressurgimento das greves e mobilizações dos trabalhadores urbanos. A CUT, fundada em 1983, em seu processo de construção procurou integrar a cidade e o campo, reunindo, sob uma mesma estrutura, diferentes vertentes de contestação ao sindicalismo oficial, que surgiram no processo de desintegração do regime militar. Nesse movimento, uma identidade mais abrangente, “o trabalhador” passou a articular identidades singulares associadas a categorias profissionais ou grupos sociais: o operário, o pequeno agricultor, o funcionário público, o bóia-fria (SCHMITT, 1996, p. 189).

A história da Federação é marcada por algumas idas e vindas. Entre a constituição dos DETR's e a criação da Fetraf-Sul houve uma tentativa de se compor as direções da Contag e das Fetag's. A filiação da Contag à CUT foi muito importante na tomada dessa decisão política. Para Schmitt *et al* (2003):

Entre 1995 e 1998 verifica-se uma aproximação com as Federações da CONTAG, tendo em vista a decisão do movimento sindical cutista de disputar a direção da Confederação. A partir de 1997, entretanto, os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à CUT retomam paulatinamente sua dinâmica própria de organização, com a estruturação da FETRAFESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina), a criação, em 1999, da Frente Sul da Agricultura Familiar, a implantação do projeto educacional Terra Solidária e, posteriormente, com a fundação da FETRAF-Sul (SCHMITT *et al*, 2003, p. 119).

Em que pese a importância desse processo histórico na natureza da Fetraf-Sul, foram as lutas e o contexto político e econômico dos anos 90 que imprimiram as condições para o surgimento da Fetraf-Sul. De acordo com Schmitt *et al* (2003):

Ainda que as divergências em relação à estrutura sindical oficial tenham marcado a história da FETRAF desde seu surgimento, foram as lutas dos anos 90, por um crédito diferenciado para agricultura familiar, por linhas emergenciais de crédito para famílias atingidas pela estiagem, pela efetiva implantação dos direitos sociais conquistados na Constituinte, entre outras, que serviram como motor fundamental para seu surgimento (SCHMITT *et al*, 2003, p. 119).

Atualmente, a Federação está presente em 22 micro-regiões do Sul do Brasil, representa uma base de 300 mil famílias de agricultores. Articula 112

sindicatos filiados com base em 266 municípios, os quais possuem 110 mil famílias associadas na região Sul (FETRAF-SUL, 2007). Apesar da ampliação da base sindical da Fetraf-Sul, a maior parte dos sindicatos está concentrada próximo dos primeiros sindicatos conquistados ainda no final da década de 70 e início da década de 80: Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

No que se refere aos objetivos da Fetraf-Sul, verifica-se que há uma tentativa de preservar as características historicamente definidas, de sua origem, com objetivos novos, que dêem conta das questões atuais. A Federação define sua missão da seguinte forma:

- (i) construir a visibilidade, identidade e representação da agricultura familiar;
 - (ii) tornar-se efetivamente um ator político e social no processo de elaboração e construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que considere a agricultura familiar como um componente estratégico;
 - (iii) contribuir na ampliação e articulação das ações vinculadas à organização da produção, marcando presença em toda a cadeia produtiva;
 - (iv) ser um instrumento político de potencialização do ator social "agricultura familiar", na disputa de espaços na sociedade;
 - (v) enfrentar e romper o modelo organizativo do sindicalismo oficial;
 - (v) superar a pulverização e fragmentação organizativa da agricultura familiar.
- (FETRAF-SUL / CUT, 2002, p. 20)

No que se refere à agenda política da Fetraf-Sul, verifica-se que em grande parte ela se concentra na busca de melhoria das políticas públicas que atendam o grupo social que representa: política agrícola (crédito, preços, seguro agrícola, compras institucionais, pesquisa e assistência técnica) e políticas sociais (previdência social, educação, saúde, habitação). Se, de um lado, uma grande parte da agenda das direções da Fetraf-Sul é ocupada com a busca de melhoria das políticas públicas, de outro lado, os sindicatos locais dedicam um tempo ainda maior na execução de tais políticas.

Outros temas ocupam a agenda sindical da Federação atualmente: apoio ao desenvolvimento do que chama de "organização da produção" (cooperativismo de crédito e produção, apoio às agroindústrias de base familiar; fortalecimento de iniciativas de produção em nível local; agroecologia). O sindicalismo, como organização representativa, tende a afirmar que a agenda concentrada no tema políticas públicas se justifica pelo fato de que as políticas públicas podem atingir um

público mais amplo do que é atendido pelas “organizações econômicas” do campo da agricultura familiar, que elas visam e se justificam pelo fortalecimento dessas organizações econômicas e a alteração do modelo tecnológico de produção na agricultura. As políticas públicas teriam também o papel de redistribuir a renda concentrada durante o processo de produção. Além das anuidades dos associados, a cobrança por determinados serviços, incluindo descontos no repasse destas políticas (previdência social, Pronaf, habitação rural) contribui para formar o orçamento dos sindicatos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se desenvolve sob o mesmo berço do sindicalismo, mas se diferencia nos anos 80 e 90, quando procura identificar com mais clareza a luta de classes e apostar na consciência organizativa de seus membros. Ao final dos anos 90 e na década seguinte o Movimento modifica o caráter de seu projeto político, em função das opções políticas que fez e das mudanças que redefiniram seu sujeito político, e, a partir de então, passa a adotar a agroecologia enquanto parte de sua prática educativa e política.

3.2.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Em sua gênese, nos anos 70, a luta pela terra não se constituía em um movimento autônomo, mas surgia no âmbito de outros processos sociais existentes no campo naquela época que incluíam e empunhavam esta bandeira junto à outras (SCHMITT, 1996; LUZZI, 2007). Ao longo do tempo esse objetivo ganha maior relevância social e política e resulta na constituição de um movimento específico, mas que iria adquirir a maior relevância entre os movimentos sociais brasileiros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A origem do MST foi marcada pela ocupação de diversas fazendas na região Sul do Brasil, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, além da organização de arrendatários que lutavam pela permanência na terra e conflitos no processo de construção de hidrelétricas, particularmente a de Itaipú. Essas diversas iniciativas passaram a ser articuladas inicialmente pela Igreja Católica através da Comissão

Pastoral da Terra – CPT, e resultou na realização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel em 1984 (LUZZI, 2007).

De acordo com Luzzi (2007), a história do MST pode ser dividida em algumas fases:

Nos primeiros anos de formação do MST a preocupação prioritária era com a conquista da terra e com a organização dos trabalhadores, a questão produtiva não estava em pauta. A partir da metade da década de 80, com o aumento do número de assentamentos, a questão produtiva começou a ganhar relevância crescente, juntamente com a discussão das formas organizativas de produção e da posse da terra nos assentamentos. A cooperação agrícola era vista como uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores dentro do sistema capitalista. Afinal grande parte das famílias que conquistaram a terra haviam sido expulsas ou expropriadas por este modelo. “Com suas próprias histórias tinham aprendido que isolados eram presas fáceis e que organizados fortaleceriam a resistência constante, condição fundamental para manterem-se na terra (FERNANDES, 1999, p. 168). O objetivo do Movimento era desenvolver uma organização produtiva alternativa à produção capitalista individualizada e estimular uma ética de vida coletiva, considerada superior à ética da vida capitalista individualizada (STRAPAZZON, 1997). Para o MST a “cooperação é o jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho” (MST, 1986) e ela poderia ocorrer de diversas maneiras, desde as formas mais simples (mutirões, grupos e associações) até as mais complexas (terra e produção coletiva) (LUZZI, 2007, p. 110-11).

Acerca da importância da cooperação nos assentamentos da reforma agrária, a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB) definia, de acordo com Luzzi (2007, p. 112):

No entendimento das lideranças do MST a priorização da cooperação agrícola se justificava pelas suas vantagens econômicas, políticas e sociais. Do ponto de vista econômico as vantagens destacadas eram: aumentar o capital constante; aumentar a produtividade do trabalho; aumentar a divisão do trabalho e a especialização; racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais; fazer uma adequação tecnológica; conseguir melhores preços para os produtos; desenvolver a agroindústria e a indústria. As razões sociais destacadas: urbanização das moradias (agrovilas); infraestrutura básica; educação, transporte coletivo; saúde; igualdade de direitos entre homens e mulheres; maiores possibilidades de lazer. As razões políticas eram: ampliar a resistência ao capitalismo; construir a retaguarda do MST; proporcionar militantes e dirigentes; desenvolver a consciência política dos assentados; fazer a articulação política; acumular forças para a transformação social (CONCRAB, 1997, p. 22-28 *apud* LUZZI, 2007, p. 112).

De acordo com Marcos e Fabrini (2008 *apud* Thomaz, 2010), a coletivização no âmbito do MST e suas contradições devem ser compreendidas no âmbito do

pensamento marxista e as propostas de socialização que foram desenvolvidas no leste europeu. Destaca-se, com freqüência, a idéia da superioridade da grande propriedade agrícola e as vantagens da socialização. Para Thomaz (2010):

Para a compreensão dessas experiências e suas contradições, os autores [MARCOS & FABRINI, 2008] apresentam aspectos fundamentais do debate teórico marxista sobre as questões agrária e camponesa, mostrando como o abandono gradativo da questão camponesa, sobretudo no século XIX, com o conseqüente predomínio dos estudos sobre a questão agrária e das leis de desenvolvimento da agricultura, serviu de referencial para a elaboração das propostas de socialização da produção dos partidos socialistas europeus. Nessa concepção teórica predominou a idéia da superioridade da grande exploração agrícola em detrimento da pequena exploração familiar, e na conseqüente extinção do campesinato diante do inevitável avanço do capitalismo no campo. Essa compreensão marxista da questão agrária originou as propostas de socialização da produção no campo, que tiveram na coletivização agrícola sua expressão máxima (THOMAZ, 2010, p. 122).

Acerca da cooperação agrícola no MST, Azar (2005) afirma que o movimento foi descobrindo que a questão social brasileira não poderia ser resolvida através da simples distribuição de terras e que se devia objetivar uma nova organização social e que a produção estivesse voltada para a soberania alimentar. Para a autora, esta compreensão levou o movimento a pensar em um novo formato organizativo e sob outros paradigmas que se contrapusessem às formas atuais baseadas no sistema capitalista. A partir daí o movimento procura conhecer experiências de coletivização existentes em outros países, as experiências historicamente desenvolvidas de cooperação agrícola. Para a autora:

Na época, visitaram muitas experiências fora do Brasil, pois as experiências existentes não atendiam a dimensão política da produção, com a intenção de encontrar bases que sustentassem a construção do processo produtivo dos assentamentos, o que foi encontrado nas experiências históricas de cooperação agrícola. Experiências que consagraram a cooperação na história da luta da classe trabalhadora, como a do Kubutz, em Israel; a Ejido, no México; o Kolkhoz, na União Soviética; a Zadruga Eslava, na Iugoslávia; a Comuna Popular chinesa; e as Cooperativas de Produção Agropecuárias de Cuba. A maior influência brasileira nesta época, foi das experiências denominadas “Laboratórios Experimentais”, organizados pelo advogado e especialista nas questões de organização de camponeses, Clodomir Santos de Moraes. Em sua proposta organizativa, o advogado defende que o camponês só através da divisão do trabalho poderá aumentar a produtividade, ao mesmo tempo em que só eleva sua consciência social individualizada se percebendo como apenas mais um no sistema social (AZAR, 2005, p.5).

A partir de então o MST passa a estimular a coletivização da produção nos assentamentos como forma de garantir sua viabilidade, mas também e principalmente como forma de superar a consciência social individualizada dos camponeses. Nesse ínterim diversas cooperativas foram criadas país afora, bem como sua central nacional (CONCRAB – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária) e as centrais estaduais. Diante da dificuldade de viabilizar a produção coletiva, o MST passa a estimular também outras formas de cooperação consideradas mais simples, mas que poderiam indicar a possibilidade de se desenvolver formas mais complexas. É neste sentido que Stédile e Fernandes (1999) afirmam que:

As formas não podem ser rígidas, devem ser variáveis. Podem ser formas mais simples, como um mutirão, em que os vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer. Às vezes, apenas trocando dias de serviço, sem nenhum ganho material. É apenas uma ajuda mútua. Há desde formas simples de ajuda mútua, que já fazem parte da tradição camponesa, até formas mais complexas que desenvolvemos. É quando um assentamento se transforma numa cooperativa agropecuária de produção e instala pequenas agroindústrias. Em resumo, a agroindústria é a forma mais complexa de cooperação agrícola de um assentamento. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 100-101).

Nesse período ainda havia a idéia de que, em função da superioridade da grande produção, os assentamentos coletivizados deveriam assimilar as técnicas produtivas desenvolvidas pelo capital de forma a atingir a máxima produção e produtividade. Em função das dificuldades encontradas por estas cooperativas para se viabilizarem, o MST passa, no período seguinte, a partir do início dos anos 2000, a destacar o poder do agronegócio, definido como o conjunto entre grande produção e o capital agroindustrial na agricultura, que juntos submetiam outras formas de produção. Como produtos do grande capital, o uso de agroquímicos também passa a ser questionado, pois eles provocaram a inviabilidade dos assentamentos e dos pequenos produtores, ao mesmo tempo em que também promoviam a contaminação dos recursos naturais e da saúde destes agricultores. É desta forma que a agroecologia passa a entrar na agenda do MST.

Em 2001, no Paraná, o Movimento é um dos organizadores da I Jornada Paranaense de Agroecologia, juntamente com o sindicalismo ligado à CUT e ONG's. Nos anos seguintes o MST passaria a se destacar no âmbito das jornadas, tornando-se o principal estimulador. Apesar da produção orgânica ou agroecológica

não ter evoluído muito, o Movimento continuava a promovê-la em seus eventos, já que passou a representar a oposição ao agronegócio. Os eventos do MST acerca da agroecologia são bastante massivos e, apesar de ter assumido a agroecologia mais recentemente, costumam atingir um número de pessoas maior do que as ONGs da Rede Ecovida, por exemplo. As últimas jornadas paranaenses de agroecologia reuniram cerca de 4 mil pessoas, das quais cerca de 3 mil eram ligadas ao MST. Ou seja, o MST, ao mesmo tempo em que procura desenvolver a agroecologia no âmbito dos assentamentos, procura denunciar também a inviabilidade da pequena produção agrícola sob o capital, até porque passou a ser cobrado nos últimos anos pela viabilidade dos assentamentos constituídos no país. Essa posição de certa forma se confronta com aquela que é adotada pela Rede Ecovida, em que predomina a idéia da viabilidade da agroecologia sob o capital.

Algumas cooperativas de produção agrícola do MST se viabilizaram e, dentre elas, encontra-se a Copavi, localizada em Paranacity – PR. Esta cooperativa desenvolve a produção agroecológica, compõe o núcleo Libertação Camponesa da Rede Ecovida e se afirma como referência no âmbito do MST, tanto sob o viés da cooperação quanto sob o viés do tipo de produção que desenvolve. Esta cooperativa e o referido núcleo são objetos de estudo do presente trabalho nas seções seguintes.

A Rede Ecovida de Agroecologia não pode ser compreendida sem a participação das ONGs, já que são elas que promoveram a sua constituição e atualmente são elas que garantem suporte financeiro, político e técnico à articulação, objeto de análise da próxima seção.

3.2.3 As ONGs

As primeiras ONG's ligadas ao campo político estudado e à Rede Ecovida, exceto a ASSESOAR, que foi fundada em 1966, começaram a ser constituídas a partir do início dos anos 80 com o apoio de setores da Igreja Católica e Protestante que estiveram na gênese da formação de um grande número de organizações sociais do campo, conforme se afirmou anteriormente. Essas ONG's tinham como

objetivo principal dar suporte técnico e político às novas organizações sociais que nasciam naquela época (MST, MAB, novo sindicalismo, MMTR, etc), ao mesmo tempo em que eram influenciadas por elas:

O Centro Vianei na sua gênese tem uma influência intensa das pastorais sociais da Igreja Católica e dos movimentos emergentes na época como o MST, MAB e o antigo Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Além disso, o Sindicalismo combativo também faz parte essencial do histórico da instituição. Bom essas influências estão até hoje na cultura institucional do Centro Vianei, porém num segundo momento a influência do movimento ambiental especialmente calcado no desenvolvimento sustentável e a relação com outras ONG's e suas redes é uma marca vital da entidade. (Natal Magnanti, entrevista em fevereiro de 2012).

Essas organizações foram se constituindo no momento em que se agravavam os problemas resultantes da “Revolução Verde”, que impulsionou o êxodo rural, cujos problemas se intensificaram com a redução do crescimento econômico e da oferta de empregos no meio urbano e quando os problemas ambientais decorrentes do uso de agroquímicos começaram a se tornar conhecidos. Além da Revolução Verde, essa época se caracterizou pela execução de grandes projetos econômicos que resultaram no deslocamento de um grande número de pessoas do meio rural, como as hidroelétricas. Assim, as ONG's teriam que ajudar a dar respostas à esses dois fenômenos para que os movimentos sociais pudessem se colocar politicamente de uma forma mais adequada.

Uma vez que os problemas ambientais e sociais decorrentes da Revolução Verde se tornavam evidentes, as posições de alguns ambientalistas ganharam eco entre os estudantes, principalmente entre os estudantes de agronomia de diversas universidades brasileiras. Assim, através dos Encontros Regionais e Brasileiros de Agricultura Alternativa (ERAA's e EBAA's, realizados a partir de meados dos anos 80), realizaram-se os primeiros encontros que propunham uma agricultura alternativa ao modelo tecnológico que vigorava. Os engenheiros agrônomos formados nessa época contribuiriam com a constituição de novas ONG's ou se agregariam às já existentes. Não só se colocavam como apoio, como contribuíam com a constituição e a expansão de diversos deles, como o sindicalismo, o MST, o MMTR, a CRAB. Ou seja, eram profissionais que assumiam uma postura militante e

até mesmo, algumas vezes, dirigente²⁷. Nessa época (anos 80), no Sul do Brasil, constituíram-se o Camp, o Centro Vianei de Educação Popular, a Rureco, o Deser, o Cepagri, o Cetap, o Centro Ecológico, o CAPA, a Apaco, entre outros. O financiamento dessas ONGs vinha quase que exclusivamente da cooperação internacional. O trecho da entrevista contribui para compreender a trajetória de um membro da coordenação da Rede Ecovida, comum à maior parte daqueles que contribuíram com o surgimento das ONGs ligadas à agroecologia e à educação popular:

[dentre os processos sócio-políticos que mais influenciaram da concepção de prática e política está o] Movimento estudantil da agronomia especialmente a FEAB e o Centro Acadêmico, assentamentos de reforma agrária, movimentos sociais como Movimento de Atingidos por Barragens, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Sindical (FETRAF), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porém o “movimento” mais intenso que militei até hoje é a construção da agroecologia dentro destes movimentos sociais e na construção de redes de trabalho com outras ONG’s (rede de Tecnologias Alternativas – TA Sul ligado a Rede PTA, Rede Cepagro e Rede Ecovida. (Natal Magnanti, entrevista em fevereiro de 2012).

Nos anos 90 surgem outras ONGs mais identificadas com a promoção da agricultura orgânica, como a AOPA. Isso porque, buscava-se resolver problemas técnicos relacionados à produção e a comercialização de produtos orgânicos, cuja produção começava aumentar. Essas ONGs contavam com algum aporte da cooperação internacional, mas predominavam os recursos próprios dos associados. Diferentemente do período anterior, o número de ONGs que se constituiu foi bem menor.

No final dos anos 90 e início dos anos 2000, os recursos da cooperação internacional começaram a escassear. As ONGs começaram a encontrar dificuldades financeiras e até reduziram parte de seus quadros de profissionais como forma de enfrentar o problema. Outra forma encontrada foi o acesso a recursos públicos nacionais de fontes que trabalham com a questão ambiental (FNMA, FUNBIO, Petrobrás Ambiental etc), de órgãos públicos relacionados com a agricultura (MDA, MAPA, INCRA) e de organizações multilaterais (FAO, PNUD,

²⁷ Nas organizações do CPAF esses profissionais não ocupavam cargos de direção, diferentemente do MST aonde isso chegou a ocorrer.

IIICA). A partir dessa época algumas poucas ONGs novas surgem, como o CEMEAR, de Presidente Getúlio (SC), a ECOARAUCARIA, de São Mateus do Sul (PR) e o CESAP, de Florianópolis (SC).

Diferentemente do período anterior, em que essas ONGs contribuíam com a expansão de movimentos sociais, atualmente elas contribuem mais com a expansão de organizações econômicas (cooperativas de crédito, cooperativas de transformação e comercialização) a quem prestam assessoria técnica. Além da expansão, tem contribuído com o próprio surgimento dessas organizações, como o que ocorreu com a Cresol, a Coopafi e o Sisclaf. Com o passar do tempo essas novas organizações econômicas tendem a ganhar vida própria, o que obriga as ONGs a desenvolver novas frentes de atuação, que atualmente se concentram na agroecologia e na educação popular e educação do campo. As ONG's realizam pesquisas em suas áreas de atuação e a organização e a formação de agricultores nas referidas temáticas. Além disso, quando são demandadas, prestam assessorias à sindicatos, cooperativas de crédito e de produção e também aos governos, em seus diversos âmbitos.

Uma parte das ONGs indicadas foram constituídas com o propósito de desenvolver a agricultura alternativa, orgânica ou agroecológica, que é como se denomina atualmente. Outra parte, no entanto, desenvolveu-se mais com o propósito de contribuir com a organização política dos pequenos agricultores, acampados e assentados da reforma agrária, o que poderia se chamar de educação popular, como é o caso da Assesoar e do Centro Vianei de Educação Popular. A partir do início do Projeto Tecnologias Alternativas, desenvolvido pela AS-PTA a partir de meado dos anos 80, diversas ONGs começaram a se identificar com as chamadas tecnologias alternativas.

A partir de então começou a se constituir um grupo de ONGs que se identificaria com a agricultura agroecológica, conformando uma Rede (TA-Sul). A Instrução Normativa da Agricultura Orgânica (IN 007/98) contribuiu para que estas ONGs se articulassem de forma mais efetiva para fazer frente à referida legislação, o que contribuiu também para forjar a constituição da Rede Ecovida, que contou com o papel preponderante das ONGs e de suas “experiências concretas de agroecologia”, conforme se descreverá adiante.

O principal problema que as ONGs enfrentam atualmente diz respeito às formas de financiamento, pois praticamente não possuem recursos próprios e são dependentes da cooperação internacional e de fontes públicas nacionais. Correm o risco, de um lado, de ter que adotar as novas concepções de atuação da cooperação internacional²⁸ e, de outro lado, a se tornarem executores de políticas governamentais, ficando subjugadas ao Estado e tendo dificuldades de assessorar as organizações sociais do campo, que é ao que se propõem.

As ONG's foram as propulsoras da Rede Ecovida de Agroecologia e atualmente ainda são elas que dão sustentação técnica, econômica e política à Rede. Embora se trate de ONGs com características distintas, constituídas por agricultores, organizações de agricultores ou técnicos, são os técnicos, predominantemente das ciências agrárias, que na maioria das vezes propõem e elaboram a linha política das ONGs e da Rede.

Trata-se em sua maioria de profissionais bastante comprometidos com o trabalho técnico e militante que desenvolvem, muitas vezes sob condições pouco adequadas, e que, por este motivo, se tornaram mediadores. Em sua grande maioria estes profissionais se formaram a partir do início dos anos 80 no movimento estudantil e ambientalista que questionava a modernização conservadora que se iniciara nos anos 60 e 70 no Brasil, e que logo após a conclusão de seus cursos de graduação procuraram constituir ou se inserir em ONGs que compartilhavam de seus posicionamentos políticos. No âmbito destas ONGs estes profissionais passaram a assessorar ou se relacionar com outras organizações que surgiam no campo à esta época, na grande maioria surgidas no âmbito das comunidades eclesiais de base e da Teologia da Libertação, particularmente o sindicalismo cutista, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o MST. Em função da grande dimensão que tomavam estas organizações nos anos 80, estes profissionais passaram a incorporar aos seus conhecimentos a prática destes movimentos e da

²⁸ De acordo com Oliveira (2007), “as políticas da cooperação internacional para o Brasil se baseiam em dois dos três eixos fundamentais de atuação da ICCO no mundo: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Justo e Democratização e Construção da Paz. Dentro destas linhas, há dois eixos considerados fundamentais: a busca de parceria com o setor empresarial e a construção de formas empresariais de gestão dos empreendimentos dos movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2007, mimeo). Para Dias e Diesel (s/d), “observa-se que a literatura (especialmente aquela produzida pelas financiadoras internacionais) tende a construir um imaginário sobre as ONGs que desconsidera as diferenças temáticas, históricas e sua particularidade estrutural. Dentro do imaginário construído, as ONGs apresentam-se como as organizações legítimas para falar sobre “como atuar para melhorar a vida dos segmentos marginalizados da população rural” (DIAS & DIESEL, s/d, p. 19).

própria igreja. Os propósitos, o método e a prática das comunidades eclesiais de base e da Teologia da Libertação serão apresentados adiante. Marginalmente estes profissionais se aproximaram do marxismo, particularmente a partir de alguns cursos de formação política realizados nos anos 80, mas interrompidos nos anos 90, exceto pelo MST que ainda manteve formação política marxista a partir de então.

Grande parte destas ONGs fez parte ou foram constituídas a partir do Projeto Tecnologias Alternativas, desenvolvido pela Federação dos Órgãos de Assistência Social (Fase) a partir de meados dos anos 90, quando se afirmou a ideia de agricultura alternativa. Deste projeto, das ONGs que dela faziam parte, resultou em uma articulação, a Rede PTA de Projetos em Tecnologias Alternativas, objeto da próxima seção.

3.2.4 A Rede PTA e seus desdobramentos

A Rede Ecovida foi constituída em 1998, mas o processo que lhe deu origem é anterior, conforme já se afirmou aqui. Inicialmente foram os movimentos contestatórios ao modelo tecnológico da agricultura de final dos anos 70 e início dos anos 80; em seguida começaram a se desenvolver “experiências” e a multiplicação das iniciativas práticas, quando se constituiu a Rede TA-Sul (Rede de Tecnologia Alternativa do Sul do Brasil), que levou à constituição da Rede Ecovida. Por último, alguns movimentos sociais aderiram à agroecologia aos seus projetos políticos (REDE ECOVIDA, 2007). O caso mais expressivo é o do MST, pois o movimento era resistente à essa ideia até há alguns poucos anos.

Nos anos 90 o projeto TA-Sul, oriundo da Rede PTA, contribuiu para articular as ONGs do Sul do Brasil que compartilhavam da ideia da agricultura alternativa, como era denominada na época. O projeto foi coordenado por técnicos da AS-PTA que voltavam do exílio (LUZZI, 2007). A agricultura alternativa de certa forma é a expressão das diferentes vertentes da agricultura que se contrapunham à agricultura convencional no mundo e a ideia de alternatividade agregava estas diferentes perspectivas.

Tratando da evolução do Projeto Tecnologias Alternativas desenvolvido pela FASE (PTA/FASE), onde se inseria o projeto e a Rede TA-Sul, Luzzi (2007) afirma

que a estruturação destas redes de intercâmbio contribuiu para promover a ampliação e a estruturação de equipes de profissionais por diversos estados do país. Foram constituídas novas ONGs, dentre as quais uma das que atualmente compõe a Rede Ecovida: o Centro de Tecnologias Alternativas Populares – Cetap. Outras ONGs que se identificavam com o projeto passaram a fazer parte dele, que tinha como objetivo desenvolver as tecnologias alternativas junto aos agricultores experimentadores. Para tanto o projeto se valeu de redes e relações preexistentes, o que acabou por se colocar em relação com as ONGs ou iniciativas de organizações sociais do campo que de fato tinham capilaridade e sabiam onde estavam localizadas estas experiências ou onde novas poderiam ser estimuladas. Luzzi (2007) afirma:

A estruturação das Redes de Intercâmbio demandou do PTA/FASE a ampliação de sua equipe de trabalho e a estruturação de novas equipes nos estados onde as redes iriam ser construídas. Este foi um período de rápida multiplicação de ONGs e de equipes ligadas ao PTA/FASE. Em alguns locais foram criadas novas ONGs (CTA-ZM/MG, APTA/ES, SASOP/BA e CETAP/RS), ligadas institucionalmente ao PTA/FASE. Em outros, as ONGs já existentes (CAPA, Centro Vianeí, ASSESOAR, ESPLAR/CE, Centro Josué de Castro/PE e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos/MA) incorporaram novas equipes para trabalhar com as temáticas propostas pelo PTA/FASE (LEROY, 1998). A estratégia do PTA/FASE para sua ampliação foi a utilização de redes de relações preexistentes e contratar pessoas com capacidade de articulação política que tivessem algum contato com estas instituições. A maioria dos quadros técnicos contratados inicialmente pelo PTA/FASE era de agrônomos recém formados que haviam participado dos grupos de agricultura alternativa, existentes nas escolas de agronomia, ou de pessoas inseridas em entidades e organizações vinculadas aos movimentos populares (muitos tinham participado do Seminário de Campinas) (LUZZI, 2007, p.42)

A estruturação do Projeto PTA-Fase contribuiu para a constituição de articulações próprias nas regiões. Na região essa articulação foi a Rede Tecnologias Alternativas Sul (Rede TA-Sul), que acabou por permitir muitas trocas e intercâmbios no âmbito das ONGs e agricultores experimentadores, conformando em uma espécie de embrião do que posteriormente viria a ser a Rede Ecovida de Agroecologia. Naquele momento havia um número menor de ONGs articuladas através do projeto e da Rede TA-Sul, mas se tratou de uma articulação importante porque potencializou o trabalho das ONGs, colocou-as em contato com outras articulações, como o Clades, e autores, como Altieri. Este autor contribuiu também que a noção de agroecologia passasse a ser adotada em substituição a de

agricultura alternativa ou orgânica, ao que Jean Marc Von der Weid (*apud* Luzzi, 2007) afirmou ter sido um avanço, pois permitiu definir melhor o propósito do trabalho que vinha se desenvolvendo. Outros autores e linhas de pensamento se colocaram em contato em função deste projeto que ao final dos anos 90 resultou na constituição da ONG AS-PTA, que ganhou autonomia em relação à outra ONG que mantinha o projeto, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase).

O projeto PTA-Fase é em grande parte resultado, ao mesmo tempo em que foi produtor, dos encontros nacionais e regionais de agroecologia em que os profissionais a ele vinculados contribuíam com seu desenvolvimento juntamente com as organizações de classe, como é o caso da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos (Faeab), universidades e movimento estudantil. Ou seja, o projeto potencializa e é potencializado por esses eventos que deixaram de existir nos anos 90, mas que contribuíram com o desenvolvimento de outras formas de articulação, como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA, de caráter mais científico) e a Associação Nacional de Agroecologia (ANA, com caráter de movimento). A partir de então estas associações passaram a desenvolver eventos próprios, garantindo certa especificidade a cada uma delas, no entanto, politicamente articuladas.

Além destes desdobramentos da Rede PTA e da Rede TA-Sul, Souza (2003, p. 22) destaca também o movimento de agricultura alternativa, bem como as diferenças de concepções políticas presentes no âmbito do ambientalismo. Trata das relações de autonomia e da busca por se construir referências mais concretas de agricultura sustentável, propósito que o Projeto Tecnologias Alternativas assumia como seu objetivo principal.

Sobre os fatos que levaram ao surgimento da Ecovida, um primeiro elemento importante é o de que algumas ONG's que participaram do movimento da Agricultura Alternativa, tendo ficado neste momento mais vinculadas as idéias de conteúdo mais revolucionário, num dado momento experimentaram uma maior autonomia em relação aos movimentos (MST, CUT Rural e outros), pois estes, mantinham-se nos seus objetivos fundadores (reforma agrária, direitos dos trabalhadores rurais, etc), enquanto as referidas ONG's necessitavam concentrar-se em estratégias de construção de referências mais concretas de agricultura sustentável. Isto porque esta era uma fragilidade sentida naquele momento e pesava sobre estas entidades uma forte cobrança por parte de instituições da cooperação

internacional, dos próprios movimentos e mesmo dos agricultores (SOUZA, 2003, s/p).

Apresentada esta contextualização mais geral e os processos históricos que contribuíram para constituir um campo ambientalista ligado à agricultura e aos movimentos sociais do campo da região Sul do país, na seção seguinte o objetivo é apresentar a Rede Ecovida, que surge a partir dos processos históricos anteriormente referidos. Ou seja, a Rede é uma articulação recente, mas a sua constituição foi sendo forjada através de um longo período histórico, principalmente a partir dos anos 60, quando houve profundas mudanças políticas e o desenvolvimento de um projeto que levou a mecanização e os agroquímicos ao campo brasileiro, denominado revolução verde ou modernização conservadora. É diante deste contexto que a Rede deve ser compreendida, bem como um conjunto de outros fatores que serão analisados neste e no próximo capítulo.

Diante do contexto apresentado é que se estrutura e se desenvolve a Rede Ecovida de Agroecologia. Ou seja, de um histórico de atuação da igreja através da Teologia da Libertação e, posteriormente, do desenvolvimento de uma concepção de educação popular, e da constituição de um conjunto de organizações sociais que se propõe a tratar do campo a partir da luta pela terra, políticas específicas aos pequenos agricultores e o desenvolvimento de tecnologias alternativas ao que se convencionou chamar de agricultura e tecnologias convencionais.

3.2.5 A Rede Ecovida propriamente dita

A Rede Ecovida de Agroecologia foi constituída oficialmente em 1998. A discussão em torno da elaboração de uma Instrução Normativa (IN) nacional para a agricultura orgânica contribuiu para forjar essa articulação, pois se pretendia interferir nos próprios princípios da concepção de agricultura orgânica. Além da referida instrução normativa, a Rede TA-Sul, existente até então, contribuiu com o surgimento dessa nova articulação. Atualmente, a Rede Ecovida articula, no Sul do Brasil, mais de 30 ONGs, 3.000 famílias de agricultores, além de associações de

consumidores de produtos agroecológicos. O sistema participativo de garantia têm garantido visibilidade e reconhecimento à Rede Ecovida.

Os objetivos da Rede são: (i) desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; (ii) estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos agroecológicos; (iii) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; (iv) aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; (v) estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; (vi) ter uma marca e um selo que expressam o comprometimento (REDE ECOVIDA, 2007).

O Caderno nº 1 da Rede Ecovida revela que a missão da Rede é “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (REDE ECOVIDA, 2007). Com base nessa afirmativa, verifica-se, portanto, que apesar da importância do componente tecnológico, na noção de agroecologia adotada pela Rede Ecovida de Agroecologia pretende-se articular um projeto que possua um alcance maior e que não se restrinja somente a um projeto para a agricultura, mas que se torne um “projeto de sociedade”.

Em sua última publicação oficial, a Rede Ecovida de Agroecologia define seus objetivos da seguinte forma:

1. Garantir a identidade popular e transformadora na continuidade da construção histórica da agroecologia, contemplando aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais;
2. Responder de forma coletiva e propositiva a desafios concretos, às questões políticas, técnicas e outras, no cenário local, regional, nacional e internacional;
3. Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas;
4. Propiciar espaços de formação e elaboração material na área da agroecologia e educação do campo;
5. Fomentar o intercâmbio e o resgate e a valorização do saber popular;
6. Reconhecer e respaldar mutuamente as famílias, grupos, associações, organizações e entidades articuladas;
7. Organizar em rede seus membros, sem hierarquias e sob orientação de princípios e objetivos definidos e assumidos coletivamente;
8. Assumir uma marca-selo que simbolize a identidade e proposta da Rede;
9. Continuar a construção da geração de credibilidade compartilhada e avaliação da conformidade participativa e sob controle social (certificação participativa);
10. Adotar selo de avaliação da conformidade próprio;
11. Fortalecer o espírito da cooperação e incentivar o associativismo na produção, distribuição e consumo de produtos agroecológicos;
12. Construir e articular políticas públicas afins;

13. Lutar pela segurança e soberania alimentar, contra os transgênicos e contra a apropriação privada da vida, das sementes e outros bens comuns;

14. Ser parte nas lutas amplas de transformação social junto aos demais Movimentos Sociais, para uma sociedade justa e igualitária, ambientalmente sustentável e economicamente viável para todos [Grifos do autor].

Fonte: Manual do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecológica de Agroecologia. Organização: Natal João Magnanti, Lages/SC: Centro Vianei, 2010, 32 p.

Em seguida, a Rede Ecológica define o que chama de princípios:

1. Articulação na recuperação e conservação da vida no planeta Terra;

2. Contribuição na construção da sustentabilidade junto ao desenvolvimento, priorizando a qualidade de vida com alimento de qualidade, educação, saúde, lazer e cultura;

3. Ter a agroecologia como base para a sustentabilidade do desenvolvimento;

4. Articulação organizada em rede, sem hierarquias nas condições, papéis e funções;

5. Preservação das particularidades locais e/ou regionais no seu processo organizacional;

6. Ser parte ou atuar junto à agricultura familiar, camponesa e famílias de trabalhadores urbanos;

7. Fortalecimento das relações de economia popular solidária na Rede e as articulação junto à outros espaços e formas de mercado justo e solidário;

8. Priorização da relação direta com os consumidores(as), o abastecimento local e regional, com perspectivas à segurança e soberania alimentar;

9. Oposição a qualquer forma de exploração ou opressão seja econômica, política, social, de gênero ou geração. [Grifos do autor].

Fonte: Manual do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecológica de Agroecologia. Organização: Natal João Magnanti, Lages/SC: Centro Vianei, 2010, 32 p.

Souza²⁹ (2003), que foi um dos incentivadores da formação da Rede Ecológica de Agroecologia, destaca que o processo histórico que levou ao que se entende atualmente por agroecologia passou por diversas mudanças e que atualmente se verifica uma reaproximação de diversas “correntes do pensamento alternativo”. Para o Autor:

A década de 1980 foi um momento forte deste movimento, pois reunia duas questões importantes: a monumental crise econômica Brasileira (ficou conhecida pelos economistas como a década perdida) e o fortalecimento dos movimentos sociais. Com o enfraquecimento do modelo da revolução verde e a percepção de que aquele era o momento de fazer avançar um projeto alternativo, inúmeras organizações uniram-se em torno do projeto dos “Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa” (EBAA's), que reuniram milhares de pessoas em várias regiões do Brasil. Estes encontros

²⁹O texto aqui citado foi apresentado pelo referido autor em um encontro na França no qual lhe coube a apresentação institucional da Rede Ecológica de Agroecologia.

tinham por objetivo, além de debater a crise que a agricultura dominante vinha passando e das alternativas existentes e possíveis, unir os vários movimentos em prol de um projeto comum, o que, infelizmente não foi possível naquele momento histórico devido à fase imatura dos movimentos e as disputas internas que haviam, o que dificultou a construção de consensos mínimos. O grande racha que havia era entre os movimentos do ambientalismo científico, que propugnavam uma revolução cultural (e batiam duro nos países socialistas da época que não tinham preocupação ambiental) e os movimentos de base marxista, defensores de uma proposta socialista (que criticavam a suposta alienação dos ambientalistas). Percebe que era um debate difícil e de certa forma inócuo, claro que olhando a partir de hoje, considerando os desdobramentos históricos. Porém mais tarde ocorre uma reaproximação das várias correntes do pensamento alternativo, agora com mais solidez, sob a base comum da Agroecologia (SOUZA, 2003, p. 22).

A afirmação de Souza (2003) corrobora com o fato de que a agroecologia encontrava um conflito acerca do projeto de sociedade que deveria defender, ligada ao modelo produtivo. Verifica-se, desta forma, que essa articulação passa a comportar distintas compreensões sobre o momento histórico. Isso é facilmente verificável naquilo que a Rede Ecovida atualmente chama de princípios e objetivos, pois se trata de uma compilação de distintas compreensões acerca da realidade e de desejos quanto ao papel da agroecologia e da própria Rede enquanto articulação, o que será discutido mais adiante. De acordo com Valdemar Arl:

A Rede Ecovida nasce na Região, em meio à diversas tensões geradas por iniciativas do Governo do Estado e da Epagri, propondo e tomando posições sem escutar as organizações envolvidas historicamente. Havia também as pressões da construção do marco legal nacional, no qual estava representado o Sul do Brasil, mas através de pessoas em um processo de frágil discussão e nenhuma articulação. Em meio a um dos confrontos no Estado, decidimos que precisávamos nos organizar melhor e que levaríamos a discussão de criação de uma Rede para as regiões. Mas a agroecologia ainda não era central na pauta de algumas Ong's e os Movimentos Sociais ainda não discutiam o tema, assim apenas na região do Contestado realizamos o debate, em Porto União. Diante da imobilidade das demais regiões, decidimos criar uma Rede Regional de Agroecologia e marcamos um seminário para Caçador, formulamos as primeiras elaborações propositivas e convidamos as demais regiões, e, o resultado foi que o seminário se tornou estadual e a Rede criada também de âmbito estadual. Logo fomos chamados ao Rio Grande do Sul, que também aderiu o processo e mais tarde o Paraná também se envolveu. Inicialmente chamava-se de Rede Ecovida de Certificação Participativa (hoje Rede Ecovida de Agroecologia), o que já era uma forma de enfrentamento às certificadoras e à pressão do mercado querendo impor a sua lógica (Valdemar Arl, entrevista em fevereiro de 2012).

De acordo com a Rede Ecovida de Agroecologia (2008), “se a certificação por auditoria prima pela isenção, a certificação participativa prima pela participação do maior número e diversidade de atores possível. A certificação participativa apresenta algumas características próprias que a diferencia da certificação por auditoria/inspeção” (REDE ECOVIDA, 2008, p. 08). A certificação participativa, embora não seja a única e nem a primeira no âmbito da Agroecologia, conforme IFOAM (2010), em anexo, é a iniciativa que mais confere visibilidade à Rede Ecovida, embora de forma controversa.

A certificação participativa ou sistema participativo de garantia (SPG) é um mecanismo de verificação de conformidade (orgânica, no caso) reconhecida pela legislação brasileira atualmente. É realizada internamente, pelos próprios agricultores, técnicos de ONG's e consumidores, sem a necessidade de contratação dos serviços de uma empresa especializada neste serviço, mas também é sujeita à auditorias por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que poderá descredenciar os SPGs em caso de “descumprimento” de algum aspecto da legislação.

A Rede Ecovida atuou decisivamente para que os sistemas de garantia participativos pudessem ser aceitos, de forma a que os agricultores pudessem comercializar seus produtos utilizando apenas a certificação participativa, sem sofrer sanções em função de não possuir certificadores externos. Cabe destacar que alguns agricultores membros da Rede Ecovida também possuem certificação por terceira parte (externa) e que uma grande parte, cerca da metade, dos agricultores a ela filiados não utilizam o selo da Rede que confere conformidade orgânica, mas mesmo assim permanecem, não se desfiliam (fazem isso provavelmente porque vêem outros benefícios, como as trocas de experiências, também porque em pequenos municípios, principalmente, há uma relação de proximidade e confiança bastante grande entre produtores e consumidores). De acordo Valdemar Arl:

Ainda na agroecologia, ajudamos a organizar o primeiro ENA – contribuimos na organização inicial da ANA e assumimos a coordenação do GT de Certificação Participativa. Na construção do marco legal, assumimos a representação das entidades do Sul a partir de 1998 até a aprovação da Lei 10.831 – Contribuímos na criação do GAO - Grupo de Agricultura Orgânica, criado para juntar todos os interessados (certificadoras, empresas agricultura orgânica e entidades) para construção de propostas

para o Marco Legal, do qual fizemos parte da coordenação executiva e coordenamos um de seus maiores GT's – o GT de Certificação Participativa – realizamos também seminários em todas as Regiões do Brasil sobre o Marco Legal e a Certificação Participativa. Após a criação dos Colegiados Nacional e Estaduais de Agricultura Orgânica, atuamos como membro no Nacional, no estadual de SC e em outro período no Estadual do PR. (Valdemar Arl, entrevista em fevereiro de 2012).

O quadro a seguir revela um conjunto de intenções, adjetivos e virtudes associados à certificação participativa, a saber: participação, descentralização, organização de base, formação de rede, transparência, olhar externo, adequação à pequena produção familiar e processo pedagógico. Para isso tudo a Rede chama de características da certificação participativa. Meios e fins se apresentam juntos, como é o caso de processo pedagógico (que poderia ser considerado um fim, embora também possa ser um meio) e olhar externo (esse sim, considerando os objetivos da Rede pode ser caracterizado como um meio, já que poderia ser facilmente caracterizado como um componente do processo pedagógico ou de transparência, por exemplo). Participação, organização de base e descentralização também se apresentam como características autônomas, mas que poderiam ser agrupadas em uma única característica, pois atenderia ao mesmo objetivo. O que o quadro acima permite identificar é que distintas compreensões acerca da realidade, bem como do papel histórico da Rede convivem juntos. A Rede, portanto, antes de definir claramente uma compreensão da realidade e definir objetivos, optou por aceitar as distintas perspectivas, presentes desde sua gênese, as distintas influências, das quais já se tratou. Isso contribuirá para definir o caráter multicultural, que não se apresenta somente na Rede enquanto tal, mas já no interior de algumas das organizações que a compõem.

O quadro a seguir apresenta o que a Rede Ecovida denomina de características da certificação participativa.

Componente	Justificativa
Confiança	Esta é a base do processo. Parte do princípio que os agricultores, técnicos e consumidores desenvolvem suas ações de forma responsável e verdadeira com o objetivo de aprimorar a agroecologia. Todos, devidamente conscientes e capacitados, possuem as condições necessárias para atestar e melhorar a qualidade dos produtos ecológicos.
Participação	Acredita que a certificação pode se dar de forma participativa, ou seja, os princípios e normas construídos, são colocados em prática e verificados com o envolvimento efetivo dos agricultores e suas organizações, de técnicos, de organizações locais e regionais de assessoria e dos consumidores. Este trabalho não fica restrito aos técnicos “altamente” capacitados.
Descentralização	Respeita e prioriza as iniciativas e organizações locais, através da valorização de suas particularidades e capacidade própria de assumir as principais atribuições e responsabilidades na certificação e na garantia da qualidade.
Organização de base	Uma característica fundamental da certificação participativa é a sua ligação com a base, ou seja, com os grupos e associações de agricultores e com as organizações dos consumidores. Neste sentido, a participação do maior número de atores possível permitirá uma melhor compreensão e prática de todo o processo. Quanto mais dinâmico e organizado for o grupo, tão mais fácil será de trabalhar e gerar credibilidade.
Formação de Rede	Quando se mostra sem hierarquias, respeita as iniciativas regionais e busca estabelecer uma conexão entre elas através da construção de diretrizes e princípios comuns e o cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos participativamente.
Transparência	As informações estão disponíveis e não são confidenciais no processo de certificação e da obtenção da qualidade.
Olhar externo	Garante a presença de pessoas e organizações não envolvidos diretamente com o processo produtivo que será certificado através da comissão ou conselho de ética, estabelecidos no grupo comunitário, articulação municipal ou no Núcleo Regional.
Adequação à pequena produção familiar	É adequada à realidade e características da agricultura e do empreendimento familiar, pois incentiva o trabalho associativo e as pequenas iniciativas de processamento e comercialização, além de simplificar os registros, fazendo com que a prática, o que é feito na propriedade ou agroindústria, “fale mais alto” do que os relatórios e os papéis.
Processo pedagógico	É importante que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia. Somente assim podemos tê-la como parceira na multiplicação do número de iniciativas agroecológicas e da oferta de produtos saudáveis. Acreditamos que a certificação participativa pode ser um processo educativo/pedagógico importante, por ser realizado pelas pessoas e organizações próximas à realidade local, que conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias.

Quadro 2 – Características da certificação participativa Ecovida

Fonte: Rede Ecovida/ Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos (2008, p. 08). Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/sistema/arquivos/235.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2011.

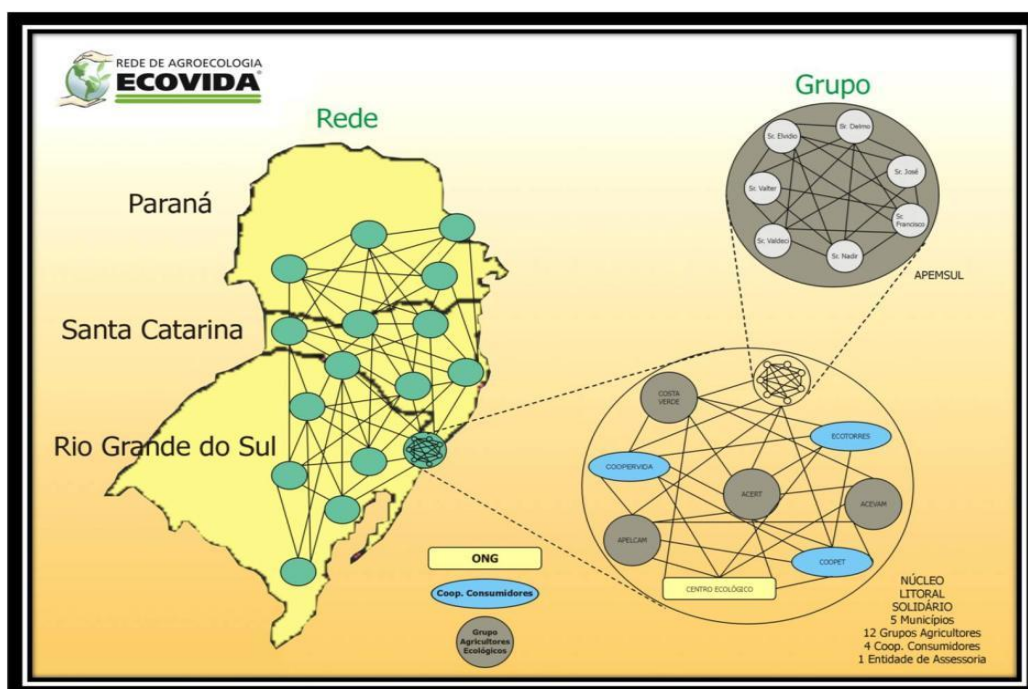


Figura 1 – Exemplo de estruturação de um núcleo da Rede

Fonte: Ecovida (2010).

Em 2007, a Rede Ecovida lança o “*Caderno de Formação nº 1: uma identidade que se constrói em rede*”, que trata do processo de organização interna, como forma de orientar novos grupos e fortalecer o processo organizativo daqueles que já a compõe. Nesta lógica de organização, a Rede se estrutura através da eleição de uma coordenação (atualmente com 13 integrantes), eleita nos Encontros Ampliados, realizados a cada dois anos. Integra ainda, as instâncias organizativas da rede, as plenárias de núcleos, reuniões feitas duas a três vezes ao ano com 2 a 4 representantes por núcleo. É estimulada a realização de plenárias estaduais, nestes mesmos moldes. Os grupos de agricultores realizam, na sua grande maioria, reuniões mensais e os Núcleos no mínimo 3 a 4 vezes ao ano.

Cabe ressaltar que, apesar desta estrutura de organização, a Rede Ecovida é uma espaço 'informal' de articulação, não possuindo pessoa jurídica, sede ou uma secretaria ou coordenação liberada para atuar em nome dela. Esta perspectiva reforça o caráter de organização em rede proposto, se bem que traz também dificuldades em sua condução pelas limitações de tempo dos membros da

coordenação e as dificuldades de comunicação presentes. Na Figura abaixo, pode-se observar a 'linha do tempo' da Rede Ecovida, até o ano de 2009.

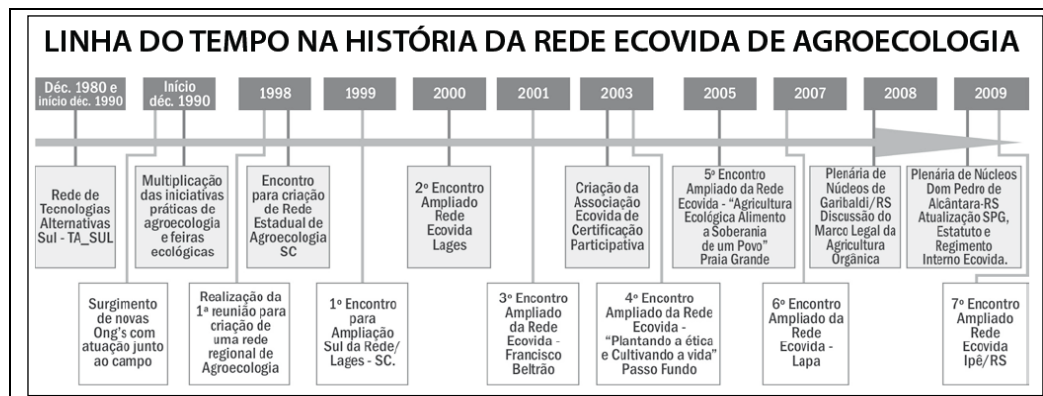


Figura 2 – Linha do tempo da Rede Ecovida de Agroecologia

Fonte: Magnanti (2010).

Apesar da motivação para formação da Rede ter se dado por uma reação à imposição de um modelo de certificação e regulamentação dos produtos ecológicos, cabe ressaltar que surge enquanto resultado de um processo histórico de organização da agroecologia no Sul do Brasil. Sua criação reflete a necessidade de fortalecimento dos processos de articulação entre as diversas experiências em andamento.

A Rede Ecovida se baseia em torno do imperativo de se apoiar em experiências práticas de agroecologia. Ou seja, para participar enquanto membro da Rede na condição de agricultor, técnico ou consumidor cooperativado não bastaria ser favorável à agroecologia, mas haveria necessidades de desenvolvê-la ou apoiá-la. Em torno da agroecologia e da certificação participativa, articulam-se distintas categorias sociais, e não somente de agricultores, já que dela também participavam trabalhadores urbanos, mesmo que generalizados na categoria consumidores. Ao mesmo tempo esta forma organizativa permitia a Rede se articular para fora, através de fóruns que possuem objetivos e características semelhantes, e se comunicar com a sociedade em função de sua prática política.

Essa metodologia, inicialmente materializada, em 1998, no que se chamava de Rede Ecovida de Certificação Participativa e que mais tarde passaria a se chamar Rede Ecovida de Agroecologia, em função de se considerar que não se tratava somente de certificar, passou a ganhar reconhecimento por outras organizações sociais brasileiras e latino-americanas. Isto permitiu que a Rede

ganhasse visibilidade e que a idéia de certificação participativa passasse a ser destacada pelo caráter pedagógico³⁰, embora poucas vezes definido desta forma, e por se contrapor à certificação por terceira parte, realizada por empresas especializadas. É importante destacar que a maior parte dos agricultores que compõem a Rede não utiliza o selo de certificação, uma condição definida por lei para a comercialização indireta de produtos orgânicos, onde agricultores e consumidores não se encontram no processo de troca, o que revela que estes agricultores participam dela também por outros motivos, não diretamente relacionados com a comercialização.

A certificação participativa no âmbito da Rede Ecovida é resultado da sistematização de práticas metodológicas desenvolvidas na comercialização direta, particularmente em feiras livres. Após um longo processo, que se iniciou com a Instrução Normativa da agricultura orgânica em 1998, a certificação participativa passou a ser reconhecida pela legislação brasileira e atualmente também está influenciando na elaboração de outras legislações latino-americanas e africanas. Nesse ínterim, a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), reconhecidamente avalizadora da certificação externa ou de terceira parte, passou a se interessar pela idéia de certificação participativa, aproximou-se da Rede Ecovida e passou a reconhecer a certificação participativa, ao lado de outras formas de certificação, particularmente a partir de um seminário temático realizado no Brasil em 2004.

Há na Rede distintas compreensões do projeto de futuro para a agroecologia. Há um grupo de membros que, embora procurando tratar dos mecanismos de mercado, em função de que atualmente eles são necessários para viabilizar a reprodução social dos agricultores e também como forma de legitimar socialmente a viabilidade da agroecologia, entende que há necessidades de se atuar no nível das estruturas sociais, principalmente nos marcos legislativos. Neste subgrupo, em função de sua importância, já que ele remete ao caráter político da Rede, também há concepções distintas, como aqueles que acreditam na possibilidade dos marcos legislativos e daqueles que entendem que a viabilidade ou inviabilidade, embora considerando os aspectos legislativos como importantes na

³⁰ Santos & Mayer (2008), Magnanti (2010) e Arl (2009) são alguns trabalhos de membros da Rede que afirmam que ela desenvolve um processo pedagógico, embora sem definir claramente a perspectiva teórica deste processo.

luta mais imediata, pensam nas estruturas de reprodução da sociedade como um todo, particularmente nos mecanismos de reprodução do capital.

A viabilidade econômica da agroecologia no âmbito do capitalismo é uma questão bastante controversa que se coloca aos mediadores sociais. Esse é o mesmo dilema que enfrenta o que se chama atualmente de agricultura familiar e também o MST através dos assentamentos da reforma agrária. De um lado, tanto a pequena agricultura/ agricultura familiar, a agroecologia e os assentamentos da reforma agrária procuram, atualmente, para se justificar socialmente, afirmar sua viabilidade econômica e social. Por outro lado, ao realizar esta afirmação, afirma-se a viabilidade do próprio modo de produção atual.

Embora a noção de agroecologia carregue consigo uma idéia de projeto social para o campo, objetivo pelo qual se procurou se diferenciar da agricultura orgânica, que estaria mais preocupada com a viabilidade econômica e a sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos agrícolas, a base social da Rede Ecovida de Agroecologia é bastante diversa, assim como os interesses e as concepções de organização sócio-política. Dela participam ONG's, agricultores organizados em grupos, algumas organizações de consumidores, pequenos empreendimentos. Dentre os agricultores, participam dela, embora não de forma institucional, aqueles que se pertencem também a organizações sociais de expressiva representação política, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Outros agricultores, ainda, não se engajam em outros movimentos ou organizações sociais do campo.

Estes agricultores se distinguem pelo: nível de inserção no mercado, forma de inserção na Rede Ecovida, nível de engajamento político à Rede Ecovida e à organização social a que pertencem, grau de "ecologização" dos sistemas produtivos, nível de acesso à terra, expectativas que possuem em relação à Rede, projeto político da organização e do grupo social que pertencem, forma de inserção na Rede Ecovida, tipo de relação que possuem com a ONG de assessoria local, características ambientais e de relevo, tipo de atividade produtiva desenvolvida, grau de diversificação produtiva, etc.

Há na Rede núcleos formados prioritariamente por produtores individuais, bastante capitalizados e bastante inseridos no mercado, embora considerados

familiares, enquanto há outros núcleos que desenvolvem atividades totalmente coletivas e sejam críticos das formas individuais de produção.

As ONG's de assessoria, que possuem talvez o mais importante papel na constituição da Rede e no estabelecimento de sua dinâmica organizativa, também possuem realidades, expectativas, concepções e projetos políticos distintos, o que contribui por conferir particularidades a cada um dos núcleos que compõem a Rede. Algumas destas ONG's se identificam quase que exclusivamente com a agroecologia e assessoram quase que exclusivamente agricultores considerados agroecológicos ou que se pretendam a tal. Neste caso, todas as ações e preocupações se organizam e outros temas passam a ser derivações da agroecologia (segurança e soberania alimentar, associativismo, por exemplo). Outras, no entanto, em função de suas trajetórias, também contribuem com o desenvolvimento de outros projetos e não desenvolvem suas ações somente com agricultores considerados ecológicos. Neste caso, desenvolvem ações na área da educação do campo, associativismo, agroindustrialização familiar ou associativa etc. Há também dois tipos principais de ONG's: constituídas e dirigidas por técnicos ou constituídas e dirigidas por agricultores, o que denota, em cada caso, compromissos específicos.

As organizações de consumidores são mais frágeis e se apresentam mais como um propósito, do vir-a-ser, mais como um desejo dos próprios integrantes atuais da Rede. Mesmo assim, pode-se afirmar que dentre as cooperativas de consumidores atualmente existentes também há interesses, expectativas e níveis de engajamento distintos. Algumas destas cooperativas são formadas quase que exclusivamente por urbanos, enquanto em outras há uma parcela significativa de agricultores ecológicos associados que também se consideram consumidores de produtos ecológicos.

Diferentemente das ações desenvolvidas por outras organizações sociais, que procuram desenvolver ações mais massivas e dirigidas à sua base social como um todo ou aquela mais sensível e mobilizada, para participar da Rede Ecovida é necessário que a ONG e os grupos de agricultores estejam desenvolvendo uma experiência prática. Isto confere uma especificidade e um diferencial importante à Rede, já que o fato de estar inserido em uma experiência prática em curso acaba por se constituir em mais um elemento de identidade na diversidade.

No entanto, há de se destacar, que a metodologia de certificação participativa é um importante aspecto de unidade dentro da Rede, dando originalidade à sua proposta. Isso porque se nega as certificações tradicionais, feitas por empresas especializadas, pois esse processo não criaria novos referenciais para a produção e comercialização dos produtos agroecológicos. A certificação participativa contribuiria, nesse sentido, para recriar esses referenciais. Assim, a partir desse pressuposto, os agricultores, técnicos de ONGs e cooperativas de consumo passaram a se organizar em grupos, aonde acontece essa certificação participativa baseada no “auto-controle”. Esse pressuposto foi adotado na própria organização da Rede, pois não há um grupo diretivo como há em outras organizações sociais. Para Souza (2003, p. 25):

A certificação participativa pode ser explicada da seguinte forma. Inversamente ao enfoque da certificação convencional, que trabalha com o princípio da desconfiança, o gera uma série de providências de fiscalização do agricultor pelas certificadoras, a certificação participativa parte do princípio da confiança, ou seja - de que é possível criar processos geradores de credibilidade, que além de serem educativos e muito mais construtivos, a prática tem mostrado que podem oferecer a mesma segurança da certificação convencional. O processo de geração de credibilidade começa pelo pertencimento do agricultor a um grupo, a um núcleo da Rede, a processos locais de comercialização direta onde exista transparência do processo produtivo junto aos consumidores e acompanhamento técnico no âmbito da Rede. Tomando isto como idéia geral, a Rede desenvolveu um sistema de normas técnicas, que abrange todo o processo produtivo (que consta na legislação nacional sobre orgânicos), e um sistema de procedimentos a serem seguidos pelos núcleos a fim de viabilizar a liberação do selo de orgânico para os agricultores (SOUZA, 2003, p. 25).

Através da definição de agroecologia utilizada pela Rede Ecovida verifica-se uma procura pela valorização da dimensão holística/ sistêmica³¹ a partir da forma de produção agrícola e pecuária, articulando várias outras dimensões sociais. Para a Rede Ecovida:

[...] processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o meio ambiente, tornando independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais,

³¹ Acerca deste assunto ver a nota seis, apresentada na introdução.

ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde (os) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade de forma organizada (CEPAGRI, 1998, *apud* REDE ECOVIDA, 2007).

De acordo com Meirelles³² (2005), a agricultura orgânica, utilizada pelo autor à época como sinônimo de agroecologia, deve ser: ambientalmente sadia, energeticamente positiva, economicamente viável, socialmente justa e favorecer o protagonismo dos agricultores. O autor destaca que algumas práticas têm modificado/deturpado esses princípios: simples substituição de insumos, continuidade da circulação planetária de mercadorias, utilização de insumos orgânicos industrializados e mercado globalizado, integração verde, o mercado continua como organizador da unidade produtiva, certificação policialesca (MEIRELLES, 2002).

Verifica-se, portanto, que o autor demonstra também uma preocupação com a eficiência energética, uma idéia bastante presente na agroecologia. Além disso, condena a agricultura orgânica que pretende fazer uma substituição de insumos industriais para insumos naturais, pois isso revelaria uma preocupação somente de reprodução do capital, sem alterar as relações sociais.

Meirelles (2002) propõe também que o mercado não seja o organizador do “projeto agroecológico”, pois a preocupação deveria ser com a qualidade de vida, que não se resume aos resultados econômicos. Assim, “a agroecologia é um projeto de vida, não um modelo tecnológico”. Como a agroecologia não se propõe a ser um modelo tecnológico, a estratégia seria “convencer” os agricultores a converter seus sistemas produtivos à agroecologia, alterando as técnicas produtivas, diversificando a produção e organizando a produção sem colocar os resultados econômicos em primeiro lugar, mas os diversos benefícios individuais e sociais que daí poderiam resultar.

Mas qual seria a relação entre a agricultura familiar (AF) e a agroecologia? Meirelles (2002, p. 4) afirma que há uma “intersecção evidente”. Para o autor:

Em que pese a diversidade existente dentro desta categoria de agricultura familiar, podemos afirmar que, em relação à agricultura patronal, ela possui uma maior tendência: a) ao desenvolvimento de sistemas de produção

³²O autor é coordenador do Centro Ecológico, membro-fundador da Rede Ecovida e da ANA e foi um dos coordenadores do Movimento Agroecológico Latino-americano (MAELA).

diversificados, muitas vezes com o desenho de agroecossistemas muito próximos ao ecossistema original; b) a privilegiarem práticas que estimulem a reciclagem de nutrientes com a integração de distintos cultivos, dispondo-os em consórcios propriamente ditos ou em forma de mosaico; c) ao uso de sementes próprias; d) a serem relativamente mais independentes em relação a insumos externos; e) ao uso de insumos locais e regionais; f) a valorização da produção para o auto-consumo, sendo relativamente independentes do mercado no que diz respeito a sua reprodução social.

O autor destaca que a AF, por não ter sido totalmente modificada pela modernização da agricultura e pela lógica do capital, preservaria alguns dos referenciais da agroecologia. Assim, a AF se colocaria no horizonte da própria agroecologia, devendo ser estimulada. Isso porque não haveria agroecologia sem justiça social e a AF (que não está totalmente integrada ao mercado, que possui elementos de cooperação interna, que não concentra a terra) produziria justiça social. Diante do exposto, a agroecologia, baseada na AF, apresentar-se-ia como alternativa ao atual paradigma que leva a agricultura e a sociedade à crise. Para fazer frente à crise de justiça social e ambiental, dever-se-ia buscar um ponto de equilíbrio.

Questiona-se, entre outras coisas, a orientação da pesquisa agrícola ao desenvolvimento de cultivares cada vez mais produtivas, mas cada vez menos resistentes à doenças, aos problemas climáticos e menos eficientes do ponto de vista da absorção de nutrientes disponíveis no próprio solo, obrigando-se a intensificar o uso de fertilizantes externos.

Já no que se refere às formas de comercialização, verifica-se que as feiras, a exportação e o mercado institucional lideram (SANTOS, 2005). Considerando que as compras institucionais, através do PAA, passaram a adquirir importância a partir de 2003, é provável que atualmente o mercado institucional represente um percentual ainda maior do que o verificado na pesquisa da Rede Ecovida em 2003. Logo em seguida, de acordo com a pesquisa da Rede Ecovida, aparecem os grandes supermercados, agroindústrias, atacadistas e distribuidores ecológicos e lojas especializadas, conforme apresenta a tabela a seguir.

Tabela 3 - Locais de comercialização e valores comercializados de produtos ecológicos pelas organizações integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia no ano de 2003

Local	Valor comercializado (R\$)	Percentual relativo
1. Feiras Ecológicas	8.946.682,25	26,89%
2. Exportação	6.975.796,00	20,97%
3. Mercado Institucional	5.854.783,39	17,60%
4. Grandes Supermercados	2.238.804,00	6,73%
5. Agroindústria	1.434.370,60	4,31%
6. Atacadista e Distribuidor Ecológico	1.123.408,23	3,38%
7. Lojas Especializadas	1.111.225,00	3,34%
8. Outros Locais	5.584.713,50	10,05%
TOTAL	33.269.782,97	100,00%

Fonte: Santos (2005).

A importância das compras governamentais (denominada de mercado institucional na tabela acima) tem crescido nestes últimos anos. Embora não se disponha de informações sistematizadas para comprovar esta afirmação, trata-se de um processo facilmente verificável, particularmente em alguns núcleos. Há cooperativas de agricultores que compõem a Rede Ecovida atualmente, como é o caso da Apave, localizada no município de Verê (PR), que atualmente comercializa quase a totalidade do suco de uva orgânico através das compras governamentais. Esta associação pouco comercializou nos dois últimos anos em outros locais. Já a Cooperafloresta, cooperativa localizada no núcleo Agroflorestal, comercializa cerca de 60% de seus produtos através desta forma de comercialização, percentual que se elevou nos últimos anos, de acordo com entrevistados.

Isso ocorre porque o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passaram a adquirir os alimentos certificados de forma participativa através de contratos de compra e venda para distribuição em escolas e em locais considerados carentes, como asilos, creches e escolas. Além de garantir a compra, estes programas também tem garantido um preço adicional aos alimentos orgânicos certificados de aproximadamente 30% em relação àqueles definidos como convencionais.

Em relação à certificação, Radomsky (2010) afirma, em sua tese de doutorado acerca da Rede Ecovida, que:

A primeira hipótese guia a exposição de início a fim do trabalho e pode ser sintetizada na observação de que a certificação tem se constituído num dos

mais importantes pilares para a regulação e proteção de produtos orgânicos ou agroecológicos, sendo uma forma selecionar produtos e produtores, criar barreiras técnicas e de mercado, verificar conformidades e a autenticidade dos processos de produção. A certificação é parte constitutiva do regime de propriedade intelectual (um tipo particular de marca) e age também de modo análogo, ao emitir laudos de autenticidade e conformidade, controladas e protegidas. Ademais, processos se tornam tão ou mais importantes que produtos. Certificações e propriedade intelectual, ao centrarem-se em processos e idéias (não em produtos físicos), fornecem novas possibilidades interpretativas quanto à forma mercadoria, à mercantilização e ao controverso processo de reificação, especialmente no que diz respeito à substancialização de propriedades culturais, proteção de bens intangíveis, formas de patrimônio, acervos digitais e virtuais (RADOMSKY, 2010, p. 28).

Atualmente, a concepção e a posição da Rede Ecovida sobre agricultura ecológica, mercado de produtos orgânicos/ ecológicos, substituição de insumos, organização dos agricultores, formação, é expressa da seguinte forma:

Enquanto estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, a agricultura ecológica é o começo de um processo de grandes mudanças que deverão acontecer nos próximos anos. Mudanças na base produtiva das propriedades, com incorporação de técnicas diferenciadas para correção dos solos, para o controle de "pragas", doenças e ervas "daninhas", etc. Ocorrerão, também, mudanças nas formas de organização dos agricultores para que possam superar e avançar as barreiras da comercialização e industrialização.

Do ponto de vista do mercado, há uma progressiva tendência da sociedade passar a consumir mais produtos produzidos numa relação de equilíbrio com a natureza e limpos de quaisquer resíduos de agroquímicos.

Não podemos repetir os erros do passado recente, ou seja, sair da ditadura dos químicos para outra ditadura, a dos orgânicos e nos deixarmos conduzir, apenas pela ótica do mercado. Dessa forma, os mesmos que exploram poluindo e contaminando com os agrotóxicos, continuarão explorando com a venda de insumos orgânicos e comprando produtos em nome do desenvolvimento sustentável. Sair dessa ciranda significa construir um caminho próprio e fazer dele um projeto de vida para agora e para as próximas gerações.

Nos programas de formação, incentivam-se formas produtivas que valorizem mais a mão de obra do que o capital; formas organizativas e de cooperação descentralizadas e sob o controle dos agricultores; processos produtivos que não degradem o meio ambiente e que todos os membros da família sejam sujeitos do processo.

Quando todos viviam a falsa ilusão do milagre econômico, incorporando em seu processo produtivo tecnologias desenvolvidas em outros países, não adaptadas à nossa realidade e voltadas para interesses puramente econômicos, os membros da Rede Ecovida, entidades com 10, 20, 30 ou mais anos, alertavam para as possíveis conseqüências negativas desta forma de produzir. Ao mesmo tempo em que criticavam este modelo, também apontavam para alternativas que foram, ao longo dos anos,

gestadas pelos agricultores e reconhecidas como viáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Com os programas de formação, desenvolvidos em parceria com organizações populares e sindicais e instituições de ensino e pesquisa, a idéia foi tomando corpo. Tecnologias e métodos de Agricultura Ecológica foram sendo construídos e difundidos. Assim, gradativamente, essas entidades foram tornando-se referência desse renovado jeito de produzir na agricultura. Nos programas de formação, incentivam-se formas produtivas que valorizem mais a mão de obra do que o capital; formas organizativas e de cooperação descentralizadas e sob o controle dos agricultores; processos produtivos que não degradem o meio ambiente e que todos os membros da família sejam sujeitos do processo (REDE ECOVIDA, 2009, disponível no site www.ecovida.org.br).

Os excertos acima apresentados permitem conhecer um pouco melhor as concepções da Rede Ecovida acerca da agricultura e seu desenvolvimento sob o capitalismo, o desenvolvimento da pequena agricultura, as tecnologias de uma forma geral e as “tecnologias e métodos da agricultura ecológica”. A agricultura ecológica é entendida como parte de um processo de mudanças que deveriam ocorrer; indica uma possível tendência de aumento do consumo de produtos considerados saudáveis; que a produção orgânica tende a seguir o mercado; a horizontalidade nas relações sociais que são estimuladas; crítica ao crescimento econômico; o desenvolvimento de práticas mais horizontais e que valorizem o conhecimento dos agricultores.

Estes propósitos são bastante genéricos, pois não definem exatamente qual é a concepção de mercado e de agricultura a Rede possui. No sentido de se aproximar um pouco mais destas definições é que se apresenta a estrutura atual de sete dos vinte e sete núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia. Para tanto, apresenta-se alguns aspectos da agricultura das regiões onde estes núcleos estão inseridos, apresenta-se algumas informações que permitem caracterizar brevemente os agricultores que fazem parte destes núcleos. Apresenta-se também uma caracterização das ONGs que dinamizam estes núcleos.

3.3 A ESTRUTURA ATUAL E A PRÁTICA DE SETE NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA

Conforme se indicou anteriormente, esta pesquisa se baseou no estudo de sete núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia. Os núcleos foram selecionados de

forma a contemplar a diversidade sócio-econômica e política dos locais onde se inserem e também com vistas a atender os interesses do grupo de pesquisa no qual este trabalho se insere.

Inicialmente, com vistas a escolher os núcleos sobre os quais se trabalharia, foram colhidas informações acerca de todos os núcleos da Rede Ecovida. Os núcleos estudados foram: Agroflorestal, Mauricio Burmester do Amaral, Sudoeste do Paraná, Litoral Solidário, Planalto RS, Planalto Serrano e Libertação Camponesa. Apresenta-se, abaixo, uma síntese de informações dos sete núcleos: número de grupos de agricultores, número de famílias, ano de ingresso na Rede, grupos de consumidores, comissão de ética, espaços de articulação, feiras, pontos fixos, grupos certificados, cooperação e pontos fortes do núcleo.

O quadro permite identificar a diversidade sócio-política existente entre os núcleos estudados. Inclusive as estruturas dos núcleos se diferenciam, pois estes adéquam seus formatos organizativos de acordo com as experiências ou formas organizativas anteriores. Em alguns destes núcleos já havia uma estrutura de articulação que se aproximava ao que mais tarde se tornaria um núcleo, mas em outros essa forma organizativa se materializa a partir da Rede Ecovida.

Alguns núcleos possuem uma grande diversidade interna, como é o caso do Maurício Burmester do Amaral, e outros possuem uma homogeneidade bastante grande, como é o caso do núcleo Libertação Camponesa. Estes e outros aspectos que caracterizam a realidade material e a prática política existente nos núcleos são apresentados a seguir.

	Agroflorestal	Mauricio Burmester do Amaral	Sudoeste PR	Litoral Solidário RS
Nº grupos	19	20	36	17
Nº famílias	105	205	237	120
Início na Rede	2001	2001	1999	Criação em 1999, funcionamento em 2001
Assessoria	Não possui	AOPA	Assesoar e Capa	Centro Ecológico
Grupos consumidores	1	1	Não possui	1
Coordenação	Diretoria com mandato de 2 anos	Coordenador	1 coordenador, 1 secretário tesoureiro	1 coord, 1 secret, 1 tesoureiro
Comissão de ética	1 Representante de cada grupo	-	Com seis membros (3 titulares e 3 suplentes)	1 Representante de cada grupo
Espaços de articulação	Conselho do Parque Estadual	Consea, Prefeitura de Curitiba (feiras)	Fórum Regional de AF, Territórios da Cidadania, feira de sementes	Rede Jussara, Cooperativa Sem Fronteiras
Feiras	4	5 feiras em Curitiba e 3 em outros municípios	12	1 em Torres, 2 em Caxias do Sul, 1 em Canoas, 4 em Porto Alegre
Pontos fixos	1	1 (Mercado municipal)	1 (Apave)	Não possui
Grupos certificados	Todos	Todos	Todos	Todos
Cooperação	Mutirões	Troca de produtos Alguns mutirões, mas não é muito o costume da comunidade	As feiras possuem caixa único, trocas de produtos, troca de experiências de produção	Conselho Programa Fome Zero (integra todos); Mutirão e troca de serviços; fabricação de composto orgânico; Cooperativa de consumidores; Sistema agroflorestal
Pontos fortes	Sistema agroflorestal	Certificação e organização	Inserção em um espaço forte de articulação política/ foco histórico de organização de lutas	Comercialização de polpa de açaí na merenda escolar

... continuação

	Libertação Camponesa	Planalto RS	Planalto Serrano SC
Nº grupos	1	9	35
Nº famílias	25	50	700
Início na Rede	2003	2001/2002	1998/2001 (se articula desde o início da rede, mas como NR em 2001)
Assessoria	Não possui	Cetap	Centro Vianeí
Grupos consumidores	Não possui	Não possui	Não possui
Coordenação	-	1 coord, 1 secret, 1 tesoureiro	Coordenador + tesoureiro
Comissão de ética	-	Seis membros (3 titulares e 3 suplentes). Formado por agricultores e consumidores	1 por município + 1 do NR
Espaços de articulação	-	Não possui	Fórum Catarinense de EPS
Feiras	-	5	10 feiras em 10 municípios
Pontos fixos	-	2	1
Grupos certificados	1		Cerca de 20
Cooperação	Trabalho coletivo		Via Ecossera: Planejamento coletivo de produção e comercialização; Projeto do Pinhão; Agroindústrias em rede; Troca de experiências; alguma troca de dias de trabalho, mas não há mutirões ou trabalho coletivo
Pontos fortes	Trabalho coletivo	Formas de comercialização Troca de produtos	Comercialização no mercado institucional; circuito Sul da Rede Ecovida; produtos da sociobiodiversidade (pinhão, por ex.)

Quadro 3 - Informações sobre os núcleos da Rede Ecovida

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo grupo de pesquisa do MADE durante o VII Encontro Ampliado da Rede Ecovida, realizado em novembro de 2009, em Ipê – RS.

Apresenta-se a seguir, a partir das informações constantes no quadro acima e outras, uma descrição dos sete núcleos estudados e da região onde se inserem. Além disso, apresenta-se também uma caracterização das ONGs de assessoria que, conforme se afirmou, são o elo dinâmico dos núcleos e da própria Rede.

Sudoeste PR: Região do estado do Paraná formada predominantemente por pequenos produtores agrícolas (de soja, milho, trigo e feijão), agricultores integrados à indústrias de carnes (aves e suínos) e produção de leite em expansão.

No âmbito da produção orgânica predominou, por vários anos, a produção de soja, mas cuja produção se reduziu com a redução da fertilidade dos solos e a intensificação das práticas agrícolas convencionais. Destaca-se a produção em pequenas agroindústrias de produtos animais e, mais recentemente, de sucos. A produção de hortaliças e frutíferas, por sua vez, destaque no âmbito da Rede Ecovida, nunca foi forte na região em função do predomínio das atividades mais extensivas e da produção animal. Apesar de ser um dos locais que mais estimularam a agricultura orgânica/ecológica e a existência de duas ONG's que assessoram o núcleo, a intensificação da agricultura provocou uma redução do número de agricultores ecológicos nos últimos anos e do próprio núcleo. Os programas de compra governamentais (PAA e PNAE) atualmente estão absorvendo grande parte da produção agroecológica da região. O núcleo possui 237 agricultores membros na Rede Ecovida, dos quais 43 certificados pela nova lei. Antes da criação da Rede Ecovida e do selo Ecovida de certificação participativa, a Assesoar tinha seu próprio selo. Em função deste histórico, principalmente, o formato organizativo da Rede Ecovida e a estrutura de sua coordenação e conselho de ética não são bem definidos.

O Núcleo é assessorado pelas ONGs Assesoar e Capa. A Associação de Estudos e Orientação Rural – Assesoar – foi constituída em 1966 a partir do estímulo de padres belgas que se diziam preocupados com os rumos do desenvolvimento agropecuário na região Sudoeste do Paraná. Em sua longa trajetória, a ONG contribuiu com a constituição de diversas organizações de agricultores na região, sindicais e cooperativistas. A direção é composta por agricultores dirigentes de outras organizações de agricultores (sindicalismo, cooperativismo, Rede Ecovida). Em função da composição de sua direção, transita entre o desenvolvimento da agroecologia, da educação do campo e de outras formas organizativas, mas destaca-se pelas ações de caráter organizativo em detrimento do desenvolvimento de técnicas produtivas na agroecologia, como é o caso do Capa.

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – Capa, possui 5 núcleos no âmbito da Rede Ecovida, um dos quais em Verê, município do núcleo Sudoeste do Paraná. A ONG foi constituída pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil no final dos anos 70, quando afirmava preocupação com o êxodo rural. Desde

o início a organização estimula o trabalho organizativo e técnicas produtivas alternativas às convencionais. Atualmente, no Sudoeste do Paraná, desenvolve um trabalho de cunho principalmente técnico, o que tem permitido o desenvolvimento da agricultura orgânica/ ecológica nos municípios que atende, principalmente em Verê. Define-se como uma ONG que busca o desenvolvimento da agricultura orgânica e de pequenas agroindústrias.

Mauricio Burmester do Amaral (MBA)

Núcleo da região metropolitana de Curitiba, que apresenta uma diversidade interna bastante grande. De um lado, a agricultura dos municípios do entorno de Curitiba (Colombo, Campo Magro, Bocaiúva do Sul, São José dos Pinhais – localizados há cerca de 30 km da capital) se voltam para a produção de hortaliças e frutíferas que abastecem a região metropolitana.

É formada, em sua maioria, por agricultores especializados na produção de hortifruti, bem estruturados para tal e que contam com o trabalho familiar e contratado. Atualmente a produção ecológica na região cresce em função dos diversos apelos ao consumo, bem como o próprio número de feiras ecológicas, que somente em Curitiba são 13. Trata-se de agricultores bastante inseridos na produção para o mercado, que comercializavam seus produtos principalmente para pessoas com rendas mais altas. Em função do alto grau de intensividade de uso do solo, a produção poderia ser caracterizada muito mais como orgânica do que ecológica.

Já nos municípios mais distantes (Lapa, Castro, Cerro Azul) os agricultores são menos especializados na produção de hortifruti e contam principalmente com o trabalho familiar. São agricultores menos inseridos no mercado e que comercializam seus produtos nos programas governamentais e feiras livres, um pouco menos voltadas aos consumidores de alta renda, em função, principalmente, dos preços mais baixos. O núcleo possui 205 agricultores membros na Rede Ecovida, dos quais 73 certificados pela nova lei.

O núcleo MBA possui assessoria da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), que possui sede em Curitiba. Nos anos 90 a Aopa foi constituída, por agricultores e técnicos, principalmente com o objetivo de viabilizar a comercialização de produtos orgânicos em grandes supermercados da região

metropolitana de Curitiba. Como enfrentou dificuldades na relação com estes hipermercados, viu-se obrigada a fomentar outros canais de comercialização, como as feiras ecológicas, e a modificar seu papel para assessoria técnica ao invés de comercialização. Apesar da afirmação das feiras ecológicas, que se viabilizaram por conta do trabalho dos agricultores feirantes, atualmente a ONG enfrenta dificuldades financeiras, realidade comum à quase totalidade das ONGs do Sul do país, e procura se viabilizar através de projetos com o Estado, empresas públicas e o circuito de comercialização da Rede Ecovida.

Agroflorestal

Núcleo formado por 105 agricultores dos municípios de Barra do Turvo (SP) e Adrianópolis (PR) associados à cooperativa Cooperafloresta. O desenvolvimento da agrofloresta na região foi estimulada inicialmente por um técnico da empresa de assistência técnica e extensão rural do estado de São Paulo (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - Cati), em função do alto grau de degradação dos solos da região nos anos 80 e, posteriormente, por profissionais autônomos que se radicaram na região.

Como os solos são bastante declivosos e, por este motivo, sujeitos à erosão pelo cultivo ou uso no pastejo animal, a agrofloresta, que é uma técnica de uso e cultivo ecológico que integra distintas espécies vegetais, arbóreas ou não, de forma sucessiva, ofereceu resultados bastante satisfatórios e permitiu que um número razoável de agricultores passasse a adotá-la. O conhecimento técnico para o desenvolvimento deste tipo de produção é bastante complexo, já que se necessita de conhecimentos amplos acerca da fertilidade do solo e do comportamento das espécies em questão. Embora o leque de produção seja bastante amplo, predomina o cultivo da banana. A produção é comercializada principalmente em feiras ecológicas em Curitiba e em programas de compras governamentais.

A religiosidade é bastante destacada neste núcleo. Diferentemente de outros núcleos que se articulam politicamente com movimentos sociais, neste núcleo a religiosidade é o horizonte principal de seus membros, tanto por parte dos agricultores, quanto por parte de seus assessores. No entanto, diferentemente de outros núcleos, não houve articulação com a Teologia da Libertação.

O núcleo Agroflorestal possui equipe própria para assessoria técnica e organizativa. A assessoria é realizada por profissionais contratados, formados politicamente principalmente no movimento ambientalista/ estudantil, alguns dos quais contribuíram com a constituição da referida cooperativa, além de assessorias mais pontuais de profissionais que atuam em projetos específicos. A formação destes profissionais é baseada em fundamentos da economia ecológica (fluxos energéticos) e religiosa.

Planalto Serrano SC

Núcleo localizado no entorno do município de Lages (SC), onde predomina a pecuária extensiva e a produção florestal. A agricultura da região é menos intensiva no uso de agroquímicos quando comparada com outras regiões em função do menor nível de uso destes produtos nas atividades agrícolas principais. Desta forma, os pequenos agricultores da região possuem um nível de intensificação agrícola menor e desenvolvem um tipo de agricultura mais próxima da tradicional. O Centro Vianeí de Educação Popular é a ONG que assessora o núcleo e que estimula organização dos agricultores e a agroecologia. Em termos organizativos, destaca-se atualmente a cooperativa Ecoserra, que comercializa seus produtos localmente e através do circuito de comercialização da Rede. Além destes, os produtos agroecológicos também são comercializados nos programas governamentais. O núcleo, através do Vianeí, jogou bastante peso no conselho estadual de segurança alimentar. O núcleo possui 700 agricultores membros na Rede Ecovida, dos quais 20 certificados pela nova lei.

O Centro Vianeí de Educação Popular foi constituído nos anos 80 com o apoio da igreja e através de relações com o MST e MAB. Nos anos seguintes o Centro passa a se envolver com as chamadas tecnologias alternativas, agricultura alternativa e, posteriormente, a agroecologia. Nos últimos anos o centro liderou também a constituição da Rede Ecovida em Santa Catarina, a constituição de uma cooperativa de comercialização, o circuito de comercialização e o tema da segurança alimentar (preside o conselho estadual de segurança alimentar).

Litoral Solidário RS

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul predomina a produção de banana, nas áreas declivosas, e de arroz irrigado, nas áreas planas. Os produtores de banana em sua grande maioria são pequenos produtores que desenvolvem a atividade com o trabalho familiar e dentre os rizicultores a grande maioria possui áreas maiores. O estímulo à organização dos agricultores e a agroecologia no núcleo se iniciou nos anos 80 através do Centro Ecológico e a Igreja Católica. O número de agricultores ecologistas do núcleo é um dos maiores da Rede Ecovida, em grande parte em função do trabalho desenvolvido pelo Centro Ecológico. A banana é o principal produto, comercializado pelos agricultores do núcleo nos municípios de Torres e em feiras livres e supermercados da região metropolitana de Porto Alegre. Alguns agricultores do núcleo são estudiosos e experimentadores, o que os tornou grandes conhecedores da agricultura ecológica e referência no âmbito da Rede Ecovida. Em função das práticas agroecológicas mais consolidadas e do trabalho sólido do Centro Ecológico em afirmar a certificação participativa, o núcleo é um dos que se coloca como referência no âmbito da Rede Ecovida, mas também de articulações nacionais e internacionais que a Rede participa. O núcleo possui 120 agricultores membros na Rede, dos quais 102 certificados pela nova lei.

O núcleo Litoral Solidário é assessorado pelo Centro Ecológico, uma ONG constituída, em Ipê – RS, por egressos das ciências agrárias que aderiram ao movimento ambientalista nos anos 80 e passaram a realizar experimentação em agricultura ecológica. No Litoral Norte os agricultores se aproximaram do Centro Ecológico também através da Igreja Católica. Em função da realidade local (solos declivosos) e do trabalho desenvolvido pelo Centro Ecológico, a região é uma das que concentra o maior número de agricultores ecologistas em toda a Rede Ecovida.

Planalto RS

É uma região do Rio Grande do Sul tipicamente produtora de grãos (soja, milho e trigo), constituída em partes por pequenos e em partes por grandes proprietários de terras, em que a produção continua se intensificando bastante em termos de uso de agroquímicos. O Cetap é a ONG que assessora o núcleo e que possui relações com MST e o sindicalismo, no entanto, é um núcleo que se destaca por suas características sindicais. Desta forma, as lideranças do núcleo fazem ou

fizeram parte das lideranças sindicais, o que acaba por imprimir um formato próprio ao núcleo. Possui um número pequeno de agricultores agroecológicos membros da Rede Ecovida e cujos agricultores não são especializados na produção de hortifruti, que são os principais produtos ecológicos da Rede. A produção orgânica/ ecológica é comercializada através de feiras livres existentes nos municípios, destacando-se a feira localizada no município de Passo Fundo, e de programas governamentais. O núcleo possui 50 famílias, no entanto, nenhuma se cadastrou no ministério da agricultura para fins de certificação até julho de 2011.

O núcleo Planalto Rio Grandense possui assessoria do Centro de Tecnologias Alternativas, Cetap, uma ONG constituída em 1986, possui sede em Passo Fundo – RS. Trata-se de uma ONG bastante próxima do MST em seu início, possuía sede e campo experimental em um assentamento, mas que nos anos 90 e 2000 se aproximou mais do sindicalismo cutista. O núcleo está inserido em uma região de agricultura intensiva. Contribui com a constituição de diversos sindicatos na região. Atualmente desenvolve também prestação de serviços em Assistência Técnica e Social em assentamentos do RS.

Libertação Camponesa PR

O núcleo Libertação Camponesa se distingue bastante de outros núcleos que compõem a Rede em função de se tratar de um assentamento da reforma agrária, ligado ao MST, localizado no município de Paranacity – PR, constituído no início dos anos 90, organizado em uma cooperativa que agrega 23 famílias que produzem alimentos orgânicos de forma totalmente coletiva. Os produtos principais são o açúcar mascavo e a cachaça, o que também o distingue de outros núcleos, mas a produção de leite também é importante e a cooperativa está procurando desenvolver outras atividades produtivas. A produção é destinada a programas governamentais e à exportação para a Europa. O grande diferencial do núcleo é o complexo nível de cooperação, já que todo o trabalho e a gestão do trabalho e das necessidades são coletivos. Esse formato organizativo foi bastante estimulado pelo MST nos anos 90, mas poucos assentamentos conseguiram se afirmar de acordo com o que se preconizava. O assentamento é referência ao movimento em termos de cooperação, mas passa a ser também em função de produzir de forma ecológica

e integrar a Rede Ecovida. O núcleo possui 25 agricultores membros na Rede Ecovida, no entanto, nenhuma certificada de acordo com a nova lei.

O núcleo Libertação Camponesa se localiza no município de Paranacity e é formado pela cooperativa COPAVI, constituída, há mais de 20 anos, por assentados da reforma agrária. A cooperativa possui equipe própria para assessoria técnica e organizativa. Os profissionais são oriundos do próprio assentamento ou foram formados politicamente no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Possui também profissionais que atuam em projetos específicos. Faz parte do núcleo também um grupo de seis famílias de agricultores acampados há 12 anos no município de Cruzeiro do Sul e que também produzem de forma coletiva.

Especificidades dos núcleos e das formas organizativas

Verifica-se que os núcleos são bastante diversos em termos de formas organizativas. Mesmo entre as cooperativas, por exemplo, há dinâmicas distintas. A Cooperafloresta, por exemplo, é uma cooperativa composta por grupos de agricultores (19, dos quais 12 estão cadastrados). A Comsol é uma cooperativa que pertence a um núcleo. Já a Copavi é uma cooperativa e também um núcleo. É evidente que estes grupos terão dinâmicas internas distintas. De uma forma geral, os grupos existem enquanto grupo de agricultores ecológicos, foram constituídos com este fim e quase a totalidade de suas ações envolve a dinâmica organizativa proposta pela Rede Ecovida.

Já as associações e cooperativas de uma forma geral possuem outras dinâmicas organizativas para além daquelas que são sugeridas pela Rede Ecovida. Ou seja, estas formas organizativas possuem dinâmicas próprias, pois já são compostas por agricultores organizados com determinado fim, de uma forma geral voltados para comercializar. Além de atender seus objetivos iniciais e sua forma organizativa, estas organizações necessitaram se organizar de forma a atender as necessidades da Rede Ecovida e, atualmente, da legislação relacionada à produção orgânica.

A Copavi, por exemplo, possui uma estrutura própria relacionada à divisão interna do trabalho, já que ele é desenvolvido coletivamente. De uma forma geral, as

decisões são tomadas considerando a estrutura da cooperativa, que é mais antiga e mais complexa do que as formas de decisão tomadas nos núcleos ou grupo de agricultores. Além disso, a cooperativa necessita dar conta de demandas que são externas, já que alguns membros são liberados para desenvolver a militância no MST, assim como a cooperativa necessita atender e desenvolver as demandas do movimento internamente. Nesse caso, as demandas da Rede Ecovida se somam àquelas da própria cooperativa e do Movimento, enquanto nos grupos que não possuem outras dinâmicas quase tudo se resume às demandas apresentadas pela própria Rede.

No núcleo Sudoeste do Paraná, por exemplo, a Assesoar, ONG dirigida por agricultores e que possui uma longa trajetória organizativa na região, organizava os agricultores em grupos, seguindo, em grande parte, o formato que deu origem as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Embora se orientasse pela busca da produção agroecológica, havia e há grupos que se orientavam e se orientam pela idéia de organização e a educação do campo e que juntos compunham a direção da Assesoar, revelando interesses distintos e provocando constantes conflitos. Desta forma, apesar dos referidos distintos interesses e da atuação mais recente do Capa na região, a agroecologia e a organização política voltada pela idéia de educação popular aconteciam em um mesmo lugar, ou seja, próximos da Assesoar. Em função do formato organizativo proposto pela Rede e da existência de conflitos internos, constitui-se o núcleo Sudoeste.

A existência de um núcleo em que a Assesoar passa a ser mais um componente dentre outros parece ser algo estranho, já que os participantes e objetivos muitas vezes coincidiam. O fato é que isso ocorre e contribui para forjar uma posição política mais definida da entidade em relação ao seu projeto, pois os interesses conflitantes se tornaram mais evidentes. Enquanto na maioria dos núcleos as ONGs se apresentam enquanto assessoria para a agroecologia, no caso da Assesoar ela é um dos eixos de sua atuação, já que representa também agricultores que não são ecologistas. Uma ONG com características semelhantes e que também é dirigida por agricultores é o Cetap, do núcleo Planalto – RS, no entanto, nela os conflitos são menos evidentes, principalmente porque, diferentemente da Assesoar, a direção não é tão presente e é mais formal.

Nesta parte do trabalho procurou-se também identificar quais são as articulações institucionais que a Rede Ecovida se faz presente, tanto quanto a organizações sociais que se aproximam dela, além das articulações (Redes, fóruns, etc.). Além disto, houve o interesse em identificar se os entrevistados são conhecedores destas articulações.

No que se refere às organizações sociais do campo que se aproximam e apóiam a Rede Ecovida ou seus núcleos, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais se destacaram com 22 respostas, sendo 14 de agricultores(as) e 8 de técnicos e dirigentes. Estes sindicatos são filiados principalmente à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), mas alguns se encontram ligados ao sistema Fetag/Contag.

Verificou-se que se trata de uma articulação que ocorre principalmente em âmbito local, ou seja, através das articulações entre agricultores membros de grupos, ONG's e sindicalistas locais, muito em função de relações pessoais. Há casos de agricultores ecológicos que se tornaram lideranças sindicais ou de lideranças sindicais que se tornaram agricultores ecológicos e passaram a fazer parte da Rede. Praticamente não há uma articulação mais estratégica com as federações sindicais.

Um dos entrevistados que também ocupa uma função de coordenação na Rede há diversos anos manifestou não se lembrar de nenhuma reunião com dirigentes da Fetraf-Sul. Divergências quanto ao alcance, o espaço da agroecologia e o espaço das ONG's que apóiam a agroecologia motivaram um distanciamento entre as ONG's que compõem a Rede Ecovida e as organizações sindicais no início dos anos 2000, o que contribuiu para inviabilizar a continuidade da Frente Sul da agricultura familiar.

A segunda organização em nível de importância, de acordo com os entrevistados é o sistema Cresol de cooperativas de crédito da agricultura familiar, que é um sistema cooperativo que foi constituído a partir do trabalho do sindicalismo e das ONG's, dentre as quais algumas daquelas que se encontram na Rede Ecovida. Logo em seguida apareceu a Cáritas, uma organização ligada à Igreja Católica, seguidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores.

A presença do MST e do MPA enquanto organizações que apóiam a Rede Ecovida revela a importância que a Rede possui atualmente no sentido de congregar as organizações sociais do campo através da agroecologia e da certificação participativa, principalmente porque o MST e o MPA assumiram institucionalmente a agroecologia, o que não aconteceu com as organizações sindicais. O Movimento de Mulheres Camponesas também foi citado pelos entrevistados. O quadro a seguir apresenta esta e outras informações acerca das organizações sociais do campo que apóiam a Rede Ecovida.

	Agricultores	Técnicos e dirigentes	Total
Sindicatos de Trabalhadores Rurais	14	8	22
Cresol	2	5	7
Cáritas	4	1	5
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	2	2	4
Movimento dos Pequenos Agricultores	2	2	4
Movimento de Mulheres Camponesas – MMC	1	2	3
Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais – DESER	2		2
Comunidades Quilombolas	1	1	2
Acopa	1	1	2
AS-PTA	1	1	2
Pastoral da Juventude	1		1
Coonalter	1		1
Slow Food	1		1
Movimento de Negros do Paraná	1		1
Bionatur	1		1
Via Campesina	1		1
Visão Mundial		1	1
Reiffer		1	1
Terra de Direitos		1	1
Sisclaf		1	1
Coopafi		1	1

Quadro 4 - Organizações sociais do campo presentes nos sete núcleos pesquisados conforme declaração dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de Campo (2010).

O quadro a seguir apresenta as formas mais comuns pelas quais houve aproximação entre as organizações sociais do campo e a Rede Ecovida. Com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram a contraposição aos transgênicos, projetos de captação de recursos, cursos de agroecologia e a própria necessidade de certificação. Com os sindicatos de trabalhadores rurais a aproximação aconteceu principalmente através dos próprios grupos de agricultores, como se mencionou anteriormente. Já com as ONG's Terra de Direitos e AS-PTA a

aproximação aconteceu principalmente em função de campanhas realizadas em conjunto como contraposição à transgenia.

Organização	Formas mais comuns de aproximação com a Rede Ecovida
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	<ul style="list-style-type: none"> - Certificação para Bionatur; - Curso de Agroecologia; - Projetos para captação de financiamentos; - Contraposição aos transgênicos
Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	<ul style="list-style-type: none"> - Através dos grupos de agricultores ecológicos, pois há agricultores que estão nas direções - Através de projetos de capacitação para captação de financiamentos;
Terra de Direitos	- Contraposição aos transgênicos
AS-PTA	- Contraposição aos transgênicos

Quadro 5 - Formas mais comuns de aproximação das organizações sociais aos núcleos da Rede Ecovida

Fonte: Pesquisa de Campo (2010).

Os fóruns, articulações e redes das quais a Rede Ecovida participa são bastante diversos. Alguns, conforme já se destacou, são representados de forma mais institucionalizada e outras de forma menos institucionalizada. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi a articulação mais lembrada pelos entrevistados (nove vezes), seguido pelo Movimento Latino-Americano de Agroecologia (Maela), conselhos estaduais de agricultura orgânica, *Slow Food*, Via Campesina, Conselhos estaduais de segurança alimentar, dentre outros, conforme apresenta o quadro a seguir. É importante destacar que os agricultores de uma forma geral conhecem bem menos estas articulações, uma vez que o papel de representante costuma ser exercido pelos técnicos de ONG's, na maioria das vezes, e outras vezes por coordenadores de núcleos. Os coordenadores de núcleos algumas vezes são agricultores e outras vezes costumam ser os próprios técnicos das ONG's locais que, além de membros, respondem pela assessoria técnica e política do núcleo.

	Agricultores	Técnicos e dirigentes	Total
Articulação Nacional de Agroecologia – ANA	3	6	9
Movimento Latino-americano de agroecologia – Maela	2	4	6
Conselhos de Agricultura Orgânica		5	5
Slow Food	1	2	3
Via Campesina	2	1	3
Conselhos estaduais de Segurança Alimentar		2	2
Câmaras temáticas		2	2
Cooperativa Sem Fronteiras		2	2
Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica – Ifoam		1	1
Regulamentação de orgânicos	1		1
Misereor	1		1
Encontro Nacional de Agroecologia		1	1
Rede Xique-Xique		1	1
SPG's Internacionais		1	1
Terra de Futuro		1	1
Reiffer		1	1
Rede Jussara		1	1
Biofach		1	1
Rede Latino-americana de Plaguicidas		1	1
Consad		1	1
Unicafes		1	1
Foruns Regionais de Entidades da Agricultura Familiar		1	1
Jornada de Agroecologia		1	1
Abong		1	1
Articulação “Educação do Campo”		1	1

Quadro 6 - Fóruns, articulações e redes locais, regionais, nacionais e internacionais os núcleos e a Rede se articulam nos âmbitos políticos, na comercialização e certificação

Fonte: Pesquisa de Campo (2010).

No que se refere aos pontos fortes da Rede Ecovida, o aspecto mais destacado pelos entrevistados foram os encontros e as trocas de experiências, seguido pela integração de experiências, que poderia ser agregada à primeira resposta. Estas duas primeiras respostas foram fornecidas principalmente por agricultores. Diversos outros pontos fortes foram destacados, quase todos com o mesmo nível de importância: trabalho em grupo, a lógica e o caráter da Rede, participação de mulheres e jovens, plano de ação, acompanhamento, renda, troca de sementes e conservação da biodiversidade, o tema qualidade da alimentação e a produção para auto-sustento, etc.

	Agricultores	Técnicos e dirigentes	Total
Encontros, trocas de conhecimentos	4	1	5
Integração entre experiências	2		2
Trabalho em grupo	2		2
A lógica organizativa e o caráter da Rede	1	1	2
Participação das mulheres e jovens	1	1	2
Plano de ação	1		1
Acompanhamento	1		1
Renda	1		1
Troca de sementes, conservação da biodiversidade	1		1
Tema qualidade da alimentação e produção para auto-sustento	1		1
Certificação	1		1
Circuito de comercialização	1		1
O conjunto da representação política, certificação e comercialização	1		1
Desenvolvimento de novas tecnologias	1		1
Sistema participativo	1		1
Afinidade com a agroecologia pelo conhecimento acumulado há décadas		1	1
Visibilidade e potencialização das experiências		1	1
Participação dos consumidores		1	1
Alimentação escolar		1	1
Papel dos articuladores		1	1
Geração e apropriação de conhecimentos pela base		1	1
Disputa de projeto com o modelo do agronegócio		1	1
Públicos diferenciados, mas a busca de um objetivo comum		1	1
Foco definido na agroecologia, subtemas estão dentro		1	1
Estrutura organizativa enxuta		1	1
Articulação das entidades da agricultura familiar		1	1
Comunicação rápida sobre diversos assuntos		1	1

Quadro 7 - Pontos fortes da Rede Ecovida de Agroecologia

Fonte: Pesquisa de Campo (2010).

Já no que se refere aos pontos fracos da Rede Ecovida, destacou-se a política de comunicação e a baixa divulgação do que a Rede faz, predominando afirmações de técnicos e dirigentes em detrimento de agricultores. Logo em seguida apareceu a comercialização/preços, sobrecarga de trabalho e falta de pessoas liberadas para o desenvolvimento das atividades de apoio e representação da Rede, a burocracia que começa a se instalar na Rede, a falta de articulação com um projeto político de sociedade, a baixa articulação com outras redes, pouca

participação dos agricultores, dentre outros, conforme se verifica através do quadro a seguir.

	Agricultores	Técnicos e dirigentes	Total
Baixa divulgação do que a Rede faz; política de comunicação	1	4	5
Comercialização, preços	2	1	3
Sobrecarga de trabalho, falta de pessoas liberadas		3	3
Distância entre a base e a direção	2		2
Burocracia	1	1	2
Articulação com um projeto político de sociedade	1	1	2
Baixa articulação com outras redes	1	1	2
Pouca participação dos agricultores	1		1
Melhorar a participação nos encontros	1		1
Número de técnicos e articuladores é pequeno	1		1
Comodismo e centralização das atividades	1		1
Dificuldades de acompanhar o debate político e teórico	1		1
Pessoas que se apropriam da Rede, se sentem meio donos dela	1		1
Potencializar o circuito de comercialização		1	1
Articulação e participação		1	1
Característica individual da agricultura familiar		1	1
Falta de agilidade na tomada de decisões		1	1
Falta padronizar mecanismos organizativos		1	1
Falta formação política		1	1

Quadro 8 - Pontos fracos/ fragilidades da Rede Ecovida de Agroecologia

Fonte: Pesquisa de Campo (2010).

O quadro a seguir apresenta a área média, área total e área com produção orgânica dos agricultores cadastrados pela Associação Ecovida, organismo de avaliação de conformidade orgânica, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Trata-se de informações acerca dos 753 agricultores que se encontravam cadastrados até julho de 2011, um quarto dos agricultores que compõem a Rede Ecovida. As informações abaixo dizem respeito a todos os núcleos que se cadastraram, não somente dos sete núcleos sobre os quais se abordou até o momento nessa seção.

O cadastramento destes agricultores no referido ministério permite o uso do selo de produto orgânico com certificação participativa. Para tanto, a Associação Ecovida, organização da Rede Ecovida de Agroecologia responsável pela parte de certificação, responde legalmente diante do ministério pelo controle das práticas desenvolvidas pelos seus associados, sob pena, inclusive, de descredenciamento.

Núcleo	Agricultores cadastrados	%	Área total	Média	Área orgânica	Média
Agroflorestal	72	9,55	1715,4	23,8	280,7	3,9
Alto Uruguai	40	5,31	564,9	14,1	316,34	7,9
Alto Vale do Itajaí	7	0,93	136,8	19,5	26,3	3,8
Litoral Catarinense	4	0,53	60,1	15,0	12,13	3,0
Litoral Solidário	102	13,53	990,1	9,7	822,9	8,1
Mauricio Burmester do Amaral	73	9,68	749,4	10,3	104,4	1,4
Oeste PR	12	1,59	92,1	7,7	63,3	5,3
Planalto Norte	93	12,33	1670,3	18,0	303,7	3,3
Planalto Serrano	20	2,65	143,0	7,2	68,5	3,4
Serra	225	29,84	3419,2	15,2	796,06	3,5
Sudoeste PR	43	5,70	477,7	11,1	269,6	6,3
Sul Catarinense	35	4,64	724,7	20,7	167,7	4,8
Vale do Caí	4	0,53	47,2	11,8	21,2	5,3
Vale do Rio Uruguai	23	3,05	325,8	14,2	285,3	12,4
Total geral	753	100,00	11.116,70	14,8	3538,3	4,7

Quadro 9 - Área das unidades produtivas cadastradas por núcleo da Rede Ecovida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fins de certificação participativa cadastrados até junho de 2011

Fonte: Banco de dados da OPAC Ecovida (julho de 2011). Elaboração: autor.

Verifica-se que a área média dos agricultores cadastrados é de 14,8 hectares, variando entre 23,8 hectares no núcleo Agroflorestal e 7,2 hectares no núcleo Planalto Serrano. Já a área orgânica média é de 4,7 hectares, variando entre 12,4 hectares no Vale do Rio Uruguai e 1,4 hectares no núcleo Maurício Burmester do Amaral.

O quadro permite identificar que os núcleos Serra, Litoral Solidário e Planalto Norte respondem pelo maior percentual de agricultores credenciados. Isso se deve provavelmente aos seguintes fatores: o número de agricultores ecológicos em condição de ser certificado de acordo com a lei é maior nestes núcleos, os agricultores destes núcleos possuem maior interesse na obtenção do selo para facilitar seus processos de comercialização e ao empenho da ONG de assessoria no sentido de viabilizar o credenciamento. Cabe destacar, ainda, que alguns núcleos não haviam concluído o credenciamento de agricultores até julho de 2011.

O quadro a seguir, elaborado a partir da mesma base de dados, o banco de dados dos agricultores cadastrados para a certificação participativa da Associação Ecovida, demonstra a composição dos núcleos em termos de grupos e número de agricultores. As informações demonstram que os grupos possuem tamanhos variáveis, de apenas um agricultor cadastrado até 30, no caso da Comsol, do núcleo

Planalto Norte. Alguns grupos são informais, outros são associações e outros, ainda, organizam-se na forma de cooperativas.

Núcleo	Grupo	Agricultores
Agroflorestal	Areia Branca	1
	Aroeira, Estreitinho e Indaiatuba	16
	Cedro	12
	Córrego do Franco	5
	Rio Turvo	5
	Salto Grande	3
	Terra Seca	10
	Três Canais	5
	Três Canais II	5
	Areia Branca	10
Agroflorestal		72
Alto Uruguai	AAFA e Cooperativa COOPERFAS	4
	AAFLIFLO e Cooperativa COOPERFAS	3
	AAFLIFLO e Cooperativas COOPERFAS	1
	AAVLA (Associação Agroecológica Vale Lageado das Antas)	2
	ACD (Associação de Cooperação de Derrubadas)	1
	APARG e Cooperativa COOPERFAS	9
	Associação Vinte e Três de Abril	3
	COOPERFAS Filial 01	1
	COOPERFAS Filial 03	1
	COOPERFAS Filial 04	1
	Encruzilhada da Várzea	4
	Grupo Pitanguinha	4
	Vaca Morta	6
Alto Uruguai		40
Alto Vale do Itajaí	Associação Semente do Futuro	3
	Grupo Geração Saudável de Presidente Nereu	4
Alto Vale do Itajaí		7
Arenito Caiua	Avanço Ecológico	1
Arenito Caiua		1
Litoral Catarinense	Jaraguá do Sul	4
Litoral Catarinense		4
Litoral Solidário	ACERT - Três Passos	5
	ACERT MAMPITUBA	4
	Acert Raposa	1
	Acert/Raposa	14
	APELCAM	5
	APEMSUL - Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul	7
	Costa Verde - Chapecozinho - Morrinhos do Sul	4
	GEARD (Grupo Ecológico Alto Rio de Dentro)	9
	GESA	14
	GPEP - Grupo de Produtores Ecologistas do Paraíso	7
	Grupo Ecológico Bons Ventos de Osório	4
	Grupo Ecológico Morro Azul	6
	Pinheiro	2

Núcleo	Grupo	Agricultores
	Rio Bonito	11
	Roça da Estância	6
	Terra Viva	3
Litoral Solidário		102
Mauricio Burmester do Amaral	4 S Beija Flor Cheiro da Terra Dois Pinheiros Gralha Azul Grupo Fruto Caipira - Cooperativa Agrícola do 3º Plano Grupo Graciosa - 4 Barras Grupo Terra Nobre Mandassaia Sabugueiro Sertaneja Solo Vivo de Davi	6 2 5 10 8 1 4 6 4 13 9 5
Mauricio Burmester do Amaral		73
Oeste PR	ACEMPRE ACEMPRE APROMIS - Associação dos Produtores Orgânicos de Missal APROSMI Associação dos Agricultores Orgânicos de Quatro Pontes	2 1 3 4 2
Oeste PR		12
Planalto Norte	AFRUTA - Associação de Produtores Ecológicos de Porto União AFRUTA - Associação de Produtores Ecológicos de Porto União e CONSOL AFRUTA (Associação dos Produtores Ecologistas de Porto União) APAECO Caçadoreense de Agroecologia COFAECO COMSOL COMSOL Integração Agraria Pé da Serra Preservação da Vida Saúde na Mesa Semente é Vida Vida Saudável	2 2 11 5 2 8 30 2 3 6 6 6 6 4
Planalto Norte		93
Planalto Serrano	Grupo ACROSANP Grupo Agroecológico Gralha Azul Grupo de Produtores Agroecológicos Coração da Serra Grupo de Produtores Agroecológicos Saúde e Vida Grupo Ecológico Renascer de Urubici Grupo Irapua	4 3 1 7 3 2
Planalto Serrano		20
Serra	AESBA-Assoc. dos Agrig. Ecologistas de São João Batista AGRONOPE - Grupo Agroecológico Nova Petrópolis APESC-Asso. dos Produtores Ecologistas da Capela Santa Catarina	5 21 10

Núcleo	Grupo	Agricultores
	APESI - Associação dos ecologistas da Sede de Ipê	4
	APESJ- Assoc. dos Produtores Ecologistas da Capela São José	8
	Assoc. de Agric. Ecologistas Amigos da Terra	10
	Associação de Produtores Ecologistas da Linha Pereira de Lima – APEMA	6
	Associação de Produtores Ecologistas de Nova Bassano – APENB	9
	Associação dos Agricultores Ecologistas da Terra da Longevidade – AETEL	6
	Associação dos Agricultores Ecologistas de Monte Alegre dos Campos – AECO	12
	Associação dos Agricultores Ecologistas de Santo Antônio Abade – APESAA	5
	Associação dos Ecologistas de Caxias do Sul - ECOCAXIAS	13
	Associação dos Produtores Ecologistas da Linha Pereira de Lima – APEMA	1
	Associação dos Produtores Ecologistas da Vila Segredo – APEVS	5
	Associação dos Produtores Ecologistas de Bento Gonçalves – APEB	10
	Associação dos Produtores Ecologistas de Santa Tereza – APEST	6
	Associação ECOCIENTE	6
	COOPEG (Cooperativa dos produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda.	1
	COOPEG (Cooperativados Produtores Ecologistas de Garibaldi Ltda)	20
	Cooperativa dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado – AECIA	23
	COOPERNATURAL- Coop. agrop. de Produção. e Com. Vida Natural	9
	GFA - Grupo Farroupilhense de Agroecologia	10
	Grupo de Agricultura Orgânica de Nova Roma do Sul	4
	Grupo Ecológico Encosta da Serra	7
	Grupo Ecologico Vida e Saude – GEVS	6
	Serra Blue-Assoc. de produtores de merrilo da Serra	8
Serra		225
Sudoeste PR	APAV	11
	APROVIVE	10
	Associação de Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão	7
	Grupo Verde Guarani	4
	Sudoeste do Paraná	11
Sudoeste PR		43
Sul Catarinense	ACEVAM - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba	27
	APAS - Associação dos Produtores Aparados da Serra	5
	ARACOOOPER - Cooperativa dos Produtores e Consumidores de Produtos Ecológicos de Araranguá	3
Sul Catarinense		35
Vale do Caí	Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí – ECOCITRUS	4
Vale do Caí		4
Vale do Rio Uruguai	Erval Seco / RS	1

Núcleo	Grupo	Agricultores
	Grupo AGROVISAT de Tunápolis / SC	3
	Grupo de Cristal do Sul / RS	4
	Grupo de Erval Seco /RS	4
	Grupo Guapo Vida de Descanso / SC	6
	Grupo Natureza Verde de Palmitos / SC	4
	Saltinho / SC	1
Vale do Rio Uruguai		23
Total geral		754

Quadro 10 - Unidades produtivas cadastradas – até julho de 2011 - por núcleo da Rede Ecovida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fins de certificação participativa

Fonte: Banco de dados da OPAC Ecovida (julho de 2011). Elaboração: autor.

3.4 AS PRÁTICAS E SUAS CONTRADIÇÕES

Nesta seção se apresenta as práticas organizativas e educativas e suas contradições. O objetivo é verificar como se desenvolvem os princípios descritos pela Rede frente à realidade material, bem como ocorre a compreensão acerca daquilo que se define como princípios. Desta forma será possível se compreender um pouco melhor algumas possibilidades e limites ao desenvolvimento de um processo educativo, bem como de mudança da realidade material presente no âmbito da Rede Ecovida. Essas contradições se revelam em diversos aspectos da realidade encontrada no objeto de estudo. Para efeitos deste trabalho contradição é definida pelos opostos, não somente como realidade discursiva, mas como coisas que se definem umas nas outras, embora em alguns momentos também possa ser representada pela oposição entre a proposta e a realidade política.

1. O início na agroecologia. No que se refere aos agricultores, especificamente, que é o que se analisa aqui, verifica-se que as formas de inserção são bastante diversas. De uma forma geral costuma-se destacar uma consciência ecológica, mas cabe primeiro perguntar o que se entende por isso, ou seja, o que é de fato consciência e como se produz. Neste sentido é que pode se afirmar que não se atinge a consciência através de uma simples persuasão, como uma coisa que se coloca na cabeça das pessoas, o que predomina em algumas vertentes da chamada educação ambiental, mas que se trata de algo produzida em relação com a

materialidade da vida. Outras vezes se costuma relacionar a consciência ecológica como um tipo de consciência política, dada pelo conhecimento das injustiças sociais e ecológicas presentes nas formas de produção e nas relações sociais de produção. Embora não tenha aparecido adequadamente nos trechos das entrevistas apresentadas a seguir, este foi um argumento bastante utilizado pelas ONGs e que por um bom tempo contribuiu para mobilizar e incentivar a agricultura ecológica. Os trechos a seguir demonstram diferentes trajetórias, como a medicina alternativa, as pastorais da igreja, o sindicalismo (através do projeto de educação Terra Solidária) e em função de intoxicação por agroquímicos.

Na época tinha articulação com a medicina alternativa, a luta das mulheres pela aposentadoria. Nos reuníamos a cada 2 meses e assim surgiu logo após a fundação do Centro Ecológico. Os vídeos do Centro Ecológico mostraram as doenças, as deformações dos seres humanos pela questão dos venenos. Isso chocou bastante. Assim as reuniões foram acontecendo e começamos a reunir produto para vender na feira. Entramos em marco e em novembro começaram a ter produto para a feira. Já existia a Acert, ela surgiu por estes meses porque até então as atas eram da pastoral da juventude. O Padre Josimar incentivou a comprar um ônibus, porque antes a pastoral tinha uma caminhonete para ir para Caxias. Tínhamos muito apoio da Igreja Católica. A pastoral rural tinha um dinheiro sobrando e a metade emprestou para nós para comprar o ônibus. Ingressamos na rede desde quando ela foi criada em 1998 (Membro de um grupo de agricultores, entrevista, janeiro de 2010).

Desde 95 nunca usamos agrotóxicos aqui. O pai plantava para o consumo. Éramos muito chegados com os padres. A agricultura ecológica veio através das pastorais. No primeiro curso eu estava na pastoral da juventude. Estamos na Rede há uns 6-7 anos (Membro de um grupo de agricultores, entrevista, janeiro de 2010).

A agroecologia começou na região na época do projeto Terra Solidária, que trouxe a memória da agroecologia, abriu a mentalidade. Na época já haviam parado com o veneno, mas não pensavam em trabalhar o meio ambiente (Agricultor membro de núcleo, PR, entrevista, janeiro de 2010).

Eu iniciei na agricultura orgânica por conta de uma intoxicação que eu tive há 15 anos atrás. Depois disso até parei de plantar e montei uma confecção de sócio com a minha mãe. Por participar do sindicato foi em uma reunião da AS-PTA em União da Vitória. Eu vi lá que queria uma agricultura diferente, e falei que queria aprender mais. Fiz um curso em Ipê sobre agricultura orgânica e voltei de lá empolgado. Naquele ano plantei um alqueire de feijão orgânico, mas por insegurança usei herbicida em metade da área. Isso porque fiquei preocupado em não ter prejuízo. Isso foi importante porque acabei descobrindo que se ele tivesse pegado 10 vizinhos para capinar o feijão não ia sair mais caro do que eu gastei de veneno. O outro lote de feijão eu consegui limpar meio na mão e a produção

foi melhor do que naquele que foi passado veneno. A partir dali não entrou mais veneno na área. A única coisa é que temos um aviário convencional no terreno, mas estamos querendo parar (Agricultor membro de núcleo, ex-coordenador de núcleo, PR, entrevista, janeiro de 2010).

2. Concepção de agroecologia. Diversas concepções sobre o que é agroecologia são adotadas atualmente, desde aquelas que pretendem defini-la como uma ciência que une diferentes ciências ou uma ciência agrícola, até como movimento social, que é a que predomina na Rede Ecovida. Estas duas concepções são apresentadas como complementares. A Socla, por exemplo, propõe-se a ser uma sociedade científica que subsidia os movimentos ecológicos. Verifica-se, no entanto, que no âmbito da Rede Ecovida os agricultores e técnicos definem de formas bastante distintas. Os trechos de entrevistas abaixo demonstram que há definições religiosas, aquelas que a relacionam com o modo de vida, aquelas que consideram um projeto e movimento social ou ainda como conjunto de técnicas produtivas:

Eu vejo, por exemplo, que em toda agroecologia está presente o mesmo tipo de espírito da agrofloresta (que vai até mais longe) que é a construção de uma ética de amor, das pessoas entre si, com a natureza, um ao outro, fundamento para a vida. Isso passa na organização social, das pessoas trabalharem unidas, com amor, entre si e que rompe com a lógica darwinista de que o mundo é uma competição. Ou se quisesse usar Adam Smith, um mundo que só se explica por competição. O elemento amor quando está incorporado é a agroecologia. A antítese é o agronegócio (Assessor técnico de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

Ecológico é mudar hábitos. Na alimentação em casa, na casa que se constrói, tem que mudar tudo. As relações com as pessoas, vizinhos, animais, influência em tudo. É mais que um sistema de produção, é mudança de filosofia de vida. Não é questão de produzir sem veneno, é estilo de vida. É também para atender o consumidor carente também, não só para quem tem dinheiro (Assessor técnico de um núcleo da Rede, entrevista, janeiro de 2010).

A agroecologia é um jeito de viver, primeira coisa. Eu como a mercadoria que eu mesmo produzo, sem veneno, os meus filhos também estão levando esta vida que eu levo e estamos preservando o meio ambiente. Pequenos erros existem, mas estamos corrigindo. A pessoa que come menos veneno vai menos ao médico (Agricultor membro de núcleo, PR, entrevista, janeiro de 2010).

Existe diferença entre o orgânico e o agroecológico. A diferença é o cunho social, a reforma agrária. A agroecologia é um moderno modelo de produção. (...) A cooperação é mais simples do que o trabalho coletivo. Sem o mínimo de cooperação não tem como fazer agroecologia. (agricultor

assentado da reforma agrária e membro de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

Ela [a agroecologia] tem a qualidade de juntar os pares: o produtor, o processador, o consumidor, o comercializador, os técnicos e ONGs. Cria este local de encontro, que é comum a todos os pares. Para a região que produz produtos ela promove um avanço bem rápido e nas regiões onde há demanda ela promove a proximidade da tecnologia aos pares, como utilizar um melhor manejo, promover uma relação mais solidária. O produtor gosta de mostrar o seu produto mais saudável. Ele se diz camponês, gosta de estar ali, morar ali. A disputa junto à sociedade também é importante. O que podemos perceber é que existe a dinâmica de troca, dos cursos, além da comercialização. O cara que está no debate, com os vários movimentos, ele está levando sementes, fazendo trocas, ele dissemina e distribui sementes e conhecimentos, prepara seus próprios insumos e se interessa pelo conhecimento do outro. Com isso se aproxima ao movimento da categoria de movimento popular, uma articulação (Membro da coordenação da Rede, entrevista em janeiro de 2010).

Para Arl (entrevistado que nos trechos a seguir é apresentado como autor), a agroecologia procura se diferenciar da agricultura orgânica:

La "**agricultura orgánica**" es una categoría de camino histórico trazado por todos aquellos que ha algunas décadas, aceptaron el desafío de construir el nuevo. Fue una expresión de la agroecología como una nueva forma de producir y, al mismo tiempo, es reflejo del mercado orientando un proceso alternativo, expresa una contradicción. Los costos de la tecnología representan el 27% del precio recibido: en parte porque La agricultura ecológica no utiliza paquetes conservador abogó por la modernización de La agricultura, sino que también vende sus productos a precios más altos, que son pagados por un mercado de consumidores con mayor poder adquisitivo. Sin embargo, en esta perspectiva, que incluye los conocimientos, los escenarios no ofrecen condiciones para una mayor autonomía económica, la presentación de escenarios de riesgos. La relación entre los precios y los costos también puede indicar las tendencias negativas en la forma en que los caminos orgánicos, con las tendencias de inflación anual en costos de La tecnología un poco más baja que en la forma convencional (15-2X), pero no podrá recuperar el alquiler, a permanecer en la búsqueda de mercados que pagan por sus productos a precios superiores a los convencionales (ARL, 2009, p. 95-96).

Enquanto isso, a agroecologia em agrofloresta é considerada uma forma mais radical de produção:

La "**agricultura agroecológica de agrofloresta**" demuestra una capacidad de ruptura técnico-económica con la ecuación negativa entre precios y costos del capital representada por la agricultura convencional. El camino seguido por esta forma de agricultura apunta para una perspectiva de autonomía y soberanía. Los costos tecnológicos necesarios corresponden a 12% de los precios de venta de los productos. En los escenarios futuros, las tasa de inflación pueden tender significativamente a cero (15- 4X). Testimonios de agricultores, senderos de ocho a diez años los caminos de La agroecología de agrofloresta, dan cuenta de planes para

poner fin a la necesidad de importación de la fertilidad de sus sistemas, limitando los costes de producción, podas de conducción de la agrofloresta, el mantenimiento de los equipos necesarios para esa práctica y la mejora de procesos y comercialización (ARL, 2009, p. 95-96).

3. Sobre a concepção de Rede. Para se constituir a Rede Ecovida não se buscou uma teoria sobre redes que servisse aos propósitos políticos da articulação que ali se engendrava. Partiu-se de algumas idéias já utilizadas no âmbito da educação popular, como relações horizontais, troca de experiências, dentre outras que as caracterizam. Caracterizou-se também por noções que eram costumeiramente atribuídas a esse tipo de articulação por pessoas que se tornaram referências e que destacavam a busca pela horizontalidade nas relações humanas e outras idéias que passaram a destacar o fato de que a sociedade se movia em rede e que por este motivo se devia estimulá-las, como foi o caso de Capra e Castells, autores cujas idéias principais foram bastante divulgadas nesse período. A Rede Ecovida é compreendida como local de troca de experiências, como uma organização para a certificação participativa (esse trecho também revela que o entrevistado considera a Rede como alguém de fora, embora se considere parte dela), como uma estrutura bastante diversa em função das distintas realidades e concepções políticas.

A Rede é até mais importante que a cooperativa porque na parte de certificação dos produtos acontecem os mutirões, quando a gente faz a certificação. A gente discute, trabalha junto, troca idéia e se acontecer de alguém fazer alguma coisa errada, que está fora das regras é falado. Não é muito fácil cobrar do vizinho, mas a gente tem que falar. Nosso grupo nunca teve problema de alguém passar veneno e de alguém ser punido por isso. Nos se acertamos bem. Eram 3 famílias e quando entrou mais 4 deu alguns probleminhas. Depois a gente repartiu de novo. Era mais o tipo de manejo das áreas (Coordenador de grupo de agricultores, entrevista, janeiro de 2010).

Para os agricultores, a vantagem [da certificação participativa] é o processo ser feito por eles e no meu entendimento tem mais seriedade. Ela avaliza a outra família. E quando teu nome está em jogo você considera muito mais. A desvantagem é a realização de muitas reuniões, o pessoal reclama, mas eu acho que é porque falta alguma coisa para o pessoal. A Rede tem que participar mais diretamente no núcleo. Isso falta, porque o representante do núcleo não repassa (Agricultor membro e ex-coordenador de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

A Rede é muito diferente, o que gera união é a certificação participativa. Por exemplo, o núcleo Liberdade Camponesa é formado por assentados, já o Núcleo Vale do Cai é formado por agricultores-alemães estruturados que

tem medo de reforma agrária. Na Serra já vi mudança de discurso em função de conhecer o MST nos intercâmbios. Um tema que agrega também é a biodiversidade (feiras de sementes – Rede e MPA em Canguçu e Anchieta). Tem o GT da ANA e o GT da Rede sobre biodiversidade. Se aproxima também do GT de Agrofloresta. A proposta de uma comercialização local também cria identidade, como os circuitos curtos e o circuito da própria Rede. (Membro da coordenação da Rede Ecovida, entrevista, janeiro de 2010).

4. Sobre a certificação participativa. A certificação participativa é quase sempre definida em relação a certificação por auditoria. Há diversos entendimentos, na maioria das vezes complementares, para defini-la. O primeiro trecho de entrevista define como um processo educativo, denuncia a subdelegação da certificação por auditoria e os melhores resultados técnicos da certificação participativa. Outros entrevistados destacaram também outros aspectos, como o fato desse tipo de certificação ser mais barata, favorecer relações de confiança, possibilitar o contato direto dos agricultores com os compradores e também por ser tecnicamente e culturalmente mais adequada à realidade dos pequenos agricultores, já que a certificação participativa considera o estabelecimento produtivo como um todo, não produto a produto. Esses argumentos são bastante comuns no âmbito de toda a Rede Ecovida, o que permite afirmar que é parte do repertório comum das justificativas. O argumento menos utilizado diz respeito ao fato de ter um custo mais baixo e também ao fato deste tipo de certificação exigir um número de encontros e reuniões que podem limitar o tempo de trabalho na produção ou na comercialização.

Quando começamos a AOPA nos doou o selo do IBD [Instituto Biodinâmico]. Quando conhecemos a Rede nós abandonamos. Apesar de o IBD ser de graça nós preferimos abandonar o IBD, mas não era esse o caminho. Houve um posicionamento de ver o que era a Rede, como processo educativo. E o IBD, ainda que não nos incomodasse muito, pois ele nunca veio aqui, ele foi sub-sub-sub delegado a outros. Era fictício, preferimos assumir a nossa própria responsabilidade. Depois até tivemos outra vez que nós fomos atrás por causa da produção com a Terra preservada. No desespero fomos atrás de uma certificadora internacional, mas foi uma experiência de muito má qualidade. Por exemplo: uma das perguntas foi tem erosão. Há, mas não pode ter. Mas o relevo leva a isso. E o técnico não sabia o que fazer com aquilo (Assessor técnico de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

Olha pra ser bem curto e grosso o que gera união é a certificação mais barata e a questão das vendas ao PAA. Se não tivesse isso, a gente teria reduzido os grupos um monte. Porque para as feiras não serve o selo, o

peçoal conhece a gente. A princípio pela produção a rede no geral para os grupos é isso, ainda o interesse individual de ter a sua certificação, de ter o ponto na feira (o peçoal em Curitiba, por exemplo). (Agricultor membro de núcleo, ex-coordenador de núcleo, PR, entrevista, janeiro de 2010).

O agricultor sai ganhando com a certificação participativa, pois não precisa pagar a certificação. E também ele se torna mais confiante com o trabalho que ele tá fazendo, muito mais policiado pelo outro. Um cuida do outro, mas com o tempo não precisa, porque eles sabem do risco que eles podem causar no momento em que um deles fizer uma bobagem. Por exemplo, colocar adubo convencional, isso complica tudo. O agricultor que é certificado ele é compromissado. (Membro de cooperativa de consumidores, RS, entrevista, janeiro de 2010).

[A certificação participativa] não é o mais importante, é um produto que a gente não precisa vender. O foco é a relação de confiança (agricultor-consumidor-agricultor). É mais um trabalho extra que a gente tem que fazer sem remuneração. Quem deveria ter de buscar o certificado são os “veneneiros” - a quantidade de agrotóxicos utilizada é enorme. O PR é o que mais utiliza – e qual o custo ambiental e social disto? Isto não se contabiliza em momento algum. No entanto somos nós é que temos que provar que o nosso produto não tem nada – e tudo em função de uma venda. A feira é primordial. (Coordenador de núcleo da Rede Ecovida, entrevista, janeiro de 2010).

O lado bom [da certificação participativa] é este contato direto com as partes interessadas. O cruzamento de várias realidades. Isso mais muito além da produção sem veneno, a questão social é muito próxima, os laços sociais se afirmam. Isso é primordial, independente do certificado. A vantagem da auditada é que não é preciso fazer absolutamente nada na sua propriedade, é só técnico que avalia. É só pagar. A desvantagem na rede é o deslocamento, quando a reunião não acontece na sua propriedade, ocorre uma “perda” (para a visão de alguns agricultores) de dia de trabalho. Mas não é uma perda é um ganho pela troca e pelo diálogo (Coordenador de núcleo da Rede Ecovida, entrevista, janeiro de 2010).

A gente vê de outra maneira, uma área de terra convencional a gente percebe o tamanho da banana, o caule, e sabe que tem resíduo. Mas a certificadora convencional não percebe bem isso. Nos só de olhar já sabemos o que a pessoa usa. O peçoal da certificadora vem com um pacote pronto, parece que só duas visitas por ano (de 6 em 6 meses). E com essa lei dos orgânicos se não houvesse a certificação eu teria que pagar uma, para vender meu produto (Membro de um grupo de agricultores, entrevista, janeiro de 2010).

A certificação de terceira parte não atendia os nossos interesses e da agricultura familiar em função de ser caro, burocrático e inadequado culturalmente. Paramos para pensar: temos grupos de agricultores, reuniões, visitas e consumidores que participam. Descrevemos o processo, observando o que acontecia. Descrevemos o que gera credibilidade, como as conversas e os intercâmbios e propusemos isso como certificação participativa. Sinto que o reconhecimento pela lei foi importante, mas que pode burocratizar o processo. Estamos atentos se a lei exigir demais. É importante dizer que a Rede não criou a lei sozinha, pois teve a participação

do Estado [técnicos do governo] e outros organismos de controle social – OCS (Entrevista, janeiro de 2010).

5. Os fatores que agregam. No que se refere aos fatores que agregam a Rede, apesar de sua diversidade constitutiva, os trechos de entrevistas indicam o fato de a agroecologia ser um projeto comum, o desenvolvimento de atividades comuns que promovem a solidariedade entre os agricultores, a confiança entre agricultor e consumidores, a igualdade na relação entre agricultor e técnico, a prioridade dos resultados técnico-produtivos no lugar dos interesses dos vendedores, a contraposição aos interesses das empresas multinacionais de agroquímicos. Este último argumento atualmente é bastante importante. Embora a contraposição aos agroquímicos e aos interesses das empresas multinacionais apareça desde o início do movimento ambientalista e no posterior surgimento das ONGs, este argumento tem sido bastante utilizado nos últimos anos pelo MST, colocando-o definitivamente em defesa da agroecologia, o que não acontecia até então.

O motivo é que cada um abraça a mesma causa [o que gera união]. Todo mês a gente se reúne, senta e conversa. Depois vê a horta, ajuda o outro quando pode (Membro de um grupo de agricultores, entrevista, janeiro de 2010).

A aproximação com o consumidor gera confiança com o agricultor. Ele vai te gerar confiança, chamando para a propriedade para visitar, etc. (Membro de um grupo de agricultores, entrevista, janeiro de 2010).

Os pré-assentamentos que estão acontecendo já estão neste formato [incentivando a produção agroecológica]. Os movimentos sociais que estão nesta de formação e os cursos técnicos também já estão neste formato, principalmente para mudar a mentalidade dos jovens. Neste formato o técnico se igualiza mais com o agricultor, não passa mais a “listinha”. O agrônomo que vende veneno não é mais o considerado bom. O sistema de “agradados” das multinacionais são coisas complicadas. Até dinheiro passava, uma gratificação para os agrônomos, de empresas de consultorias. Na Rede se trabalha para manter a proximidade com os agricultores, ressaltando o que ele está fazendo. Ele sabe as épocas certinhas e coisa e tal. O técnico tem o conhecimento teórico e a gente tem que repassar para eles. Ex: melhorar o pasto – tenho que passar a lógica da sucessão vegetal (Assessor técnico de um núcleo da Rede, entrevista, janeiro de 2010).

6. O caráter educativo da Rede Ecovida. Os trechos das entrevistas apresentadas a seguir destacam diversas características da Rede Ecovida que possibilitam

caracterizá-la também em função de seu caráter educativo. Dentre os aspectos apresentados pelos entrevistados, o fato do grupo funcionar como uma escola, o comprometimento que a forma organizativa proporciona e o rigor em seu cumprimento, regras, troca de conhecimentos, responsabilização, dentre outros. É importante destacar que este caráter é definido no conjunto das ações desenvolvidas pela Rede Ecovida. As entrevistas indicaram que a Rede Ecovida não possui uma política de formação em agroecologia, tanto no que se refere às técnicas produtivas quanto à formação política. Esta formação costuma ocorrer no âmbito das ONGs, o que leva os entrevistados não considerarem como atividades da Rede, mas das ONGs. É importante destacar também que este tipo de atividade tem sido reduzida de uma forma geral, pelo menos as formações de cunho político, mas também as formações sobre conhecimentos técnicos em prol do atendimento de questões mais pragmáticas, como a comercialização em feiras ou programas governamentais. Isto pode ser constatado principalmente na fase seguinte da pesquisa, cujos resultados são apresentados no capítulo quatro.

Eu acho que as regras do grupo vêm da Rede. A Rede é tipo uma escola para o grupo, tipo um professor. É lá que tiram as nossas dúvidas. É o tipo de uma lei, né? A certificadora tradicional dá uma despesa enorme, só certifica quem tem propriedade no nome e etc. Elas (como o IBD) fazem o ser humano ser um homem quando tem um contrato. E a Rede passa um compromisso para a gente. O nosso grupo acha que a rede tem uma receita médica bem forte, é bem enérgica. Tem coisa que a gente até pensa se é certo. (...)A palavra rede mesmo, o que a faz gerar é esses grupos né? Os grupos são a maioria, a rede sem grupo não é Rede. A união começa nos grupos. Se nós não formos unidos, o grupo não anda. A Rede põe regras, isso é que traz união pro grupo. A gente aproveitou as visitas para fazer mutirão, para aproveitar o tempo (Agricultor membro de núcleo, PR, entrevista, janeiro de 2010).

(...) o sistema participativo é incomparável porque pressupõe um processo educativo que gera responsabilidades. E você envolve necessariamente a comunidade que está no entorno. Não é só um técnico. A maior vantagem é isso, a responsabilidade coletiva, que gera troca de conhecimento. E também não é ética delegar responsabilidades que deveria ser dos atores para um inspetor (Assessor técnico de um núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

Porque respeita a propriedade um do outro. Na auditada é um cara que aparece uma vez por mês e não precisa participar. Posso ser sozinho aqui e ter o certificado. Mas amanhã eu posso comprar do convencional e vender como orgânico. Na Rede um tem que participar da propriedade do outro, é um olhando o outro. Sem isso dá para ir no IBD e deitar e rolar. A gente pega produto deles para vender, mas a gente tem um pé atrás. Como

certificar sozinho, só com uma visita de uma vez por ano. A participativa é 100% honestidade (Agricultor membro de núcleo, PR, entrevista, janeiro de 2010).

Dentre os autores que utilizam a idéia de processo pedagógico na Rede Ecovida se verifica que ela é adotada com diversos sentidos. Para Arl (2009):

Además de la conveniencia y el interés, esta dificultad también decure de la falta de formación e información mismo junto a las personas involucradas, porque hay límites cuanto al carácter pedagógico y educativo de la lucha en sí. El estudio, la formación, son La clave para crear conciencia de los medios más eficaces en la superación de la lógica capitalista presente en nuestras mentes y acciones. Calificar nuestras práctica significa obligatoriamente calificar nuestro basamento teórico (ARL, 2009, p. 91).

Estas iniciativas [de Assistência técnica e extensão rural - ATER] asumiam un carácter procesual y pedagógico para el ejercicio metodológico y organizacional a ser sistematizado y multiplicado en iniciativas de mayor abrangência y durabilidad (ARL, 2009, p. 108).

Los espacios que existen hoy en día se utilizan de diferentes formas por las ONGs (que van desde la posición de las articulaciones utilitario con más debate y el desarrollo política, etc ...). Es necesario que estos espacios educativos. Las acciones técnicas con los agricultores debe ser la acción política. El trabajo debe tener carácter técnico y pedagógico (la "puerta hacia el interior") y técnico-política (la "puerta a cabo"). Ambas dimensiones deben ser percibidas y trabajadas (ARL, 2009, p. 72-73).

Para transformar/construir políticas públicas, es necesario un método pedagógico. A veces, este método no se puede construir debido a falsas dicotomías, que albergan. Es destruir los mitos de la práctica, con la experiencia práctica. "Estamos limitados para dar visibilidad a las pequeñas prácticas (ARL, 2009, p. 75-76).

Además de la conveniencia y el interés, esta dificultad también decure de la falta de formación e información mismo junto a las personas involucradas, porque hay límites cuanto al carácter pedagógico y educativo de la lucha en sí. El estudio, la formación, son La clave para crear conciencia de los medios más eficaces en la superación de la lógica capitalista presente en nuestras mentes y acciones. Calificar nuestras práctica significa obligatoriamente calificar nuestro basamento teórico. La práctica es la gran senderos del alcance transformador de la concepción teórica ya atingida. La relación entre la teoría y la práctica, especialmente cuanto a su carácter inseparable y da permanente dinamica interactiva le garantiza la condición de criterio de La verdad. El verdadero estado de conocimiento o de comprensión de una teoría y el mundo exterior no se determina por una apreciación subjetiva, sino por la práctica social. Las prácticas sociales sólo puede ser el criterio de la verdad de los conocimientos que El hombre posee. (ARL, 2009, p. 91).

7. Feiras livres. As feiras livres são consideradas o lugar privilegiado para a comercialização dos alimentos agroecológicos produzidos pelos agricultores que pertencem à Rede. Esta forma de comercializar tem sido bastante estimulada, já que permitiria recriar a solidariedade entre os agricultores e consumidores. Em um período anterior a este a comercialização direta através das feiras era bastante destacada pelo fato dela permitir que os agricultores pudessem comercializar os produtos pelo seu valor real e se apropriar daquilo que era apropriado pelos intermediários ou comerciantes. Neste sentido, os argumentos que mais foram destacados pelos entrevistados foram: o estímulo ao planejamento coletivo da produção, as trocas de conhecimentos, a conscientização dos consumidores acerca das formas de se produzir os alimentos, o simples prazer de alguém considerá-lo saudável. Apesar disso, um dos entrevistados destacou um aspecto bastante presente nas discussões da Rede Ecovida sobre os preços que os alimentos são comercializados nas feiras, o que remete para uma questão mais profunda, que é a possibilidade de acesso a esse tipo de alimento pelas pessoas mais pobres. O entrevistado utiliza como exemplo as diferenças de preços praticados nas feiras de Curitiba, que segundo ele não possibilita o acesso aos mais pobres, em relação aos preços praticados em uma feira da região metropolitana desta cidade, que seriam mais acessíveis e permitiriam o acesso pelas pessoas mais pobres, o que deveria ser um objetivo da agroecologia.

O que mudou na verdade é que aumentou os grupos. O trabalho da AOPA que sempre divulgou a rede. O primeiro grupo incentivou outros. Sem a rede a feira não estaria como está hoje. Mas os agricultores não tem noção disso. A feira do sábado a gente não queria participar, isso para ficar separado. Por que senão os outros poderiam só dizer que era orgânico e o pessoal leva. O nosso grupo está com práticas interessantes, isso porque vimos sentido de ir nas reuniões, de visitar o outro agricultor. Aí se não tem um planejamento fica difícil. Aí provocamos os mutirões com as famílias. O grupo almoça uma vez por mês em cada família. Aí depois a gente faz tarefas, como proteção de fonte, biodigestor, etc. Ou colher e limpar um produto, por exemplo. Isto dá sentido, a gente faz o bate papo, almoça e parte para o mutirão. (Agricultor membro de núcleo, ex-coordenador de núcleo, PR, entrevista, janeiro de 2010).

Eu sinto uma felicidade porque de ver as mães vindo comprar meia dúzia de batatinha, mas parece que elas não sedavam ao direito de comer o alimento saudável. Ela pegava para o nenê e o consumo da casa era muito mais que isso. E eu ficava, meio assim, mas feliz porque ela dava o meu produto para o que era mais sagrado na vida dela. A gente tenta trabalhar com o preço

do convencional do supermercado. A gente procura manter uma média boa, para dar o sentido de que você pode comer o alimento. São pessoas humildes que vem ali comer, os doutores, médicos, bancários vem também, mas também vem o idoso, o aposentado que tem condições de comprar. Isso porque mantemos um padrão de preços, eles já sabem disso. A feira de Curitiba é diferente, na verdade não é bem agroecológico, isso porque não dá condição para as pessoas de baixa renda consumir o alimento. Provoquei um debate grande na venda da cebola, na época eu vendia a R\$ 0,80 e eles vendiam a R\$ 2,50. Eu fiz uma reunião e disse que a R\$ 0,80 eu não tava tendo prejuízo, mas não acho justo que vocês peguem de mim e vendam no maior preço. Eu nem quero vender para este tipo de consumidor. Propôs vender a R\$ 1,00 e vocês vendem a R\$ 1,80. Eles não quiseram. Então eu disse que a cebola seria de R\$ 1,50 o kilo. O que aconteceu? Parei de fornecer a cebola, faltou na feira. Vendi para o Rio de Una (eles não aceitavam a certificação da rede, isso por uma briga política com SP que é o IBD). Mas como precisavam aceitaram a da rede. O refugio vendi para a feira a R\$ 1,20 o kilo. Isso aconteceu há quatro anos atrás. Não precisa vender um kilo de tomate a R\$ 5,00 – é um exagero. O morango, pra você ter uma idéia, a gente consegue produzir mais barato que o convencional. Se a gente pudesse trabalhar melhor a questão do solo, sua qualidade, aí é o foco principal da agroecologia. Importante para vender mais barato. A gente tem que pensar na produção em grande escala também, aí é importante. E manter o preço popular também. (Agricultor membro de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

A feira é importante. Tem pessoas que vem na feira bater papo. Na [feira] do centro acontece também. É um espaço de prosa, não tem a lógica do supermercado. Lá se encontra com o amigo, bate papo. É um espaço de conscientização das pessoas, tem quem aprende até como produzir certos alimentos. Pegam sementes para a horta. Vão começar a organizar visitas e pensar alguns passeios para o consumidor. A vontade maior é formar um grupo de consumidores. A gente fez contato, mas não houve interesse das pessoas em organizar isto. Isto para criar uma relação mais afinada entre produtor e consumidor. (Agricultor membro de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

A gente viu [os canais de comercialização] se desenhando a partir das feiras. A gente não gosta da idéia de que o mercado determina a produção, mas vê isso. À medida que ele vai para a feira ele vai conhecendo o que se demanda (caruru, por exemplo). Esse desenho vai sendo feito ao longo do ano. A lógica de produção diversificada estava indo embora (não tem como vender duas caixas de mamão, por exemplo). Na Serra tem a idéia de produzir para comer. Então foi fácil produzir para vender. A feira ecológica pode se expandir mais, apesar da comodidade oferecida pelos supermercados aos consumidores. Os circuitos ajudam a fortalecer as feiras. Já o agricultor não pode ser cobrado pelo preço alto [dos produtos agroecológicos]. Temos que criar esquemas para que os agricultores possam reduzir o preço (Coordenador da Rede, entrevista em janeiro de 2010).

8. Solidariedade e cooperação. A Rede Ecovida apresenta dentre de seus objetivos o interesse por promover a solidariedade e a cooperação. Distintos tipos de solidariedade e cooperação são estimulados desde aqueles considerados mais simples, como as trocas de dias, como aqueles mais complexos, como os mutirões de trabalho e o trabalho coletivo, este último existente em apenas um núcleo do MST. O fato é que a troca de dias de trabalho e os mutirões são práticas que perderam importância em função de diversos motivos, desde o processo de individualização cada vez mais presente em toda a sociedade e que também atinge o campo, até a mecanização da agricultura – que reduz a necessidade deste tipo de prática. Na concepção de agroecologia predominante na Rede Ecovida, particularmente por suas coordenações, procura-se vinculá-la à cooperação. Por este motivo os trechos de entrevistas a seguir destacam este aspecto, reforçando que a agroecologia promove e pressupõe a cooperação, colocando-a em oposição à produção convencional, com o uso de agroquímicos, que estimula o individualismo. Cabe considerar que esse tipo de cooperação ocorre mais em alguns núcleos, como é o caso do Agroflorestal, onde há uma mística religiosa acerca da cooperação através dos mutirões, mas que tem contribuído de fato para reforçar esse tipo de prática e outras preconizadas pela Rede e pelo núcleo, bem como promover o próprio sistema agroflorestal, já que possibilita que os agricultores se apropriem de muitos conhecimentos necessários a este tipo de produção.

Com certeza, porque na nossa região isso não existia [a cooperação na agricultura]. Quem trabalha no convencional não pensava desta forma. Ele quer é furar o olho do amigo, ele não deixa para depois. Se ele conseguir lucrar nas costas do amigo ele não vacila. Na Ecovida a gente vê que o dinheiro não é o mais importante. (agricultor assentado da reforma agrária e membro de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

A certificação participativa é o que garante unidade à Rede, já que ela é muito diferente. O núcleo Libertação Camponesa é formado por assentados, já o Núcleo Vale do Caí é formado por agricultores alemães estruturados que tem medo de reforma agrária. Na Serra já vi mudança de discurso em função de conhecer o MST nos intercâmbios. A proposta de uma comercialização local também cria identidade (circuitos curtos, circuito rede). Um tema que agrega também é a biodiversidade, em função das feiras de sementes realizadas entre a Rede e o MPA em Canguçu, no Rio Grande do Sul, e com outras organizações em Anchieta, em Santa Catarina. Tem também os GTs sobre biodiversidade e agrofloresta existentes na Rede e na ANA, o que contribui para gerar identidade (Entrevista, janeiro de 2010).

9. Relações com as organizações sociais do campo. Conforme se apresentou ao longo deste trabalho, a gênese da Rede Ecovida remonta aos processos sociais que deram origem a um conjunto amplo de outras organizações sociais do campo no Sul do Brasil, como o sindicalismo, o MST, o MPA, dentre outras. Ao longo do tempo as ONGs ganharam alguma autonomia, mas a maior parte dos agricultores que se organizavam em grupos e se aproximavam delas tinham uma origem no âmbito destas outras organizações ou das pastorais da igreja. Esta relação com os movimentos ocorre atualmente, no entanto, através da relação direta com os agricultores e muito pouco através de uma relação mais institucional com as lideranças destas outras organizações, conforme destaca a entrevista abaixo:

Tem boa relação com os movimentos sociais em geral. Tem grupos de assentados que são do núcleo. Possui relações com o MST, MPA (com quem possui um escritório conjunto), movimento de mulheres, Fetag, Fetraf. A aproximação se dá através dos agricultores, menos com as direções dos movimentos (Membro da coordenação da Rede Ecovida, entrevista, janeiro de 2010).

10. Dificuldades atuais. As dificuldades atuais, de acordo com os entrevistados, são bastante diversas, como pouca articulação e dinamização interna, o isolamento em relação à outras redes, o controle das principais decisões por parte de algumas pessoas, o interesse exclusivo de uma parte dos agricultores nos programas de compras governamentais que garantem a aquisição e um preço superior aos alimentos agroecológicos, a dificuldade de financiamento das ONGs que leva à redução de suas equipes e uma menor dinamização de suas atividades. Alguns entrevistados declararam também, conforme já se apresentou em um quadro específico sobre este assunto, a pouca articulação política, a política de comunicação frágil e a falta de uma articulação mais consistente com um projeto de sociedade.

Dentre as dificuldades estão a articulação e a participação. Há dificuldade de motivar também. Está partindo do concreto, mas precisa manter aceso. Vem mais da necessidade e menos da paixão, em função da necessidade de se manter no mercado (Membro da coordenação da Rede Ecovida, entrevista, janeiro de 2010).

(...) Tem uma pessoa que mora no grupo e como o projeto [compras governamentais – PAA] demorou pra sair ele foi embora. Não dá para viver

só da agricultura. E uma pessoa esforçada, fazia tudo certinho, queria fazer a ecologia, mas não conseguiu. Tem gente que arrenda terras para o convencional e mantém uma parte com orgânico. Claro que só está visando o financeiro (Assessor técnico de um núcleo da Rede, entrevista, janeiro de 2010).

Os núcleos, as ONG's que prestem assessoria estão muito enxutas e não tem recursos para pagar as despesas. Elas também devem estar presentes, mais diretamente vinculadas com as prefeituras, etc. (Membro de cooperativa de consumidores, RS, entrevista, janeiro de 2010).

O ponto fraco são algumas pessoas na Rede que se sentem meio donos dela. Meio se apropriam das coisas e ficam. Já existiu mais, hoje é menos, mas ainda não deixam a coisa avançar. Por exemplo: a Via Campesina e sua luta é uma, mas dá para articular. Na hora de se mobilizar com a Rede fica difícil, as redes de isolam. Tem que ter alguém que faça esta articulação dentro da Rede, tem que ter uma maior articulação nacional e internacional. O trabalho de vocês tem que pensar a rede não como uma ilha, mas como forma integrada com outros para promover a agroecologia. E não é só isso, temos que ver a questão dos transgênicos, sementes crioulas e contaminação. Se não fizer uma ação grande contra os transgênicos o agricultor agroecológico pode desaparecer. Será que isso não é um compromisso da Rede Ecovida também? (Agricultor membro e ex-coordenador de núcleo, entrevista, janeiro de 2010).

Diante da realidade material acima exposta é que a Rede Ecovida desenvolve seu projeto educativo, cujos fundamentos são analisados na seção seguinte, quando se aprofundará os aspectos aqui apresentados, bem como se indicarão as características do processo educativo da Rede Ecovida, os autores e linhas de pensamento, o sujeito político da agroecologia, a concepção de educação popular ecológica, dentre outros. O quadro aqui exposto permite estabelecer uma caracterização inicial e as condições sob a qual tal processo educativo é desenvolvido, já que não pode ser considerado de forma apartada da realidade material onde é desenvolvida e das contradições presentes na realidade e nas próprias práticas.

4 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Neste capítulo se procura caracterizar a prática educativa da Rede Ecovida que pode ser caracterizada como uma “educação popular ecológica”; apresentam-se os autores e as linhas de pensamento predominantes; apresentam-se os sujeitos históricos e o projeto político e, por fim, apresentam-se alguns limites da prática educativa.

4.1 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA “EDUCAÇÃO POPULAR ECOLÓGICA”

O que aqui se chama de educação popular ecológica não é uma denominação utilizada pela Rede Ecovida de Agroecologia e nem mesmo por qualquer uma das ONGs ou grupos de agricultores que dela fazem parte. Canuto (1998) em sua tese sobre a agroecologia no Brasil considera que o termo ecologia popular, cunhado por Martínez-Alier (1994), contribui para definir a prática adotada por ONGs e movimentos sociais no país. Já que o objeto desta pesquisa é a prática educativa – neste caso fundada nos pressupostos da educação popular, como se demonstrará – por este motivo é possível adotar o termo educação popular ecológica para definir o tipo de prática educativa adotada pela Rede Ecovida, o que permitirá também explicitar os fundamentos epistemológicos e políticos desta prática. Nesta seção procura-se caracterizá-la, enquanto que na seção a seguir se apresentam os autores e linhas de pensamento que contribuíram para conformá-la.

A educação popular se encontra de forma explícita e implícita em grande parte das ONGs e na trajetória de diversas lideranças que contribuíram para constituir a Rede Ecovida de Agroecologia. No âmbito das ONGs esse propósito foi historicamente explícito na Assesoar, no Centro Vianeí de Educação Popular e no Cetap, que ainda afirmam ser este um dos componentes de sua prática. Esse posicionamento também é verificado entre diversos membros da Rede Ecovida que ocuparam funções de coordenação na Rede Ecovida.

Uma grande quantidade de autores e linhas de pensamento influenciou a forma de conceber a realidade e a prática educativa no âmbito da Rede Ecovida. No

entanto, algumas destas influências também são releituras das principais linhas de pensamento, o que permite identificar com um pouco mais de facilidade os distintos níveis de importância. Os autores e linhas de pensamento podem ser classificados em três: a) quanto à forma de conceber a realidade e a prática política e educativa, destacando-se a Teologia da Libertação e a Educação popular, em que figuravam os “teólogos da libertação” e Paulo Freire; b) quanto à forma de compreender os sistemas ecológicos e os agroecossistemas, em que figuravam autores como Altieri e Gliessmann; c) autores que propõem a articulação da análise histórica e sociológica do desenvolvimento da agroecologia, como é o caso de Sevilla Guzmán e Victor Manuel Toledo.

A educação popular da Rede Ecovida é apresentada aos atuais membros da Rede Ecovida de Agroecologia principalmente a partir das formas organizativas que são o desdobramento da ação prática da Teologia da Libertação no período anterior, como os cursos de formação de lideranças, os centros de educação popular, os orçamentos participativos etc. Ou seja, corresponde a um período que a ideia de educação popular já se encontra mais institucionalizada. As origens, os sentidos e o desenvolvimento dessa educação no âmbito da Rede Ecovida é tratada a seguir.

4.1.1 As origens, os sentidos e o desenvolvimento da educação popular

Saindo da Universidade, voltamos para a região de origem e participamos da criação do Cepagri, inicialmente, Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores e depois Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais, ecumênico, em parceria com a Diocese de Caçador. A entidade desde a sua origem assumia como proposta a Agroecologia e a Educação Popular, com atuação na Região do Contestado (Meio Oeste e Planalto Norte de SC, sede em Caçador). No início realizava amplo trabalho de formação de lideranças, com cursos de até 08 semanas de duração, passando cada vez mais a fazer formação nos municípios ou micro regiões, junto às práticas que se iniciavam. As primeiras feiras ecológicas iniciadas na região datam de 1990. Em vários momentos participamos ativamente da vida partidária (PT), eleições, caravanas da agricultura familiar (Lula), etc. As inquietações com os resultados dos processos de formação nos envolveram em um circuito Latino Americano de Educadores Populares, envolvendo diversas entidades (Cepis, Cepagri, MOP, Camp, Alforja, Escola Sul da Cut, Revista América Livre e outras) onde realizou-se diversos encontros de discussão, e jornadas de Educação Popular junto à iniciativas de referência, como o Orçamento Participativo em POA [Porto Alegre] e outras. Realizou-se diversos esforços para qualificar as metodologias e chegamos a publicar uma proposta em parceria com o CEPIS chamada de

“Formação Básica Multiplicadora”. Também publicamos dois materiais que se tornaram referência importante na época: Livro Verde 1 (1991), que era para discutir o modelo e introduzir o debate da agroecologia e depois o Livro Verde 2 (1995), que era para contrapor a idéia da substituição de insumos que se fortalecia e traduzir de forma popular a idéia da agroecologia ciência(s) propondo uma nova relação no meio e na sociedade humana. (Valdemar Arl, entrevista, fevereiro de 2012).

Como já se afirmou anteriormente, a ideologia da Teologia da Libertação foi preponderante na formação dos jovens iniciados nas pastorais da juventude, da terra e operária nos anos 70, 80 e 90. Grande parte das lideranças sindicais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, da Ecovida, além de outros, receberam formação política e religiosa nos cursos oferecidos pela Igreja Católica através da Teologia da Libertação, que mais tarde, de acordo com Dussel, teria um caráter ecumênico. Por este motivo se torna importante conhecer esta teologia, não somente porque é parte da história das pessoas e instituições aqui estudadas, hoje presentes no âmbito da Rede Ecovida, mas porque foi fundamental para definir o caráter político.

[os fatores e processos que mais contribuíram com a formulação de sua concepção de prática e política foi o] partido político, as diretas, greves, acampamentos/assentamentos. Também em função primeiramente de um histórico familiar, mas depois por convicção. A partir daí houve a formação do senso crítico, a observação das desigualdades, a necessidade de mudança e a mobilização dos trabalhadores organizados. O movimento sindical influenciou muito na formulação de minha concepção. No movimento estudantil ocorreu o aprofundamento da concepção, apontando as bases teóricas e históricas das classes menos favorecidas e dos trabalhadores e da agroecologia como alternativa para os pequenos agricultores. Nas igrejas/pastorais participei nas mobilizações e estudos a partir da Teologia da Libertação (Fabia Tonini, entrevista em fevereiro de 2012).

As trajetórias apresentadas acima são bastante representativas do conjunto de trajetórias pessoais e coletivas de organizações sociais do campo. Conforme já se afirmou anteriormente, estudantes formados no movimento estudantil e que participaram dos encontros de agricultura alternativa se inseriram ou contribuíram com a constituição de ONGs que tinham como objetivo comprovar a possibilidade do desenvolvimento de uma base técnico-produtiva que não fosse dependente dos agroquímicos. Alguns já inseridos e outros ao se lançar nesta busca se encontram

com as organizações sociais do campo, como o sindicalismo cutista, o MST, o MAB, o MMTR, partidos políticos, estes constituídos sobre a influência das pastorais (juventude, terra, operária) e comunidades eclesiais de base desenvolvidas sob o abrigo da Teologia da Libertação.

Identifica-se, portanto, que a educação popular desenvolvida a partir da Teologia da Libertação se propõe a contribuir com a formação política e militante daqueles que se aproximavam da igreja ou das organizações sociais do campo. Esse processo passa a ser comum ao conjunto dessas organizações, que também dá origem ao Partido dos Trabalhadores. Ou seja, a maior parte dos que aí se encontravam desenvolvia uma concepção de sociedade, mudança social e uma concepção filosófica e política de educação mais ou menos comum, bem como contribuíam para estimular os mesmos processos políticos – o sindicalismo, os movimentos sociais, o partido, etc.

O método pastoral, de acordo com Floresta (2006), baseia-se em três etapas: ver, julgar e agir. De acordo com a autora, o ver a realidade correspondia a identificar as condições de opressão vividas pelas pessoas (análise da realidade histórica), em seguida se julgar com os critérios da fé (reflexão sobre as causas) e, por fim, agir pastoralmente para transformá-la (desenvolver as linhas operativas para superar a opressão). Para “ver” a realidade, a teologia se apropria do marxismo e para agir procura se desenvolver uma pedagogia própria, denominada de educação popular. Cabe destacar que Paulo Freire também procurou fazer uma síntese entre o marxismo, o existencialismo cristão e outras filosofias de sua época com vistas a desenvolver sua proposta pedagógica.

Uma das formas de se preparar para compreender a realidade ocorria através da realização de cursos de formação específicos para tal, que contribuíam para compreender as condições de opressão, as desigualdades e as injustiças sociais. O oprimido é definido, de acordo com Boff, em seu sentido amplíssimo, ou seja, todas as condições que colocavam as pessoas em condições de opressão. A Teologia da Libertação fornece as justificativas éticas para julgar as desigualdades e desenvolve uma concepção de prática política baseada na educação popular, em grande parte formulada sob a concepção de educação do “Movimento Paulo Freire”.

Para Schmitt (1996), os jovens egressos das pastorais da juventude escolhiam se inserir no apoio ao desenvolvimento do sindicalismo, da luta pela terra

ou pelos atingidos pelas barragens. Os cursos de formação nestes primeiros anos também eram desenvolvidos conjuntamente. Ao longo do tempo as organizações sociais do campo foram ganhando autonomia umas em relação às outras e o MST passa, de acordo com Stédile (1996) a desenvolver sua própria política de formação a partir do aprofundamento da compreensão da realidade a partir de autores marxistas e leninistas. Essa mudança na política de formação do MST implicaria também em uma mudança nas práticas políticas do movimento, o que contribuiu com sua radicalização, mas também um amplo desenvolvimento a partir de meados dos anos 80. A pedagogia do MST passa a ser forjada pelo longo tempo de acampamento e pelas dificuldades, conquistas e lutas aí desenvolvidas que contribuem para que seus sujeitos constituam uma concepção própria de educação. Floresta (2006) destaca a constituição do setor de formação do MST, desenvolvida de forma independente em relação ao sindicalismo a partir de então.

Na década de 80, o MST criou o Setor de Formação que organizava cursos periódicos de formação política, chamadas de escolas sindicais. No início, eles eram realizados em conjunto com o movimento sindical, vinculado à CUT, nos Estados em que o Movimento estava organizado. Nesses cursos, os trabalhadores articulavam estudos teóricos com suas práticas de luta, fomentando a consciência de classe. No entanto, nos anos 90, a partir desse recuo da Igreja e do movimento sindical, o Movimento passa a investir num espaço próprio de formação, sua *Escola Nacional*, em Caçador, Santa Catarina. Durante essa década, principalmente a partir de 1995, vai investir fortemente na formação sóciopolítica de seus integrantes. Hoje, aqueles que trabalham nos acampamentos/assentamentos não são mais oriundos da ação pastoral da Igreja. Formou-se uma “*segunda geração de Sem Terra*”, que têm um projeto político autônomo, que conseguiu desenvolver uma capacidade de distanciamento crítico e se educar para a autodeterminação, redescobrimo no marxismo seu verdadeiro potencial revolucionário, tomando seus pressupostos teóricos como fios condutores de uma proposta revolucionária. (FLORESTA, 2006, p. 53).

A articulação da Teologia da Libertação com a educação popular e o “método Paulo Freire” são analisados a seguir. O fato é que, de acordo com um dos principais teóricos, Leonardo Boff, esta teologia se inspirou na pedagogia do oprimido de Freire. É importante destacar que em 1967 o autor publicou “Pedagogia da Libertação”. Não se sabe se e o quanto este trabalho de Freire influenciaria no desenvolvimento do conceito de Teologia da Libertação, mas o fato é que é anterior ao trabalho de Gutierrez e de Leonardo Boff.

O que importa identificar nesta seção é que o contexto sócio-político permitiu o desenvolvimento de uma concepção de realidade e de prática política àqueles que viriam a contribuir mais tarde com o surgimento da Rede Ecovida de Agroecologia. Ou seja, estas pessoas e ONGs partem de concepções de prática e política, bem como de uma formação política, próprias de um campo político que se desenvolveu naquela época. Parte-se de um campo que se desenvolvia sob uma concepção bastante comum forjada pela Teologia da Libertação, as pastorais e as comunidades eclesiais de base. As ONGs e os grupos de agricultores que comporiam mais tarde a Rede Ecovida se apropriariam deste processo político e pedagógico.

Esta teologia passa, nos anos 90, a perder importância em função de um recuo em termos de seus propósitos, pois passa a identificá-lo com os objetivos espirituais, diferentemente de sua fase anterior, quando afirmava a possibilidade e a necessidade de tratar das injustiças sociais. É importante destacar que esse período é identificado com a retração do conjunto das esquerdas mundiais em função das derrotas políticas por elas sofridas, bem como a mundialização do capital e profunda transformação no mundo do trabalho. Para Floresta (2006):

Hoje, segundo Clodovís, a teologia encontra-se num estado difuso no corpo de toda a Igreja. Mas, ressalta que, como corrente específica, não se recorta mais, no panorama eclesial, com os contornos claros de antes. Nos anos 90, a Teologia da Libertação avaliou que seus pressupostos deveriam ser revistos, provocando um deslocamento da problemática histórica: o enfoque passa da libertação social para o sentido espiritual da vida, a busca do sentido (FLORESTA, 2006, p. 51).

Apesar desta inflexão política da Teologia da Libertação, o longo trabalho com os agricultores pobres passam a incorporar a discussão ecológica. As Romarias da Terra, impulsionadas pela Comissão Pastoral da Terra, tratam de questões ligadas ao meio rural e nos últimos anos a agroecologia foi um dos temas abordados, conforme revela Canuto (1998) acerca da relação com o Centro Ecológico, ONG que compõe a Rede Ecovida.

En los últimos años, los sectores “progresistas” de la Iglesia, que ya tienen un largo trabajo social con los agricultores pobres, empiezan ahora a incorporar la discusión ecológica. Las llamadas Romerías de la Tierra, que desde hace veinte años tratan de popularizar las cuestiones sociales ligadas al medio rural, tuvieron como tema en 1997 la agricultura ecológica. La Comisión Pastoral de la Tierra – CPT - se unió al Centro de Agricultura Ecológica-CAE de Ipê-RS para organizar una gran discusión sobre agricultura ecológica y globalización. En ella se hizo hincapié en las ideas

de la relación del hombre *con* la naturaleza y no del hombre *sobre* la naturaleza, en el respeto a las diferencias y en la primacía de la solidaridad sobre la competitividad (CPT/RS, 1996). (CANUTO, 1998, p. 203).

É importante destacar também que a Teologia da Libertação nestes últimos anos, particularmente a partir de Leonardo Boff, um de seus principais representantes no Brasil, juntamente com Frei Beto, vem tratando das questões ecológicas. As abordagens acerca desta questão possuem poucos vínculos com aquela formulada no período anterior quando a teologia destacava o problema da opressão e dos oprimidos. Destacam-se outros aspectos, como o meio ambiente como uma questão universal, a finitude dos recursos naturais e algumas questões éticas relacionadas com este tema. Caberia um estudo detalhado para compreender melhor os motivos e os fundamentos desta opção política.

A Teologia da Libertação do período que contribuiu com o surgimento das organizações sociais do campo aqui estudadas e, em particular, do processo que resultou na constituição da Rede Ecovida de Agroecologia, tinha como pressuposto a libertação social (FLORESTA, 2006), não do sentido espiritual atualmente adotado por esta teologia, conforme definiu a referida autora. Se do ponto de vista eclesial esta teologia tem seus próprios teólogos (Gutierrez, Clodóvis Boff, Leonardo Boff, Frei Betto, Enrique Dussel, dentre outros), do ponto de vista do processo pedagógico se fundamenta na concepção de pedagogia que passou a ser denominado de “Método Paulo Freire”, conforme Arruda e Boff (1990), questão que passa a ser analisada a seguir.

4.1.2 A educação popular, a Teologia da Libertação e o “método Paulo Freire”

A Teologia da Libertação, desde seus primeiros passos no final dos anos de 1960, teve uma dimensão pedagógica (...). Não é sem razão que entre os pais fundadores da Teologia da Libertação se encontra o brasileiro Paulo Freire. Dele são os livros fundamentais para a pedagogia da libertação: ‘pedagogia do oprimido’ e ‘Educação para a liberdade’ (ARRUDA & BOFF, 1990, p. 09 *apud* FLORESTA, 2007, p. 117).

De acordo com Arruda e Boff, a Teologia da Libertação desenvolve desde o início uma dimensão pedagógica. A citação acima destaca a aproximação da

Teologia da Libertação com a educação popular proposta por Paulo Freire como uma pedagogia da libertação, pedagogia do oprimido (sua obra mais conhecida) ou a pedagogia da autonomia.

Essa dimensão pedagógica consiste no propósito de libertação dos oprimidos, entendidos em um sentido amplo, conforme afirmou Boff, mas bastante direcionado aos pobres e excluídos pelo desenvolvimento capitalista. Para Gutierrez e o Movimento Cristãos pelo Socialismo, o horizonte político era o socialismo, o que implicaria até mesmo na necessidade deste movimento se desenvolver fora da institucionalidade da igreja. No entanto, para outros teólogos, como Dussel, o propósito era, ao adotar Marx como crítico social e o marxismo subordinado aos preceitos da fé, apenas garantir a reinserção da igreja junto aos camponeses e aos trabalhadores urbanos. No início, a cúpula da igreja romana compreendeu desta forma também, embora mais tarde, a partir de meados dos anos 80, tenha destacado que se tratava de um uso exagerado do marxismo.

O fato é que desta inserção da igreja resulta uma proposta de educação popular amplamente adotada pelas organizações sociais do campo aqui referidas. Trata-se de uma influência histórica que ainda possui marcas nos dias atuais. É neste sentido que o trecho da entrevista de Valdemar Arl, apresentado anteriormente, contribui para compreender como essa identidade vai sendo moldada, a ponto de surgir diversas organizações que se identificavam e promoviam a educação popular no Brasil (como o Cepagri, Cepis, Camp, dentre outros), bem como de articulações latino-americanas que se propunham a pensar sobre suas práticas. A educação popular também encontrou espaço em algumas universidades católicas no Brasil, como a Unijuí, onde se desenvolveu um importante núcleo de estudos e de assessoria às organizações sociais que tratavam desta forma de intervenção social e política.

Nesse campo e resultado dessa articulação latino-americana também se desenvolve o que mais tarde se chamaria de “método de sistematização”, que, de acordo com os pressupostos da educação popular, propunha que os “atores” deveriam refletir historicamente sobre suas práticas com vistas a identificar os fatores que contribuíram para seu sucesso ou insucesso. Trata-se de um longo processo que deveria contribuir para que as práticas ou organizações sociais

pudessem descrever e analisar suas trajetórias. Alguns autores se tornariam importantes neste sentido, a exemplo de Oscar Jara.

O Centro Vianei de Educação Popular, ONG membro da Rede Ecovida, procura, de acordo com Natal Magnanti, desenvolver a formação política para permitir que as pessoas compreendam os processos de organização social com o objetivo de influenciar nos espaços de decisão, ou seja, nos diversos locais onde estes agentes possam se inserir.

A formação política engendrada pela instituição [Centro Vianei de Educação Popular] sempre se concentrou na formação das pessoas para entender os processos de organização social que existem dentro de uma sociedade. A idéia está baseada na concepção de autonomia para a tomada de decisão e na organicidade que pessoas e organizações tem que ter para influenciar nos seus espaços de decisão seja um grupo, associação, cooperativa, sindicato, movimento social, partido político, conselho. Acredito que num primeiro momento a formação esteve voltada para a formação de dirigentes que pudessem dar vazão aos movimentos populares emergentes na região como o MMA, STR's, MAB e MST. Atualmente o trabalho está focado em organizações como grupos de cooperação, associações, cooperativas. Sendo que a participação em conselhos, colegiados e redes tem absorvido mais tempo da entidade no momento. (Natal Magnanti, entrevista em fevereiro de 2012).

O entrevistado afirma ainda que esta é uma das ações mais importantes da Rede Ecovida de Agroecologia e está ligada à educação popular. A busca por tomar decisões coletivas faz parte deste tipo de educação, pois possui um caráter político-educativo, o que vai ao encontro do que propõe o “método Paulo Freire”. É claro que a proposta de se tomar decisões coletivas é desenvolvida por um conjunto diverso de autores, tanto no âmbito escolar quanto fora dele, como propuseram, por exemplo, diversos autores marxistas-leninistas do início da antiga União Soviética (Pistrak, Makarenko), atualmente incorporado pelo setor de educação do MST, mas aqui se trata de uma influência principal do autor brasileiro. De acordo com Natal Magnanti:

Uma das vertentes mais fortes da Ecovida é engendrar processos de formação junto a seus membros. Essa é uma concepção ligada a educação popular e valida os conhecimentos que todos os atores que participam da Rede possuem. Além disso, esse conhecimento é divulgado entre os membros da rede e também valorizado em todas as esferas de decisão. As decisões além de serem coletivas estão asseguradas em diversas

instâncias de decisão seja nos grupos de base até o encontro ampliado. (Natal Magnanti, entrevista em fevereiro de 2012).

A educação popular também é a metodologia adotada pelo Cetap, de acordo com Alvir Longhi. O entrevistado indicou que a ONG adota os princípios da educação popular freiriana e da Teologia da Libertação. Trata também da trajetória na pastoral da juventude e na pastoral da terra e de como se procura adotar os referidos princípios na vida da instituição.

A metodologia utilizada para desenvolver nossas práticas é a educação popular. Os princípios e os métodos da educação popular, que tem como um dos mestres Paulo Freire e a Teologia da Libertação. Boa parte das pessoas que começaram tem origem na Pastoral da Juventude e na Comissão Pastoral da Terra, alguns também no movimento estudantil, que chegaram já com alguma orientação, com uma base, e que foram desenvolvendo dentro das entidades/ ONGs onde se inseriam. O Cetap também sempre oportunizou isso, estimulou a formação política, como foi o caso do curso sobre dinâmicas sócio-organizativas da sociedade civil realizado pelo Instituto de Filosofia da Universidade de Passo Fundo. O Cetap sempre teve essa clareza do ponto de vista institucional, trazendo gente para capacitação da equipe interna. A dinâmica institucional ajudou também. Ou seja, o exercício diário vai consolidando as práticas: temos uma coordenação institucional rotativa e funções distintas. Isso permite ir formando as pessoas, quando chega um convite para uma atividade não se tem uma pessoa pré-definida quando se chega um convite não tem uma pessoa pré-definida, discute-se com a equipe. (Alvir Longhi, entrevista em fevereiro de 2012).

Em que consiste o “método Paulo Freire”? Quais são as bases filosóficas e políticas de sua proposta pedagógica? Paulo Freire buscou fazer uma síntese de correntes filosóficas de sua época, como o existencialismo cristão, a fenomenologia, a dialética hegeliana e o materialismo histórico (SAVIANI, 2008). Trata-se de um autor que influenciou a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base. Foi assessor do Conselho Mundial de Igrejas nos anos 70. É utilizado como referência entre grande parte das organizações sociais do campo, inclusive entre as ONGs que compõem a Rede Ecovida, mas também no âmbito do sindicalismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Freire (2001) afirmava que a educação não era neutra, pois se propõe a algo, o que também a caracteriza como um ato político. Propunha que a educação deveria ser um ato de libertação dos oprimidos de sua condição e promover a

autonomia. Para isso seria necessário partir da realidade do educando e das coisas que mais lhe diziam respeito (o concreto sensível, aquilo que se lhe apresenta e lhe faz sentido à sua existência), condição que seria necessária também em um processo de alfabetização de adultos, pelo qual ficou inicialmente conhecido. O autor não propunha, no entanto, que os educandos deveriam apenas compartilhar entre si suas experiências, mas que caberia ao educador partir delas para chegar a uma concepção mais coerente de mundo. Propunha também que a escola deveria respeitar as diferenças e valorizar o diálogo e o educador deveria ser guiado por uma profunda compreensão ética e transparente de sua profissão.

O autor concordava que a escola era prioritariamente um mecanismo de reprodução das relações sociais, no entanto, ao concebê-la desta forma não se poderia desprezá-la, já que o acesso ao conhecimento era uma condição indispensável ao processo de libertação dos pobres e oprimidos. Essa concepção é particularmente válida à educação popular desenvolvida no âmbito escolar, já que é a partir de onde Freire pensa a educação, mas passa a ser adaptada ao ambiente extra-escolar pelo autor ou pelas apropriações que se fez dele.

Saviani (2008) estabelece um paralelo entre os princípios da pedagogia nova e a “pedagogia nova da educação popular”. Em *Escola e Democracia* (2008), o autor afirma que a Pedagogia Tradicional se caracterizava pela centralidade no professor, que se ocupava de transmitir o acervo cultural aos alunos. Essa pedagogia prezava pela disciplina, pelo estudo de textos e a aplicação de exercícios que objetivavam a compreensão e a memorização dos conteúdos. Ocorre que se passou a não atingir grande parte dos objetivos de garantir uma formação sólida aos filhos da classe burguesa dirigente e nem sempre eram bem sucedidos, como se propunha. Desta forma se avolumava as críticas à pedagogia tradicional, o que permitiu dar origem a uma pedagogia nova. Para o autor, na pedagogia nova o marginalizado não é propriamente o ignorante, mas os rejeitados, também considerados anormais. Para o autor, essa pedagogia:

(...) desloca o eixo da questão pedagógica do intelecto ao sentimento; do aspecto lógico ao psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não-diretismo; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da

biologia e da psicologia. Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender (SAVIANI, 2008, p. 08).

Saviani (2008, p. 54) afirma que surgem tentativas de se constituir uma “Escola Nova Popular”, a exemplo da “Pedagogia de Freinet” na França e do “Movimento Paulo Freire de Educação” no Brasil. O autor afirma que no caso de Paulo Freire há uma inspiração “concepção humanista moderna de filosofia da educação”, que se dá por intermédio da corrente personalista do existencialismo cristão. Afirma ainda que de acordo com Freire (1967), na fase de implantação de sua pedagogia no Brasil, entre 1959 e 1964, suas fontes de referência eram principalmente Mounier, G. Marcel e Jaspers. A influência de distintas concepções filosóficas e políticas na concepção de educação e processo educativo de Freire pode ser verificado através de um trecho metodológico presente na introdução de *Política e Educação* (FREIRE, 2001), um dos últimos trabalhos do autor:

Quanto mais certo de que estou certo me sinto convencido, tanto mais corro o risco de dogmatizar minha postura, de congelar-me nela, de fechar sectariamente o ciclo de minha verdade. Isto não significa que o correto seja “perambular” irresponsavelmente, receoso de afirmar-me. Significa reconhecer o caráter histórico de minha certeza. A historicidade do conhecimento, a sua natureza de processo em permanente devir. Significa reconhecer o conhecimento como uma produção social, que resulta da ação e da reflexão, da curiosidade em constante movimento de procura. Curiosidade que terminou por se inscrever historicamente na natureza humana e cujos objetos se dão na História como prática histórica se gestam e se aperfeiçoam os métodos de aproximação aos objetos de que resulta a maior ou menor exatidão dos achados. Métodos sem os quais a curiosidade, tornada epistemológica, não ganharia eficácia. Mas, ao lado das certezas históricas em torno das quais devo estar sempre aberto à espera da possibilidade de revê-las, eu tenho certezas ontológicas também. Certezas ontológicas, social e historicamente fundadas. Por isso é que a preocupação com a natureza humana se acha tão presente em minhas reflexões. Com a natureza humana constituindo-se na história mesma e não antes ou fora dela. É historicamente que o ser humano veio virando o que vem sendo: não apenas um ser finito, inconcluso, inserido num permanente movimento de busca, mas um ser consciente de sua finitude. Um ser que, vocacionado para ser mais pode, historicamente, porém, perder seu endereço e, distorcendo sua vocação, desumanizar-se. A desumanização, por isso mesmo, não é vocação, mas distorção da vocação para o ser mais. Por isso, digo, num dos textos deste volume, que toda prática, pedagógica ou não, que trabalhe contra este núcleo da natureza humana é imoral. (FREIRE, 2001, p. 08).

A “Escola Nova Popular”, de acordo com Saviani, parte da crítica à pedagogia tradicional, que afirma ser uma pedagogia bancária, caracterizada pela

passividade, transmissão de conteúdos, memorização, verbalismo etc. Neste lugar se reivindica uma pedagogia ativa, centrada na iniciativa dos alunos, no diálogo e na troca de conhecimentos. A diferença em relação à Escola Nova está no fato de que Paulo Freire procurou colocar essa concepção pedagógica a serviço dos interesses populares (SAVIANI, 2008), destacadamente nos processos de alfabetização de adultos. Isso leva, no âmbito da educação escolar, a se exigir melhores condições de ensino, como menor número de alunos por sala, melhores estruturas e recursos para o ensino, mas que essas demandas irão interferir nas lutas de classe, fazendo com que a pedagogia nova recue em termos de generalização de seu método de ensino.

O que nos interessa aqui é que os pressupostos de uma “Escola Nova Popular” ganha eco no âmbito da educação popular, aqui referida como aquela desenvolvida com o propósito de organizar politicamente “os pobres” e “oprimidos”. Por este motivo se passa a propor o não diretivismo, o aprender a aprender, a valorizar as experiências, o experimentalismo, o sentimento. É neste sentido que Saviani afirma se tratar de uma pedagogia baseada no existencialismo cristão. Para Oliveira (2007), para o existencialismo o ser se faz em suas experiências e não há essência na realidade, pois esta é individual.

Há um risco em associar o espaço de socialização com a da produção do conhecimento. A ambição de produção de conhecimentos sem a incorporação do conhecimento acumulado pode ser algo inviável, já que muitas vezes essa tarefa exige condições próprias para o seu desenvolvimento, sob o risco de rebaixar a compreensão da realidade ao imediato ou não passar de uma simples abstração. Esse esforço por associar atividades formativas à pesquisa é uma busca bastante presente no âmbito das organizações sociais que buscam a educação popular.

Na tentativa manifestada pela Escola Nova no sentido de inserir a pesquisa no princípio do aprender a aprender, relativiza-se o ensino e a pesquisa. Assim, Saviani (1991) afirma que “a Escola Nova acabou por dissolver a diferença entre pesquisa e ensino, sem dar conta de que, assim fazendo, ao mesmo tempo em que o ensino era empobrecido, se inviabilizava também a pesquisa” (SAVIANI, 1991, p. 58). Isso ocorre porque na prática acabava se realizando uma simulação de pesquisa quando o educando precisaria se apropriar de conceitos que instrumentalizam a investigação.

Paulo Freire mantém em sua perspectiva o cristianismo e nele busca encontrar a “terrenalidade” de seu pensamento, sem abandonar o “transcendental”, nas palavras do autor. Alguns entrevistados para este trabalho indicaram que a perspectiva da Teologia da Libertação e da educação popular também contribuiu para desenvolver uma ótica comunitarista. Para Oliveira, a idéia de um comunitarismo está presente no neotomismo. Para o autor:

O neotomismo é a crítica cristã católica aos problemas que o mundo vinha enfrentando desde o início das primeiras crises por que passava o capitalismo. Genealogicamente, o neotomismo era o renascimento do pensamento de Tomás de Aquino, promovido diretamente pelo Papa Leão XIII, através da Encíclica *Aeterni Patris* (1879). Nesta é colocada, de acordo com MONDIN (1987), a importância da filosofia para a religião; o pensamento de Tomás de Aquino como o mais elevado entre os filósofos, exortando a todos que se dêem ao trabalho de instaurar a doutrina tomista e coloca a necessidade de se novamente propalar o pensamento tomista para o mundo. Neste movimento, o principal pensador foi Jacques Maritain, que passou a desenvolver as partes do conhecimento humano que não tinham sido desenvolvidas diretamente por Tomás de Aquino. Entretanto, a que mais tem interesse na atualidade é sua perspectiva da política, haja vista que tenda desenvolver uma democracia de base cristã que sirva de alternativa aos dois sistemas políticos que até então estavam postos para a humanidade: o regime burguês, eufemisticamente denominado de “democracia burguesa” ou “democracia liberal” e o comunismo de base soviética. Como manda a um bom cristão, tenta retomar uma filosofia que dê conta de uma vida em comunidade, num comunitarismo de base cristã, que segundo este permita o desenvolvimento do humanismo integral. O atingimento desta comunidade que viva neste humanismo integral está ligado à retomada do cristianismo e das tradições cristãs. Para este o verdadeiro sentido e razão da situação então vivida pela humanidade de crises sociais era explicada na filosofia, precisamente no esquecimento dos valores cristãos (OLIVEIRA, 2008, p. 67-68).

Na educação popular desenvolvida fora do ambiente escolar, tal como foi apropriada pela Teologia da Libertação e as organizações sociais do campo, que costuma não se caracterizar pelo processo de alfabetização, alteram-se o contexto e os propósitos. Neste caso o educador é alguém que se identifica politicamente com o educando e que se encontra em um processo de formação, onde os papéis se tornam um pouco mais claros, ou através dos próprios processos sociais, onde isso não ocorre. Isso porque se compreende que a educação popular tal como concebida por estas organizações sociais do campo não se resume aos processos formativos, já que as práticas sociais são educativas. É neste sentido que se passa a se propor formas organizativas que eduquem e que favoreçam o rigor, a disciplina, a auto-organização, o trabalho coletivo etc. (FLORESTA, 2006; CUNHA, 2008). Aqui a

pedagogia deixa o ambiente escolar para se desenvolver através do trabalho e da prática política. Para tanto, Freire continua sendo importante nesta concepção por suas idéias de horizontalidade e dialogicidade, mas com frequência nesta concepção outros autores passam a contribuir, como Pistrak e Makarenko, particularmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é o movimento brasileiro que mais desenvolveu uma concepção de educação.

No que se refere à educação popular, Iasi (2011), partindo dos processos formativos desenvolvidos pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, onde atua, afirma que a busca por inserir a pesquisa nos processos formativos costuma levar ao pragmatismo, já que ao final das atividades formativas se indicava a necessidade de se gerar um produto concreto. A materialização imediata de um produto concreto pode levar à distorção da prática e ao pragmatismo. Isso não quer dizer que o objetivo final de qualquer processo formativo e da educação popular em particular não é agir praticamente, o problema é condicionar todo processo formativo a uma ação prática imediata, quando nem sempre isso é possível. O autor destaca ainda o problema decorrente da busca de partir dos programas de ação sindical como ponto de partida ou ponto de chegada destes processos formativos.

Todo processo pedagógico parte de uma concepção de sociedade, humanidade e homem, de um projeto político e de um sujeito político/histórico, que no caso da educação popular é o pobre, o excluído e o oprimido. Para a definição desse sujeito político já se parte de uma concepção de opressão e exclusão, que é anterior. Essas definições trazem implicações bastante diretas também aos sujeitos políticos/históricos da agroecologia.

4.1.3 Os sujeitos políticos

(...) a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista (...) 'Excluído' é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. 'Excluído' e 'exclusão' são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados (...) O 'excluído' é duplamente

capturado, também, porque de seu imaginário includente e cúmplice decorrem formas de protesto social, quando há, que se pautam pela demanda de realização dos valores e possibilidades reprodutivos da sociedade que marginaliza (...) A categoria 'exclusão' expressa, ao mesmo tempo, uma verdade e um equívoco. Revela o supérfluo e oculta o essencial (MARTINS, 2002 *apud* NAVARRO, 2008, p. 22)

Para o marxismo, o sujeito histórico é o proletariado explorado pelo capital, que deveria ser o responsável pela busca de sua libertação histórica, ao mesmo tempo em que contribuiria para a libertação de toda humanidade. Isto seria atingido através do controle da produção pelos próprios trabalhadores na forma de trabalhadores associados e que também seriam os responsáveis por regular as trocas metabólicas com a natureza. Essa passagem seria precedida por uma ditadura do proletariado sobre a burguesia, de forma a fazer valer seus interesses, tal como faz a burguesia atualmente. A partir do momento em que todas as necessidades básicas fossem supridas pelo trabalho humano é que de fato haveria a possibilidade da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade, conforme afirma Marx (2002 [1845]) em “A Ideologia Alemã”. É nesta condição que a humanidade teria condições para de fato ser livre e para desenvolver todas as potencialidades do ser humano, já que o tempo dedicado ao trabalho necessário seria reduzido ao mínimo e no tempo restante o ser humano estaria em condições de desenvolver atividades socialmente úteis de acordo com suas habilidades e interesses (pescar pela manhã, criticar à tarde, como diria Marx).

Ter acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade, inclusive ao conhecimento, poderia ser realizado somente a partir do momento em que o reino da necessidade fosse ultrapassado. A burguesia, que possui o controle dos meios de produção e ao controlar estes meios também controla o tempo de trabalho dos trabalhadores, bem como a política, as leis e a ideologia, dispondo em grande parte das condições para obter acesso aos bens produzidos pela humanidade. No entanto, a própria burguesia se encontra coagida pelas próprias leis que regem a economia capitalista, pois se encontra em permanente concorrência, o que leva de tempos em tempos uma parte desta classe à bancarrota. Ou seja, no modo atual de produção nem mesmo a burguesia se encontraria em condições plenas de atingir tal liberdade. Portanto, seria desta forma que o proletariado ao libertar-se promoveria a libertação de toda a humanidade.

A Teologia da Libertação apropria-se do marxismo, particularmente da forma como este interpreta as relações sociais de produção e como daí resultam as desigualdades sociais e a pobreza. Conforme já se afirmou anteriormente, não se pode falar de uma única interpretação do marxismo por esta teologia, já que houve tentativas e interesses muito diversos ao associá-lo ao cristianismo, conforme definiram Dussel (2006) e Frei Beto (2006). Ao apropriar-se do marxismo, esta teologia também coloca a necessidade da libertação, não do proletariado, mas dos pobres e oprimidos. Portanto, muda o sujeito histórico e o sentido de libertação. Pode-se afirmar que, em decorrência de sua visão fenomenológica, apropria-se particularmente de uma parte da crítica de Marx à economia política, o que é relativamente fácil de entender em função de que a historicidade e a dialética (materialismo histórico) não serem compatíveis com a fé religiosa.

Definir o sujeito histórico é uma necessidade muito importante para qualquer processo político e educativo que pretenda transformar a realidade. Significa até mesmo já certa compreensão da realidade. Esta compreensão, por estar amparada em uma ou noutra filosofia, levará a um ou outro sujeito histórico e, por consequência, a distintos projetos políticos e educativos. Enquanto que para o marxismo é nas condições de produção material da vida onde os humanos se produzem e é aí onde deveriam ser encontradas as condições e possibilidades para sua libertação enquanto humanidade, motivo pelo qual se chega ao proletário como sujeito histórico, para o existencialismo freiriano isso ocorre de forma distinta. Para Freire (2007), os humanos produzem sua compreensão em sua própria existência e haveria uma natureza humana que, embora não fosse imutável e dependesse das condições históricas, colocava questões existenciais, “dilemas” relacionados ao próprio existir e ao se compreender no mundo.

Desta forma Freire traz para o âmbito individual parte das questões da existência, já que não despreza a estrutura e as condições históricas, mas modifica profundamente o sujeito histórico. Para libertar-se, portanto, não bastaria dar conta de modificar as condições históricas e materiais, mas o conjunto de questões que resultam e levam à opressão, o que poderia independender da classe (a pedagogia nova também parte desse pressuposto, de que há oprimidos em função de sua condição física, psíquica, etc., que deveria ser preocupação de uma prática educativa). A Teologia da Libertação e Freire concordam que o sujeito histórico é o

oprimido no sentido amplo, mas concordam também que a opressão resulta em grande parte das condições históricas sobre as quais a humanidade se organiza, ou seja, das relações sociais, o que levaria ao pobre e ao excluído. Desta forma, o sujeito histórico da Teologia da Libertação se aproxima do sujeito histórico do marxismo, mas não é o mesmo.

As organizações sociais do campo constituídas no âmbito da Teologia da Libertação acabavam por assumir essa posição. Daí resulta que quem necessitava se libertar não era somente o operário. Dada a necessidade indicada por Freire que esse projeto seria atingido conquistando o interesse do conjunto mais amplo da sociedade, embora os oprimidos fossem os seus portadores principais, o que se aproxima do conceito de bloco histórico de Gramsci, havia a necessidade de se conquistar os interesses mais amplos a favor da libertação. Isto faz com que essa deva ser uma busca de setores bastante amplos, já que o sujeito histórico não era somente o operário definido por Marx, o que torna um objetivo que procura se apresentar válido em diferentes momentos históricos e distintas formas de organização social. Isso pode ser verificado pela tentativa da igreja nos anos 70 em estabelecer sua teologia em distintos locais do mundo, inclusive nos países socialistas. É importante destacar também que a América Latina passava, no momento da formulação da Teologia da Libertação, por ditaduras que limitavam o desenvolvimento das organizações políticas de esquerda e, por este motivo, esta opção filosófica e política da igreja se tornou muito importante para permitir a constituição de oposições e a reorganização das esquerdas. Ou seja, tratou-se de um avanço político naquele momento histórico particular, embora possa se indicar restrições filosóficas.

A questão que importa agora é como ocorre a passagem desse sujeito histórico da libertação (o pobre, o oprimido) ao sujeito histórico da agroecologia atualmente. Ou seja, se e como se mantém ou se modifica o sujeito histórico em função dele se localizar no campo e possuir alguns meios de produção, se e como se modifica este sujeito histórico a partir do momento em que ele se define em prol da agroecologia. O trecho da entrevista com Maria Noel Salgado Spinatelli contribui para lançar algumas observações a este respeito:

Estamos fazendo uma revisão dos processos que foram influenciando o Maela nestes 20 anos e em que está baseado. Pode se verificar que

surgem desde proposta de ONGs que vinham trabalhando em lutas políticas e ideológicas, [partidos] verdes reconvertidos, ambientalistas incipientes, faculdades de agronomia, as pastorais (que contribuíram no Sul e Nordeste, Paraguai, Argentina e Chile). Os primeiros agricultores tinham uma concepção: não podiam sustentar o pacote tecnológico (que não poderia ser absorvido sem perder ingressos) e se caracterizavam também pela venda de trabalho. Numa segunda geração surgem os neorurais, que são produtores urbanos que se orientam por uma visão anticapitalista (marxista-leninista) e que desenvolvem algumas experiências coletivas e outras individuais. Ocorre a organização de pequenos grupos, fortemente comprometidos politicamente e ideologicamente. Na Zona Andina e na América Central há um campesinato muito forte e que desenvolvem sistemas de produção mais tradicionais, bastante diferentes do Cone Sul, que passam a se organizar em pequenos grupos. (Maria Noel Salgado Spinatelli, coordenadora do Maela, entrevista em fevereiro de 2012).

Para Maria Noel, uma das atuais coordenadoras do Movimento Agroecológico latino-americano (Maela), na América Latina a opção pela agroecologia ocorre através das pastorais da igreja, mas também através de outras influências, como dos partidos verdes europeus, iniciativas de universidades, dentre outras. De início essa opção se assemelha àquela dos “excluídos”, ou seja, daqueles que não poderiam sustentar o pacote tecnológico da agricultura industrial em desenvolvimento nesta época na região. Essa opção marcou historicamente o movimento agroecológico. No entanto, em uma segunda fase surgem aqueles politicamente e ideologicamente contrários à base técnica de produção, que implica também em uma base política mais ou menos correspondente, e que se lançam no objetivo de desenvolver a agroecologia como uma opção político-ideológica, oriundos de matizes teóricos diversos, desde os marxistas que procuram desenvolver uma produção ecológica coletiva até aqueles mais adeptos de um novo estilo de vida, ambos em grande parte oriundos do meio urbano. A este novo tipo de agricultores ecológicos (ou de agricultores convencionais que fizeram a opção de trocar a cidade pelo campo), passou-se a chamar de neorurais. Esses agricultores de uma forma geral se localizam no entorno de grandes centros urbanos, embora não somente nestes lugares. O fato é que o sujeito histórico da agroecologia se tornou mais diverso. A grande maioria é formada por agricultores proprietários de pequenas áreas de produção e de um pequeno capital, mas mesmo assim se diferenciam em diversos aspectos, como o próprio histórico, as trajetórias políticas, as motivações, o nível de reprodução social (simples ou ampliada) etc. É neste

sentido que Alvir Longhi, do Cetap, destacará diferenças bastante significativas em função da realidade material destes agricultores, dos objetivos se concentrarem mais nos aspectos de mercado em detrimento daqueles de cunho político e ideológico, etc., o que altera profundamente as perspectivas de intervenção da ONG e da ação do núcleo onde se localiza.

No âmbito dos agricultores associados à Rede Ecovida convivem distintas realidades sócio-econômicas, como aqueles que poderiam se caracterizar como: a) “neo-rurais”³³ residentes no entorno de Curitiba, oriundos de diferentes processos sociais e políticos, que possuem uma estrutura produtiva melhor em relação aos demais, alguns também desenvolvem o turismo rural, predominando aqueles pouco engajados às questões político-sociais, possuem com uma perspectiva mais voltada às possibilidades do mercado; b) os “colonos” descendentes de imigrantes europeus, que são proprietários de uma pequena área de terra e pequeno capital, críticos dos sistemas de integração agroindustrial, caracterizaram-se pelo engajamento em questões político-sociais através de partidos políticos e da Teologia da Libertação, mas que também possuem restrições quanto ao MST, por exemplo; c) os camponeses tradicionais – caracterizadamente aqueles que compõem o núcleo Agroflorestral, que se engajaram pouco em questões de cunho político-sociais, mas que também não se integraram aos sistemas agroindustriais e são influenciados por uma religiosidade politicamente menos engajada do que a Teologia da Libertação; d) os assentados da reforma agrária e acampados que possuem uma perspectiva político-social mais crítica do modo de produção capitalista e que se orientam pelo trabalho coletivo como forma de desenvolver novas perspectivas sociais. Cabe destacar que quase a metade dos agricultores que pertencem à Rede Ecovida não possui o selo de certificação, o que revela que este não é o único objetivo pelo qual nela ingressaram.

No que se refere à compreensão da condição histórica, verificam-se distintas compreensões acerca da solubilidade do problema agrário sob o capital. Para a maioria esta não é uma questão claramente colocada, pois predomina a crítica às tecnologias agrícolas e aos problemas sociais e ambientais que decorrem de seu uso, bem como o processo de concentração agroindustrial que permite a

³³ “Neo-rurais é a designação dada a agricultores que viveram no meio urbano, mas que voltaram ao campo, mediante o movimento de contracultura dos anos 60 na Europa. Na Região Metropolitana de Curitiba, 60 % dos agricultores ecológicos procedem de ocupações não-agrícolas embora com antecedentes no meio rural” (BRANDENBURG, 2002, p. 3).

manutenção e a promoção do uso de tais tecnologias. Nesse sentido, verifica-se a predominância de quatro grandes influências acerca desta compreensão. A primeira é a influência do chamado movimento ambientalista surgido nos anos 60 e divulgado no Brasil a partir de universidades e do movimento estudantil, que se caracteriza por destacar os aspectos mais científicos relacionados ao uso das tecnologias, em particular os efeitos dos agrotóxicos e fertilizantes químicos, a partir da influência do trabalho de Rachel Carson e de pesquisadores brasileiros (Ana Primavesi, José Lutzemberger, entre outros); o segundo é a influência da Teologia da Libertação e das comunidades eclesiais de base³⁴ a partir da igreja, que moldou a prática de grande parte dos membros da Rede; a terceira é a influência do marxismo, que remete a análise à lógica da acumulação capitalista, que influenciou a todos, mas principalmente os grupos ligados ao MST; a quarta aproxima a primeira e a segunda perspectiva, já que propõe que as tecnologias apropriadas deveriam ser encontradas e promovidas a partir das práticas e experiências dos agricultores, idéia promovida pelo “Projeto Tecnologias Alternativas”.

A partir do momento em que a Teologia da Libertação define seu sujeito histórico (o pobre, o excluído e o oprimido) e uma concepção de prática pedagógica (a educação popular), passa a se ligar a uma concepção de natureza, cuja origem remonta ao movimento estudantil, principalmente, mas também a outros processos que deram origem ao movimento ambientalista no Brasil, na América Latina e no mundo. As concepções de natureza aí presentes costumam não ser muito claras, pois possuem diversos matizes e influências (ética religiosa, modo de vida/ opção individual, crítica ao capital, crítica científica aos sistemas ecológicos, crítica tecnológica – aos resultados sociais da adoção de tecnologias na agricultura etc.), mas costumam se ligar de uma forma geral a concepção de prática política da educação popular já referida. Ou seja, a concepção de natureza costuma aparecer, no caso da Rede Ecovida, na maioria das vezes distinto daquilo que se convencionou chamar de movimento ambientalista, subordinada a um tipo de

³⁴ A Teologia da Libertação propunha o engajamento político e social da igreja na América Latina declarando sua preferência pelos pobres. Ao destacar as origens estruturais da pobreza e ao propor a sua auto-organização ela se aproxima do marxismo e adota algumas de suas categorias. Dessa forma, contribuiu com os movimentos de resistência na América Latina nos anos 60 e 70, que é onde ela se desenvolve. Diante das controvérsias que possuía e as transformações políticas e sociais que se seguiram no mundo, esta teologia passa a perder força e combatividade a partir dos anos 80. O marxismo-cristão no Brasil foi objeto do trabalho de Lowy (1989).

concepção de prática política, fundada na educação popular, conforme se apresenta a seguir.

4.1.4 Articulação entre o movimento ambientalista e os movimentos sociais

[A Rede] tem boa relação com os movimentos sociais em geral. Tem grupos de assentados que são do núcleo. Possui relações com o MST, MPA (com quem possui um escritório conjunto), movimento de mulheres, Fetag, Fetraf. A aproximação se dá através dos agricultores, menos com as direções dos movimentos. No entanto, realizamos uma conversa institucional com o Stédile [dirigente do MST]. Com a Fetraf-Sul não lembro de nenhuma conversa mais institucionalizada, a não ser que ela tenha acontecido com os núcleos ou outras pessoas que possam ter falado pela Rede (Laércio Meirelles, entrevista, janeiro de 2010).

Embora seja uma articulação específica, a prática da Rede Ecovida é permeada pela realidade social e política das organizações a que os agricultores que a compõem também fazem parte, bem como de suas condições de reprodução social. As ONGs que compõem a Rede, que são o elo mais ativo dos núcleos, possuem formas de relações diferenciadas com estas organizações ou movimentos sociais, mas em nenhum local se trata de relações muito distantes em função das condições acima expostas. Ou seja, a Rede Ecovida, apesar de possuir uma forma organizativa própria, que resulta em um processo educativo próprio, distinto do sindical, por exemplo, encontra-se e se relaciona com as organizações sociais mencionadas. As distintas concepções de Estado, por exemplo, presentes nestas organizações sociais irão permanecer no âmbito da Rede Ecovida, o que resultará em diferentes concepções sobre o atual papel histórico.

A Fetraf-Sul e o MPA representam os pequenos agricultores, também chamados de familiares, mas, apesar de atuarem sob a mesma realidade material, diferem um pouco em termos de posicionamento político acerca do caráter do Estado e da relação com as grandes empresas do setor alimentar. A Fetraf-Sul reivindica políticas agrícolas, associativismo e extensão rural para como forma de viabilizar os pequenos produtores ou “agricultores familiares”, enquanto o MPA

também apresenta estas demandas, mas se diferencia pelo fato de se aproximar mais do posicionamento acerca do caráter burguês do Estado, aproximando-se mais do MST, até porque também compõe a Via Campesina, e também pelo fato de representar agricultores mais pobres.

O MST, por sua vez, representa o que poderia ser chamado de lumpesinato brasileiro, trabalhadores rurais (e urbanos) sem terra e que se articulam através da luta pela terra. Compõe e exerce forte influência sobre a Via Campesina no Brasil e Internacional, principalmente por se tratar de um movimento que, apesar das aproximações com os últimos governos, com os quais contribui com suas eleições, a partir de 2002, (Lula e Dilma), ainda mantém certo grau de autonomia. Nos últimos anos parte de seus membros obtiveram acesso à terra e passaram da condição de acampados para assentados da reforma agrária, modificando as demandas em função da alteração da condição social, e obrigando o MST a dar respostas acerca da viabilidade econômica da reforma agrária no país, bem como de sua atual necessidade. Diante da dificuldade de viabilizar a produção coletiva preconizada nos assentamentos da reforma agrária nos anos 80 e 90 e, posteriormente, da viabilização destes mesmos agricultores de forma individual diante de um sistema produtivo capitaneado por grandes empresas que controlam o setor agroalimentar nacional e mundial, o MST passou, a partir do início dos anos 2000, a utilizar a agroecologia como bandeira política como forma de demonstrar as contradições do capital na agricultura (monopólio, uso excessivo de agrotóxicos, inviabilização econômica dos pequenos produtores). Desta forma, a agroecologia no MST aparece principalmente em função de seu caráter político e menos do caráter técnico-produtivo, já que acabaria por consolidar a crítica contra o capital.

A questão agora é como ocorre esta articulação entre movimentos sociais e movimento ecológico do ponto de vista teórico, mas também prático, pois não se trata de esferas separadas, embora mantenham certas especificidades. Neste sentido se procura analisar, diante do quadro político acima exposto, quais as linhas de pensamento e autores permitiram essa ligação entre agricultura, ecologia e prática política.

Cabe destacar inicialmente que no ambientalismo há influências bastante distintas (agricultura natural, biológica, orgânica) que sob diversas formas se colocam em contato. Apesar dessa diversidade, procura-se aqui encontrar aqueles

que foram mais importantes, ou seja, que mais contribuíram para formular as concepções atuais, embora permaneçam estas distintas influências no interior das experiências. Algumas destas vertentes fazem apelo esotérico, o que ainda se verifica em alguns núcleos em função da influência de alguns destes profissionais ou outros mediadores, os intelectuais orgânicos. Durante a pesquisa de campo, um dos entrevistados fazia todo momento referências ao cosmo, às energias cósmicas, à mãe natureza, etc., como fundamento da agroecologia.

O excerto da entrevista a seguir destaca a influência dos movimentos ambientalistas, sem destacar os quais, e a relação política com o MST como formuladoras de uma concepção de mundo e de prática educativa. Apresenta também a relação recente com a igreja luterana e as pastorais, o que revela que, apesar dos distanciamentos, as relações ainda continuam ocorrendo, já que a entrevistada se refere a um período não superior a sete ou oito anos. Conforme apresentado anteriormente, trata-se de um campo que historicamente se forjou no mesmo ambiente e que contribuiu para forjar uma idéia de prática política e educativa que se equivale à educação popular, embora agora em outro contexto social e político, bastante distinto daquele de seu surgimento.

[dentre os processos sócio-políticos que mais contribuíram com a formulação da concepção de prática e política está], em especial, os movimentos ambientais e a relação política com os assentamentos de reforma agrária que influenciaram significativamente nas decisões técnicas ao longo do tempo. Quanto à coordenação da Rede Ecovida considero que foi fundamental para minha formação política, pois antes dela não havia participado de outros movimentos sociais. A fase inicial foi bastante difícil até que houvesse um melhor engajamento das discussões políticas. Hoje me sinto apta para este tipo de trabalho. (...) Trabalhei por cinco anos em uma ONG ligada a igreja luterana e também tive um envolvimento de trabalho com as pastorais, em especial a pastoral da saúde devido a minha formação em Homeopatia Popular. (Simone Grisa, entrevista em fevereiro de 2012).

Alguns autores se destacaram na contribuição para a formulação da concepção técnica de agroecologia, enquanto prática produtiva. Dentre estes autores se situam Miguel Altieri, professor chileno radicado nos Estados Unidos que contribuiu, através do Clades e a publicação (em 1983 nos EUA e em 1989 no Brasil) do livro “Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável” com o uso do próprio termo agroecologia em substituição de outros, como de

agricultura alternativa. Para Jean Marc Von der Weid (apud LUZZI, 2007), da AS-PTA, o termo contribuiu para definir melhor o propósito do trabalho que nesta época se desenvolvia e para se diferenciar do propósito da agricultura orgânica. Este autor é bastante influente em função de seus trabalhos e também em função de sua constante presença no país, inclusive junto às ONGs que compõem a Rede Ecovida e seus intelectuais. Para Alvir Longhi:

Do ponto de vista das concepções mais técnicas, os autores que mais influenciaram foram o Altieri (que esteve várias vezes no Cetap), Ana Primavesi, Sebastião Pinheiro, Lutzemberg, Guzmán (que esteve aqui em 2000 ou 2001 e deu uma contribuição nos aspectos sociológicos e políticos da agroecologia); Maria José Guazelli, que também compôs o conselho do Cetap e influenciou muito. O Centro Ecológico [ONG que participa da Rede Ecovida] era muito a expressão da Zé [Maria José]. Na questão das sementes crioulas a Angela Cordeiro teve uma grande importância. Alvir Longhi, entrevista em fevereiro de 2012).

Além de Altieri, outros intelectuais contribuíram para formular uma concepção de base técnica de produção agroecológica. O professor Sebastião Pinheiro tem sido bastante influente em função de suas denúncias contra os agrotóxicos e a política das corporações do setor para se afirmarem no mercado. Lutzemberg foi um pesquisador, que também se tornou ministro da agricultura no governo Collor, que fez profundas denúncias dos problemas ambientais resultantes do uso dos agrotóxicos e influenciou uma geração de estudantes de agronomia que se inseriu no movimento estudantil e mais tarde nas ONGs, inclusive dentre as quais compõem a Rede Ecovida. Ana Primavesi, a partir de seus estudos sobre as especificidades dos solos tropicais e da inadequação do manejo a eles conferidos, particularmente a partir da publicação de *Manejo Ecológico do Solo* (1975), também contribuiu para formar a referida geração de estudantes. Maria José Guazelli se destacou pelo trabalho de constituição de uma fazenda modelo do ponto de vista da agroecologia em Ipê (RS), o que mais tarde resultaria em outra iniciativa, a constituição do Centro Ecológico, mas que em função de sua presença constante nesta ONG acabou por influenciar diversas outras pertencentes à Rede Ecovida, conforme destacou a entrevista de Alvir Longhi. Angela Cordeiro influenciou pelas diversas pesquisas que realizou com sementes crioulas e a sua proposta de resgate.

Sevilla Guzmán (Espanha) e Victor Manuel Toledo (México) são dois outros autores que também influenciaram.

Dois autores são os mais importantes. Victor Manuel Toledo postulou as perguntas-chaves sobre a relação entre o movimento camponês e a agroecologia nos anos 90. Para muitos de nós foi importante se posicionar, qual é o sentido da agroecologia e a posição. Outro autor é Sevilla Guzmán, que também contribuiu o sentido da agroecologia ser referência. Altieri também é um referente claro. Ana Primavesi também influenciou muito, pois colocou o tema solo no centro das questões, se é meio ou vida em si mesmo, o que tornou uma plataforma interessante. (Maria Noel Salgado Spinatelli, coordenação do Maela, entrevista em fevereiro de 2012).

No Brasil a presença constante de Sevilla Guzmán, tanto no âmbito das ONGs quanto através da orientação de teses de brasileiros no doutorado em Agroecologia, História e Camponato, contribuiu para forjar uma compreensão histórica e sociológica do desenvolvimento do camponato e da agroecologia no Brasil e no mundo. Já Victor Manuel Toledo foi mencionado por Maria Noel Salgado Spinatelli como uma pessoa que influenciou a concepção de etnoecologia do Movimento Agroecológico Latino-americano, perspectiva que conferiu ao autor notoriedade mundial. Ana Primavesi, pelos motivos já apresentados, também contribuiu para formular uma concepção de manejo ecológico do solo fora do Brasil através do Maela. As revistas do movimento (Hoja a Hoja) dos anos 90 trazem diversos textos e entrevistas com a autora. Estes e outros autores são mencionados na entrevista apresentada a seguir:

Pelo lado da ecologia considero que um autor importante é [Fritjof] Capra, que afirma que tudo está relacionado a tudo, uma Rede. No curso ministrado por [Miguel] Altieri e Clara Nichols éramos em 12 ou 13 da Rede Ecovida. Apresentava-se também o caso da agricultura orgânica empresarial dos Estados Unidos [de onde vinha parte da experiência dos palestrantes da Universidade de Berkeley responsáveis por ministrar o curso organizado pela Rede TA-Sul]. A agroecologia traz outros elementos importantes. Essa preocupação social é o que a diferencia da agricultura orgânica. Neste âmbito Ana Primavesi é um ícone. Do ponto de vista da formação hoje se tem diversos cursos de técnico em agroecologia, como é o caso do curso desenvolvido pela Assesoar há vários anos. Diversos outros cursos passaram a ser desenvolvidos, também pelo MST [como é o caso da Escola Latino-americana de Agroecologia, no município da Lapa, além de outros]. (Luiz Carlos Rebelatto dos Santos, entrevista em fevereiro de 2012).

Para Luiz Carlos Rebelatto dos Santos, que possui uma trajetória profissional um pouco distinta dos demais entrevistados, ressalta que Fritjof Capra (autor de conceitos como teia da vida e da “teoria do caos”) também é um autor que influenciou em sua concepção de ecologia, além de alguns dos já citados. O entrevistado destacou também que, no período que esteve na Rede Ecovida, entre 1998 e 2005, não houve processos de formação política ou formação técnica, já que estes eram desenvolvidos quase que exclusivamente no âmbito dos núcleos, mas principalmente das ONGs presentes nestes núcleos. Afirma também que atualmente há diversos cursos em agroecologia, como o que é realizado pela Assesoar há vários anos, bem como pelo MST, através da Escola Latino-americana de Agroecologia, dentre outras. Destacou também que no período inicial da Rede Ecovida 12 ou 13 de seus membros participaram em um curso de especialização realizado na UFSC sobre agroecologia e ministrado por Miguel Altieri e Clara Nichols.

O que pode se verificar aqui, portanto, é uma tentativa de associar à uma idéia de educação popular formulada anteriormente com uma concepção de agroecologia como base técnica de produção. Essa tentativa por articular ocorre por diversos meios. Aqui se tratou de autores e linhas de pensamento, principalmente em função de terem sido lembrados pelos autores, mas também há diversas concepções de agricultura alternativa que são formuladas no mundo desde a década de 20 do século passado. Alguns destes autores e linhas de pensamento fornecem principalmente uma concepção sobre a base técnica, outros procuram articular a história, a sociologia ou etnoecologia, como é o caso de Sevilla Guzmán e Víctor Manuel Toledo. Cabe destacar, ainda, que não se trata de autores que criam concepções inteiramente novas, já que muitas vezes apenas procuraram reconhecer processos já existentes e desenvolvidos pelo campesinato latino-americano, já que a ele se associa as práticas de conservação da biodiversidade e do conhecimento associado às práticas agrícolas, algo que passa a ser bastante valorizado e estimulado no âmbito da agroecologia, traduzindo-se numa espécie de “princípio agroecológico”.

Todas essas influências, além da diversidade da concepção de sujeito histórico, de projeto político, da mudança dos sujeitos históricos e das alterações no

contexto político e social macro e locais, irão contribuir para forjar concepções de agroecologia que possuem alguns traços comuns, mas também muitas particularidades. Apesar de se reconhecer essas diversidades constitutivas, mesmo assim se afirma a necessidade de se compreender a unidade destas diversidades, pois de outra forma a ciência não teria sentido e os projetos políticos e educativos não poderiam ser colocados em prática. Identificar os elementos fundamentais de uma realidade, que é o que se procura fazer aqui, é condição fundamental para se pensar em mudanças na realidade ou de transformação social.

Por este motivo, procura-se, na seção a seguir, identificar como a educação popular se aproxima do marxismo, particularmente sob a perspectiva de um Marx crítico-social, não de sua perspectiva de materialismo histórico e dialético. Verifica-se que até mesmo alguns conceitos fundamentais da economia política marxista atualmente são pouco conhecidos, mesmo entre aqueles que afirmam fazer seu uso, decorrente do tipo de uso. Em partes esta questão já foi tratada anteriormente, mas aqui se procura aprofundar em algumas destas especificidades, nos vínculos que permitem essa aproximação.

4.1.5 Apropriações e aproximações com o marxismo

A base teórica é mais marxista, pelo menos foi ela que mais incidiu na história do Cetap. É uma base teórica importante. A pastoral da juventude contribui bastante. Hoje estão entre os grupos de agricultores que mais avançaram. O Cetap atuava junto com a pastoral. Os Sindicatos e o MST também. Hoje tem um pessoal que nos procura para implementar a agroecologia, como um coletivo de mulheres dentro de um território. Uma procura espontânea por parte de alguns grupos ou famílias. No entanto, os projetos com governos estão cada vez mais nos orientando, aí não tem muito como escolher. Procura-se mais pelo viés técnico. Hoje há também aproximação através de atores do meio urbano, como escolas, alguns políticos, como através da temática da economia solidária, que tem interface com a agroecologia, um público novo. (Alvir Longhi, entrevista em fevereiro de 2012).

De acordo com Alvir Longhi, o marxismo é a base teórica que mais incidiu no Cetap no sentido de compreender a realidade. Juntam-se a ela a pastoral da

juventude, o sindicalismo e o MST. Não que este seja o caso do Cetap, mas, como se verificou anteriormente, o marxismo foi incorporado pela Teologia da Libertação, através de alguns elementos de sua crítica da economia política, não como um todo. Durante algum tempo, nos anos 80, de acordo com Bonato (2007) *apud* Nunes (2007), uma parte dos cursos de formação eram totalmente estruturados a partir do marxismo, embora quem o promovesse fossem as pastorais ligadas à igreja. Pelo fato de estar ligado à igreja, em última instância essa análise não poderia se contrapor aos preceitos da fé.

Apesar desta condicionalidade, verifica-se que na prática houve espaço para que esta autonomia política ocorresse, já que o MST foi em busca de uma base teórica no marxismo-leninismo, mesmo sem abandonar totalmente as pastorais, particularmente a Pastoral da Terra, enquanto que o sindicalismo permaneceu mais sob as bases das pastorais. Com a autonomização dos movimentos sociais, uns em relação aos outros e também em relação à igreja e às pastorais, embora não completa, e a redução da importância de tais cursos nos processos formativos, o marxismo passa a aparecer cada vez mais sob a perspectiva de crítica social através das análises políticas e análises de conjunturas de assessores próprios ou assessores externos, exceto no MST, que ainda continua tendo importância. Grande parte das pessoas que foram formadas politicamente sob o abrigo da Teologia da Libertação e das pastorais sociais, conforme demonstrou Della-Flora (2007), ascendeu politicamente e passou a ocupar cargos políticos no executivo e no legislativo, particularmente a partir dos anos 2000. Essa mudança é resultado de um arrefecimento na crítica ao Estado enquanto instrumento de classe social. As mudanças ocorridas na política de formação e no próprio contexto político foram fundamentais para promover estas mudanças.

Apesar da importância deste contexto histórico, interessa também compreender quais foram os condicionantes históricos que contribuíram para aproximar o cristianismo do socialismo. Este tema foi estudado por Lowy (1989), que procurou identificar alguns processos sociais, afinidades e correspondências que permitiram a aproximação entre essas duas concepções de mundo:

- a *libertação dos escravos e oprimidos* como imperativo moral e como processo histórico. Trata-se de um tema de origem antigo-testamentário e não é um acaso se as comunidades de base e a Teologia da Libertação deram tanta importância ao livro bíblico do Êxodo.

- a valorização do *pobre* como vítima inocente da injustiça e como imune à corrupção imperante; o imperativo moral de agir para salvar o pobre. Obviamente, há urna distancia considerável entre o pobre da doutrina católica e o proletário da teoria marxista, mas não se pode negar um certo "parentesco" (*Verwandtschaft*) ético-social entre os dois.
- *universalismo*, internacionalismo ("catolicismo" no sentido etimológico). Doutrina e instituições transnacionais, visando a humanidade como um todo. Humanismo, afirmação da unidade substancial do gênero humano, acima de raças, etnias, nações.
- crítica do individualismo. Como observa o sociólogo marxista Lucien Goldmann em seu livro sobre Pascal (*O Deus Oculto*), tanto o marxismo como o cristianismo rejeitam o individualismo puro (liberal/racionalista, hedonista ou empirista). Para ambos os valores supremos são *trans-individuais*: Deus para a religião, a comunidade humana para o socialismo.
- valorização da *comunidade*, da vida comunitária, da partilha comunitária dos bens. Crítica do anonimato, da impersonalidade, da alienação, da competição egoísta na vida "societária" moderna.
- *anticapitalismo*. Max Weber apontava com razão para a existência de uma profunda oposição entre a racionalidade ética da Igreja Católica e a racionalidade econômica do capitalismo. A Igreja rejeita um sistema econômico totalmente impessoal e reificado (*Versachlicht*), que escapa a seus imperativos morais e religiosos. A crítica ao "capitalismo liberal" é um dos temas clássicos do magisterio da Igreja desde o século XIX até hoje.
- a esperança de um futuro reino de justiça e liberdade, de paz e fraternidade entre os seres humanos. Apontar para esta afinidade entre a utopia cristã e a utopia socialista não significa necessariamente aceitar a tese de Berdiaev, Karl Löwith e muitos outros, segundo a qual o marxismo não seria senão um avatar secularizado do messianismo judaico-cristão.
- É evidente que o significado de cada um destes elementos é inteiramente diferente nos dois sistemas culturais e que estas analogias formais por si mesmas não constituem nenhuma razão de convergência. Por exemplo, nada mais oposto ao lugar do pobre na doutrina tradicional da Igreja - objeto de caridade e proteção paternal - do que o papel do proletário no pensamento marxista: sujeito da ação revolucionária. As correspondências que indicamos não impediram a Igreja de se reconciliar com a ordem capitalista e de considerar o socialismo, o comunismo e o marxismo como inimigos "intrinsecamente perversos" da fé cristã - embora tenham existido sempre, no seio do catolicismo (e das Igrejas protestantes), indivíduos, grupos e correntes atraídos pelas doutrinas revolucionárias modernas (LOWY, 1989, p. 8-9).

Dussel, como filósofo e teólogo da libertação, afirma que esta teologia se apropriou de alguns aspectos do marxismo, mas somente daqueles que lhe eram compatíveis aos preceitos da fé, ao mesmo tempo em que os adotou oportunamente. Neste sentido o autor critica o pensamento conservador que critica a Teologia da Libertação por adotar o marxismo, afirmando que a teologia teve antes que seus críticos "a lenta tarefa de adotar "certo" marxismo compatível com os preceitos da fé cristã, dos profetas, de Jesus e da mais antiga e recente tradição eclesial – e ecumênica, naturalmente". Afirma ainda que "o dogmatismo stalinista ou

o economicismo de manuais, o marxismo “filosófico”, lhe é totalmente alheio (DUSSEL, 2006, p. 524).

Para Dussel (2006), em “Teologia da Libertação e Marxismo”:

Por uma exigência de reflexão teológica crítico-concreta a partir dos pobres e oprimidos é o que o instrumental das ciências humanas, particularmente do marxismo, tornou-se necessário. É a primeira teologia que utiliza esse instrumental analítico na história, e o adota a partir das exigências da fé, evitando o economicismo, o materialismo dialético ingênuo, o dogmatismo abstrato. Pode então criticar o capital e a dependência como pecado etc. Não estabelece alternativas políticas – pois esta não é uma função da teologia –, mas evita cair no “terceirismo” (nem capitalismo, nem socialismo, mas uma solução cristã política). Não deixa por isso de ser uma teologia ortodoxa (que surge da ortopraxia) tradicional (em seu sentido forte). Entra missionariamente em diálogo com o marxismo (dos partidos ou movimentos políticos latino-americanos e mesmo dos países do socialismo real: seu discurso é compreensível para eles) (DUSSEL, 2006, p. 525).

Ao adotar o Marx como crítico social, não como revolucionário ou filósofo, conforme afirma Dussel (2006), o novo contexto político, hostil aos ideais revolucionários, permitiu uma rápida mudança nas perspectivas desenvolvidas no âmbito da Teologia da Libertação. Isso porque essa teologia já propunha a crítica ao sistema opressor, declarava-se a favor dos oprimidos, propunha novas formas organizativas (as Comunidades Eclesiais de Base) que se constituíram em relações de poder mais horizontais, e a reivindicação do reconhecimento das diversidades de identidades dos oprimidos.

No âmbito de uma concepção de educação já apresentada, a seção a seguir apresenta como a dinâmica organizativa, a formação e a educação se inter-relacionam no âmbito da Rede.

4.2 DINÂMICA ORGANIZATIVA, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Nesta seção se procura analisar mais detalhadamente a relação entre a forma organizativa adotada pela Rede Ecovida, a política de formação e os processos educativos. Trata-se de um detalhamento daquilo que já foi exposto nas partes que antecederam, no sentido de explicitar um pouco mais algumas especificidades. Por este motivo se apresenta a formação política na Rede Ecovida,

o sistema participativo de garantia, as formas de cooperação e os intercâmbios, formação sindical e fontes de financiamento.

4.2.1 A Formação política na Rede Ecovida

A dinâmica organizativa da Rede é uma proposta que pressupõe um processo educacional ou pedagógico. A organização de grupos, as reuniões dos grupos, as plenárias de núcleos. É um exercício pedagógico e educacional para se pensar o futuro. Quando se pensou nesses mecanismos que dinamizam se partiu da educação popular, mas isso está em crise hoje. (Alvir Longhi, entrevista em fevereiro de 2012).

A entrevista acima indica que, embora não seja o objetivo principal, a dinâmica organizativa da Rede também é um processo educativo. Isso porque a forma como os membros estão organizados resulta na necessidade de agricultores e técnicos assumirem determinadas responsabilidades para que o sistema funcione. O processo educativo, segundo diversos autores, como Freire, Pistrak e Makarenko, também ocorre a partir da forma como os seres humanos se relacionam uns com os outros, não somente através da transferência do conhecimento historicamente acumulado. Por isso é que se desenvolvem as propostas de educação pelo trabalho ou que à educação escolar deveria ser associada à outras práticas, como a organização do ambiente de estudos, a limpeza, o preparo da alimentação etc.

A Rede Ecovida através de suas várias organizações e movimentos desenvolve um processo de envolvimento dos sujeitos de tal forma que para a mesma existir é preciso a participação direta destes. O modelo de desenvolvimento concebido pelas organizações que fazem parte da rede propõe a sustentabilidade ambiental, social e econômica, através de discussões teóricas que culminam na prática e estas retornam a serem discutidas a partir dos resultados obtidos, isso podemos chamar de “praxis”. A participação de todos os membros direta ou indiretamente é o que mantém os elos da corrente. A participação se dá através dos espaços de formação da rede, tais como grupos locais, núcleos regionais, plenárias de núcleos, seminários, reuniões e finalmente nos Encontros Ampliados onde se discute os rumos da organização (Fábia Tonini, entrevista em fevereiro de 2012).

Ou seja, é possível afirmar que de fato as formas organizativas também se constituem em processos educativos, já que modifica as relações sociais que, nesse caso, parte de uma idéia de horizontalidade nas relações interpessoais. Neste trabalho não se procurou avaliar a efetividade destas mudanças no âmbito da Rede Ecovida, mas se verifica que, apesar da proposta de uma maior horizontalidade e da existência de diversos outros intelectuais que se forjaram pela prática no âmbito da Rede Ecovida, mesmo assim as ONGs e seus técnicos ocupam um papel preponderante e central nas relações de poder, conforme indicou a dissertação de mestrado de Jandir Pauli (2006).

Apesar de existirem algumas diferenças no processo de formação, as lideranças novas normalmente não passam por um processo de formação como passaram os mais antigos. Boa parte das lideranças mais antigas se constituiu durante os anos 70 e 80, sob o regime militar e tiveram processos de formação em economia política. Quase a totalidade das lideranças atuais, formada a partir dos anos 90 em diante, não passou pela mesma experiência do momento político de repressão e também não passou por processos formativos mais consistentes. Este é o sentido apresentado pela afirmação de Luiz Carlos Rebelato dos Santos sobre o período em que acompanhou a Rede através das ONGs de que fez parte.

Não se fazia reflexões mais teóricas enquanto Rede, mas trazia as influências de onde se vinha. Havia uma influência grande da Igreja Católica, mas também evangélica. A formação acontecia no âmbito das ONGs, principalmente, já que nas reuniões da Rede a pauta era complexa. Mesmo assim os atores compartilhavam de uma visão de mundo semelhante. Nos eventos se trazia algumas figuras, como Frei Beto. Traziam-se momentos de reflexão, nem que fosse durante as plenárias. Foram quase sete anos diretos com a Rede Ecovida. Neste tempo não me lembro de ter ocorrido momentos mais teóricos, já que nossos encontros e reuniões tratavam de questões mais práticas e operacionais. Tínhamos algumas pessoas importantes, bastante críticas e combativas, como é o caso de Paulo Mayer. Cada qual trazia um pouco de suas preocupações. (Luiz Carlos Rebelatto dos Santos, entrevista em fevereiro de 2012).

A característica indicada acima acerca da falta de processos político-formativos está presente atualmente na quase totalidade das organizações sociais do campo no Brasil, assim como também dos trabalhadores urbanos. Sem um

processo formativo claro, as organizações sociais estão arregimentando seus novos dirigentes e seus intelectuais cada vez com um perfil mais técnico, com habilidades de gestão. Nas cooperativas de crédito, por exemplo, que não são parte da Rede Ecovida, embora tenham se originado no âmbito do mesmo processo social, é muito comum a presença de lideranças e de técnicos que ocupam o papel de intelectuais que pouco conhecem da história de suas organizações e cada vez mais se voltam para a “boa gestão”. O trecho da entrevista abaixo indica a diminuição da importância da formação em uma ONG em relação ao período anterior:

Na formação, o Cetap trabalhava os aspectos mais pragmáticos, cursos de uma semana de duração, por exemplo, sobre a realidade da agricultura, alternativas, controle do processamento e produção, para promoção do desenvolvimento. Fazia também alguns experimentos e cursos mais técnicos de manejo de solo e cooperação. Eram voltados para agricultores e lideranças sindicais. Naquela época com os assentados nunca tivemos muita receptividade. De lá para cá mudaram as relações de cooperação, os cuidados ambientais, o desenvolvimento local, a reflexão sobre economia solidária, a comercialização. Mais recentemente se inseriu os sistemas de cooperação. Atualmente a formação permanece, mas não com tanta intensidade, devido ao conjunto de modificações que aconteceram na conjuntura. (Mario Gusson, entrevista em fevereiro de 2012).

Esse processo de formação existiu no âmbito das organizações sociais que deram base ao surgimento da Rede e atualmente ainda é realizado pelo MST, mas a Rede Ecovida atualmente não possui uma política de formação a partir da economia política, pois a restringiu aos aspectos mais normativos. No que se refere à comunicação interna, como parte da atualização do projeto político, pode-se afirmar que ela é bastante frágil enquanto Rede, embora possa ser um pouco melhor no âmbito das ONGs que dela fazem parte. A Rede atualmente possui um grupo de e-mails onde circulam os mais variados tipos de mensagens, tratando de questões operacionais sobre seu funcionamento e a divulgação de campanhas e textos e vídeos acerca da legislação de produtos orgânicos, eventos, etc. Uma análise das mensagens veiculadas nos últimos dois anos revelam a centralidade das preocupações e da ação prática em torno da legislação.

No que se refere à forma organizativa, a Rede Ecovida conquistou visibilidade em função do sistema participativo de garantia, que procura afirmar a ideia de horizontalidade, mas que também atualmente ocupa grande parte da

agenda de seus membros. Este sistema de garantia procurava se contrapor à necessidade de certificação por auditoria indicada pela instrução normativa da agricultura orgânica, que de certa forma contribuiu para que a Rede se constituísse enquanto tal, como uma resposta à legislação, embora já existisse uma forma organizativa dos projetos de tecnologias alternativas, a Rede PTA.

4.2.2 O Sistema Participativo de Garantia - SPG

A matriz central [do processo educativo da Rede Ecovida] é o Sistema Participativo de Garantia. Nele há controle social pelos pares, que são fornecedores, pequenos transformadores e consumidores. Há participação plena, transparência, princípios democráticos. Coincidem com os princípios da economia solidária. É também por este motivo uma prática formativa. (Elson Borges, entrevista em fevereiro de 2012).

No Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul já há alguns anos toma forma e corpo a Rede Ecovida de Agroecologia, uma instância de articulação entre distintos atores que atuam no campo da agroecologia. Um dos objetivos da Rede é promover a certificação participativa. Nessa perspectiva, o reconhecimento demandado pelo agricultor e a credibilidade exigida pelo consumidor são gerados sob metodologia que propicia a participação de todos os envolvidos e interessados na produção de alimentos e fibras. Nesse sentido, a certificação tem sido trabalhada como um processo pedagógico em que agricultores, técnicos e consumidores se integram no intento de buscar expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem (MEIRELLES, 2006, p. 04).

Embora apresente como apenas um de seus componentes, a certificação participativa foi o que garantiu maior visibilidade à Rede no “campo agroecológico” no Brasil e no exterior, particularmente dentre as organizações que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Movimento Agroecológico Latino-americano (Maela). Isso porque apresentou uma alternativa à certificação por auditoria durante o processo de elaboração da Instrução Normativa da Agricultura Orgânica, publicada em 1999 e regulamentada em 2007. Embora as ONGs da Rede Ecovida já desenvolvessem ações conjuntas no período anterior à 1998, particularmente através do Projeto TA-Sul, coordenado nacionalmente pela AS-PTA, ONG localizada no Rio de Janeiro, foi o advento da referida Instrução Normativa que a potencializou. A entrevista a seguir indica a visibilidade adquirida pela certificação participativa:

Atualmente há um SPG (Sistema Participativo de Garantia) na África, que de certa forma é um resultado do trabalho da Rede Ecovida, ou pelo menos foi espelhado nela. Na América Latina tem SPG na Costa Rica, Equador, Uruguai, Chile, Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia e El Salvador. De certa forma é resultado da participação da Rede no Maela (Movimento Agroecológico Latino-americano), que serviu para introduzir a mesma metodologia nesses países, que também estão aprovando suas legislações aos moldes da brasileira, viabilizando o reconhecimento dos SPG's (Laércio Meirelles, entrevista, janeiro de 2010).

De acordo com Laércio Meirelles, em entrevista realizada ao autor em janeiro de 2010, como resposta à necessidade de certificação dos produtos orgânicos que a lei passaria a exigir, a Rede procurou sistematizar a metodologia das práticas que realizava na comercialização direta. À época, a Cooperativa Coolméia, de Montenegro – RS desenvolvia um mecanismo de certificação com seus membros, ao que passaria chamar de certificação participativa. A Assesoar também havia desenvolvido um sistema semelhante que resultou na elaboração de um selo próprio. Ou seja, de acordo com o entrevistado, a certificação participativa resultou de uma necessidade prática colocada pela legislação e, com base nisso, procurou-se dar uma resposta com base nas experiências existentes. Não se tratou, portanto, de uma reflexão teórica acerca do que seria a certificação participativa.

Meirelles (2007) indica que a os sistemas participativos de garantia (SGP) não se restringem a emitir um certificado, mas de criar mecanismos para um desenvolvimento comunitário, sustentável e orgânico:

A intenção da maioria dos SGP é fornecer às organizações dos produtores ecológicos mais que emitir um certificado, mas também proporcionar mecanismos e ferramentas para apoiar um desenvolvimento comunitário sustentável e orgânico, onde a autodeterminação dos agricultores pode ser potencializada (MEIRELLES, 2007, s/p).

Santos & Mayer (2007) destacam o aspecto propriamente educativo da certificação participativa, indicando que esse processo poderia contribuir para que as pessoas compreendam melhor sua realidade e da própria agroecologia. Isso contribuiria também para promover a ampliação das experiências em agroecologia no Brasil. Para os autores:

A certificação participativa pode ser um processo educativo e pedagógico importante, por ser realizado pelas pessoas e organizações próximas à

realidade local, que conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias. É importante que a certificação contribua para a melhoria da compreensão de todos os atores que participam da construção da agroecologia. Somente assim podemos tê-la como parceira na multiplicação do número de iniciativas agroecológicas e da oferta de produtos saudáveis (SANTOS & MAYER, 2007, p. 1803).

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos destaca que a forma organizativa da Rede possui um caráter educativo, mas não pretende ser formal. Destaca também os intercâmbios, que consiste na visita realizada por técnicos e agricultores em outros locais, no sentido de conhecer outras experiências, na maioria das vezes dentro da própria Rede, como parte do processo de formação. Diz que os intercâmbios eram estimulados já pela Rede TA-Sul, que desenvolveu a idéia de agricultores experimentadores, de acordo com Luzzi (2007), bem como pelas organizações da cooperação internacional que financiam as atividades das ONGs, a maior parte localizada na Europa. Afirma também que o propósito era promover a irradiação destas experiências para fora do âmbito familiar e assim estimular a agroecologia.

Há [um caráter educativo], mas não tem a pretensão de ser algo formal. A gente participava do processo da CUT, intercâmbios, parte prática e teórica. O grande objetivo era qualificar, informar, envolver mais pessoas, o grande objetivo era formar as pessoas, desenvolver uma relação com os consumidores, propor algo conjunto. Não pensar só na família, mas na comunidade. A Rede TA-Sul e a Abong [Associação Brasileira de ONGs] e alguns financiadores, como “Pão para o Mundo”, a “Misereor” e a “Fundação Interamericana” também estimulavam isso. Buscava-se influenciar a comunidade, pessoas, formação de pessoas, a concepção das pessoas, resgatando valores do natural, biodiversidade, [posição contrária] ao veneno e aos transgênicos. Percebia que quando o agricultor conseguia dar esse salto, que ia além da parte produtiva, o trabalho com os agricultores avançava. A família se transformava e se irradiava para a comunidade. Ela sabia da dificuldade, mas que logo já não precisava mais. Tudo isso é um grande processo de formação. (Luiz Carlos Rebelatto dos Santos, entrevista em fevereiro de 2012).

Os grupos de agricultores são a unidade básica organizativa da Rede Ecovida e o seu núcleo mais importante, já que é quem garante referencial político-ideológico à Rede. Sem os grupos a Rede não seria o que é. Há, no entanto, um conflito. Alguns dirigentes indicam a necessidade de ultrapassar o grupo, já que ele se limita a um grupo bastante reduzido de agricultores pertencentes às comunidades

rurais e que não conseguem elaborar uma proposta de ação que atenda interesses mais gerais, como a conservação de solos e da biodiversidade, o que contribui por limitar a agroecologia enquanto proposta política para as massas, fazendo-a parecer que se trata de uma pauta específica de um grupo isolado de agricultores. Estes agricultores, muitas vezes são considerados antiquados tecnologicamente por seus vizinhos, haja vista que adotam práticas agrícolas consideradas antiquadas por seus vizinhos, pois implicariam em perdas de produção, menor produtividade e maior penosidade do trabalho.

O fato é que o número de agricultores ecologistas, em seus diferentes estágios de desenvolvimento, realmente costuma ser bem reduzido e estes se encontram bastantes dispersos, de uma forma geral. No entanto, apesar disso, essa forma organizativa (em grupos) conseguiu se consolidar na Rede Ecovida, muito mais do que no sindicalismo, por exemplo, que também teve como proposta essa forma organizativa, mas que na prática nunca se afirmou. Na Rede Ecovida os grupos existem em função de que os agricultores de fato se identificam entre si em função de compartilharem de problemas técnicos e políticos bastante comuns, seja no que se refere aos aspectos produtivos, seja no que se refere à legislação, por exemplo.

A ideia de uma educação popular ecológica é apresentada na figura abaixo, disponível no Manual do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecovida, organizado por Magnanti (2010), que coloca o processo pedagógico ao lado de diversos outros aspectos, indicando possivelmente o mesmo nível de importância: confiança, participação, descentralização, organização de base, formação de Rede, transparência, olhar externo, adequação à pequena produção familiar. Esta figura é reproduzida também em outros materiais de divulgação da Rede Ecovida e de autores³⁵ que dela participam.

³⁵ Os autores são técnicos-mediadores que pertencem ou pertenceram ao quadro de ONGs que compõem a Rede Ecovida, como Natal Magnanti, Laercio Meirelles, Valdemar Arl, Luis Carlos Rebelato dos Santos, Julian Casarino Perez, Paulo Mayer, Marcelo de Souza, dentre outros. Dentre os autores citados, que são aqueles que publicaram sobre a forma organizativa da Rede Ecovida, tanto para a própria Rede (para dentro), quanto para fora, somente os dois primeiros continuam vinculados à ONGs que compõem a Rede, pois os demais atualmente se encontram vinculados a universidades ou governos, embora possam continuar contribuindo tecnicamente ou politicamente com a Rede Ecovida. As dificuldades financeiras encontradas pelas ONGs nos últimos anos, mencionada anteriormente, contribuiu decisivamente para que muitos de seus principais quadros não se mantivessem.



Figura 1 – Características do sistema participativo da Rede Ecovida
Fonte: Magnanti (2010).

A figura acima é bastante elucidativa da forma como a Rede se compreende, ou pelo menos de como os seus principais mediadores (técnicos e agricultores dirigentes) a compreendem. O fato de todas as características serem colocadas lado a lado, sem nenhum nível de hierarquia, é revelador das diversas influências teóricas e políticas que a Rede possui, já que procura contemplá-las. É importante destacar que algumas publicações e entrevistas indicaram outros elementos como definidores da prática da Rede.

A figura abaixo apresenta os mecanismos de controle conforme o espaço de abrangência, o nível de atuação (público de trabalho) e a fase. Trata-se de um desenho esquemático que avança bastante, já que indica os mecanismos de controle, a forma e por quem eles são desenvolvidos, indicando mais claramente o processo pedagógico. Há um pressuposto, embora não explícito, de que a formação ocorre durante o processo e não, portanto, em um momento específico. Ou seja, ao participar do conselho de ética de um grupo, o agricultor, o técnico ou o consumidor aprendem e se auto-educam com ele. A prática política da Rede é conformada por diferentes concepções e o que ocorreu, quando de sua constituição, foi a tentativa de contemplar as diversas perspectivas que se encontravam nas práticas dos

núcleos e das ONGs no período anterior, presentes na gênese da Rede, como o ambientalismo, as comunidades eclesiais de base e o marxismo.

Espaço abrangência	Público de trabalho	Mecanismos de controle	Denominação da fase
1. Propriedade ↓	Agricultor(es)	Curso(s), normas, acompanhamento, croquis, planos de conversão, etc.	Formação, Informação e Compromisso
2. Organização ↓	Grupos Associações Cooperativas	Visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, intercâmbios, suspensões.	Autofiscalização e Auto-regulação
3. Núcleos Regionais ↓	Organizações que compõem a Rede em certa região	Conselho de ética, formação periódica, participação de consumidores, representatividade, suspensões.	Responsabilidade Mútua e "Olhar externo"
4. Associação Ecovida	Conselhos e comissões	Conselho de Certificação, Conselho de Ética e Comissão Técnica.	Legal

Fonte: SANTOS, 2002.

Figura 2 – Mecanismos de controle conforme o nível organizativo

Fonte: Santos (2002) *apud* Magnanti (2010).

Neste sentido, poderia se afirmar que instrução e educação são desenvolvidas de forma conjunta, já que, ao pertencer a um conselho de ética, por exemplo, os participantes estabelecem uma relação pedagógica e aprendem com ela. Esse tipo de ação pode parecer fiscalizatório, principalmente quando exercido por um auditor externo, se fosse o caso, ou ainda burocrático, no caso de um agricultor que visita e faz registros acerca do sistema de produção de seu vizinho, já que poderia se caracterizar como uma simples obrigatoriedade, mas ele é altamente educativo, pois leva todos a aprender. Mas em que sentido a Rede Ecovida educa? Em que consiste seu método educativo? Qual é o horizonte que o processo educativo da Rede Ecovida vislumbra?

A estrutura organizativa da Rede Ecovida possui um caráter educativo, conforme afirmaram alguns entrevistados. Neste sentido, com vistas a se compreender a estrutura de um núcleo e sua prática, que se apresenta através da figura abaixo, para fins de ilustração, a estrutura organizativa do núcleo Sudoeste do Paraná. O núcleo é composto por duas ONGs, cerca de 200 agricultores associados (organizados em grupos ou associações, dos quais 43 certificados) e 10 agroindústrias. As pequenas agroindústrias que compõem o núcleo são formadas ou

por agricultores individualmente ou por um grupo de agricultores, caracterizando-a como agroindústria coletiva. Diante disso se constitui uma coordenação geral e um conselho de ética, formados por agricultores e técnicos, já que o núcleo não possui organização de consumidores conforme preconizado pela Rede.

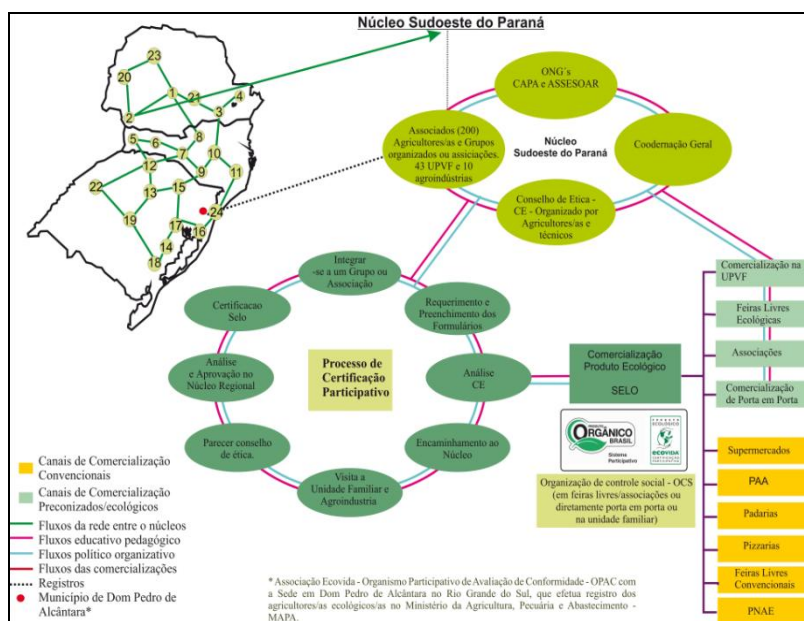


Figura 3 – Estrutura e dinâmica de funcionamento do núcleo Sudoeste do Paraná
Elaboração: Iara Aquino Henn e Sidemar Presotto Nunes (2011).

É com base nesta forma de se organizar que o núcleo organiza seu processo educativo. Cabe destacar que não consta no esquema abaixo apresentado as instâncias de decisão do núcleo e dos grupos. Os agricultores agroecológicos se encontram em função de diversos motivos, um deles são as feiras.

Os agricultores que pertencem ao núcleo comercializam em canais de comercialização considerados alternativos/ preconizados pela Rede Ecovida e convencionais. Na primeira categoria se encontram a comercialização direta na unidade de produção e vida familiar (UPVF – conforme denomina a Assesoar), feiras livres ecológicas, nas associações e a comercialização de porta em porta. Essa forma de comercialização é preconizada pela Rede Ecovida em função de possibilitar o contato direto com os consumidores, o que possibilita o contato direto com os consumidores, a criação de confiança, solidariedade, aprendizado, etc. No entanto, estes agricultores também comercializam seus produtos nos canais de comercialização denominados de convencionais, em locais em que também se

comercializa produtos não agroecológicos, como: supermercados, padarias, pizzarias, feiras livres convencionais, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Embora também não ocorra o encontro entre agricultores e consumidores, os dois programas citados passaram a se constituir em canais de comercialização privilegiados para a Rede Ecovida, pois permitiriam potencializar a produção agroecológica através da compra governamental. Além disso, as compras governamentais contribuiriam para rever a própria idéia de alimento como mercadoria, já que, embora para os agricultores ela continue sendo mercadoria, indicaria a possibilidade de inserir outras perspectivas em torno da alimentação, como segurança, soberania e direito à alimentação.

O estímulo às formas de cooperação na produção e na comercialização é uma tentativa de responder ao processo de individualização e de mercantilização. No entanto, cabe identificar como é que a Rede concebe esta cooperação e como estas formas cooperativas se ligam ao processo educativo que desenvolve.

4.2.3 Cooperação

Necessitamos alcançar níveis mais elevados de cooperação. (...). Os empreendimentos coletivos que deram certo são sólidos quando comparados com assentados individuais. Agroindústria é uma condição para que o trabalho coletivo dê certo. Nesse sentido precisamos desenvolver uma pedagogia que convença pelo exemplo. Por este motivo o diálogo de saberes é importante, já que as soluções locais variam de um lugar para outro, o conhecimento dos agricultores tem crescido muito. O ponto alto nos encontros [da Rede Ecovida, que ocorrem a cada dois anos] são as oficinas. Depois que a pessoa olha a prática não se esquece mais. É uma forma não autoritária. (Elson Borges, entrevista em fevereiro de 2012).

A proposta de estimular a cooperação é bastante presente na Rede Ecovida. Embora preconizado como unidade básica da Rede, os grupos de agricultores são bastante presentes e fortes em alguns núcleos, mas pouco presentes em outros. Nos últimos, em função da história organizativa local, a ONG de assessoria ocupa o papel do grupo, já que, como é o caso da Assesoar, é uma organização de agricultores. No núcleo Libertação Camponesa isso também ocorre, principalmente por não haver produção individual, como o que ocorre em todos os demais núcleos.

As formas de cooperação na Rede Ecovida são bastante diversas. Com a redução e o envelhecimento da população agrícola, e mecanização de etapas importantes de algumas atividades agrícolas, bem como o aprofundamento da individualização, contribuíram para promover uma redução das formas de cooperação na agricultura. Cresce a importância do cooperativismo institucionalizado, voltado para fins econômicos, normalmente para a comercialização ou crédito, mas as trocas de dias de trabalho e os mutirões, práticas bastante comuns até 20 ou 30 anos, atualmente possui uma pequena importância no conjunto da agricultura.

É neste sentido que a Rede Ecovida propõe a estimular estas formas de cooperação. As trocas de dias de trabalho é a forma mais simples de cooperação e a mais comum dentre elas. Em seguida há os mutirões de trabalho, mais presentes no núcleo Agroflorestal e em parte do núcleo Maurício Burmester do Amaral. Já o trabalho coletivo, que seria a forma mais complexa de cooperação, de acordo com o

entrevistado Elson Borges, é presente no núcleo Libertação Camponesa, do qual faz parte. Essa forma de classificar os tipos de cooperação foi proposta pelo MST nos anos 90, onde indicava que se devia buscar atingir as formas complexas de cooperação, mas que na inviabilidade de atingi-lo, o que era a realidade de grande parte dos assentamentos que não puderam desenvolver a industrialização, as formas mais simples deveriam ser estimuladas. Há dois assentamentos que pertencem à Rede Ecovida, sendo que um adota a forma de produção coletiva e outro se encontra em um estágio que fica entre o coletivo e o individual, já que existem diversos pequenos grupos de cooperação.

Luzzi (2007) destaca que o MST procurou nos anos 80 superar a forma de produção individual que vinha se instalando nos assentamentos. Neste sentido o Movimento foi buscar nas experiências internacionais as formas cooperativas coletivas, que passou a estimular com vistas a definir o horizonte político que romperia com o individualismo e o isolamento das formas individuais de produção, ao mesmo tempo em que contribuiria para constituir as referências para uma sociedade socialista. Algumas destas experiências se afirmaram, mas a grande maioria teve dificuldades pela falta de experiência do movimento e dos assentados neste tipo de cooperação, bem como a dificuldade de viabilizá-lo através de atividades produtivas sazonais, que dificultam a divisão do trabalho ao longo do ano, resultando em sobretrabalho em algumas épocas e a falta de trabalhadores em outras. Os assentamentos coletivos que se viabilizaram possuem como característica a pré-definição desta forma de trabalho e acesso à terra ainda na época de acampamento e o desenvolvimento de atividades agroindustriais associadas às atividades agrícolas. Estes assentamentos atualmente contribuem com a liberação de diversos militantes para o trabalho do Movimento, desenvolveram um complexo conhecimento acerca das formas de tomar decisões e o acesso aos bens de consumo costuma ser bastante superior aos demais e ao conjunto dos agricultores familiares individuais próximos de onde os assentamentos se localizam.

Os mutirões de trabalho têm sido estimulados e cumprem um objetivo bastante importante, que é a troca de conhecimentos e a verificação de conformidade. Embora bastante ligados à religiosidade, o que destaca a idéia de um comunitarismo neotomista, conforme descrito por Oliveira (2008), o núcleo

agroflorestal tem conseguido potencializar este tipo de prática e, ao mesmo tempo, potencializar os grupos de agricultores e o núcleo. Neste núcleo, formado por 105 agricultores associados, este tipo de prática está presente na quase totalidade dos agricultores. A idéia de agentes no âmbito destes grupos contribuiu também para o desenvolvimento de alguns projetos, como de saneamento básico, também desenvolvido em mutirão, patrocinado pelo programa Petrobrás Ambiental.

Nesta e nas seções anteriores se procurou identificar como se estrutura a “educação popular ecológica” desenvolvida pela Rede Ecovida. Ao se realizar este trabalho já apontou alguns limites das práticas educativas, seja pelo seu método de conhecer a realidade, seja pela concepção de prática educativa. Há ainda, além destes, os aspectos próprios do momento histórico que definem o caráter das lutas sociais na atualidade de forma ampla, do qual a Rede Ecovida não passa isenta e que afetam as possibilidades de a Rede se desenvolver e de os agricultores que dela fazem parte de reproduzirem socialmente, bem como das ONGs. Na parte seguinte deste trabalho se analisam alguns destes limites.

4.3 LIMITES ATUAIS DA PRÁTICA EDUCATIVA DA REDE ECOVIDA

Nesta seção se procura analisar alguns limites da prática educativa. Conforme se afirmou ao longo do trabalho, uma prática educativa é um ato intencional, portanto, político. Isso faz com que ela ocorra sob determinadas condições. Uma destas condições é a concepção de educação, o que é fundamental e está ligada à forma de compreender a realidade, a posterior definição dos sujeitos políticos, à formulação e ao desenvolvimento de tal projeto. Segundo, para que essa prática educativa de fato possua viabilidade histórica é necessário que certas condições materiais estejam colocadas, já que não depende somente da vontade de quem concebe o ato educativo. É desta forma que ganha importância a esfera das disputas políticas, as concepções de mundo concorrentes, a concepção de Estado, o caráter do Estado, a realidade dos sujeitos políticos, dentre outras. Nesta seção se procura analisar alguns destes aspectos, particularmente aqueles que se considera mais importantes ao objeto deste trabalho.

4.3.1 A mudança da realidade e os novos sujeitos políticos

A agroecologia tende a passar a ser uma agricultura orgânica. Cada vez mais insumos mais disponíveis. Tá se indo muito rápido para esse rumo. Semana passada conversando com a Maria José Guazelli e o Pida [técnico do Centro Ecológico] se identificou isso. Os princípios estão sendo deixados de lado, muito mais pelos agricultores, e as ONGs estão se conformando com esse novo desenho. Temas que até 2 ou 5 anos atrás a gente tinha claro como se proceder, hoje já não se sabe mais, como por exemplo a possibilidade de se ter produção de transgênicos dentro da mesma propriedade. Não era nem motivo de discussão. Não se admitia de jeito nenhum. (Alvir Longhi, entrevista em fevereiro de 2012).

Conforme se procurou demonstrar anteriormente, a realidade e os próprios sujeitos da agroecologia foram se alterando nestes últimos anos. Enquanto que na primeira fase se procurava identificar o sujeito da agroecologia em torno do agricultor que não atingia o nível de reprodução ampliada (“o excluído”), que também tendia a ser um sujeito politicamente articulado e que desenvolvia sua atividade agroecológica muito orientada por um objetivo político, atualmente, de acordo com Alvir Longhi e Maria Noel Spinatelli, essa realidade se modificou. Na região Sul do Brasil, particularmente, uma grande parte dos agricultores que não conseguia atingir o nível de reprodução ampliada deixou a agricultura e passou a residir e desenvolver trabalhos urbanos, enquanto que outra parcela se consolidou, pelo menos temporariamente, numa condição de agricultura familiar.

Dessa forma, os novos sujeitos da agroecologia passam a ser formados pelos filhos dos agricultores ecologistas, mas agora sem uma trajetória de militância política, mais preocupados com a comercialização de seus produtos agroecológicos e menos com o desenvolvimento de processos sócio-políticos. Além destes, outro novo tipo de agricultor ecológico são os neo-rurais, trabalhadores urbanos que passaram a desenvolver a agricultura, sob o pretexto de uma volta ao campo, mas com trajetórias e concepções bastante diversas. Além destes ainda há uma parte de camponeses tradicionais e assentados da reforma agrária. O fato é que os sujeitos políticos da agroecologia se alteraram, o que coloca dificuldades para a Rede Ecovida se redefinir acerca do que, para quem e com qual objetivo desenvolver a

agroecologia, isso ainda sem contar sobre outras mudanças materiais que afetam diretamente as condições da reprodução social das ONGs, agricultores e seus intelectuais mediadores (aqui entendido no sentido do intelectual orgânico de Gramsci).

Alvir Longhi afirma que estas mudanças também estão levando a um afrouxamento de certas concepções éticas e políticas, bem como acerca das bases técnicas. É neste sentido que afirma que a transgenia não era de forma alguma aceita para que um agricultor pudesse participar da Rede, até porque o objetivo era transformar toda a unidade produtiva ao sistema ecológico, condição que de fato a permitiria chamar desta forma. No entanto, as facilidades criadas por esta tecnologia e as facilidades que a política de crédito oficial colocou para adotá-las favoreceu a sua expansão, bem como entre os agricultores ecológicos. Com a mudança do perfil político dos agricultores ecológicos e técnicos que passaram a assessorar estas ONGs, bem como a não exigência por parte da lei de orgânicos quanto à possibilidade de produção transgênica, contribuíram para viabilizar esse recuo. Ou seja, estas mudanças ocorrem em função de um conjunto de fatores que vão desde a realidade mais imediata até a realidade mais geral.

No que se refere aos mediadores, Alves (2004) afirma que há distintas trajetórias que os capacitam para tal, para se tornarem intelectuais orgânicos ou intelectuais mediadores. Em relação aos agricultores mais engajados na agroecologia, Alves (2004) diz que:

A partir das avaliações que os técnicos vão desenvolvendo sobre o tipo ou o grau de engajamento destes agricultores ecologistas, estabelecem-se relações mais estreitas, fortalecendo laços de confiança e reciprocidade. Essa reciprocidade permite aos agricultores se inserirem em novos espaços de formação e ampliação de seus capitais, como o capital cultural, por exemplo, tendo acesso a cursos, palestras, viagens. Isso possibilita que esses agricultores se capacitem cada vez mais como lideranças de seus grupos, sendo assim reconhecidos pelos pares como dotados de propriedades (capitais) requeridas para se constituírem como seus procuradores ou porta-vozes junto ao Centro Ecológico e outras instâncias de representação. Então, esta relação de confiança com os técnicos permite a esses agricultores ecologistas o acúmulo de capital simbólico de reconhecimento, podendo ser convertido em nomeação para cargos (representação) do grupo de agricultores. (ALVES, 2004, p.99).

Os agricultores que compõem a Rede Ecovida desenvolvem, em sua maioria, a produção de olerícolas e frutíferas. É pouco comum a existência de

produção animal ou agricultura extensiva, mas é significativa a agroindustrialização de produtos de origem vegetal e, em menor quantidade, de origem animal. Dentre outros motivos isso ocorre porque se trata de atividades intensivas em trabalho, cuja produtividade do trabalho não difere muito daquelas que são desenvolvidas com a utilização de agroquímicos – definidas como convencionais, o que permite um resultado econômico um pouco mais satisfatório aos agricultores que desenvolvem este tipo de atividade em detrimento das atividades pouco intensivas em trabalho. Além disto, alguns destes alimentos não se integram aos grandes circuitos comerciais controlados por grandes empresas em função de serem mais perecíveis ao transporte, como é o caso da alface, por exemplo.

4.3.2 Formação política, política de financiamento e os limites dos SPGs

A formação política no âmbito da Rede não tem acontecido e por este motivo não tem um teor ideológico definido. Acaba dependendo muito do perfil da ONG que sustenta o núcleo. O grupo e o núcleo estão livres para fazer as adequações de acordo com sua realidade. Tem grupos, no entanto, que desenvolve o agronegócio orgânico, não quer mudar o mundo, não. Costumo dizer: certificação não é tudo, não, gente. (Entrevistado em fevereiro de 2012).

O trecho da entrevista acima indica a preocupação de um membro da coordenação atual da Rede Ecovida com relação à formação política. Afirma que falta uma definição política mais consistente, o que acaba por limitar o próprio desenvolvimento da Rede, que passa a se concentrar no objetivo principal de certificar para comercializar. Destaca, em outro trecho, que o sistema participativo de garantia é importante, mas também insuficiente. Por este motivo indica a falta de formação política, tema também indicado anteriormente neste trabalho a partir da análise histórica da educação popular e da Teologia da Libertação. Esta questão está intimamente ligada à diversas outras, conforme já se indicou. Um destes aspectos é a forma como a Rede e as ONGs procuram se financiar.

No que se refere à cooperação internacional, que são as organizações que historicamente financiaram as ONGs brasileiras, cabe considerar que elas também foram importantes para que certas idéias passassem a ser adotadas, como algumas daquelas já descritas pelo Projeto Tecnologias Alternativas. Nos últimos anos esta cooperação passou a exigir das ONGs um sistema de gestão semelhante ao empresarial, exigindo planejamento e relatórios que indicassem claramente os resultados efetivos buscados e alcançados. Estes resultados deveriam ser a melhoria das condições de vida dos agricultores ou outros indicadores quantitativos que permitissem aferir as mudanças, diferentemente do período anterior quando não se exigia este tipo de resultado direto, mas se estimulava o uso de recursos para fortalecer processos sociais, desenvolvimento de metodologias e o apoio à lutas políticas. Além desta mudança ocorreu também, a partir do início dos anos 2000, a retirada da maior parte dessas formas de financiamento das ONGs do Sul do Brasil por se considerar que o país não tinha mais esse tipo de necessidade e que o financiamento deveria ser nacional.

Assim, a maior parte das ONGs perdeu, exceto algumas, como aquelas ligadas diretamente à igreja, como é o caso do Capa, orçamento e equipe de trabalho. Na tentativa de manter os seus quadros, estas ONGs procuraram desenvolver projetos com recursos do governo brasileiro, mas esta forma de financiamento se mostrou inviável para dinamizar processos e construir metodologias, pois burocratizou a execução, os projetos por serem temporários se tornaram descontínuos e houve neste período uma campanha que quase chegou à criminalização dos movimentos sociais e ONGs. O fato de que os repasses se enquadrarem na lei que disciplina o repasse para os entes federados inviabilizou grande parte destes projetos e algumas destas ONGs se viram obrigadas a devolver recursos. Não há até o momento uma alternativa concreta que possibilite vislumbrar uma perspectiva de recuperação dos orçamentos e das equipes de trabalho de forma a se equiparar àsquelas dos anos 80 e 90 sem que se submetam à simples execução de projetos do Estado brasileiro.

Maria Noel Salgado Spinatelli afirma que a centralidade dos SPGs entre meados dos anos 90 e da década seguinte trouxe consequências bastante amplas ao movimento agroecológico latinoamericano:

Em 2010 o eixo central do encontro do Maela foi a educação. A maioria das organizações que começaram a trabalhar no Maela fez educação, mas nunca colocamos esse eixo. De 1995 a 2005 houve uma etapa muito prática e operativa dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) como visão orgânica do Maela. Houve muitos eventos para visibilização dos SPGs, mas se perdeu muito em termos do trabalho orgânico do movimento. Foi um trabalho muito bom, mas perdemos nossa visão. Em 2007 houve um reposicionamento do Maela para voltar a visão original, que é posicionar a agroecologia como movimento. Nesta nova concepção também está a Via Campesina e Coprofam, mas nós que queremos definir o que queremos ser, se as universidades podem participar ou não, já que elas reivindicam participar. Entendemos que há a Socla e este seria o espaço para as universidades. O sujeito político é o camponês agroecológico, que queremos discutir em relação à noção de agricultura familiar. A Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – central brasileira que participa da Coprofam] tem influenciado os processos, mas tem gerado problemas. Passa a predominar uma visão mercantilista da agroecologia. Estamos gerando substituição de agroecologia. Quando se cumpre as leis trabalhistas também podemos chamar de agroecologia? Pensamos que tem que ser pequena. É possível agroecologia com produção em dois mil hectares? (Maria Noel Salgado Spinatelli, coordenadora do Maela, entrevista em fevereiro de 2012).

A preocupação por rever e analisar os processos históricos é destacado por Maria Noel Salgado Spinatelli como uma das questões atuais do Maela. Afirma que o Movimento se concentrou demasiadamente durante o período entre 1995 e 2005 nos sistemas participativos de garantia. Apesar de o trabalho ter sido avaliado como bom e os SPGs terem ganhado visibilidade, afirma que é necessário se reposicionar, repensar no sujeito político da agroecologia, bem como repensar o movimento agroecológico latino-americano. Esta também é uma preocupação apresentada por Elson Borges no trecho da entrevista apresentado anteriormente.

Os sistemas participativos de garantia conduziram a prática política da Rede Ecovida para a agenda legislativa. No entanto, há outras causas para este processo que residem fora desta esfera, que são a concepção de Estado e de disputa de hegemonia. Estas concepções não são exclusivas da Rede Ecovida, pois foram compartilhadas por um conjunto diverso de organizações sociais brasileiras na década de 90, incluindo os partidos.

4.3.3 A concepção de Estado, a disputa de hegemonia e a predominância da agenda legislativa

As compras públicas de alimentos devem ser concebidas como um instrumento de promoção da segurança alimentar. Experiências de fornecimento de alimentos ecológicos por famílias agricultoras através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mostram que iniciativas dessa natureza exercem papel dinamizador da produção agroecológica e do desenvolvimento local. É nesse sentido que a agricultura ecológica familiar e camponesa deve, por direito, ser considerada a principal fornecedora dos mercados institucionais, em particular o Programa Alimentação Escolar que é o maior comprador público de alimentos. Para tanto, é necessário que os atuais obstáculos legais e normativos sejam removidos. A sinergia entre esses dois programas, não apenas potencializa a produção agroecológica e o desenvolvimento local, como também valoriza as culturas alimentares e os alimentos regionais, a alimentação de qualidade das crianças e das famílias, possibilitando, inclusive, a implementação de ações educativas em alimentação e nutrição (II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2006, p. 11).

Cabe destacar que predomina no âmbito da Rede Ecovida uma interpretação de que o desenvolvimento do capital no campo é mais dependente dos incentivos oferecidos pelo Estado através de políticas agrícolas ou outras políticas. Desta forma, passa-se a destacar a importância da ideologia e da disputa ideológica. As análises acerca das condições que promovem ou garantem esse tipo de desenvolvimento, ou seja, a base material em que esse tipo de relação se dá é muito pouco destacada.

Em função da importância que a Rede atribui à disputa ideológica, passa-se a atribuir também uma importância bastante elevada à participação em fóruns do estado brasileiro, em seus diferentes níveis, do municipal ao nacional, como forma de afirmar um espaço para a agroecologia. É desta forma que a Rede e as ONGs que a compõem têm participado ativamente dos conselhos de desenvolvimento (rural, territorial), segurança alimentar e nutricional, Conselhos estaduais de produção orgânica (CPOrg's), dentre outros. Em alguns casos a Rede preside estes conselhos, como é o caso do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina. Mais uma vez não se trata de não participar destes fóruns ou ser contra qualquer forma de institucionalidade, já que algumas coisas podem ser conquistadas nestes fóruns que podem permitir a sobrevivência e a reprodução de um projeto político, como é o caso da Rede Ecovida, mas de se atribuir um ou outro

nível de importância para estes fóruns, já que se trata de um Estado de classes sob o controle de uma classe.

Desta constatação pode-se tirar outra acerca do caráter do Estado. Conforme já se afirmou anteriormente, a gênese da Rede Ecovida está bastante ligada com as Comunidades Eclesiais de Base e ao Partido dos Trabalhadores. O PT, em particular, passou a adotar em seu programa, a partir do final dos anos 80, reafirmada a partir do momento que passa a ocupar o executivo municipal em diversas e importantes cidades brasileiras, de que a hegemonia seria conquistada por dentro, a partir do que se fortaleceria a sociedade civil. Desta forma o partido passou a apostar cada vez mais na via eleitoral como forma de fortalecer a sociedade civil, sem definir, entretanto, quem era o sujeito histórico dela, já que afirmava serem os pobres, as classes menos favorecidas. Desta forma, o partido foi cada vez mais assumindo o projeto político da burguesia, sendo financiado e atendendo os interesses dela. Assim, cada vez mais distante do que chama de sociedade civil, que era a base de sua forma organizativa, restou ao partido valorizar a diversidade, muito bem expresso em seu programa político atualmente. Ou seja, o fato de atender aos grupos sociais que foram desconsiderados pelo projeto da modernidade, como afirma o multiculturalismo, o partido continua viabilizando a expansão capitalista no país. Isso se realiza sem ser contraditório com a forma da referida expansão, já que faz parte da agenda do capital atualmente, conforme se mencionou anteriormente, o atendimento às minorias sociais e seus projetos específicos, já que reforça a idéia de múltiplos desenvolvimentos, possíveis de co-existirem, bem como de que a realidade não pode ser compreendida como um todo articulado, forma que possibilitaria revelar as contradições que o desenvolvimento capitalista subjuga o trabalho e os trabalhadores à sua própria lógica, bem como a própria natureza.

Com freqüência se remete os problemas atuais como decorrentes do Estado, que incentiva certas formas de produção, em particular aquelas que exigem maior uso de agroquímicos³⁶. Se de um lado o Estado seria o agente indutor das formas produtivas atualmente dominantes na agricultura, de outro lado, seria o próprio Estado o agente privilegiado em modificá-las através de mudanças nas

³⁶ Criticam-se também as pesquisas agrícolas que se baseiam no positivismo, já que consideram apenas alguns aspectos dos resultados agrônômicos, geralmente a produtividade, em detrimento de outros índices. No lugar do positivismo se propõe uma análise sistêmica/ holística.

políticas agrícolas, mais favoráveis à agroecologia, e de programas de compras governamentais, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação de Escolar, onde a Rede Ecovida jogou bastante esforço nestes últimos anos.

Não que tais mudanças não sejam importantes, mas a questão mais de fundo diz respeito ao entendimento acerca do caráter do Estado. Isso porque predomina no âmbito do campo político do qual a Rede Ecovida historicamente se inseriu a ideia de que o Estado se encontra acima das classes ou que ele se encontra em disputa pelas frações de classes, embora esta concepção esteja passando por algumas mudanças. Nesse caso permanece a idéia de que os pequenos agricultores compõem uma classe antagônica aos grandes produtores, que possuem interesses distintos e alinhados aos interesses das grandes empresas do setor e que também colocam o lucro acima dos interesses sociais.

Essa noção de hegemonia é oposta àquela formulada por Gramsci (1966), para quem a hegemonia seria conquistada na sociedade civil, a partir do que poderia se alçar na conquista do Estado, mas que a disputa estava na sociedade civil. Para Gramsci, a tentativa de ganhar o Estado sem antes ganhar a sociedade civil representava o suicídio para a classe trabalhadora. A chegada do PT ao executivo municipal, estadual e, posteriormente, ao executivo federal, obrigou o partido assumir os interesses da burguesia para que se mantivesse no poder, o que demonstrou que Gramsci estava correto diante de seu entendimento acerca do Estado.

A dificuldade de se afirmar a sociedade civil a partir do Estado contribuiu para indicar outras prioridades políticas atualmente, centradas na valorização das diversidades. Não que essa busca já não existisse no período anterior, mas pelo fato de que a ocupação das estruturas de Estado acabou por limitá-las dentro desta perspectiva. A valorização das diversidades aparece de forma mais intensa nos espaços nacionais que a Rede Ecovida participa. Cabe destacar, ainda, que a valorização das diversidades é a perspectiva predominante na quase totalidade das organizações políticas e sindicais consideradas de esquerda atualmente existente no Brasil. Os documentos finais de congressos costumam tecer críticas ao capitalismo e à sua política de globalização, mas ao final acabam por remeter sua política à valorização das diversidades, no âmbito de uma agenda dispersa.

4.3.4 Uma agenda dispersa na valorização das diversidades

Nos dias 02 a 06 de junho de 2006, na cidade do Recife, nós, 1.730 trabalhadores e trabalhadoras do campo de todos os estados brasileiros, estivemos juntos no II Encontro Nacional de Agroecologia, representando diferentes identidades sócio-culturais: agricultores/as familiares, camponeses/as, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores/as artesanais, ribeirinhos/as, faxinalenses, agricultores/as urbanos, geraizeiros/as, sertanejos/as, vazanteiros/as, quebradeiras de côco, caatingueiros/as, criadores/as em fundos de pasto, seringueiros/as, caíçaras, técnicos/as, professores/as, pesquisadores/as, extensionistas e estudantes. Com a participação majoritária de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o evento alcançou também a participação de 54% de homens e 46% de mulheres (II ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2006, p. 03).

A ecologia e a agroecologia se tornaram temas que reúnem muitas organizações e projetos políticos. Isso pode ser verificado nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA's). Neste encontro, realizados em 2002 e 2006, no Rio de Janeiro e Recife, respectivamente, apresentaram-se as mais diversas expressões de agroecologia, a grande maioria bastante localizadas e sem um sentido claro do que se entende pelo tema, ainda mais no que se refere ao projeto político que se defendiam.

Diante da fragilidade da proposta política, que era de reunir as experiências concretas em agroecologia existentes no Brasil, não foi possível articular um campo político sólido em torno deste tema nos anos que se seguiram. É claro que as possibilidades deste campo avançar ou não depende de um amplo conjunto de fatores que se encontram externos a ele, mas o simples fato de reunir as experiências indicou que não é suficiente para que haja avanços. Esta dificuldade foi revelada também pelo cancelamento do terceiro encontro, que deveria ser realizado em 2010. No lugar deste evento se realizou outro, o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, que reuniu um conjunto ainda mais amplo de “experiências”, não somente no campo da agroecologia (agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo³⁷). O fato é que este encontro

³⁷ O encontro foi realizado em Salvador entre os dias 26 e 29 de setembro de 2011. Informações sobre o encontro podem ser encontradas em <http://dialogoseconvergencias.org/> e o relatório do

indicou uma fragmentação ainda maior das propostas políticas, o que provavelmente não resultará em uma nova articulação com capacidades políticas.

Outro aspecto que denuncia a fragilidade da compreensão da condição histórica atual é a demasiada preocupação em garantir a representatividade da diversidade nos fóruns e eventos. Estimula-se a proporcionalidade de mulheres, de jovens, de negros, de ribeirinhos e de agricultores que deveriam participar em eventos, por exemplo, já que se considera a diversidade como indicativo para o caminho político a se seguir. Não que a participação da mulher e de jovens, por exemplo, não possam ser importantes, no entanto, não é suficiente. O II Encontro Nacional de Agroecologia também divulgou que a participação das mulheres foi de 46%, conforme expresso na carta política do encontro.

A intenção em representar a diversidade, como se ela fosse suficiente e boa, faz-se presente também em muitos outros locais, a exemplo do Fórum Social Mundial. O relatório do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia juntamente com outras organizações sociais indica a importância atribuída ao papel da mulher na agroecologia:

O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo ocorreu entre os dias 26 e 29 de setembro de 2011, (...) contou com a participação de 289 pessoas, sendo que 59% dos participantes foram mulheres. A participação das mulheres foi estimulada na convocação do encontro como forma de fortalecer a perspectiva feminista, enfatizando o papel estratégico que as mulheres desempenham no cuidado e manejo sustentável dos recursos da agrobiodiversidade e na estruturação de circuitos locais de produção e consumo (ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS..., 2011, p. 01)

Essa posição também é defendida por Martínez-Alier (1994), autor que desenvolveu a noção de ecologia popular:

Cuando los recursos naturales se degradan, y además se privatizan, hay que esperar que las mujeres se sientan doblemente perjudicadas y por eso impulsoras, organizadoras e incluso portavoces (si les dejan) de protestas ecologistas chiquitas o grandes. A ellas toca, en la división social del trabajo que ellas mismas no escogen, el proveer necesario para la vida y la salud en sus hogares. Además, ellas controlan por lo general una parte muy pequeña de la propiedad privada y por tanto dependen mucho más de los recursos de la propiedad y gestión comunal, como el agua, la leña, el pasto

de los animales. En tercer lugar, al mercantilizarse y modernizarse la economía, se desvaloriza la sabiduría y competencias de las mujeres en la agricultura y en la medicina popular. Así, por esas razones, no es de extrañar que las mujeres sean proporcionalmente muy activas, a pesar de su sujeción social, en los movimientos ecologistas de los pobres. No hace falta apelar pues a una identificación biológica esencialista entre las mujeres y la naturaleza, postulada por algunas eco-feministas orientales u occidentales. Hay bases sociales y materiales suficientes para comprender ese ecologismo feminista realmente actuante (Bina Agarwal, 1992), aunque las propias mujeres que participan en tales movimientos o en tales actuaciones resistentes no se llamen a sí mismas ni ecologistas ni feministas (MARTÍNEZ-ALIER, 1994, p. 262).

O relatório do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) atribui uma importância bastante grande às identidades sócio-culturais presentes no encontro. Nestes últimos anos várias organizações sociais que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia passaram a participar da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), dentre as quais a própria Rede Ecovida possuiu assento.

Acerca do feminismo, Elizabeth Souza-Lobo (2006), em “A classe operária tem dois sexos” destaca os problemas relacionados à colocação política do tema, destacando um feminismo liberal e um feminismo de classe. No primeiro caso se reivindica somente direitos iguais, como o sufrágio universal. A autora destaca o cuidado para não construir a mulher como entidade mítica, uma forma privilegiada de agente político, que acabaria por negar a própria ação política em uma sociedade concreta, ou seja, se coloca contra a essencialização da mulher, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de compreender a questão da mulher em cada formação social concreta. Souza-Lobo destaca também que as questões relativas às mulheres algumas vezes são esquecidas em nome das reivindicações mais gerais, ou seja, àquelas que remetem à economia e ao poder do Estado. Para a autora:

A consciência da diferença não pode ser confundida com assumir uma forma de identidade feminina que acabe por legitimar o fundamento opressivo dessa diferença. Não se trata de elaborar uma identidade própria, que vise a ocupar a posição de poder exercida pelos homens, mantendo as relações de dominação-subordinação com sinais trocados. Nem se trata de perceber o espaço de poder ocupado como encarnado num autoritário masculino, diante do qual o ressentimento ocupe o espaço da imaginação política. Também não se trata de sonhar com uma forma de poder que o feminizaria a política, onde o afeto, a intimidade e a solidariedade, qualidades vistas como inerentes às mulheres, se projetariam espontaneamente na prática política (SOUZA-LOBO, 2006, p. 511).

A política de identidades acaba por encobrir a diferença, própria do atual estágio de desenvolvimento capitalista. Ou seja, ao mesmo tempo em que a agroecologia pretende se colocar como movimento social, denunciando o desenvolvimento capitalista mundializado, procura afirmar as especificidades e as identidades sociais e reivindica novas relações de poder, ao mesmo tempo em que desconfia dos macro-projetos, para o que reivindica que os projetos de desenvolvimento considerem a realidade das comunidades através de um desenvolvimento local, territorial. A pós-modernidade defende que as identidades se constituem não mais pela classe social a que pertencem, mas pela diversidade, como uma política da identidade diversa, tal como expressa por Lyotard. Essa condição é percebida também por um entrevistado:

A formação técnica ainda consegue manter uma linha mais afinada com os movimentos sociais. As mudanças são no sentido da introdução de outras abordagens teóricas, tais como a pós-moderna. Muitos destes pensadores passaram a desenvolver teorias e influenciaram nas práticas dos movimentos e organizações no campo político e na agroecologia (Fábia Tonini, entrevista em fevereiro de 2012).

No que se refere à política de identidades, Sbardelotto (2008) destaca que a busca pela identidade é expressa por McLaren. Este autor tem sido bastante influente no âmbito escolar e fora dele através de uma proposta de multiculturalismo crítico, multiculturalismo revolucionário, pedagogia crítica, a partir do que o autor define ser um marxismo humanista. É um grande defensor do educador brasileiro Paulo Freire, de quem se diz um seguidor e quem permitiu o desenvolvimento de sua pedagogia crítica. Apesar de McLaren reivindicar para si o marxismo, verifica-se que o autor possui em comum com Marx tão somente a crítica ao capitalismo, mas as categorias de análise da realidade de McLaren diferem totalmente das de Marx, particularmente daquelas que explicam o desenvolvimento da sociedade capitalista e as formas de produção e manutenção das desigualdades sociais. Pelo contrário, o autor toma as coisas pela superfície e pelas aparências e apenas reivindica uma política de apoio às diferenças, tal como explica Sbardelotto (2008, p. 54):

O grande mote da discussão de McLaren é a busca pela identidade, que de acordo com o autor tem sido solapada pelo capitalismo, sobretudo por meio do racismo norte-americano. O racismo difundido pela sociedade

contemporânea tem sido um dos responsáveis pelos maus resultados escolares de estudantes pertencentes a grupos minoritários, que ele chama de “pessoas de cor” e causa de grande violência entre os estudantes daquele país, conforme o autor. Por isso, merece grande atenção e discussão por parte dos teóricos da educação que devem engajar-se em lutas anti-racistas e revolucionárias, que ele julga se dar por meio de práticas escolares multiculturais, a saber: a luta pela construção de uma linguagem das minorias e luta por uma democracia oposta à democracia liberal (SBARDELOTTO, 2008, p. 54).

Outro autor muito influente na esquerda mundial pós-queda da União Soviética é Boa Ventura Sousa Santos, ainda mais do que McLaren, já que o primeiro é mais importante no campo educacional. Sousa Santos é um dos grandes idealizadores e defensores da política de valorização das diversidades tal como expressas no Fórum Social Mundial, ao mesmo tempo em que afirma ser crítico do marxismo e de sua proposta de compreensão da realidade.

Reconhecer a diversidade foi um aspecto importante apontado pelo multiculturalismo, algo que Moraes (2004) destaca como altamente positivo, pois foi tradicionalmente desconsiderado pelas esquerdas mundiais. No entanto, a busca por afirmar a identidade tem levado essa perspectiva filosófica a indicar a possibilidade da unidade, a não existência de uma realidade prévia onde se produz a diversidade. Essa falta de unidade, que leva no limite à impossibilidade de explicar o real e a partir daí propor mudanças, atende prontamente os interesses conservadores, pois os interesses específicos podem mais facilmente ser atendidos dentro dos limites da ordem vigente.

É aí que se situa o risco apontado pela agroecologia e sua política de reivindicação da diversidade. Uma coisa é reivindicar a diversidade dos sistemas ecológicos e produtivos que a agricultura sob o capital procurou desconsiderar, bem como as próprias políticas que procuraram modernizar esta agricultura a partir dos anos sessenta do século passado. No entanto, se a reivindicação da diversidade for o horizonte político, a agroecologia pode facilmente se enquadrar dentro da ordem vigente, ao mesmo tempo em que limita seu próprio desenvolvimento. O excerto a seguir indica a perspectiva de um entrevistado sobre o caráter que a Rede Ecovida poderia desenvolver:

A Rede não vai virar sindicato, não vai virar partido. Vai continuar como rede, mas vai se transformar em uma organização dos agroecologistas, não uma rede frouxa como é hoje. Precisa se transformar numa organização

que garanta esta força, já que a demanda começa a exigir melhor qualidade de respostas. É necessário também potencializar as soluções para os problemas de produção. Deverá evoluir para algo maior e com mais autonomia. [...] O site ainda é incipiente, o principal insumo que ele deveria potencializar é a informação. É característico de a rede ser fluida. Ainda falta maior autonomia. Existe muita dependência de recursos do estado para fazer mais formação. É necessário buscar novos canais (Membro da coordenação da Rede, entrevista em janeiro de 2010).

O trecho da entrevista acima destaca a especificidade da Rede Ecovida diante de outras formas organizativas, como sindicatos e partidos. O entrevistado, que é um coordenador de núcleo e um dos coordenadores da Rede, manifesta também a necessidade de torná-la em uma articulação menos frouxa e com mais autonomia, sem substituir outras organizações das quais também participam seus membros.

Costuma-se afirmar que as redes são organizações distintas e que uma de suas características é a fluidez. Diante da crise dos projetos sociais da esquerda mundial, a idéia de uma sociedade em rede ganhou espaço. As perspectivas teóricas em torno das redes são bastante diversas, mas há o predomínio da idéia de se estimular formas organizativas em que o poder não fosse tão centralizado e que se valorizasse a diversidade. O Fórum Social Mundial representou a tentativa de se constituir uma grande rede mundial fluída, capitaneada pelas ONGs, o agente privilegiado desse novo período. É neste sentido que Lima (2007) afirma:

A década de 1980 assinala um marco na trajetória dos movimentos de base, fazendo com que as análises sociológicas descartassem os processos globais e enfatizassem os grupos organizados específicos. A cultura popular passa por um processo de valorização e a categoria classe social é trocada pelo ator social, assim a luta de classe sai quase que definitivamente de cena dando espaço para o movimento popular, não mais sob a perspectiva da tomada revolucionária do poder e sim da busca por transformações culturais baseadas no cotidiano dos atores sociais com orientações que se contrapunham às formas tradicionais de atuação política. Durante os anos 1990 os movimentos sociais, segundo a ótica social democrata, não obtiveram grande relevância no cenário sócio-político uma vez que o individualismo instaurado pela consolidação hegemônica neoliberal diminui a força das manifestações, favorecendo o aparecimento de conduta de crise e grupos de violência organizada. Assim sendo, o eixo central de análise recai para a questão da exclusão social e os obstáculos à democratização dos direitos sociais reivindicados por vários movimentos sociais ainda atuantes (LIMA, 2007, p. 04).

O enfraquecimento do Fórum Social Mundial, apenas dez anos após seu início, principalmente em função da falta de um projeto político claro, e a ofensiva do

capital diante dos trabalhadores, revelou a debilidade dessa forma organizativa. Isso não significa que as redes deveriam deixar de existir ou que não teriam nenhum espaço na atualidade, mas que os conflitos de classe continuam presentes e que para isto seria necessário repensar o papel que cumprem diante dos partidos e dos sindicatos.

Qualquer política educativa se assenta sob alguma perspectiva teórica que é anterior. Neste sentido, as práticas propriamente ditas procuram valorizar as experiências e as identidades e se assentam na busca de novas relações de poder. A idéia de um poder mais horizontalizado, bem como a perspectiva de poder da igualdade numérica ou superior de mulheres (ou agricultores em relação ao número de técnicos), também parte da mesma noção. Parte-se do princípio de que os técnicos, embora tenham sido os principais idealizadores da agroecologia, assim como também o conhecimento técnico e científico “moderno”, seriam a causa dos problemas sociais vividos pelas pessoas atualmente “excluídas”. Desta forma, para superar esta condição os excluídos deveriam tomar as rédeas e definir o que querem para si, assim como seus conhecimentos (bons) deveriam ser valorizados. Essa idéia do que é ser excluído remonta àquela formulada pela Teologia da Libertação, tal como apresentada por Dussel (2006). Para este autor, o materialismo dialético era negado por essa teologia e Marx era aceito como crítico social. Pode-se afirmar que os pressupostos desta teologia se aproximam muito do que pode ser caracterizada atualmente como uma perspectiva multicultural, já que também partia de uma crítica aos grandes projetos societais, ao mesmo tempo em que afirmava o pobre e os excluídos como sujeitos históricos.

De acordo com Oliveira (2008), o projeto da modernidade se caracterizou por destacar o possível papel emancipador da ciência – através da compreensão racional da realidade – e da estrutura liberal de Estado proposta por Montesquieu, dividido em executivo, legislativo e judiciário. É daí que deriva o ceticismo do pós-modernismo: em relação às possibilidades da ciência compreender racionalmente a realidade como um todo estruturado e da forma atual de Estado, dividido no que se convencionou chamar de poderes. No entanto, não é uma característica desse movimento criticar o capitalismo enquanto tal, o que abre possibilidades desta forma social se valer do próprio pós-modernismo como forma de justificar a ordem atual, já

que a interessa afirmar que a realidade é diversa e que não seria possível atingir uma compreensão racional e estruturada do mundo.

O fato é que, para o poder dominante, não há problemas em se valorizar a diversidade, o que contribui para viabilizar a segmentação do consumo, inclusive. Neste aspecto em particular, até mesmo os alimentos orgânicos ou agroecológicos passam a se destacar, no entanto, não como forma de se contrapor ao capital e todas as contradições promovidas por este no curso de seu desenvolvimento, conforme propõe a Rede Ecovida, mas como forma de valorizar o diverso, bem como a possibilidade de diversos tipos de desenvolvimentos, ou seja, possibilitando sua coexistência. É verdade que, de um lado, a Rede Ecovida critica o desenvolvimento do capital na agricultura, no entanto, de outro lado, tende a destacar a importância que a grande mídia tem dado aos alimentos orgânicos e agroecológicos, o que valorizaria o trabalho e a perspectiva adotada pela Rede.

Há uma incompatibilidade nessa associação, já que a grande mídia nunca será contra a forma atual de acumulação, mas irá destacar tão somente os benefícios do consumo, indicando a possibilidade da coexistência de distintas formas de produção agrícola (grande e pequena, intensiva ou não na utilização de insumos químicos potencialmente poluidores) e valorizando a segmentação do consumo. Trata-se, portanto, de formas contraditórias de se tratar o mesmo tema. No entanto, a Rede Ecovida não costuma perceber essa contradição, exceto quando esse tipo de produção passa a ser associado à grande produção, já que para a Rede isto sim seria contraditório, pois se confronta e inviabiliza o desenvolvimento de uma pequena agricultura familiar baseada na agroecologia e na independência de insumos externos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existe simples palavras. Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas, específicas e criadoras, elas tem de se apossar primeiro de certas palavras chaves – que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruir ou se prejudicarem irremediavelmente (FLORESTAN FERNANDES, 1981).

Com o advento da noção de agricultura familiar no Brasil, nos anos 90, essa categoria passa a ser inserida no conjunto das noções até então existentes para definir o “homem do campo”. Por se tratar de uma definição normativa bastante genérica, ela passou a ser amplamente adotada no país. Reforçada a ideia da viabilidade dessa forma de produção, inclusive por políticas específicas, houve, a partir de então, uma tentativa de estímulo a essa forma social. Houve, também, a valorização das identidades das chamadas populações tradicionais, bem como das formas tradicionais de se produzir na agricultura, já que se afirmava que consideravam os agroecossistemas onde estavam inseridos e assim reforçavam o próprio propósito da agroecologia.

Se do ponto de vista ecológico a Rede Ecovida identifica a inviabilidade da co-existência entre os sistemas convencionais e agroecológicos, já que pressupõe que os sistemas convencionais acabariam por contaminar a produção agroecológica em função do uso de agroquímicos e do cruzamento com variedades geneticamente modificadas, do ponto de vista econômico há uma posição predominante divergente. Afirma-se, de uma forma geral, que resolvidos os problemas de contaminação e contabilizados os custos sociais e ambientais dos sistemas de produção que adotam agroquímicos, a agroecologia se tornaria mais eficiente e se viabilizaria. Apesar de esta posição ser predominante na Rede, não há um consenso sobre a questão da solubilidade do problema agrário e ecológico da agricultura sob uma economia de mercado, pois convivem posições divergentes.

A compreensão acerca do contexto político e econômico influencia o processo educativo que a Rede Ecovida de Agroecologia desenvolve. Ou seja, a forma como se compreende a realidade e o seu desenvolvimento influencia ou até mesmo determina a prática educativa. Como a Rede propõe a democratização, para tanto assume a organização em rede, os núcleos, os conselhos de ética, etc e de outras formas que poderiam representar relações de poder mais horizontais.

Embora haja semelhanças acerca da proposta organizativa da Rede Ecovida, principalmente no que se refere ao seu formato não centralizado e a busca por valorizar a troca de experiências acerca dos conhecimentos em agroecologia, que é o que lhe garante unidade, há diferenças acerca de sua proposta política decorrente dos aspectos anteriormente identificados. A prática educativa da Rede Ecovida é conformada por uma concepção de realidade, de sujeitos históricos/políticos, de projeto político e de educação à uma forma organizativa que pretende não ser centralizada e que valoriza o intercâmbio entre as experiências, a cooperação etc., conforme se indicou.

Uma prática educativa é um ato intencional, portanto, político. Isso faz com que ela ocorra sob determinadas condições. Além da realidade material que condiciona os sujeitos políticos, a concepção de educação, ligada à compreensão do caráter das disputas no âmbito de toda a sociedade, são condições fundamentais para se desenvolver qualquer projeto educativo que pretenda ser transformador. Para compreender a realidade e desenvolver um projeto que se proponha a transformá-la é necessário conhecer os interesses das classes sociais presentes nesta sociedade (ou seja, a própria realidade), bem como os sujeitos políticos, o projeto político e a concepção de educação que irá se desenvolver. Segundo, para que essa prática educativa de fato possua viabilidade histórica é necessário que certas condições materiais estejam colocadas, já que não depende somente da vontade de quem concebe o ato educativo, ou seja, as concepções de mundo concorrentes, a concepção de Estado, o caráter do Estado, a realidade dos sujeitos políticos, dentre outras.

As concepções de realidade e de prática educativa da Rede Ecovida devem ser compreendidas em seu processo histórico e no âmbito do atual contexto social, político e econômico. Cabe destacar que desde a sua concepção e posterior adoção, nos anos 70 e 80, houve importantes mudanças no contexto político

brasileiro. Esse engajamento político da igreja aos processos sociais contribuiu com a “abertura democrática” no final dos anos 80. Por outro lado, as experiências socialistas, referências políticas para parte desse campo, em particular a tentativa de desenvolver um socialismo de outro tipo na Nicarágua, conforme Lowy (2007), enfraqueciam-se, ao mesmo tempo em que o capitalismo se mundializa e desenvolve uma política neoliberal que viabilizaria no âmbito da política seus objetivos econômicos. De lá para cá muitas coisas mudaram, mas mudou principalmente o sentido e os rumos que as lutas políticas tomariam no mundo.

No Brasil uma nova noção de hegemonia passa a ser adotada pelo Partido dos Trabalhadores, com quem politicamente o campo aqui estudado se vinculava de forma mais direta, que passou a ser considerada como a disputa no âmbito do Estado, a partir de onde se fortaleceria a sociedade civil, através de uma constante ampliação da democratização e dos direitos democráticos. Esse partido - que resultou do “sindicalismo novo”, das oposições sindicais, dos militantes clandestinos da época da ditadura e da própria Teologia da Libertação - foi hegemônico no âmbito da esquerda brasileira a partir do início dos anos 80. A disputa parlamentar, no entanto, levou o Partido a cada vez mais orientar sua prática para esta esfera e, como consequência, a reduzir sua atuação junto à classe trabalhadora, onde teve origem. Grande parte das pessoas que foram formadas politicamente sob o abrigo da Teologia da Libertação e das pastorais sociais, conforme demonstrou Della-Flora (2007), passou a ocupar cargos políticos no executivo e no legislativo, destacadamente a partir dos anos 2000. Essa mudança é resultado de um arrefecimento na crítica ao Estado enquanto instrumento de controle de uma classe social sobre outra, diretamente ligada à concepção de hegemonia. As mudanças ocorridas na política de formação (ou sua falta, nos últimos anos) e no próprio contexto político foram fundamentais para promover estas mudanças.

A forma organizativa da Rede Ecovida conquistou visibilidade em função do sistema participativo de garantia, que procura afirmar a ideia de horizontalidade. Este sistema de garantia procurava se contrapor à necessidade de certificação por auditoria indicada pela instrução normativa da agricultura orgânica e contribuiu para que a Rede se constituísse enquanto tal, como uma resposta à legislação. Neste sentido cabe indicar também alguns aspectos que contribuem para caracterizar o seu projeto educativo, destacando-se algumas semelhanças e contradições internas:

a) Os grupos de agricultores – considerados a unidade básica da Rede – são presentes e fortes em alguns núcleos, mas pouco presente em outros. Nestes últimos isso ocorre em função da relação historicamente construída com a ONG ou cooperativa local, que passa a ser adaptada à forma organizativa preconizada pela Rede, mesmo sem modificá-la totalmente. Pode-se afirmar, no entanto, que na maioria dos casos são as ONGs que dão sustentação política e financeira à existência dos núcleos, embora em dois dos sete núcleos estudados esse papel é desenvolvido pela cooperativa local que também exerce o papel de núcleo;

b) dentre os agricultores que compõem a Rede predomina a produção individual (familiar), mas há um assentamento que adota a produção totalmente coletiva e outro que se encontra em um estágio intermediário entre o individual e o coletivo, em função da existência de pequenos grupos de cooperação. Ao lado destas formas de cooperação também há outras, como os mutirões de trabalho e a comercialização coletiva da produção, existentes em alguns núcleos;

c) os “novos sujeitos da agroecologia” são os filhos dos agricultores ecologistas que não possuem uma trajetória de militância política, como aquela construída pela Teologia da Libertação e as pastorais nas décadas anteriores. Outro novo tipo de agricultor ecológico, conforme já se apresentou, são os denominados neo-rurais, trabalhadores urbanos que passaram a desenvolver a agricultura, sob o pretexto de uma volta ao campo, mas com trajetórias e concepções bastante diversas. Além destes há, ainda, uma parte de camponeses tradicionais e assentados da reforma agrária. “O fato é que os sujeitos políticos da agroecologia se alteraram, o que coloca dificuldades para a Rede Ecovida se redefinir para que, para quem e com qual objetivo desenvolver a agroecologia, isso ainda sem contar sobre outras mudanças materiais que afetam diretamente as condições da reprodução social das ONGs, agricultores e seus intelectuais mediadores”;

d) em função destas e outras características (como a mudança dos referenciais políticos e ideológicos das organizações sociais do campo, a falta de uma política de formação, o aumento da produção destes agricultores como valor de troca em relação ao valor de uso), passa a predominar uma preocupação com a comercialização dos alimentos ecológicos em detrimento de um projeto político;

e) a estes fatores se somam aqueles apresentados ao longo deste trabalho, que resultam da realidade material de agricultores e ONGs no âmbito da atual

sociedade fundada na mercadoria e no processo de acumulação capitalista. Além disso, como, a partir desta realidade material, configuram-se os conflitos sociais, as lutas de classes e a forma como estas classes disputam visões concorrentes de mundo, sociedade e humanidade e procuram, no campo político e ideológico, afirmar ou negar os processos hegemônicos. Ou seja, há que se considerar que o objeto de análise deste trabalho se situa no âmbito destes processos sociais mais amplos, mesmo que mantidas algumas de suas especificidades. A Rede Ecovida de Agroecologia não poderia estruturar seu projeto educativo desconsiderando a realidade de seus sujeitos históricos e o momento histórico.

A hipótese apresentada no início deste trabalho era de que a Rede Ecovida de Agroecologia, como representante do denominado movimento agroecológico, “procura sustentar sua prática educativa, em função das condições históricas sob as quais se produziu, através de uma matriz baseada no que pode ser denominada de “educação popular ecológica”. Afirmou-se também que esta educação era “uma adaptação dos fundamentos da educação popular e da Teologia da Libertação para as condições e necessidades de uma agricultura ecológica militante”. Destacou-se que “apesar da predominância destas matrizes, a “educação popular ecológica” da Rede Ecovida é conformada por distintas concepções de realidade, de sujeito histórico/político, de projeto político, de prática educativa etc., em grande parte em função das condições e contextos sobre as quais se produziram as experiências locais”. Por estes motivos havia “distintas compreensões acerca do problema agrário e agroecológico, bem como a possível solubilidade destes problemas no âmbito da sociedade do capital”. Com o desenvolvimento deste trabalho foi possível indicar a validade desta hipótese no que se refere aos fundamentos teóricos e políticos da prática educativa da Rede Ecovida, objeto desta pesquisa.

A “educação popular ecológica” da Rede Ecovida é uma definição aqui utilizada para caracterizar os fundamentos de um tipo de prática educativa. Não é uma denominação utilizada pela Rede, nem mesmo por qualquer uma das ONGs ou grupos de agricultores que dela fazem parte. Canuto (1998) em sua tese sobre a agroecologia no Brasil considera que o termo ecologia popular, cunhado por Martínez-Alier (1994), contribui para definir a prática adotada por ONGs e movimentos sociais no país. Já que o objeto desta pesquisa é a prática educativa – neste caso fundada nos pressupostos da educação popular - por este motivo é

possível adotar o termo “educação popular ecológica” para definir o tipo de prática educativa adotada pela Rede Ecovida, o que permitirá também explicitar os fundamentos epistemológicos e políticos desta prática.

Embora não haja uma única concepção de educação popular, já que uma vertente é desenvolvida a partir da igreja e outra a partir do marxismo, conforme demonstra Iasi (2006), cabe aqui caracterizar alguns de seus fundamentos, bem como aproximações e diferenças entre estas duas formas de conceber a prática educativa. As diferenças residem na forma de se compreender a realidade, sobre a importância e a forma de acessar o conhecimento historicamente acumulado e o papel que a educação deveria ocupar.

Para o marxismo há necessidades de se partir do conhecimento historicamente acumulado – isso sem desconsiderar a realidade e necessidades imediatas dos sujeitos históricos/políticos – e, para tanto, adotar categorias teóricas que permitam compreender o movimento histórico. Neste sentido é que o marxismo parte de uma concepção de homem e trabalho como resultantes não de uma prévia ideiação, mas das experiências e necessidades do ser humano em cada momento histórico, o que permite negar uma natureza humana dada e imutável, mas como produto de determinadas relações sociais. Para compreender a sociedade capitalista, o marxismo adota categorias próprias da economia política, como mercadoria, valor, valor de uso, valor de troca, valor-trabalho, mais-valia etc., o que permite entender o capitalismo a partir de suas características universais e captar o movimento, sem desconsiderar as especificidades locais e históricas. Já para a educação popular concebida pela igreja, parte-se da identificação dos elementos da realidade que se apresentam como injustiças sociais (o que a aproxima do marxismo), julgam-se estas injustiças a partir dos preceitos religiosos e, a partir de então, age-se nesta realidade como forma de transformá-la.

Enquanto para o marxismo o concreto sensível é apenas um ponto de partida para a compreensão da realidade, para a concepção religiosa já é a própria realidade. Para o primeiro, a liberdade humana seria alcançada com mudanças nas formas da humanidade produzir sua existência e, como consequência, de se relacionar socialmente. Já para o segundo, a educação popular concebida no âmbito da igreja e das pastorais sociais, concorda-se que as estruturas sociais privam as possibilidades humanas, mas afirma-se também que esta liberdade deveria ser

alcançada no plano individual, na liberdade dos oprimidos, vítimas de distintos processos de opressão. Para o existencialismo, que influenciou a pedagogia e a teologia da libertação, a realidade é individual e produzida pelos sentidos e a liberdade é atingida pelos indivíduos, em particular. Atualmente a Teologia da Libertação apresenta seu horizonte como a busca da liberdade de espírito, remetendo as suas questões ao existir e ao sentimento.

As aproximações entre estas duas perspectivas de educação popular decorre, dentre outras coisas, da busca de ambos em estimular o desenvolvimento da organização dos trabalhadores, o que permitiu que estas se encontrassem em processos formativos. O fato de conviverem no âmbito dos mesmos processos sociais não significa que os pressupostos fundamentais sejam alterados, indicam apenas que são apenas concepções divergentes de se compreender a realidade e a sua transformação, não resultando daí uma concepção filosófica nova, já que no limite isso seria incompatível.

Diversos autores e linhas de pensamento influenciaram a forma de conceber a realidade e a prática educativa no âmbito da Rede Ecovida, que podem ser classificados em três grupos principais: a) quanto à forma de conceber a realidade e a prática política e educativa, destacando-se a Teologia da Libertação e a Educação popular, em que figuravam os “teólogos da libertação” e Paulo Freire. Indiretamente o marxismo também contribuiu, na maioria das vezes de forma indireta, já incorporado pela referida teologia; b) quanto à forma de compreender os sistemas ecológicos e os agroecossistemas, em que figuravam autores como Altieri, Gliessmann e Primavesi; c) autores que propõem a articulação da análise histórica e sociológica do desenvolvimento da agroecologia, como é o caso de Sevilla Guzmán e Victor Manuel Toledo.

Diversas ONGs que participam da Rede Ecovida apresentam a educação popular como um de seus objetivos. Mesmo quando este objetivo não é explícito, verifica-se que seus pressupostos se encontram presentes. No âmbito das ONGs esse propósito foi historicamente explícito na Assesoar, no Centro Vianeí de Educação Popular e no Cetap, que afirmam ainda ser este um dos componentes de sua prática. Esse posicionamento também é verificado entre diversos membros da Rede Ecovida que ocupam ou ocuparam funções de coordenação. Atualmente, os pressupostos dessa educação são apresentados principalmente através das formas

organizativas que resultaram desta concepção, ou seja, como desdobramento da ação prática, como os centros de educação popular e os orçamentos participativos. Outra característica própria do momento atual é a busca de valorização das diversidades, um objetivo bastante presente atualmente naquilo que resultou dessa pedagogia da libertação.

A educação popular desenvolvida a partir da Teologia da Libertação se propõe a contribuir com a formação política e militante daqueles que se aproximavam da igreja ou das organizações sociais do campo. Esse processo passa a ser comum ao conjunto dessas organizações, que também contribui para dar origem ao Partido dos Trabalhadores. Ou seja, a maior parte dos que aí se encontravam desenvolvia uma concepção de sociedade, mudança social e uma concepção filosófica e política de educação mais ou menos comum, bem como contribuíam para estimular os mesmos processos políticos – o sindicalismo, os movimentos sociais, o partido, etc. Mais tarde, com o crescimento da importância da disputa eleitoral, através do PT, a mobilização/organização passa a perder em importância e a dar espaço para a busca por se ampliar os cargos no executivo e no legislativo, o que altera profundamente o caráter da ação política e da prática educativa, que, em busca de apoios e votos, o discurso se torna cada vez mais flexível e genérico. Alguns autores, entre eles Iasi (2006), caracterizam esse período como ciclo PT, pois marcou e hegemonizou toda uma época histórica no âmbito das lutas políticas no Brasil.

De acordo com Floresta (2006), o método pastoral, baseado na educação popular de matriz religiosa, baseia-se em três etapas principais: ver, julgar e agir. Para a autora, o ver a realidade correspondia a identificar as condições de opressão vividas pelas pessoas, em seguida se julgar com os critérios da fé (reflexão sobre as causas da opressão) e, por fim, agir pastoralmente para transformá-la (desenvolver as linhas operativas para superar a opressão). Para “ver” a realidade, a teologia se apropria algumas vezes do marxismo (predominantemente de um Marx crítico social, embora também outras vezes a partir do materialismo histórico) e para agir procura desenvolver uma pedagogia própria, uma tentativa de síntese entre o método para compreender a realidade e o método para agir nela. Paulo Freire também procurou fazer uma síntese entre o marxismo, o existencialismo cristão e outras filosofias de sua época com vistas a desenvolver sua proposta pedagógica. Em um núcleo da

Rede Ecovida, constituído por uma cooperativa ligada ao MST, ficou bastante evidente essa tentativa de buscar se compreender a realidade através do materialismo histórico e desenvolver uma prática educativa através da educação popular de matriz religiosa. Oliveira (2008) afirma que esta tentativa é realizada também pelo chamado “Movimento por uma Educação do Campo”.

Durante os anos 80, no âmbito da Teologia da Libertação, uma das formas de se preparar para compreender a realidade ocorria através da realização de cursos de formação específicos para tal, que contribuíam para compreender as condições de opressão, as desigualdades e as injustiças sociais. O oprimido é definido, de acordo com Boff, em seu sentido amplíssimo, ou seja, todas as condições que colocavam as pessoas em condições de opressão. A Teologia da Libertação fornece as justificativas éticas para julgar as desigualdades e desenvolve uma concepção de prática política baseada na educação popular, em grande parte formulada sob a concepção de educação do “Movimento Paulo Freire”.

De acordo com Arruda e Boff, a Teologia da Libertação desenvolve desde o início uma dimensão pedagógica. Para Gutierrez e o Movimento Cristãos pelo Socialismo, o horizonte político era o socialismo, o que implicaria até mesmo na necessidade deste movimento se desenvolver fora da institucionalidade da igreja. No entanto, para outros teólogos, como Dussel, o propósito era, ao adotar Marx como crítico social e o marxismo subordinado aos preceitos da fé, apenas garantir a reinserção da igreja junto aos camponeses e aos trabalhadores urbanos. No início, a cúpula da igreja romana compreendeu desta forma também, embora mais tarde, a partir de meados dos anos 80, tenha destacado que se tratava de um uso exagerado do marxismo.

O fato é que desta inserção da igreja resulta uma proposta de educação popular amplamente adotada pelas organizações sociais do campo aqui referidas. Trata-se de uma influência histórica que ainda possui marcas nos dias atuais. Ela contribuiu para dar origem a diversas organizações que se identificavam e promoviam a educação popular no Brasil (como o Cepagri, Cepis, Camp, dentre outros), bem como de articulações latino-americanas que se propunham a pensar sobre suas práticas. A educação popular também encontrou espaço em algumas universidades católicas no Brasil, como a Unijuí, onde se desenvolveu um

importante núcleo de estudos e de assessoria às organizações sociais que tratavam desta forma de intervenção social e política.

Freire (2001) afirmava que a educação não era neutra, pois se propõe a algo, o que também a caracteriza como um ato político. Propunha que a educação deveria ser um ato de libertação dos oprimidos de sua condição e promover a autonomia. Para isso seria necessário partir da realidade do educando e das coisas que mais lhe diziam respeito (o concreto sensível, aquilo que se lhe apresenta e lhe faz sentido à sua existência), condição que seria necessária também em um processo de alfabetização de adultos, pelo qual ficou inicialmente conhecido. O autor não propunha, no entanto, que os educandos deveriam apenas compartilhar entre si suas experiências, mas que caberia ao educador partir delas para chegar a uma concepção mais coerente de mundo. Propunha também que a escola deveria respeitar as diferenças e valorizar o diálogo e o educador deveria ser guiado por uma profunda compreensão ética e transparente de sua profissão.

O autor concordava que a escola era prioritariamente um mecanismo de reprodução das relações sociais, no entanto, ao concebê-la desta forma não se poderia desprezá-la, já que o acesso ao conhecimento era uma condição indispensável ao processo de libertação dos pobres e oprimidos. Essa concepção é particularmente válida à educação popular desenvolvida no âmbito escolar, já que é a partir de onde Freire pensa a educação, mas passa a ser adaptada ao ambiente extra-escolar pelo autor ou pelas apropriações que se fez dele.

O que nos interessa aqui é que os pressupostos de uma “Escola Nova Popular” ganha eco no âmbito da educação popular, aqui referida como aquela desenvolvida com o propósito de organizar politicamente “os pobres” e “oprimidos”. Por este motivo se passa a propor o não diretivismo, o aprender a aprender, a valorizar as experiências, o experimentalismo, o sentimento. É neste sentido que Saviani afirma se tratar de uma pedagogia baseada no existencialismo cristão. Para Oliveira (2008), para o existencialismo o ser se faz em suas experiências e não há essência na realidade, pois esta é individual.

A Teologia da Libertação do período que contribuiu com o surgimento das organizações sociais do campo aqui estudadas e, em particular, do processo que resultou na constituição da Rede Ecovida de Agroecologia, tinha como pressuposto a libertação social (FLORESTA, 2006), não do sentido espiritual atualmente adotado

por esta teologia, conforme definiu a referida autora. Se do ponto de vista eclesial esta teologia tem seus próprios teólogos (Gutierrez, Clodóvis Boff, Leonardo Boff, Frei Betto, Enrique Dussel, dentre outros), do ponto de vista do processo pedagógico se fundamenta na concepção de pedagogia que passou a ser denominado de “Método Paulo Freire”, conforme Arruda e Boff (1990).

Na educação popular desenvolvida fora do ambiente escolar, tal como foi apropriada pela Teologia da Libertação e as organizações sociais do campo, que costuma não se caracterizar pelo processo de alfabetização, alteram-se o contexto e os propósitos. Neste caso o educador é alguém que se identifica politicamente com o educando e que se encontra em um processo de formação, onde os papéis se tornam um pouco mais claros, ou através dos próprios processos sociais, onde isso não ocorre. Isso porque se compreende que a educação popular tal como concebida por estas organizações sociais do campo não se resume aos processos formativos, já que as práticas sociais são educativas. É neste sentido que se passa a se propor formas organizativas que eduquem e que favoreçam o rigor, a disciplina, a auto-organização, o trabalho coletivo etc. (FLORESTA, 2006; CUNHA, 2008). Aqui a pedagogia deixa o ambiente escolar para se desenvolver através do trabalho e da prática política. Para tanto, Freire continua sendo importante nesta concepção por suas idéias de horizontalidade e dialogicidade, mas com freqüência nesta concepção outros autores passam a contribuir, como Pistrak e Makarenko, particularmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que é o movimento brasileiro que mais desenvolveu uma concepção de educação.

No que se refere à educação popular, Iasi (2011), partindo dos processos formativos desenvolvidos pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, onde atua, afirma que a busca por inserir a pesquisa nos processos formativos costuma levar ao pragmatismo, já que ao final das atividades formativas se indicava a necessidade de se gerar um produto concreto. A materialização imediata de um produto concreto pode levar à distorção da prática e ao pragmatismo. Isso não quer dizer que o objetivo final de qualquer processo formativo e da educação popular em particular não é agir praticamente, o problema é condicionar todo processo formativo a uma ação prática imediata, quando nem sempre isso é possível. O autor destaca ainda o problema decorrente da busca por partir dos programas de ação sindical como ponto de partida ou ponto de chegada destes processos formativos.

Todo processo pedagógico parte de uma concepção de sociedade, humanidade e homem, de um projeto político e de um sujeito político/histórico, que no caso da educação popular de matriz religiosa é o pobre, o excluído e o oprimido. Para a definição desse sujeito político já se parte de uma concepção de opressão e exclusão, que é anterior. Essas definições trazem implicações bastante diretas também aos sujeitos políticos/históricos da agroecologia.

Para Kosik (1976), a dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano se manifesta, sobretudo, no fato de que para conhecer o homem deve primeiro transformar em coisas para si, de forma a conhecer como são as coisas fora de si para posteriormente submetê-las à práxis. Ou seja, para saber como são as coisas sem o seu contato necessita primeiro entrar em contato com elas. É isto que permite ao autor afirmar que conhecimento não é contemplação e que o homem só conhece a realidade a partir do momento que a cria e se comporta como ser prático.

Para o marxismo, o sujeito histórico é o proletariado explorado pelo capital, que deveria ser o responsável pela busca de sua libertação histórica, ao mesmo tempo em que contribuiria para a libertação de toda humanidade. Isto seria atingido através do controle da produção pelos próprios trabalhadores na forma de trabalhadores associados e que também seriam os responsáveis por regular as trocas metabólicas com a natureza. Essa passagem seria precedida por uma ditadura do proletariado sobre a burguesia, de forma a fazer valer seus interesses, tal como faz a burguesia atualmente. A partir do momento em que todas as necessidades básicas fossem supridas pelo trabalho humano é que de fato haveria a possibilidade da passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade, conforme afirma Marx (2002 [1845]) em “A Ideologia Alemã”. É nesta condição que a humanidade teria condições para de fato ser livre e para desenvolver todas as potencialidades do ser humano, já que o tempo dedicado ao trabalho necessário seria reduzido ao mínimo e no tempo restante o ser humano estaria em condições de desenvolver atividades socialmente úteis de acordo com suas habilidades e interesses (pescar pela manhã, criticar à tarde, como diria Marx).

Ter acesso aos bens produzidos historicamente pela humanidade, inclusive ao conhecimento, poderia ser realizado somente a partir do momento em que o reino da necessidade fosse ultrapassado. A burguesia possui o controle dos meios

de produção e ao controlar estes meios também controla o tempo de trabalho dos trabalhadores, bem como a política, as leis e a ideologia, dispondo em grande parte das condições para obter acesso aos bens produzidos pela humanidade. No entanto, a própria burguesia se encontra coagida pelas próprias leis que regem a economia capitalista, pois se encontra em permanente concorrência, o que leva de tempos em tempos uma parte desta classe à bancarrota. Ou seja, no modo atual de produção nem mesmo a burguesia se encontraria em condições plenas de atingir tal liberdade. Portanto, seria desta forma que o proletariado ao libertar-se promoveria a libertação de toda a humanidade.

Cabe destacar que os problemas ecológicos passaram a ser inseridos enquanto temática pelas organizações sociais do campo e as ONGs em função de que denunciavam as formas de produção centralizadas no capital, bem como os processos de exclusão que daí resultava. Essa crítica se estendia também ao modo de produção socialista, tanto aos grandes projetos produtivos que não teriam preocupação ecológica, quanto ao centralismo político (SOUZA, 2003). Isso não ocorreu no âmbito de todas as organizações, já que o MST, por exemplo, não incluía a ecologia dentre suas preocupações naquele momento, pois predominava a busca por desenvolver o trabalho coletivo, o que para tanto as tecnologias de uma forma geral poderiam ajudar a aumentar a produtividade do trabalho (LUZZI, 2007). No âmbito do sindicalismo a ecologia se apresenta como preocupação, mas as técnicas de produção que os pequenos agricultores passam a adotar se torna cada vez mais demandante de insumos químicos, o que acaba por se tornar uma preocupação marginal.

A ecologia passa a ser cada vez mais uma especialização temática de um campo de ONGs que se aproximavam politicamente das organizações sociais anteriores, bem como as assessoravam, mas que ao mesmo tempo desenvolvem algum distanciamento em função desta “especialidade”. Estas ONGs possuíam distintas compreensões acerca do que se entendia por ecologia e da relação dela com a luta política, pois nela se encontravam desde concepções religiosas de ecologia até científicas, resultado de distintas visões de natureza e de vertentes ideológicas presentes no ambientalismo, conforme apresenta Mello e Souza (2004). Na Rede Ecovida as diversas visões acerca da relação homem-natureza permanecem.

A partir de então se torna ainda mais necessário desenvolver uma concepção de sociedade e luta política, já que é nesta esfera que se pretende atuar. Para tanto, as referências passam a ser encontradas nas características já referidas da ideia de educação popular e se materializam em práticas educativas que procuram valorizar o aprender a aprender, a solidariedade, o conhecimento dos agricultores, forjando práticas novas ou antigas: as feiras livres, os mutirões de trabalho, a troca de dias trabalho, a certificação participativa, as trocas de experiências etc. A partir do momento em que o MST passa a constituir mais um núcleo da Rede Ecovida, outra característica é acrescentada: o trabalho coletivo.

Todas essas práticas possuem um caráter político-educativo, já que remetem a uma concepção de sociedade, realidade e prática e prepara seus membros para a ação prática. No entanto, essa educação é determinada por certa concepção do que é o processo pedagógico, bem como quem é seu sujeito histórico e qual é o projeto político. Desta forma é que o contato com a Teologia da Libertação forneceu as bases para um tipo de articulação entre ecologia e política. O marxismo foi incorporado pela Teologia da Libertação principalmente como crítica social, embora haja divergências entre os próprios teólogos e cientistas sociais a este respeito. Aquilo que contribuía para afirmar a ideia de opressor e oprimido em lados opostos atualmente contribui para afirmar a posição contrária à globalização (nesse caso os opressores são o grande capital e os países capitalistas desenvolvidos).

Mesmo sendo dominantes, estas não são as únicas influências. Luzzi (2007) demonstra que a Rede PTA inseriu diversas concepções no âmbito das ONGs que faziam parte desta articulação em função das relações de seus coordenadores com universidades européias e o Conselho Latino-americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades). De acordo com a autora, essas diversas influências contribuíram com a adoção do termo agroecologia, sob a influência de Miguel Altieri, através do Clades; para a adoção de metodologias participativas de diagnóstico rápido; ao desenvolvimento da experimentação participativa e redes de inovação em agroecologia. Esse campo tem sua principal origem nas universidades, através de pesquisadores e do movimento estudantil, passa posteriormente pelos Encontros Brasileiros e Regionais de Agroecologia, nos anos 80 e início dos anos 90, ao mesmo tempo em que contribui com o surgimento de ONGs e a rede PTA.

Com o objetivo de garantir a efetividade das propostas de tecnologias alternativas, entra-se em contato com as organizações sociais do campo que possuíam inserção entre os pequenos agricultores, produzindo aí um metabolismo metodológico com a Teologia da Libertação e a Educação Popular.

Dadas estas características, a prática educativa atual da Rede Ecovida de Agroecologia guarda semelhanças com o multiculturalismo crítico, que também afirma se apoiar no marxismo e na “metodologia Paulo Freire”, e com a ecologia popular, que identifica que o sujeito do movimento ecológico são as classes populares e os pobres. Isso não quer dizer que a Rede Ecovida foi buscar no multiculturalismo crítico ou na ecologia popular um método para seu processo educativo e sua ação política, mas que há semelhanças com estas linhas de pensamento. Trata-se de posições filosóficas e políticas predominantes no âmbito da esquerda brasileira e latino-americana atual. A primeira também é predominante no Fórum Social Mundial e defendida por Sousa Santos (2003) e McLaren (2001), autores que contribuíram para cunhar o termo. A segunda vertente é bastante presente nas lutas ecológicas de pequenos agricultores, indígenas, dentre outros, com os quais o movimento agroecológico se coloca em contato. O termo é utilizado por Martínez-Alier (1994), autor vinculado à economia ecológica e que recentemente (2007) define esta posição como ecologia dos pobres.

Apesar da importância que a Teologia da Libertação teve na conformação da concepção de mundo e de desenvolvimento da prática militante e educativa das organizações sociais do campo e da Rede Ecovida, sempre houve distintos níveis de vinculação com a igreja. Em alguns núcleos e ONGs a vinculação sempre foi bastante estreita, embora possa ter havido distanciamento no período atual em relação ao período anterior. No entanto, ainda há a tentativa de se articular, a exemplo do curso de formação “Fé e Política” desenvolvido atualmente pela Assesoar, na região Sudoeste do Paraná, em parceria com a Diocese presente na região. Isso ocorre após um período de quase rompimento, nos anos 80, desta ONG, que é dirigida por agricultores e coordenada por técnicos, com a igreja. Em outros locais essa relação pode não ser tão próxima, como é o caso do Centro Ecológico, constituído por egressos do movimento ambientalista, mas que mais tarde se aproxima de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), estes sim desenvolvidos no âmbito das pastorais da

igreja e da Teologia da Libertação. Há outro caso, ainda distinto, que são das ONGs ligadas e financiadas diretamente pela igreja Luterana, como é o caso do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que apesar disso permite uma autonomia relativamente alta aos técnicos no desenvolvimento de seus trabalhos. É importante destacar que a igreja se constitui em importante financiador de algumas ONGs, desde sua criação, não de todas, já que algumas dependem de outras fontes de financiamento nacional ou internacional.

Essa relação das ONGs brasileiras do campo político aqui estudado, bem como do conjunto das organizações sociais do campo, mantiveram uma relação próxima com seus financiadores localizados na Europa, seja ligados à igreja ou não. Essa ligação permitiu intercâmbio constante entre europeus que vinham ao Brasil, bem como de brasileiros que iam à Europa com o objetivo de conhecer a realidade agrícola de lá e a prática política desenvolvida por seus financiadores naqueles países. Quase a totalidade das principais lideranças sindicais e também da agroecologia estiveram neste tipo de intercâmbio. É provável que este tipo de atividade contribuisse para ir moldando uma visão de mundo dos mediadores políticos aqui referidos e para constituir a prática educativa atual que é uma síntese de diversas influências, ou uma síntese de “múltiplas determinações”, como diria Marx.

No sentido de compreender como o marxismo é incorporado atualmente no âmbito da Rede Ecovida, verifica-se que há uma crítica ao uso capitalista da natureza, em particular à associação entre o grande capital e o uso de agroquímicos, que seriam a fonte da insustentabilidade das formas atuais de produção na agricultura, resultando em problemas ecológicos e à saúde humana. Neste sentido é que se propõe que as formas produtivas sejam desenvolvidas em pequenos sistemas produtivos, o que favoreceria a reciclagem de nutrientes; que respeitassem a particularidade dos sistemas ecológicos locais, através do uso de variedades agrícolas historicamente adotadas naquele local, também denominada de crioulas; dentre outras. Do ponto de vista da ciclagem de nutrientes, vários autores, dentre eles Foster (2005), destacam a importância de uma população melhor distribuída pelo território como forma de otimizar os nutrientes que costumam ser direcionados às cidades e de lá não voltam.

Outro aspecto que conta decisivamente no atual formato organizativo e educativo da Rede é o entendimento acerca da solubilidade do problema agrário e ecológico sob o capital. No âmbito do diagnóstico, as análises coincidem acerca de que o “modelo de desenvolvimento” provoca a concentração do capital, intensifica o uso de agroquímicos e provoca danos à saúde dos humanos e à natureza (externa). Afirma-se também que a simples substituição de insumos não provocaria as mudanças desejadas, pois poderia reproduzir as mesmas relações sociais, ao que passou se adotar a noção de agroecologia em lugar de agricultura orgânica, distinguindo-se da segunda.

Por não se basear no positivismo e no interesse comercial imediato, a agroecologia e os sistemas agroflorestais são tecnicamente e ecologicamente superiores. Não se pretende colocar em xeque esta afirmativa. No entanto, é bastante comum encontrar a indiferenciação entre valor e preço, o que revela que a economia política marxista é pouco apropriada atualmente. É por este motivo que se costuma afirmar que a queda da remuneração dos agricultores se deve exclusivamente à incorporação de trabalho acumulado via aquisição de insumos e tecnologias. Isso de fato ocorre, mas a produção sem o uso destes insumos e tecnologias, não evita a queda tendencial do valor, pois ele é social, não individual. Embora o tempo de trabalho individual possa permanecer o mesmo ao longo do tempo e, desta forma, manter um valor individual estável, os produtos são comercializados pelo valor médio (social), não pelo valor individual. Ou seja, não elevar a produtividade do trabalho através da agroecologia ou da agrofloresta com vistas a não reduzir o valor individual, não garante que estes agricultores possam continuar comercializando seus produtos pelo valor individual. Pelo fato de serem orgânicos ou agroecológicos, diferenciam-se dos produtos convencionais, mas se o valor dos produtos convencionais continuarem caindo ao longo do tempo, o preço (antes mesmo do valor) dos produtos orgânicos ou agroecológicos também deverá cair, caso não se deseje limitar a aquisição a pequenos grupos de consumidores que possuam condições de adquiri-los. Essa é uma ideia bastante presente no âmbito da Rede Ecovida (de que se se preservar o valor individual irá se preservar a remuneração obtida pelos agricultores por unidade de mercadoria produzida).

Com base no tipo de uso que se fez do marxismo, não a partir do materialismo histórico ou da economia política, verifica-se que são os pressupostos

da educação popular de matriz freiriana que define a concepção de prática política e pedagógica. Os pressupostos da educação popular se materializam também na dinâmica organizativa e na política de formação adotados pelo campo político do qual a Rede Ecovida foi se desenvolvendo. A ideia de horizontalidade, democracia, participação, dentre outras, passam a guiar esta forma organizativa (propõe-se que a organização em rede seja a máxima expressão destes objetivos), passam ocupar a centralidade das preocupações desta articulação. É desta forma, diante de um novo contexto, que se passa a valorizar a horizontalidade e, em decorrência, as redes, em detrimento de formas consideradas centralizadas, como os partidos e sindicatos.

Enquanto que a esquerda brasileira redireciona seus esforços da mobilização social para a disputa parlamentar, a formação política também perde importância. Ou seja, transfere-se grande parte dos esforços do conteúdo para a forma. No caso da Rede Ecovida isso é ainda mais evidente em função de que os processos formativos sempre estiveram localizados fora dela, ou seja, nas demais organizações sociais do campo ou noutras formas organizativas, como o Partido. Além disso, ao mesmo tempo em que se reduzem as atividades de formação política, fundamentais aos processos educativos da classe trabalhadora, os processos formativos passam a ser remetidos quase que exclusivamente à luta prática, como o desenvolvimento de campanhas contra a transgenia na agricultura, contra os agrotóxicos etc., ou à disputa na esfera legislativa, como foi o caso da regulamentação dos produtos orgânicos durante toda a primeira década dos anos 2000.

Essas campanhas, um dos componentes da prática educativa, junto com a forma organizativa, que preza pela horizontalidade e a democracia interna, são importantes, no entanto, não são suficientes para que uma articulação, a exemplo da Rede Ecovida, possa avançar. Isso porque toda forma deve estar antes de tudo provida de um conteúdo, sob o risco de permanecer na superfície dos problemas históricos ou de não compreender a natureza destes problemas.

Por vezes a Rede procura estimular determinadas práticas ecológicas como alternativas diante da queda tendencial do valor das mercadorias, mas também como busca por evitar o processo de mercantilização promovida pela incorporação dos produtos químicos produzidos pela indústria e adotados na agricultura. Indica-

se, com frequência, a impossibilidade do capital superar os limites ecológicos, outras vezes se propõe que o Estado, através das compras governamentais, ou o mercado, através do pagamento das mercadorias pelo valor individual ou pela “internalização dos custos ambientais” poderiam resolver os problemas ecológicos.

Embora esta não seja uma questão adequadamente colocada no âmbito da Rede, pois não há um consenso acerca da possibilidade ou impossibilidade do mercado, cabe destacar que o capitalismo se reinventa e a questão ecológica não é necessariamente um limite intransponível ao capital, já que os chamados problemas ambientais podem se transformar em uma esfera de acumulação, mesmo sem abalar os pilares fundamentais do sistema. Essa busca pode ser verificada no desenvolvimento de mercadorias fictícias, tal como expressa por Serfatti (2003), como os “mecanismos de desenvolvimento limpo” estimulados nos fóruns da ONU para o meio ambiente.

Dada a análise apresentada, pode-se afirmar que para avançar a Rede Ecovida deveria promover formação política – a partir do materialismo histórico, definir adequadamente seu sujeito histórico e seu projeto político, formular uma compreensão sobre as possibilidades e a solubilidade do problema agrário e ecológico sob o capital e articular a forma organizativa e a valorização das diversidades a um projeto societal. Isso implicaria, como se verifica, numa profunda mudança na forma de a Rede se conceber, que não necessariamente deixaria de ser uma articulação para se tornar em uma organização, já que esse papel poderia continuar sendo cumprido por seus núcleos. Trata-se, no entanto, dada a realidade política geral e a realidade material de quem a compõe (seus sujeitos políticos), de uma mudança bastante difícil de ocorrer no atual momento histórico.

Este trabalho não teve como objetivo estudar a agroecologia enquanto prática produtiva, nem identificar o grau de eficiência ou complexidade daí resultante. É conhecido, no entanto, que as formas produtivas aceitas pelos núcleos tende a variar, pois permanece a ideia de se adequar as formas técnicas em função das realidades locais depende das concepções dos mediadores acerca do que é necessário se fazer para que a agroecologia avance naquele local. É importante considerar que, embora desenvolvidas sob práticas muitas vezes semelhantes, como é o caso de uma agrofloresta, por exemplo, pode haver concepções bastante distintas acerca do que fundamenta aquela forma de produzir, variando desde uma

explicação técnico-científica até uma explicação religiosa para justificar uma determinada forma de se conduzir a agricultura e a floresta.

Um conjunto de outros problemas de pesquisa já foi e outros podem ser desenvolvidos a depender da sua construção, guiados por uma concepção de sociedade e realidade de quem o formula, não sendo, portanto, uma coisa dada e que se apresenta diretamente ao pesquisador. No Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, onde esta tese se insere, há diversos outros trabalhos em desenvolvimento que tratam da Rede Ecovida, sendo que outros quatro, conforme já indicados, estão sendo realizados de forma concomitante no âmbito do doutorado do Programa e que poderão ser consultados. Como em qualquer outro, este trabalho deve ser lido considerando o momento histórico em que foi produzido, bem como as concepções e limitações de quem o produziu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios rurais fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte.** In: 1º Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza, 16 a 19 de novembro de 2003.

AFUBRA. **Sul do Brasil:** perfil dos fumicultores. Disponível em www.afubra.com.br. Acesso em: 20 de jun. 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **O que há de novo no rural brasileiro?** In: Associação dos Geógrafos brasileiros, 2000. Disponível em www.cibergeo.org. Acesso em: jan. 2006.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.** V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA) e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP). Florianópolis, 20 a 23 de maio de 2002. Disponível em www.ufrgs.br/pgdr. Acesso em: fev. 2006.

ALMEIDA, Luciano. **A articulação de diferentes categorias de trabalhadores rurais num sindicato:** unidade ou conflito? Dissertação de Mestrado. Viçosa, 1992.

ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível? In: GASQUEZ, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). **Agricultura brasileira:** desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANDERY, Maria Amalia *et al.* Olhar para a História: caminho para a compreensão da ciência hoje. In: ANDERY, Maria Amalia *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha:** as mudanças do programa petista nos anos 90. Editora Garçoni, São Paulo, 2003.

ANDERY *et al.* **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. São Paulo: Garamond, 2006.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

ARL, Valdemar. **Una necesaria revisión metodológica y estratégica para una perspectiva transformadora junto a las iniciativas agroecológicas en Brasil.**

Universidade Internacional de Andalucia. Mestrado (Agroecologia), 2009. Disponível em: http://dspace.unia.es/bitstream/10334/204/1/0083_Arl.pdf. Acesso em: 03 set. 2011.

ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. **Globalização**: desafios socioeconômicos, éticos e educação. Petrópolis, Vozes, 1990.

ARTE FRANCE; TELEVISIÓN ESPAÑOLA; TELEVISIÓ DE CATALUNYA. **Obsolescência programada**: comprar tirar comprar. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3ObKvugVuWc>. Acesso em: 03 jun. 2011.

AS-PTA. **Brasil livre de transgênicos e agrotóxicos**. Disponível em: <http://aspta.org.br/campanha/>. Acesso em: 03 set. 2011.

ASSESOAR. As origens das Cresol. In: **10 anos de Cresol**: uma história de conquistas e desafios escrita por muitas mãos. Publicação especial do seminário “10 anos de Cresol”. Cresol Baser, Francisco Beltrão, 30 de mar. 2006.

AZAR, Zaira Sabry. A centralidade da cooperação agrícola na organização produtiva no MST. In: **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

BELL, David; SCOTT, Cintra. **Los Grobo**: o futuro da agricultura? Disponível em: www.losgrobo.com.ar. Acesso em: 08 mai. 2011.

BONATO, Amadeu. **O DESER na história das organizações da agricultura familiar da região Sul**. DESER, Curitiba, agosto de 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A essência do neoliberalismo**. Margem, nº 8, dezembro de 1998.

BRANDENBURG, A. Colonos: Subserviência e Autonomia. In: **Para pensar outra agricultura**. BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (organizadores). Editora UFPR, Curitiba, 1998.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. I Encontro anual da ANPPAS. 2002. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf. Acesso em: 03 set. 2011.

CANUTO, J. C. **Agricultura Ecológica en Brasil**: perspectivas socioecológicas. Córdoba: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Tese (Doutorado). 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Agroecologia.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2011.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1962.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Vozes, Petrópolis, 1996.

CHESNAIS, F; DUMÉNIL, G; LÉVY, D; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. As origens comuns da crise econômica e ecológica. In: **O Olho da História**, n. 13, Salvador (BA), dezembro de 2009. Traduzido do francês por Camila do Nascimento Fialho, Nara H. N. Machado e Robert Ponge, com a assessoria técnica de Vito Letizia.

COLETTI, Tomé. **Organização da produção na agricultura familiar: análise das proposições do sindicalismo rural cutista no Sul do Brasil**. UFSC, Florianópolis, 2005 (Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Economia).

COMCIENCIA. **Sementeiras brasileiras foram engolidas pelas multinacionais**. Disponível em www.comciencia.br. Acesso em: 12 jul. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA (CNA)/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Quem produz o que no campo: quanto e onde**. CNA/ FGV, Coletânea Estudos Gleba, nº 34, 2004.

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida. **A pedagogia marxista e a pedagogia do MST**. 2008. Disponível em: <http://www.moreira.pro.br/tema27.htm>. Acesso em: 10 fev. 2012.

DELEAGE, Édith. **Filosofia**. UFPR: Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2008.

DELLA FLORA, Angela. **A Teologia da Libertação e a Formação Política Cristã de uma geração de Jovens Rurais Militantes na Diocese de Chapecó – SC**. Dissertação de Mestrado. PPGSP/UFSC, 2007.

DIAS, Marcelo; DIESEL, Vivien. **A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica**. Rio de Janeiro/ Santa Maria, s/d.

DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xmlb>. Acesso em: 22 jul. 2011.

DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação e Marxismo. In: LOWY, Michael. **O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

ESPLAR. **Campanha Nacional por um Brasil livre de transgênicos**. Disponível em: <http://www.esplar.org.br/campanhas/transgenicos.htm>. Acesso em: 03 set. 2011.

FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em www.mda.gov.br

FATORELLI, Maria Lúcia. **A inflação e a dívida pública**. Le Monde Diplomatique Brasil. Junho de 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/>. Acesso em: 20 set. 2011.

FAVARETO, Arilson; BITTENCOURT, Gerson. Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 – notas para um balanço. In: TEDESCO, J. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula**. OSAL, año IV, nº 11, mayo-agosto de 2003. p. 31-40.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula**. OSAL, año IV, nº 11, mayo-agosto de 2003. p. 31-40.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Movimentos Sociais Rurais no Paraná: 1978-1982. In: BONIN, Anamaria Aimoré *et al.* **Movimentos Sociais no Campo**. Scientia et Labor, Curitiba, 1987.

FETAG-RS. **Decisão da Justiça do Trabalho impede criação de Sindicato da Fetrat-Sul**. Jornal da FETAG-RS, fev. 2007.

FETRAF-SUL. **Tese do II Congresso da Fetrat-Sul**. Francisco Beltrão, mar. 2007.

FETRAF-SUL/ DESER. **Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo**. Curitiba, Chapecó, 2002. Disponível em www.deser.org.br. Acesso em 12 de maio de 2007.

FINANCIAL TIMES. **Global 500 Report 2010**. Disponível em: <http://www.ft.com/reports/ft500-2010>. Acesso em: 12 mai. 2011.

FLORESTA, Leila. **Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para a revolução?** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2006.

FLORIANI, Dimas. **Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREI BETO. Cristianismo e Marxismo. In: LOWY, Michael. **O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Luis Carlos. **O partido como agente educativo em Gramsci**. Dissertação (Mestrado em Educação). Unioeste, Cascavel – PR, 2009.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rocco: Rio de Janeiro, 1992.

GERMER, Claus Magno. **A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola**. Revista da ABRA, Volume 31, n. 1, jan/abr 2002.

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo**. Alamada, 2008. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros/2008a/372/indice.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente, 2008.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da Lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo (vol. 2)**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Apresentação de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo: marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE. **Censos Agropecuários**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS. **IFOAM PGS Global Database**. Disponível em: http://www.ifoam.org/about_ifoam/standards/pgs_projects/pgs_projects/index.php. Acesso em: 20 jun. 2010.

JANK, Marcos *et al.* **O setor externo da economia brasileira: desafios da globalização e dos acordos regionais**. In: Seminários sobre o Brasil no Século XXI. São Paulo, 25 de abr. 2007. Disponível em: www.econ.fea.usp.br. Acesso em: 25 mar. 2008.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Proposta Editorial. São Paulo, 1982.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Multiculturalismo e Processos Educacionais**. Curitiba: Ibipex, 2005. 145p.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMARCHE, Hughes (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1998.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LAURELL, 1983. **Ciencia y experiencia obrera**: La lucha por La salud en Italia. In: Cuadernos Políticos, número 41, México, D. F., editorial Era, julio-diciembre de 1984, pp. 63-83. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58327618/Laurell-AC-Ciencia-y-Experiencia-Obrera-La-Lucha-Por-La-Salud-en-Italia>. Acesso em: 03 set. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, Henry. **Marxismo**. São Paulo: LPM, 2009.

LEFF, Henrique. **Agroecologia e saber ambiental**. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. p. 36 – 51.

LENIN, V. I. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Agricultura e Capitalismo nos Estados Unidos da América**. Editora Brasil Debates. São Paulo, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução à Filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Rochelly Euzébio. Crise da utopia socialista marxista e sua influência nos movimentos sociais urbanos. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/10a70e6ae5a927c880d5Rochelly.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

LOWY, Michael. **Marxismo e cristianismo na América Latina**. *Lua Nova* [online]. 1989, n.19, pp. 05-22. ISSN 0102-6445.

LOWY, Michael. **O Marxismo na América Latina**: Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUZZI, Nilza. **O debate agroecológico no Brasil**: Um debate a partir dos diferentes atores sociais. 182p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Seropédica, RJ, 2007.

MAELA. **Movimento Agroecológico Latino-Americano**. Disponível em: <http://maelac.wordpress.com/>. Acesso em: 24 nov. 2011.

MAGDOFF, Fred; TOKAR, Brian. **Agriculture and Food in crisis: conflict, resistance, and Renewal**. New York: Monthly Review Press, 2010.

MAGNANTI, Natal (org). **Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia**. Agriculturas - v. 5 – n. 2 - junho de 2008.

MAGNANTI, Natal (org). **Manual do Sistema Participativo de Garantia da Rede Ecovida de Agroecologia**. Lages/SC: Centro Vianezi, 2010. 32 p.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os Camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINHO, Luiz. **A nova imagem do ABC Paulista**. CUT, s/d.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **De la Economía Ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: Icaria, 1994.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares**. Estudos Avançados, USP, São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Martin Claret, São Paulo, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coordenação e revisão de Paul Singer. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã** (Teses sobre Feuerbach). Centauro Editora, São Paulo, 2002.

MDA/CONDRAF. **Documento Base da I Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília/ Porto Alegre, 2006.

MEIRELLES, Laércio. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar**. Dom Pedro de Alcântara, junho de 2002. Disponível em www.centroecologico.org.br. Acesso em: 05 jul. 2007.

MEIRELLES, Laércio. **Certificação participativa Ecovida**. Disponível em: http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Certificacao_e_comercializacao.rtf. Acesso em 10 out. 2011.

MEIRELLES, Laercio. **Sistemas Participativos de Garantia**: origem, definição e princípios. Revista Agricultura Ecológica de AGRECOL, n. 07, Cochabamba, Bolívia, abr. 2007. Disponível em: <<http://agroecoescritos.blogspot.com>>. Acesso em: 10 set. 2011.

MELLO, Alex Fiúza. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MELO e SOUZA, Rosemeri. **Visões da natureza x vertentes ideológicas do ambientalismo**: contribuição ao debate sobre sustentabilidade no Brasil. Disponível em: www.anppas.org.br. Acesso em: 09 fev. 2012.

MESZAROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MESZAROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Desenvolvimento Agrário como estratégia**: balanço MDA 2003-2006. Brasília, 2007.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MURESU, Stephania. **La FAO alerta sobre la compra masiva de tierras**. Disponível em: <http://sociologias-com.blogspot.com/2009/06/la-fao-alerta-sobre-la-compra-masiva-de.html>. Acesso em: 10 mai. 2011.

NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio** – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante” e o ocaso da reforma agrária no Brasil. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 5 - 51, mai/ago. 2008

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, 2001.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o Neoliberalismo**. Publisher Brasil, 1998.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar**: quantos ancoradouros. Disponível em www.clacso.org.ar. Acesso em: maio de 2006.

NUNES, Sidemar Presotto. **O campo político da agricultura familiar e a idéia de projeto alternativo de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2007.

NUNES, Sidemar Presotto. **O processo de concentração da produção no setor agroalimentar brasileiro**. Synergismus scyentifica. UTFPR, v. 6, n. 1, 2011.

O'CONNOR, James. **On the two contradictions of capitalism** – theoretical note. Capitalism, nature, socialism, 2(3), p. 107-110, 1991.

OLIVEIRA, Francisco. **No silêncio do pensamento único**: intelectuais, marxismo e política no Brasil. Ciclo de Conferências “O silêncio dos intelectuais”. Palestra proferida no SESC. Curitiba, 13 de outubro de 2005.

OLIVEIRA, Marcos Antônio. **As bases epistemológicas e filosóficas de alguns projetos de educação do campo:** do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: UFPR, 2008.

OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Reflexões sobre a carta da ICCO.** Curitiba, 2007. Mimeo.

PALMA, Danielly. Exclusivo: a pesquisa que descobriu veneno no leite materno. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/exclusivo-a-pesquisadora-que-descobriu-veneno-no-leite-materno.html>. Acesso em: 26 mar. 2011.

PAULI, Jandir. **O poder nas redes de economia solidária.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 2006.

PICOLOTTO, Everton; DIESEL, Vivien. **Agricultura familiar:** de categoria analítica à projeto social? Disponível em www.nead.gov.br. Acesso em: 05 mai. 2007.

PIERRI, Naína. **Economia:** principais controvérsias constitutivas. Aulas ministradas no Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: ago. 2008.

PIGNATI, Vanderlei. **Wanderlei Pignati:** Até 13 metais pesados, 13 solventes, 22 agrotóxicos e 6 desinfetantes na água que você bebe. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/wanderlei-pignati-dinheiro-para-a-vigilancia-de-boi-e-soja-tem-para-a-saude-do-homem-nao.html>. Acesso em: 10 jul. 2011.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

RAMOS JÚNIOR, Armenes de J. **A formação de um intelectual coletivo:** um estudo sobre o percurso dos militantes na construção da saúde do trabalhador no Paraná. Tese (Doutorado em Educação). UFPR, Curitiba-PR, 2007. 233 f.

REDE ECOVIDA. **Caderno de Formação:** Certificação Participativa de Produtos Ecológicos. 2008. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/sistema/arquivos/235.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2011.

REDE ECOVIDA. **Site.** Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

REDE ECOVIDA. **Site.** Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br>>. Vários acessos.

REDE ECOVIDA. **Uma identidade que se constrói em Rede.** Caderno de Formação nº 1. Rede Ecovida de Agroecologia, 2007. Disponível em: www.ecovida.org.br. Acesso em: 10 jun. 2009.

REVISTA EXAME. Anuário do Agronegócio 2007/2008. São Paulo, junho de 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. Novos Estudos, 80, 2008a.

RIDENTI, Marcelo. **Palestra proferida no GT Trabalho e Sindicalismo da ANPOCS**. UFPR, Curitiba, abr. 2006.

RODRIGUES, Almir Sandro. **A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR: Curitiba, 2004.

ROQUE, Hugo; VIEIRA, Emilia. **Investimento em Valor Wal-Mart**. Disponível em: <[http://www.casadeinvestimentos.pt/arq/fich/Investimento em Valor - WalMart.pdf](http://www.casadeinvestimentos.pt/arq/fich/Investimento_em_Valor_-_WalMart.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2011.

SANCHEZ VAQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Clacso/ Expressão Popular: Buenos Aires/ São Paulo, 2007.

SANTOS, Luis Carlos Rebelatto. **Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no Sul do Brasil**. CNPq/ Cepagro/ Rede Ecovida de Agroecologia. Junho de 2005.

SANTOS, Luis Carlos Rebelatto; MAYER, Paulo. **A experiência da Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil**. Rev. Bras. de Agroecologia/Out. 2007 Vol.2 No.2. p. 1800-1804.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org). **Política, Protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Editora da Universidade/ UFRGS, Porto Alegre, 1996.

SCHMITT, Claudia Job; CORDEIRO, Angela; ARMANI, Domingos. **Organizações sociais rurais diante do ajuste**. Relatório Preliminar do Estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil. Abr. 2003. Disponível em www.deser.org.br, Acesso em: junho de 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **Para compreender porque se elevam os preços dos produtos agrícolas**. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/questoes-agrarias/104-documento/374-para-compreender-porque-se-elevam-os-precos-dos-produtos-agricolas>. Acesso em: 12 mai. 2011.

SERFATI, Claude. Discussão. In: **Uma nova fase do capitalismo?** Xamã, São Paulo, 2003.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba, Rosa de Bassi, 2006.

SOCLA. **Sociedade Científica Latino-Americana.** Disponível em: <http://agroeco.org/socla/>. Acesso em: 24 nov. 2011.

SOUZA, Marcelo Santos. **A Agroecologia no Brasil e o caso da Rede Ecovida.** In: Seminário: modelos de desenvolvimento da agricultura familiar e políticas agrícolas nacionais e internacionais: comparação França/ Europa/ Brasil. Paris, 10 de novembro de 2003.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. In: LOWY, Michael. **O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

STÉDILE, João Pedro. **A reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1996.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

THOMAZ, Fernanda. **Revista Agrária.** São Paulo, no 8, pp. 122-125, 2008. Resenha disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/8/Texto7_thomaz.pdf. Acesso em: 05 set. 2011.

TITTON, Mauro. **O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo:** ampliando o debate com os movimentos de luta social. In: Encontro Nacional da ANPED, 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4589--Int.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2011.

TONET, Ivo. **Educação, Formação Humana e Ontologia.** V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Florianópolis, 11 a 14 de abr. 2011.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Papéis da Agricultura Familiar na Construção de um Desenvolvimento Sustentável.** Boletim do DESER, nº 155, Curitiba, dezembro de 2006.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.** Editora Unicamp, Campinas, 2002.

TUMOLO, Paulo. **O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo:** ensaio de análise crítica. Revista Espaço Acadêmico, ano 3, n. 24, maio de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24ctumolo.htm>. Acesso em: 22 abr. 2011.

VALOR ECONÔMICO. **Procuradoria do Cade faz restrições à Brasil Foods.** Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/5/10/procuradoria-do-cade-faz-restricoes-a-brasil-foods>. Acesso em: 12 mai. 2011.

VEIGA, José Eli. **A Face Territorial do Desenvolvimento.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.

VIANA, L. W. À propósito de uma apresentação. In: GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

VITALLI, Stephania; GLATTFELDER James B; BATTISTON, Stephano. **The network of global corporate control**. Cornell University Library, 2011. Disponível em: arxiv.org/abs/1107.5728. Acesso em: 10 nov. 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.

WILKINSON, John; CASTELLI, Pierina German. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.

WILKINSON, John. **Os gigantes da indústria alimentar**: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 147-174.

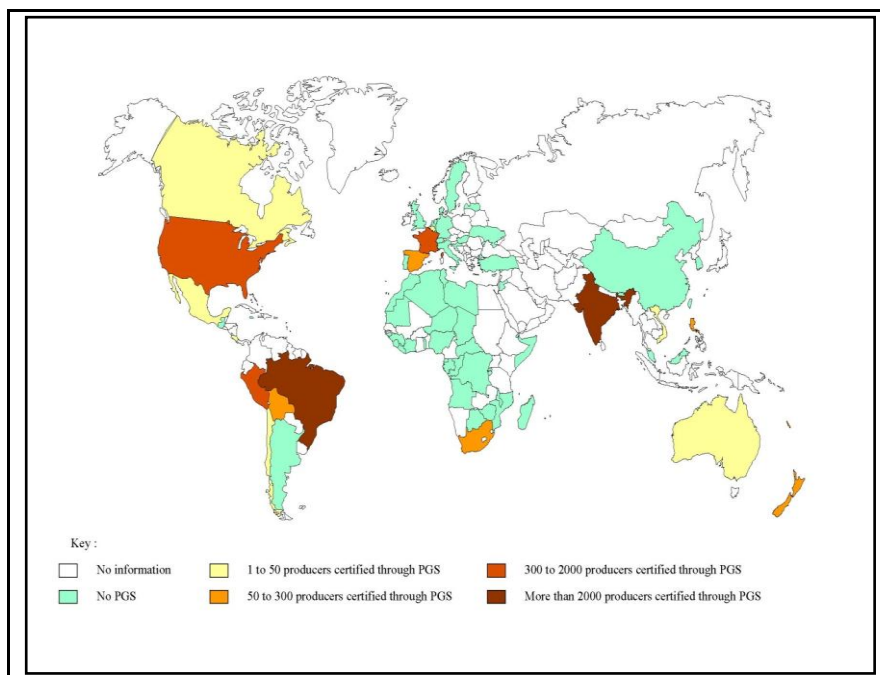
WILKINSON, John. **Os gigantes da indústria alimentar**: entre a grande distribuição e os novos *clusters* a montante. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 147-174.

ZANELLA, Anacleto. **Trajetória do Sindicalismo no Alto Uruguai Gaúcho (1937 – 2003)**. Editora da UPF, Passo Fundo, 2004.

ANEXOS



Anexo 1 - Selo de conformidade orgânica do sistema participativo Ecovida

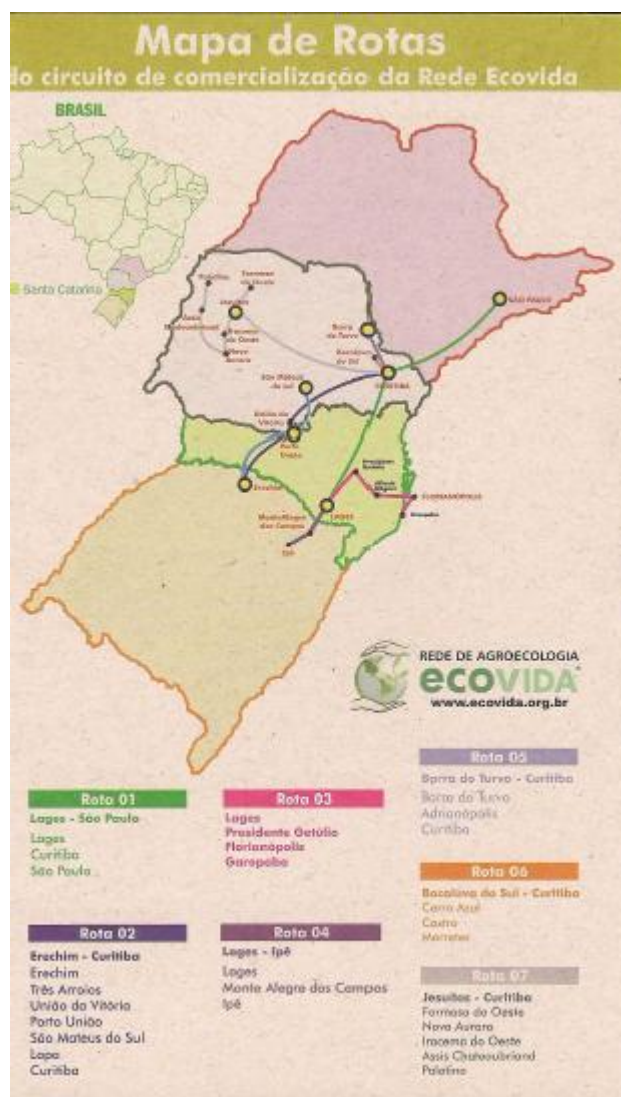


Anexo 2 - Número de agricultores certificados por sistemas participativos de garantia por país (IFOAM, 2010)

País	Nome do SPG	Nº agric.	Contato	Ano de criação
Argentina	<u>Bella Vista PGS</u>	20	<u>Paia Pereda</u>	2009
Bolivia	<u>SPG Municipal</u>	280	<u>Carmen Sotomayor</u>	2008
Bolivia	<u>AOPEB's PGS</u>	286	<u>Carmen Sotomayor</u>	2006
Bolivia	<u>EcoFeria</u>	200	<u>Deisy Peña</u>	2006
Brazil	<u>Rede Ecovida de Agroecologia</u>	2.500	<u>Laercio Mereilles</u>	1998
Brazil	<u>Sistema ABIO de Certificación Participativa en Red</u>	180	<u>Cristina Ribeiro</u>	1985
Brazil	<u>ACS - Amazônia: Associação de Certificação Sócio participativa da Amazônia</u>	54	<u>Marcio Menezes</u>	2003
Brazil	<u>ADAO/GO – Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Organica de Goias</u>	30	<u>Claudia Moreira</u>	1999
Brazil	<u>ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região</u>	60	<u>Romeu M. Leite</u>	1991
Brazil	<u>Rede Xique Xique</u>	800	<u>Fatima Gondim</u>	2004
Canada	<u>Kootenay Local Agricultural Society</u>	16	<u>Jeremy Lack</u>	2008
Chile	<u>"Tierra Viva" - Asociación de Agricultores Orgánicos de Chile</u>	16	<u>Andrea Tucek</u>	1993
Costa Rica	<u>Sistema de Certificación Participativa APOT</u>	17	<u>Fresy Campos</u>	2004
France	<u>Nature et Progrès</u>	500	<u>Claire Julien</u>	1972
India	<u>Organic Bazaar Network</u>	800	<u>Joy Daniel</u>	2000
India	<u>Keystone Foundation's PGS</u>	90	<u>Mathew John</u>	1998
Indonesia	<u>PAMOR Indonesia</u>	28	<u>Lidya Inawati</u>	2008
Mexico	<u>Mercado alternativo de Tlaxcala</u>	45	<u>Ana Elena Cervantes</u>	2005
Mexico	<u>Tianguis Orgánico Chapingo</u>	40	<u>Laura Gómez Tovar</u>	2003
Mexico	<u>Tianguis Alternativo Bosque de Agua</u>	35	<u>Giselle Buchan</u>	2006
New Caledonia	<u>Bio Calédonia</u>	33	<u>Fabienne Gandet</u>	2009
New Zealand	<u>Organic Farm New Zealand</u>	185	<u>Carol Knutson</u>	2002
Paraguay	<u>SPG Coronel Oviedo</u>	60	<u>America Gonzalez</u>	2009
Peru	<u>National PGS system in Peru</u>	1.000	<u>Moises Quispe</u>	2005
South Africa	<u>Umthombongashi PGS</u>	95	<u>Raymond Auerbach</u>	2006
South Africa	<u>Bryanston Organic Market</u>	40	<u>Konrad Hauptfleisch</u>	2005
The Philippines	<u>MASIPAG Farmers Guarantee System</u>	200	<u>Rowena Buena</u>	2005
Uruguay	<u>Red de Agroecología de Uruguay</u>		<u>Cecilia Blixen</u>	2005
USA	<u>Montana Sustainable Growers' Union</u>	18	<u>Josh Slotnick</u>	2005

USA	<u>Certified Naturally Grown</u>	800	<u>Ron Khosla</u>	2002
Vietnam	<u>Vietnam PGS network</u>	65	<u>Koen den Braber</u>	2009

Anexo 3 - Sistemas participativos de garantia (SPG) por país, número de agricultores e data de criação (IFOAM, 2010).



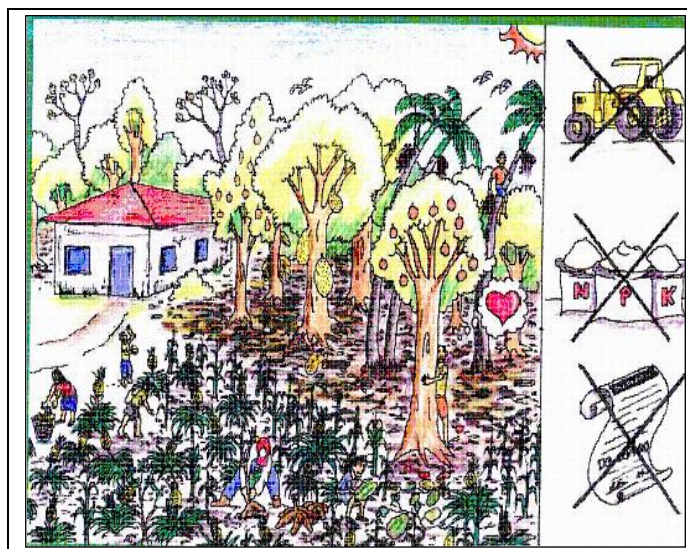
Anexo 4 - Circuito Sul de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia – Mapa de Rotas (MAGNANTI, 2010).



Anexo 5 – Princípios da Certificação Participativa (ARL, 2009, p. 63).



Anexo 6 – Sistemas Participativos de Garantia conforme Meirelles (2007)



Anexo 7 - Ilustração utilizada pela Rede Ecovida de Agroecologia em materiais de divulgação (fotos do calendário sobre agrofloresta)

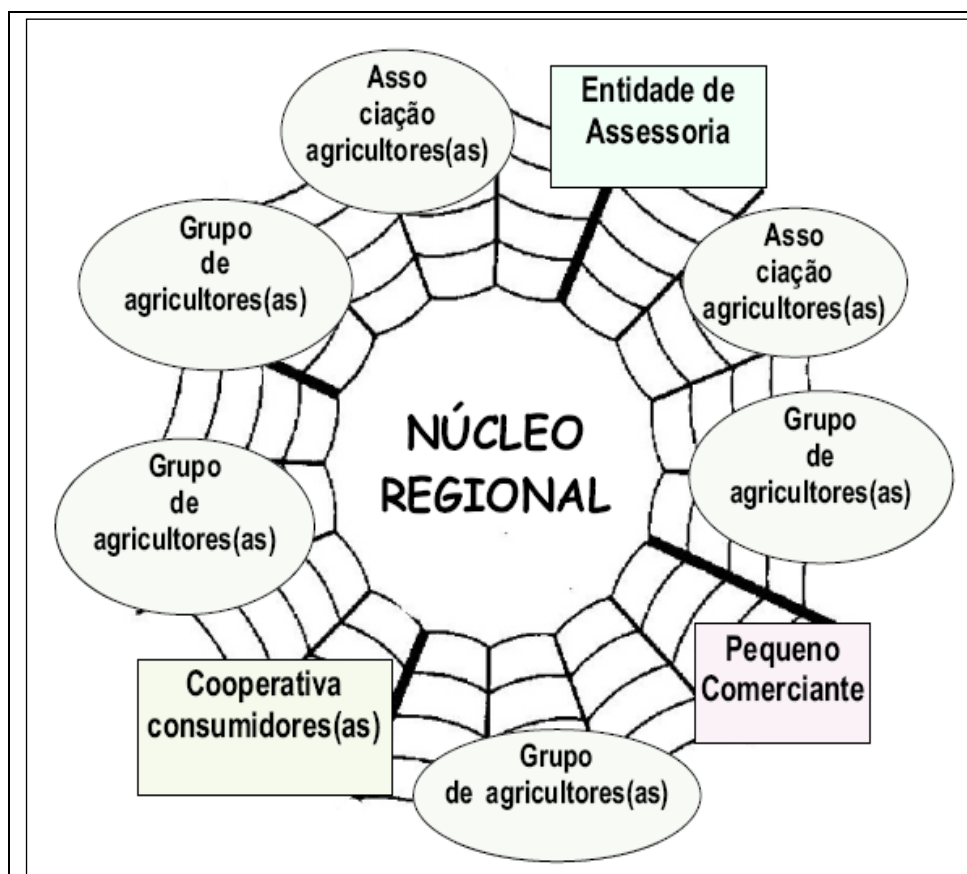
Fonte: Rede Ecovida/ Calendário Agrofloresta.

REGULAMENTAÇÃO DA AO NO BRASIL

- 1994/96** - Início discussões sobre normas e legislação no MAPA
- 1996/98** - Construção Coletiva Portaria 505/MAPA(=> IN007)
- 1998/99** - Publicação IN 007/MAPA, Fundação Rede ECOVIDA
- Jan 2002** - Publicação IN006/MAPA
- Jul 2002** - I ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
- Out 2002** - Criação do GAO - Grupo de Agricultura Orgânica
- Abr 2003** - 2ENGAO - Proposta Substitutivo PLC-14/02 (PLC-659)
- Set 2003** - 3ENGAO - (Identidade do GAO); Criação GTs
- Nov/Dez 2003** - Lei 10.831
- Mar/Dez 2004** - CSAO/MAPA, Projeto CPR GAO/MDA
- Mar 2005** - GAO + Fórum Certificadoras + MAPA/MDA/INMETRO
=> **Consensos/Dissensos** = Comissão Sistematização CSAO/MAPA
- Mai 2005** - Projeto SGP para concorrer a editais
- Dez 2005** - Reunião GT CPR/GAO + MAPA + MDA + INMETRO
- Dez 2007** - Publicação Decreto 6323
- Ago 2008** - Reunião CTAO - Aprovação das Instruções Normativas

Anexo 8 – Cronologia da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil

Fonte: LEITE, Romeu Martins. Avaliação da conformidade da agricultura orgânica no Brasil. Seminário Latino-americano de Sistemas Participativos de Garantia. 2008(?).



Anexo 9 - Estrutura de um núcleo da Rede
 Fonte: Rede Ecovida (2007, p. 5)



Anexo 10 - Instâncias organizativas da Rede Ecológica de Agroecologia
 Fonte: Rede Ecológica (2007, p. 17).



Anexo 11 – A agroecologia como ciência multidisciplinar: exemplos de contribuição de outras ciências
 Fonte: Caporal, Costabeber e Paulus (2006, p. 08)